



UNIFACS
UNIVERSIDADE SALVADOR
LAUREATE INTERNATIONAL UNIVERSITIES®

DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

FRANCISCO ALVES DE QUEIROZ

**A DINÂMICA DO TRABALHO NUMA METRÓPOLE REGIONAL NORDESTINA:
UMA ANÁLISE DA NATUREZA DO TRABALHO DOS COMERCIANTES DE RUA
EM FEIRA DE SANTANA - BA**

Salvador
2019

FRANCISCO ALVES DE QUEIROZ

**A DINÂMICA DO TRABALHO NUMA METRÓPOLE REGIONAL NORDESTINA:
UMA ANÁLISE DA NATUREZA DO TRABALHO DOS COMERCIANTES DE RUA
EM FEIRA DE SANTANA - BA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador – Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof^o. Dr. Laumar Neves de Souza.

Coorientador: Prof^o. Dr. Renato Barbosa Reis.

Salvador
2019

Ficha Catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNIFACS
Universidade Salvador, Laureate International Universities.

Queiroz, Francisco Alves de

A dinâmica do trabalho numa metrópole regional nordestina: uma análise da natureza do trabalho dos comerciantes de rua em Feira de Santana - Ba. / Francisco Alves de Queiroz.- Salvador, 2019.

217 f. : il.

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS Universidade Salvador – Laureate International Universities, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof^o. Dr. Laumar Neves de Souza.

Coorientador: Prof^o. Dr. Renato Barbosa Reis.

1. Trabalhadores ambulantes. 2.Trabalho informal.
3.Desenvolvimento Econômico. I. Souza, Laumar Neves de, orient. II.
Reis, Renato Barbosa, co- orient. III.Título.

CDD: 354.8100818

TERMO DE APROVAÇÃO

FRANCISCO ALVES DE QUEIROZ

A DINÂMICA DO TRABALHO NUMA METRÓPOLE REGIONAL NORDESTINA:
UMA ANÁLISE DA NATUREZA DO TRABALHO DOS COMERCIANTES DE RUA
EM FEIRA DE SANTANA – BA

Tese apresentada no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano (PPDRU) da Universidade Salvador – Laureate International Universities - UNIFACS, como requisito parcial para obtenção do título de doutor e aprovada pela seguinte banca examinadora:

Laumar Neves de Souza - Orientador _____
Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate International Universities

Renato Barbosa Reis - Coorientador _____
Doutor em Biotecnologia em Saúde e Medicina Investigativa pela Fiocruz
Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate International Universities

Hélio Ponce Cunha _____
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador –
UNIFACS
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

José Gileá de Souza _____
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador –
UNIFACS Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate International Universities

Josias Alves de Jesus _____
Doutor em Desenvolvimento Regional e Urbano pela Universidade Salvador –
UNIFACS Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)

Thiago Henrique Carneiro Rios Lopes _____
Doutor em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Universidade Salvador – UNIFACS, Laureate International Universities

Salvador - BA, ____ de _____ de 2019.

Aos meus pais, Dona Lourdes e Seu Edgar (*in memoriam*) agricultores da cidade de Antônio de Cardoso, que conseguiram com muito trabalho através do cabo de uma enxada, dia após dia, me proporcionar a possibilidade de ingressar na Universidade. E só por eles escapei de meu já traçado destino “querubim”.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus, fonte de luz e esperança em qualquer coisa que façamos na vida.

Como não poderia deixar de ser, primeiro tenho que reconhecer os que sofreram comigo no dia a dia, agradeço de forma muito especial a minha esposa Carolina e as filhas Yasmi e Lizandra, por suportarem minha ausência, estresse e mau humor.

À minha amada irmã Elenita, meu refúgio e minha inspiração. Achou que era pouco fazer o meu parto quando tinha apenas 9 anos, e durante a vida vem me dedicando um amor que não tem palavras que possa explicar, nem muito menos agradecer.

Aos trabalhadores informais das ruas de Feira de Santana, por construírem essa cidade, por me acolherem e gentilmente prestarem as informações necessárias para concluir este projeto.

Ao orientador Prof. Dr. Laumar, muito obrigado! Não só me acolheu, como dedicou um tempo e uma atenção fora do comum, teve paciência e zelo, indicou os caminhos necessários e possíveis para realizar esta pesquisa.

Ao Prof. Dr. Renato, meu coorientador, agradeço por todo apoio e disponibilidade, principalmente no uso das ferramentas de geoprocessamento e estruturação metodológica do trabalho.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano da Universidade Salvador, muito obrigado pelo extraordinário ambiente de aprendizagem que vivenciamos juntos.

Abrigo Predileto

Rodei rodei pelo mundo a fora
Rodei rodei meu coração não me engana
Rodei na roda do mundo, rodei
Na roda do caminhão, rodei
Vim parar em Feira de Santana
Vim parar em Feira de Santana

Parei pra trocar de carro
Parei pra encontrar o amor
Parei na avenida mais larga
Lá onde o sol vai se pôr
Parei na avenida mais larga
Parei pra te ver de perto
Parei pra tomar um sorvete
Do meu amigo predileto

Parei lá nos olhos d'água
Onde tudo começou
Com frio o neon eu te encontro
Numa porcelana em flor
Parei pra ouvir a sanfona
Cordel de repente no verso
Parei porque aqui é a parte
Que me cabe dentro do universo

Parei pra te dar um beijo
Minha princesa encantada
Orei pra Senhora Santana
Que me leva pela estrada
Parei onde o sol é tão quente
Recôncavo que vai para o Sertão
Parei num forró pé de serra
Onde se dança o baião

Carlos Pitta

Todos os caminhos levam a Feira de Santana

Todos os caminhos levam a Feira de Santana
o bem e o mal passam em Feira de Santana
a estação orbital passa em Feira de Santana
o rio que vai pro mar passa em Feira de Santana
o touro do sertão passa em Feira de Santana
passa o pente no cabelo
passa o dedo pelo anel
passa o camelo na agulha
passa a rosa pelo mel
passa a estrela matutina
passa a festa que é junina
passa o meio do mundo
passa o disco pelo céu

todos caminhos levam a Feira de Santana
o trem já passou
passaram Domingos e Ana
passou o meio da feira
passou por Feira de Santana
passou o rei do baião
passou a sorte da cigana
micareta tá na cara
passa por Feira de Santana
o blue da encruzilhada
passa por Feira de Santana
o começo da estrada
passa por Feira de Santana,
todos os caminhos passam por Feira de Santana

Carlos Pitta

RESUMO

Esta tese tem como objetivo analisar a dinâmica das atividades econômicas desenvolvidas pelos trabalhadores de rua nas vias públicas da cidade de Feira de Santana. Aqui é traçado o perfil socioeconômico e suas experiências como trabalhadores do comércio de rua, naquela cidade. Analisam-se também as relações econômicas entre o mercado informal e o comércio formal nas áreas de maior concentração de comércio de rua de Feira de Santana. Foram realizadas observações e estudos no perímetro urbano da cidade, as quais levaram a identificar as áreas de maior concentração de comerciantes nas vias públicas. Optou-se por uma pesquisa de campo com a aplicação direta de um questionário. O tratamento dos dados da pesquisa teve como parâmetros os estudos desenvolvidos pelo IBGE, PNUD e OIT, tendo as médias dos indicadores do Estado da Bahia e do Brasil como parâmetros de comparação para Feira de Santana. A análise qualitativa elegeu três categorias, as percepções da informalidade definidas pela OIT e pelo IBGE, a realidade socioeconômica dos trabalhadores de rua e, por fim, a percepção da realidade do trabalho. Quanto ao fenômeno da informalidade no Brasil considera que ela é intrínseca a sua estrutura produtiva e que não tende a acabar. E pelo país não ter executado as reformas estruturais da economia, sofre mais uma vez com quadros de forte desemprego e precarização das relações trabalhistas, aumentando assim o número de trabalhadores que recorrem a informalidade para conseguirem sobreviverem. Isto ocorre de forma muito evidente nas ruas de Feira de Santana, da qual foi observado como os comerciantes de rua estão organizados em relação ao trabalho, como estão distribuídos geograficamente e suas vivências com o mercado de trabalho. Após isso, percebeu que a informalidade exerce papéis ambíguos e com visões distintas, pois promove a precariedade urbana e ambiental e, por outro lado é a única alternativa de trabalho à parcela numerosa de desocupados. A informalidade contribui para a contenção dos impactos de crises econômicas, na medida em que mantém renda para uma camada mais fragilizada da população feirense. E por fim, verificou que a opção pela informalidade, para diversos comerciantes de rua, não se dá, exclusivamente, pela falta de oportunidade de emprego com carteira assinada, e sim por escolha própria, pois a maioria, nesta pesquisa, consideraram positivas as suas experiências com o modo como trabalham e não pretendem migrar para o mercado de trabalho formal.

Palavras chaves: Trabalhadores de rua. Mercado de trabalho. Comércio de rua. Informalidade. Desenvolvimento Econômico.

ABSTRACT

This thesis aims to analyze the dynamics of economic activities developed by street workers on public roads in the city of Feira de Santana. Here is traced the socioeconomic profile and their experiences as street trade workers in that city. The economic relations between the informal market and the formal trade in the areas with the highest concentration of street trade in Feira de Santana are also analyzed. Observations and studies were conducted in the urban perimeter of the city, which led to identify the areas of greatest concentration of merchants on public roads. This opted for a field research with the direct application of a questionnaire. The treatment of the research data had as parameters the studies developed by IBGE, PNUD and OIT, it having the averages of the indicators of the State of Bahia and Brazil as comparison parameters for Feira de Santana. The qualitative analysis chose three categories, the perceptions of informality defined by the OIT and IBGE, the socioeconomic reality of street workers and finally the perception of the reality of work. As for the phenomenon of informality in Brazil, it considers that it is intrinsic to its productive structure and it does not tend to end. And because the country has not implemented the structural reforms of the economy, it suffers once again with highest unemployment and precarious labor relations thus increasing the number of workers who resort to informality in order to survive. This is most evident in the streets of Feira de Santana from which it was observed how street traders are organized in relation to work, how they are geographically distributed and their experiences with the labor market. After that, it realized that informality plays ambiguous roles and with different visions as it promotes urban and environmental precariousness and on the other hand, it is the only work alternative to the large number of unemployed. The Informality contributes to contain the impacts of economic crises, as it maintains income for a weaker layer of the feirense population. Finally, it found that the option for informality for several street traders is not exclusively due to the lack of employment opportunities with a formal contract but rather by their own choice, since most in this research consider their experiences with how they work and do not intend to migrate to the formal labor market.

Keywords: Street workers. Job market. Street commerce. Informality. Economic development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica de Feira de Santana, 2019.	20
Figura 2 – Fatores condicionantes para o desenvolvimento da economia e do mercado de trabalho.	64
Figura 3 – Malha Rodoviária e localização geográfica de Feira de Santana.....	120
Figura 4 – Delimitação da área de estudo (linha vermelha), Bairro Centro, Feira de Santana, 2018.	134
Figura 5 – Principais áreas de comércio de rua, Bairro Centro, Feira de Santana..	144
Figura 6 – Mapa de fluxo de pessoas que migraram para Feira de Santana e trabalham no comércio de rua.....	149
Figura 7 – Mapa de Fluxo do deslocamento casa – local de trabalho dos trabalhadores de rua de Feira de Santana, 2018.	161
Figura 8 – Feira livre na Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana, 1975.....	175
Figura 9 – Centro de Abastecimento de Feira de Santana, 2016.....	176
Figura 10 – Projeto do Shopping Popular de Feira de Santana, 2019	177
Figura 11 – Lojas Comerciais formais ao redor do Feiraguai, 2019	181
Figura 12 – Shopping Popular PoliModa e Feira Portal Center Shopping.....	181

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%)	78
Gráfico 2 – Força de trabalho ocupada e desocupada - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência – Total, 2012-2018	79
Gráfico 3 – Taxa de participação da força de trabalho, 2012-2018 (%)	80
Gráfico 4 – Grau de informalidade, Metodologia DISOC/IPEA, Brasil, 1993-2014....	85
Gráfico 5 – Percentual de trabalhadores sem carteira assinada por grupamentos de atividade do trabalho principal, Brasil, 2002-2015, (%).	92
Gráfico 6 – Informalidade no mercado de trabalho	95
Gráfico 7 – Composição do Emprego Formal no Estado da Bahia, vínculos registrados, 2017 - (%) (unit.)	114
Gráfico 8 – Evolução da taxa de desocupação, Bahia e Brasil, 2012-2018, (%)	117
Gráfico 9 – Percentual de pessoas em idade de trabalho inativas na semana de referência, situação em relação aos anos de estudo, 2015	118
Gráfico 10 – Evolução da taxa de informalidade, Bahia–Brasil, 2012-2019 (%)	119
Gráfico 11 – Trabalhadores de rua por acesso a serviços, F. Santana, 2018.....	154
Gráfico 12 – Trabalhadores de rua por interesse em trabalhar de carteira assinada, Feira de Santana, 2018.....	170

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Fundamentação teórica da pesquisa por tema	24
Quadro 2 – Notas explicativas sobre os indicadores do Trabalho.....	72
Quadro 3 – Imagens de comerciantes incluídos na pesquisa	137
Quadro 4 – Imagens de comerciantes não incluídos na pesquisa	138
Quadro 5 – Distribuição de frequência dos deslocamentos moradia - local de trabalho, dos comerciantes de rua de Feira de Santana, 2018.....	159
Quadro 6 – Questionário da pesquisa de campo	205
Quadro 7 – Conceitos e definições dos indicadores de trabalho.....	208

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores do Mercado de Trabalho no Brasil, pessoas com 10 anos ou mais de idade, estimado a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), 2001-2015.....	74
Tabela 2 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação – Brasil, 2012-2018, (mil pessoas)	75
Tabela 3 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, Brasil, mil pessoas, 2012-2018	77
Tabela 4 – Empregados de 10 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência (exclusive militares e funcionários públicos estatutários), por categoria do emprego e grupamentos de atividade do trabalho principal, 2002-2015.....	87
Tabela 5 – Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal – Brasil, 2012-2018, (Mil Pessoas)	98
Tabela 6 – Pesquisa Industrial Anual - IBGE, Brasil e Bahia, 2007-2017	111
Tabela 7 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis – Brasil e Bahia, 2018	116
Tabela 8 – Evolução do PIB a preço de mercado e PIB per capita no município de Feira de Santana, 2004-2016.....	121
Tabela 9 – PIB Municipal - Cinco Maiores Municípios, Bahia 2015-2016	122
Tabela 10 – Crescimento absoluto e relativo da população urbana e rural residente no município de Feira de Santana, 1940-2010.....	123
Tabela 11 – Renda e pobreza, Feira de Santana, 1991-2010	124
Tabela 12 – Ocupação por sexo, segundo idade selecionada, 18 anos ou mais - Feira de Santana, 2010, (%)	125
Tabela 13 – Indicadores do mercado de trabalho de Brasil, Bahia e Feira de Santana, 2000-2010	127
Tabela 14 – Empresas e outras organizações, pessoal ocupado total – Brasil, Bahia e Feira de Santana, 2006-2016.....	128
Tabela 15 – Movimentação de admissões e desligamentos, por setores de atividade, Feira de Santana, 2012-2018.....	129
Tabela 16 – Empregos formais por população - melhores e piores municípios da Bahia, 2010	131
Tabela 17 – Desigualdade, Feira de Santana, 1991-2010	132
Tabela 18 – Tamanho da amostra para a frequência em uma população	140

Tabela 19 – Distribuição de comerciantes de rua, por área a serem pesquisados, Feira de Santana, 2018	140
Tabela 20 – Perfil social dos comerciantes de rua de Feira de Santana, 2018.....	147
Tabela 21 – Renda dos trabalhadores de rua, por sexo e cor/raça, 2018.....	151
Tabela 22 – Trabalhadores do comércio de rua de Feira de Santana por escolaridade, renda, sexo e cor/raça, 2018.....	153
Tabela 23 – Trabalhadores ocupados no comércio de rua, Feira de Santana, 2018	156
Tabela 24 – Localidades com maior número de trabalhadores de rua residentes, 2018	158
Tabela 25 – Trabalhadores de rua, Feira de Santana, local de trabalho por meio de deslocamento, 2018	160
Tabela 26 – Trabalhadores de rua, por renda, escolaridade e tempo na ocupação, 2018	163
Tabela 27 – Trabalhadores de rua, produtos e serviços vendidos, 2018	164
Tabela 28 – Trabalhadores de rua, motivos que levaram a ser dono do próprio negócio, Feira de Santana, 2018	165
Tabela 29 – Trabalhadores de rua, experiência na ocupação por setor de atividade antes do comércio de rua, Feira de Santana, 2018.....	167
Tabela 30 – Trabalhadores de rua, apoio para iniciar o negócio X renda, Feira de Santana, 2018.....	168
Tabela 31 – Trabalhadores de rua, segundo busca por emprego formal, Feira de Santana, 2018.....	171
Tabela 32 – Contribuição do MEI, por setor de atividade, 2019.....	172
Tabela 33 – Trabalhadores de rua por renda e adesão ao Microempreendedor Individual (MEI), Feira de Santana, 2018.....	173
Tabela 34 – Bens constantes nos domicílios dos comerciantes de rua, Feira de Santana, 2018.....	183
Tabela 35 – Trabalhadores de rua por segunda ocupação, Feira de Santana, 2018.	184
Tabela 36 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (exclusive trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), por posição na ocupação, sexo e local do estabelecimento do trabalho principal.	209
Tabela 37 – Posição na ocupação no trabalho principal - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (exclusive trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), por posição na ocupação, sexo e local do trabalho principal	210

Tabela 38 – Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência, por categoria do emprego, sexo e grupos de idade.....	211
Tabela 39 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, sexo e grupos de idade, Brasil e Bahia, 2001-2015.	212
Tabela 40 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de aposentada ou pensionista de instituto de previdência oficial no mês de referência e o sexo, segundo a situação de ocupação na semana de referência e os grupos de idade, Feira de Santana, 2010.	213
Tabela 41 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade (antiga classificação) do trabalho principal, segundo o sexo e a seção de atividade do trabalho principal, Feira de Santana, 2010.	214
Tabela 42 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por cor ou raça, condição de atividade na semana de referência e grupos de idade, Brasil, Bahia e Feira de Santana, 2000-2010.....	215
Tabela 43 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho, Bahia e Brasil, 2018.	216
Tabela 44 – Empregados admitidos no mercado formal, por sexo na indústria de transformação no município de Feira de Santana, 2015.....	216
Tabela 45 – Empregados admitidos no mercado formal, por sexo no comércio no município de Feira de Santana, 2006-2015.....	217

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	AS INTER-RELAÇÕES ENTRE AS CATEGORIAS TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	27
2.1	NOTAS SOBRE O CONCEITO DE TRABALHO	28
2.2	CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO	33
2.3	O TRABALHO COMO AGENTE EFETIVO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	36
3	A DIFÍCIL COMPREENSÃO DO CONCEITO DE INFORMALIDADE E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO URBANA	41
3.1	CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE O TRABALHO INFORMAL	45
3.2	A INFORMALIDADE SOB O PRISMA DA LITERATURA ECONÔMICA.....	49
3.3	OS ELOS DO FENÔMENO URBANO COM A INFORMALIDADE DO TRABALHO	53
4	PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NO PERÍODO RECENTE	59
4.1	TRAÇOS HISTÓRICOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL.....	65
4.2	UMA ANÁLISE DOS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO	71
4.3	A DINÂMICA DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO NACIONAL	81
4.3.1	Os números da evolução da informalidade: dados da PNAD	84
4.4.2	Uma nova metodologia para apurar a informalidade: Os números da PNAD Contínua	93
5	O LUGAR DE FEIRA DE SANTANA NA TRAMA SOCIOECONÔMICA DO ESTADO	103
5.1	TRAÇOS GERAIS SOBRE A ECONOMIA BAIANA.....	103
5.1.1	A industrialização desenvolveu a RMS, mas não desenvolveu o interior da Bahia	109
5.1.2	A Composição da ocupação na Bahia	112
5.2	CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE FEIRA DE SANTANA	120
5.3	CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO EM FEIRA DE SANTANA.....	125
6	OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA	133
6.1	LOCAL DE ESTUDO	133
6.2	IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO ALVO.....	136
6.3	IDENTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO	139
6.4	SELEÇÃO DE PARTICIPANTES NA AMOSTRA	139
6.5	INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DA PESQUISA DE CAMPO	141
6.6	TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS	142

7	A DINÂMICA DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELOS TRABALHADORES NO ÂMBITO DO COMÉRCIO DE RUA	144
7.1	QUEM SÃO, DE ONDE VEM E QUANTO GANHAM? análise do perfil socioeconômico dos trabalhadores de rua	145
7.2	COMO TRABALHAM, ONDE ESTÃO E O QUE VENDEM?	155
7.3	DESCORTINANDO OUTRAS NUANCES QUE MARCAM O COTIDIANO DOS TRABALHADORES DE RUA	164
7.3.1	A formalização por alguns aspectos legais	169
7.3.2	As interações econômicas do comércio de rua em Feira de Santana ...	174
7.3.3	A riqueza das ruas	181
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	186
	REFERÊNCIAS.....	194
	APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS.....	205
	ANEXO A – QUADRO 6 – CONCEITOS E DEFINIÇÕES DOS INDICADORES DE TRABALHO.....	208
	ANEXO B – TABELAS DO IBGE CONSULTADAS.....	209

1 INTRODUÇÃO

A constituição e o fortalecimento de uma economia que crie e mantenha postos de trabalhos é uma das grandes dificuldades enfrentadas por qualquer sociedade. Na recente história do Brasil, de 2002 a 2014, foi percebido um movimento de considerável crescimento do PIB, a uma taxa de 3,51% ao ano, melhoria das condições de vida da população, isso aliado a uma expressiva geração de postos de trabalho (IBGE, 2018). Nesse período, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apresenta um crescimento de 24% da população ocupada¹ e de 66% dos trabalhadores com carteira assinada². Em 2002, o número de trabalhadores com carteira assinada era de 23,3 milhões, alcançando a marca histórica de 38,9 milhões de pessoas, em 2014. A taxa de desocupação, em 2002, era 11,7%. Nos onze anos seguintes foi decrescendo, alcançando a menor marca do índice, 4,3%, em 2014.

Em 2015, este cenário favorável começou a mudar, pois o país passou a conviver com uma forte instabilidade política e econômica. O país necessitava de reformas fiscais, previdenciária e política, no entanto, as dificuldades de negociação do congresso, com a então reeleita, presidente Dilma Rousseff não ajudaram o Brasil. A crise econômica, além de ter relação direta com a política, se devia, também, ao histórico brasileiro de déficit fiscal e a um momento global complicado, com dificuldades econômicas no cenário internacional.

Em consequência da crise, veio o aumento de pessoas desocupadas, que em 2017, chegou a 13,7% de trabalhadores desempregados (IBGE, 2017). Ao longo dos últimos anos, de 2015 a 2018, houve uma desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB), o indicador decresceu em 2015 (-3,5%) e, em 2016, outra marca negativa, (-3,3%), e crescimento discreto em 2017 e 2018, com as marcas em torno de apenas 1%, (IBGE, 2018).

Em 2018, o mercado de trabalho no Brasil estava desenhado da seguinte maneira: uma força de trabalho total de 105,2 milhões de pessoas, um contingente de trabalhadores ocupados de 93 milhões de pessoas. Da população ocupada, 33 milhões são empregadas com carteira de trabalho assinada na iniciativa privada, outros 11,6 milhões estão empregados no setor público e 4,5 milhões são

¹ Regiões Metropolitanas, empregos privados.

² Expressão que designa formalidade no trabalho.

empregadores. Numa perspectiva predominante de precariedade em relação à ocupação, há 27 milhões em situação de subutilização³, 23,8 milhões ocupados por conta própria, 11,5 milhões empregados sem carteira de trabalho assinada. De 2014 a 2018, a população desocupada passou de 6,7 para 12,8 milhões (aumentou em 6,1 milhões), ou seja, quase dobrou (90,3%), (IBGE, 2019). Esse cenário de desocupação faz com que as pessoas busquem alternativas de trabalho informal.

A redução do número de pessoas no mercado formal de trabalho, no período de 2015 a 2018, foi verificada em praticamente todos os setores da economia brasileira, exceto na Agroindústria. O número de pessoas com carteira assinada que era de 38,9 milhões, em 2014, caiu para 33 milhões em 2018, o que significa um decréscimo da ordem de 15,4% dos postos de trabalho formais. (IBGE, 2018)

Em função desse contexto, muitos trabalhadores desempregados, na busca por uma alternativa de renda para garantir sua própria reprodução material, bem como das famílias a que pertencem, têm recorrido à subocupação, ao trabalho por conta própria⁴ e ao emprego sem carteira assinada, atividades definidas como integrantes da economia informal.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), 2018, existem no mundo cerca de 2 bilhões de pessoas na informalidade, o que representa 62% da força de trabalho mundial. No Brasil, o IBGE, em 2018, indicou um grau de informalidade de 46% dos trabalhadores ocupados, cerca de 44,5 milhões de pessoas e, na Bahia, de 50,7%, algo em torno de 3,6 milhões de trabalhadores. Essa realidade tem sido explorada por estudiosos e ganhado destaque na imprensa nacional e nas publicações das pesquisas oficiais.

Em Feira de Santana⁵, cidade interiorana da Bahia — sede do município com o mesmo nome — (Figura 1), local do objeto deste estudo, não há dados para o ano de 2018 sobre a informalidade, no plano dos municípios brasileiros não é possível fazer esse tipo de análise, uma vez que inexistem pesquisas oficiais⁶ sobre o mercado de trabalho com esse recorte espacial. No entanto, devido à perda de 16 mil postos

³ Percentual de pessoas desocupadas, subocupadas por insuficiência de horas trabalhadas e na força de trabalho potencial em relação à Força de trabalho ampliada (IBGE, 2018).

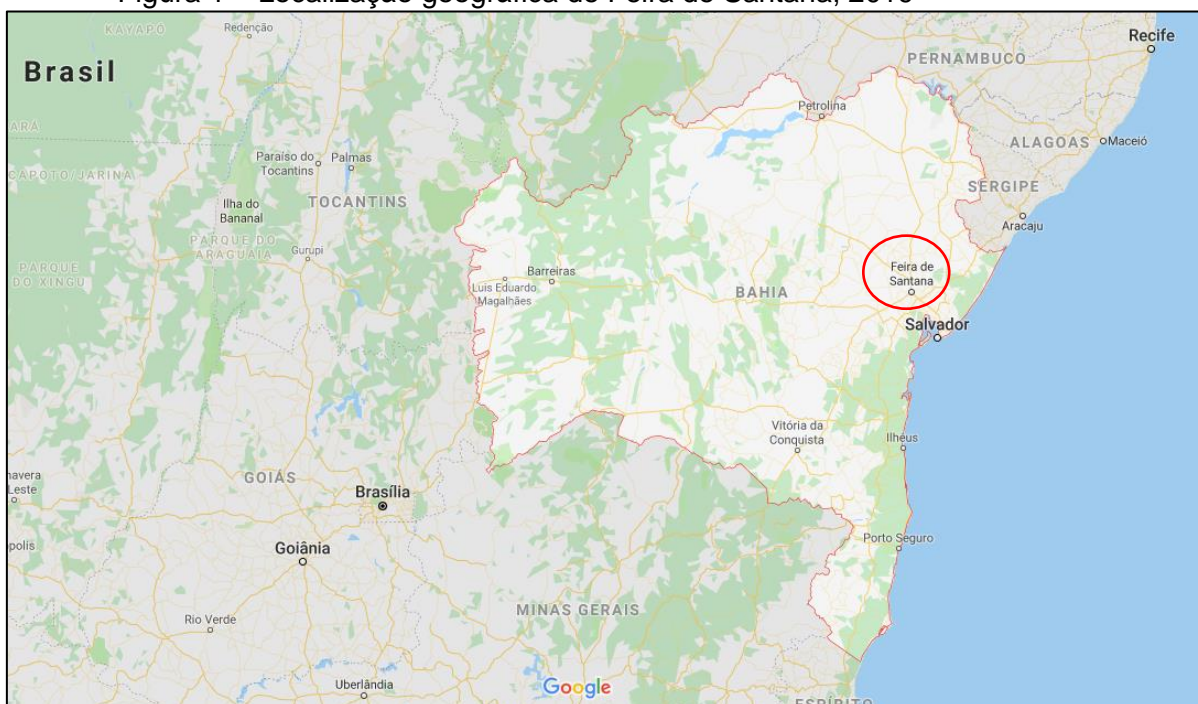
⁴ “Classifica-se como “conta própria” a pessoa que trabalha explorando o seu próprio empreendimento, sozinho ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com ajuda de trabalhador não remunerado, de membro da unidade domiciliar em que reside” (IBGE, 2008, p. 8).

⁵ As referências à cidade de Feira de Santana poderão ser feitas por extenso ou abreviadas como simplesmente Feira, F.de Santana ou FS, de modo a tornar a leitura mais ágil.

⁶ A PNAD Contínua não é aplicada em Feira de Santana, o município e a cidade dispõem apenas de dados dos censos do IBGE que ocorrem de 10 em 10 anos, o último foi realizado em 2010. Por isso não há registros dos dados da informalidade em 2018.

de ocupação formal no período de 2014 a 2018 (IBGE, 2019), acredita-se que a cidade tenha acompanhado o cenário nacional e estadual, elevando o número de trabalhadores desocupados ou ocupados na informalidade.

Figura 1 – Localização geográfica de Feira de Santana, 2019



Fonte: Google Maps (2019).

Se, segundo a última pesquisa que se dispõe — o Censo Demográfico do IBGE, de 2010 — Feira de Santana, já apresentava um número expressivo quanto ao total de trabalhadores informais (138.574), em 2019, há algumas evidências que apontam que esse número tenha se elevado, são elas: 1) Os indicadores altistas de desemprego nacional e estadual; 2) a percepção do aumento de trabalhadores autônomos nas ruas da cidade; e, 3) a redução do número de empregos formais, saldo de negativo de 12.253, entre admissões e desligamentos de 2014 para 2018 (CAGED, 2019).

Dentre as atividades econômicas informais, os comerciantes de rua têm relativo destaque quantitativo. Há registros no passado, de acordo com o Relatório da Economia Informal Urbana, 2006, (IBGE, 2006), que 28% dos empreendimentos informais atuavam em vias públicas, o que se denomina, nesta tese, de comerciantes de rua. Certamente, no plano da economia feirense é perceptível a representatividade dessas atividades, especialmente quando se aponta a lente de análise para o setor de comércio.

Partindo dessa contextualização, esta pesquisa busca responder: **Como a expansão da informalidade no âmbito do comércio de rua de Feira de Santana, alterou a dinâmica e a natureza do trabalho dos indivíduos que desenvolvem atividades produtivas neste contexto?** Para dar conta dessa tarefa, definiu-se que o objetivo geral é precisamente o de explicar a natureza e a dinâmica das atividades econômicas informais desenvolvidas pelos trabalhadores de rua nas vias públicas de Feira de Santana. Aliado a esse objetivo geral elaboraram-se os seguintes objetivos específicos: 1) discutir as abordagens teóricas sobre a informalidade a fim de compreender as reais circunstâncias em que ela se manifesta entre os trabalhadores; 2) analisar o perfil socioeconômico dos trabalhadores do comércio de rua em Feira de Santana; 3) avaliar as experiências no trabalho, do comércio de rua dessa cidade e, 4) analisar as relações econômicas entre o mercado informal e o desenvolvimento econômico em suas áreas de maior concentração de comércio de rua.

O trabalho frente ao problema que foi definido expressa uma resposta provisória, de que a opção pela informalidade, para diversos comerciantes de rua, não se dá exclusivamente pela falta de oportunidades de emprego com carteira assinada, e que há um número significativo de comerciantes que consideram positivas suas experiências com o modo como trabalham e não pretendem migrar para o mercado de trabalho formal. Partindo desta leitura, cabe pontuar que no âmbito desta pesquisa a opção pela informalidade, no caso dos aludidos trabalhadores, pode-se dar em função da ocorrência de diversas circunstâncias, entre as quais destaca-se: a) Dar continuidade a empreendimentos familiares; b) a liberdade para definir o horário de trabalho; c) pela flexibilidade de cuidar com maior proximidade da casa e da família; d) ausência de modelos fiscais rígidos com regras e obrigações; e e) obtenção de uma remuneração trabalhando das ruas melhor que a se estivessem no mercado formal.

É importante indicar que a escolha da referida cidade para a realização desta pesquisa se deu por diversas razões: A primeira, diz respeito ao fato de o município ser uma metrópole regional, que conta com uma população estimada em 609.913 habitantes, (IBGE CIDADES, 2019); a segunda, por ter números expressivos de pessoas atuando no comércio de rua, cerca de 13.000 pontos (AVAMFS, 2018); a terceira, no âmbito da dimensão e importância do tema para a cidade, que inclusive se originou de uma feira livre, estudos sobre a dinâmica do trabalho dos comerciantes de rua, na cidade, se fazem necessários pelas constantes transformações que ocorrem nessa população. Integra também, o conjunto de argumentos que justificam

a presente investigação o fato de que, em que pese ser a informalidade uma questão crucial no contexto do mercado de trabalho nacional, ainda são escassas as iniciativas que procuram avaliá-la em algumas dimensões pormenorizadas, a exemplo da que faz parte da vida dos comerciantes de rua.

Pontuadas essas questões, cabe agora informar que o entendimento que se tem acerca do fenômeno da informalidade guarda perfeita correspondência com os documentos e recomendações da 15ª Conferência do Trabalho da OIT, de 1993, adotados pelo IBGE. Assim sendo, considera-se que fazem parte do setor informal: 1) Empregados sem carteira assinada no setor privado; 2) Empregados domésticos sem carteira assinada; 3) Os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; 4) A categoria dos empregadores sem CNPJ; e 5) O trabalhador auxiliar familiar (IBGE, 2019, p. 1).

Para delimitar a informalidade, o IBGE ainda esclarece duas circunstâncias importantes: a) a premissa de que o conjunto de pessoas ligadas a atividades ilegais não fazem parte do setor informal. A informalidade será considerada apenas sobre práticas econômicas “socialmente aceitas”; b) reconhecer que os indivíduos podem participar da economia informal, tanto através de seu trabalho principal, como do secundário (IBGE, 2005, p. 15).

Definir o fenômeno da informalidade foi um passo necessário para construção desta pesquisa. Observando os critérios utilizados pelo IBGE, adota-se por objetividade nesta tese, a delimitação de que o público alvo da pesquisa é composto pelo trabalhador dono de empreendimento sem CNPJ e pelo trabalhador por conta própria sem CNPJ, que atuam no comércio de rua, nas áreas centrais de Feira de Santana.

Uma vez tendo contemplado essa questão conceitual, faz-se necessário esclarecer os principais aspectos metodológicos da pesquisa. Por acreditar que os fatos não podem ser considerados fora de um contexto histórico-social, adotou-se como ferramenta de abordagem de pesquisa o método **Dialético**. Tal escolha também se justifica devido a esta tese ter sido construída a partir do princípio da Dialética da Natureza de Marx, a qual descreve que, a relação social do trabalho modifica a natureza e essas transformações do meio ambiente modificam a vida do trabalhador. Em vista disso, buscou-se decompor a essência do trabalho de rua em Feira de Santana, descobrir os elementos condicionantes da informalidade e a partir desses compreender como se apresenta a dinâmica do trabalho desenvolvido pelos trabalhadores no âmbito do comércio de rua na cidade.

Sobre abordagem dialética que aqui foi concebida, Bresser-Pereira (2009) chama de método histórico-dedutivo ou empírico-dedutivo, que é ao mesmo tempo analítico e dialético. Bresser enfatiza que é “praticamente inevitável pensar não apenas historicamente, mas também em termos dialéticos. Na esfera social, causas e consequências não se distinguem claramente, e a consequência quase sempre retroalimenta a causa presumida, [...] a realidade social é intrinsecamente histórica”. A justificativa pela opção por este método nesta tese, também se dá por que, para estudar sistemas econômicos complexos e em constantes mudanças, baseia-se na observação da realidade dos trabalhadores de rua, que é uma construção econômica histórica de suas próprias ações, e também fruto das dinâmicas econômicas e políticas da cidade, do Estado da Bahia e do Brasil. Não dá pra considerar os comerciantes de rua como sujeitos isolados e sem contextos históricos e sociais.

Para efeitos de análise, o objeto investigado será exposto através de dados extraídos de um estudo empírico e teórico. Ou seja, quanto aos procedimentos de pesquisa adotou-se a metodologia de estudo de caso. E para tanto, foi realizada uma pesquisa de campo, afim de buscar dados que possam retratar a realidade dos trabalhadores de rua que atuam no centro da cidade de Feira de Santana.

Para a composição das bases estatísticas e dos instrumentos de coleta de dados, usou-se como parâmetros três significativos estudos: o primeiro realizado pelo IBGE, um em 1997 e outro em 2003, ambos denominados como Pesquisa da Economia Informal Urbana; o segundo por Pamplona (2002), em uma pesquisa do comércio de rua na cidade de São Paulo; e o terceiro, realizado pelo DIEESE em 2012, intitulado Perfil dos Trabalhadores por Conta Própria do Comércio de Porto Alegre.

Para definição do local a ser pesquisado e da composição da amostra, foram realizadas observações e estudos no perímetro urbano de Feira de Santana, as quais levaram a identificar as áreas de maior concentração de comerciantes nas vias públicas da cidade⁷. Após a delimitação da área a ser pesquisada, realizou-se uma contagem e identificação da localização dos empreendimentos e foram apurados 2.975 pontos, atuando no comércio de rua. Tais informações foram confrontadas e confirmadas com os dados disponibilizados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS, 2018).

⁷ O IBGE (2005) define comerciantes em via pública – empreendimento que não é estabelecido em local apropriado e cujas atividades são desenvolvidas em via ou área pública.

Como forma de tratamento dos dados da pesquisa, lançou-se mão dos parâmetros de desenvolvimento definidos pelo IBGE, PNUD e OIT, tendo as médias dos indicadores do Estado da Bahia e do Brasil como parâmetros de comparação para Feira de Santana. A análise qualitativa elegeu três categorias, as percepções da informalidade definidas pela OIT e pelo IBGE; a realidade socioeconômica dos trabalhadores de rua, apontada pelos Blocos 1 e 2 do questionário de pesquisa em anexo e, por fim, a percepção da realidade do trabalho extraída do Bloco 3 do mesmo questionário.

A compreensão da estrutura teórica desta tese, pode ser vista no Quadro 1, o qual apresenta os referenciais utilizados quanto aos temas e aos seus respectivos autores.

Quadro 1 – Fundamentação teórica da pesquisa por tema

REFERENCIAIS TEÓRICOS		
Inter-relações Trabalho e Desenvolvimento	Aspectos conceituais sobre o trabalho	Marx (2011), Lucáks (2011) e (Antunes, 2009).
	Traços históricos das relações de trabalho	Marx (1993), Huberman (1980) e Dobb (1980).
	Trabalho e Desenvolvimento	Keynes (1988), Furtado (1974) (1988), Sen (2000), Pochmann (2008) e Druck (2011).
Mercado de Trabalho	Panorama Brasileiro	IBGE (2000, 2010, 2016, 2018, 2019), IPEA (2018), DIEESE (2019), Pochmann (2014), Antunes (2018), Bresser-Pereira (2012), Singer (1999), Oliveira (1972, 2011 e 2013), Cacciamali (2002 e 2005) e Filgueiras (2004).
	Traços da Economia Baiana	IBGE (2000, 2010, 2016, 2018), Spinola (2009), Rômulo Almeida (2009), Cavalcante (2008), Teixeira e Guerra (2000)
	Feira de Santana	IBGE (2000, 2010, 2016, 2018), CAGED (2016) RAIS, CDL (2016), Ressureição (2016), ASCOMFS (2018), PMFS (2018), Teles (2017).
Informalidade e Comércio de rua	Informalidade	OIT (2005, 2006 e 2018). Cacciamali (1996, 1999 e 2000), Pochmann (2008), Theodoro (1995) Santos (2003) Oliveira (1972), Kovarick (1975) Lautier (2007) e Tavares (2002).
	Trabalho por conta própria e a atividade informal do comércio de rua	IBGE (1997, 2003, 2006), PAMPLONA (2004) e DIEESE (2012).
	O comércio informal em Feira de Santana	Teles (2017) e Santos (2016).

Fonte: Elaboração própria (2019).

Para atender os objetivos desta pesquisa, a tese foi estruturada em seis partes, além deste primeiro capítulo introdutório e, ao final, as considerações finais.

No segundo capítulo, foram envidados esforços no sentido de apresentar as inter-relações entre trabalho e desenvolvimento econômico. Isso fez-se necessário para compreender as concepções do que é informalidade e suas relações com desenvolvimento econômico. No primeiro momento, discutiram-se os aspectos conceituais do que é trabalho, concedida numa linha teórica marxista, por acreditar que as respostas ofertadas por estudiosos dessa vertente são satisfatórias, tanto para explicar as concepções de trabalho, como as de desenvolvimento. Estabeleceu-se uma discussão com os textos, principalmente de Marx, Lucáks, Ricardo Antunes, Francisco de Oliveira e Márcio Pochmann. E para dirimir as questões sobre o desenvolvimento econômico, trouxe notas importantes apontadas por Celso Furtado.

No terceiro capítulo, há uma discussão sobre a informalidade, principal temática desta pesquisa. Foram apresentados os pensamentos de diversos estudiosos, Euler David Siqueira, Maria Cristina Cacciamali, Mario Theodoro, Maria da Conceição Tavares e Márcio Pochmann, sobre o que é e como se manifesta a informalidade, isso em consonância com o que está sendo estudado e recomendado pela OIT e pelo IBGE. É apresentado as posições dos estudiosos da escola liberal e dos desenvolvimentistas sobre o tema e questiona a ideia de temporalidade que os economistas atribuem a atividade informal. Em seguida, discute-se o fato do Brasil ainda carecer de reformas básicas da sociedade capitalista como a tributária, previdenciária e, principalmente, a política. E por fim, analisa o papel da informalidade em momentos de crises econômicas. Na sequência, se discute a dificuldade da apreensão do conceito de informalidade, apresentam-se algumas importantes concepções teóricas e o elo de ligação da informalidade com a questão urbana. Essa tarefa foi necessária para lastrear teoricamente a pesquisa, no sentido de dar embasamento às análises e delimitações de como a informalidade pode ser tratada nesta tese.

No quarto capítulo, apresenta-se um breve panorama econômico dos condicionantes do mercado de trabalho no Brasil. Ao longo da história, as relações de trabalho sofreram diversas modificações, e essa parte do trabalho, apresenta a descrição dos traços históricos dessas relações e algumas das transformações ocorridas na legislação e organização do trabalho no país. Em seguida, analisa os condicionantes econômicos do mercado do trabalho e discuti a evolução dos seus

indicadores a partir dos dados da PNAD, com foco no período de 2002 a 2018. Apresenta as nuances dos efeitos da crise econômica e política de 2015 no mercado de trabalho e, por fim, descreve os números e a dinâmica da informalidade a partir das pesquisas disponibilizadas pelo IBGE.

Após ter apresentado os panoramas da economia brasileira, direciona o olhar para o desenvolvimento socioeconômico, afim de compreender o lugar de Feira de Santana na trama econômica do estado. Assim, o quinto capítulo tem por finalidade investigar o desenvolvimento do mercado de trabalho local, e para isso descreve o estágio de desenvolvimento econômico da cidade, suas origens, características econômicas, sociais e culturais. E conclui essa seção apresentando a posição econômica da cidade no panorama da Bahia, e tudo isso se realiza, mantendo o foco no desenvolvimento do mercado de trabalho.

O Capítulo seis trouxe os aspectos metodológicos da pesquisa, já enunciados nesta introdução. O sétimo capítulo é guiado pelo objetivo geral, na análise da dinâmica econômica desenvolvida pelos trabalhadores de rua, assim possibilitada pelo tratamento quantitativo dos dados levantados pelos questionários aplicados no comércio de rua de Feira de Santana. Essa parte da tese atende aos objetivos de traçar o perfil socioeconômico dos trabalhadores do comércio de rua. Em seguida, descreve como os comerciantes de rua estão organizados em relação ao trabalho, como estão distribuídos geograficamente e como são suas vivências em relação ao mercado de trabalho. Enfim, desvela as suas relações com outros agentes na economia da cidade.

2 AS INTER-RELAÇÕES ENTRE AS CATEGORIAS TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Este capítulo apresenta o conceito de trabalho para em seguida dialogar sobre o fenômeno do desenvolvimento até compreender como o trabalho é um agente efetivo para o desenvolvimento. Pretende dar conta do debate sobre como a ideia de desenvolvimento é identificada com a ampliação do bem estar material do trabalhador. Para tanto, parte da premissa de que a capacidade produtiva do trabalho, aliado à expansão da renda real do trabalhador ocupado e a incorporação de progresso tecnológico nos processos produtivos são as bases para o desenvolvimento.

Feita essa pontuação, embora existam tantos outros pontos de vistas, nesta pesquisa foi adotada a inter-relação entre trabalho e desenvolvimento a partir do prisma marxista, por acreditar que Marx e os pesquisadores que o sucederam na linha materialista dialética procuram desvendar as verdadeiras relações entre trabalho, capital e desenvolvimento na sociedade capitalista.

Admite-se a existência de outra vertente, as concepções de Max Weber, dos economistas liberais fundadas nas teorias de Smith e de David Ricardo, os quais se propuseram a estudar e definir padrões e modelos de organização e desenvolvimento da sociedade para a produção capitalista. Essa é uma vertente que teve como objetivo harmonizar forçadamente os conflitos entre trabalho e capital, desconsiderando ou minimizando a existência antagônica das classes sociais⁸.

Antes de entrar na análise da categoria trabalho pela vertente escolhida é prudente discorrer sobre as concepções liberais. Adam Smith publicou seu livro em 1776, o primeiro pensador a apresentar o trabalho como geração de valor, numa vertente econômica, de que o trabalho está na base da produção de riqueza do modo de produção capitalista. Esse autor não demonstrou preocupação com o desemprego, acreditava que o mercado desregulado, sob a égide da *mão-invisível* poderia gerar o equilíbrio nos salários e na oferta de postos de trabalho. Ricardo publica suas ideias em 1817, moderniza as concepções de Smith, e estabelece uma Teoria do Valor Trabalho, a qual define que as mercadorias numa economia capitalista devem ser trocadas em proporção a quantidade de trabalho nelas contidas. O valor vem do custo de trabalho incorporado na mercadoria. Ele divide o trabalho em duas partes, o imediato, ação humana direta para produzir algo, e o mediato, que se refere ao

⁸ Essas crenças fundamentaram-se na interpretação do pensamento de Gramsci, Hannah Arendt e István Mészáros em debates com os professores Alfredo da Mata e Celso Antonio Fávero da UNEB.

trabalho incorporado nas máquinas. Ricardo também acredita na desregulação do mercado como mecanismo de manter equilíbrio entre o emprego e desemprego, não se preocupa com as condições de vida do trabalhador e afirmou que os salários deveriam ser mantidos a nível de subsistência dos trabalhadores.

Dito isto sobre a interpretação liberal, meramente econômica da categoria trabalho, e observado que nela não há uma preocupação com a efetiva melhora das condições vida do trabalhador, optou-se por um referencial teórico mais filosófico e sociológico, que concebe o trabalho como categoria fundante da sociedade. E assim, nesta empreitada, discutiu-se as categorias trabalho e desenvolvimento a partir de estudos das obras de Marx, Lucáks e seus percussores: Harvey, Francisco Oliveira, Celso Furtado, Milton Santos, Ricardo Antunes e Márcio Pochmann. A escolha desses autores se deu por eles serem importantes referências nacionais nesses estudos.

As leituras de Marx e Lucáks⁹ permitiram compreender que o trabalho é a relação social que altera a vida do sujeito e do meio ambiente. Harvey (1982) completa que ao dizer o trabalho garante ao homem a sobrevivência e a evolução e, quanto ao espaço, o modifica, transforma a natureza primitiva em natureza construída. É o principal mecanismo de integração social, além de ser fator relevante ao processo de reprodução e acumulação capitalista, elemento primário de todas as formas de desenvolvimento.

2.1 NOTAS SOBRE O CONCEITO DE TRABALHO

Para atender aos objetivos deste estudo, faz-se necessário a compreensão e o domínio dos aspectos conceituais a respeito da categoria de análise trabalho. Pois esta tese deve dar respostas sobre como se apresenta a dinâmica do trabalho desenvolvido pelos trabalhadores no âmbito do comércio de rua de Feira de Santana.

O debate sobre o tema trabalho na idade média, séc. IV a XVIII, foi incipiente, o escravismo, o autoritarismo religioso e o absolutismo, exerceram práticas de inibição à Filosofia e à Ciência. Esse período foi marcado por execuções, prisões e queima de diversas obras, até de bibliotecas inteiras e, a repressão a quem questionasse o sistema social vigente¹⁰ era brutal. Assim, há uma enorme lacuna temporal e

⁹ “O trabalho é um processo entre atividade humana e natureza: seus atos estão orientados a transformar objetos naturais em valores de uso.” (LUCÁKS, 2011, p. 47).

¹⁰ China, na dinastia de QIN, queimaram todos os livros contrários à ideologia dominante; No cristianismo os inquisidores instaurados e reis absolutistas, exerceram a mesma prática, Constattino 325 d. C.; C Atanasio de Alexandria, 367 d.C. ; O bispo Cirilo queimou a biblioteca de Alexandria em 435 d.C.; Recaredo I na Espanha, 586 d.C. Manuscritos Judaicos em 1244 em Paris; inquisição Espanhola 1499; enfim, as inquisições católicas

intelectual sobre o tema e só a partir de 1800, Georg W. F. Hegel na obra *A Filosofia do Direito* (1985), apresenta um conceito de trabalho (*Arbeit*) numa perspectiva econômica e filosófica que Lucáks (2011) chama de formadora de consciência, isso contribui para os estudos de Marx, que vem a ser um dos mais importantes estudiosos sobre trabalho, observando o tema a partir de atividade humana básica (QUINTANEIRO, 2003).

Nos manuscritos de Marx de 1844, só publicados 80 anos depois de sua morte, traz o que ele chama de Filosofia da Práxis, que tem como categoria central o trabalho humano, uma atividade prática sensível que provê as necessidades cotidianas e naturais e muito mais, constrói o homem enquanto ser social. O homem como resultado de sua atividade produtiva, “é obra de suas próprias mãos” (MARX, 2011, p. 15), que nasce ao engendrar-se ao mundo do trabalho e produz a história e a cultura. Marx extrai a base dessas conclusões de Hegel, a quem acredita ser o primeiro pensador que apreende a essência do que é trabalho e a partir disso avança e deriva outros conceitos relevantes (alienação, exército de reservas, mais-valia, apropriação) que até hoje explicam a realidade do trabalho no modo de produção capitalista. No livro *Formações econômicas pré-capitalistas*, Marx (2011, p. 65), apresenta que:

Um dos pressupostos do trabalho assalariado e uma das condições históricas do capital é o trabalho livre e a troca de trabalho livre por dinheiro, com o objetivo de reproduzir o dinheiro e valoriza-lo; de o trabalho ser consumido pelo dinheiro [...] como valor de uso para o dinheiro. Outro pressuposto é a separação do trabalho [...] do meio material do trabalho.

No processo de trabalho são criados os frutos da atividade produtiva, porém os objetos criados pelo trabalhador são propriedade exclusiva do capitalista. O trabalhador, na medida em que aliena previamente sua mão de obra como mercadoria, aliena o produto de seu próprio trabalho e, na maioria das circunstâncias não reconhece que o objeto criado é o produto do seu próprio trabalho. Para Marx (2009, p. 80),

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria. Com a valorização do mundo das coisas (Sündenfall) aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens (Menschenwelt). O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como

queimaram livros na América, manuscritos maias, 1560, na Alemanha, 1640, na Áustria 1730. Essa prática de imposição da ideologia por queima de produções teóricas filosóficas contrárias ao sistema vigente continuou mesmo no Século XX, adotadas por regimes autoritários na Europa, Hitler e Mussolini, e na América com destaque ao Chile e aos Estados Unidos no século XX (QUINTANEIRO, 2003).

uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral.

Marx avança em seus pensamentos sobre as concepções da categoria trabalho analisando e criticando as obras de Smith e Ricardo. Adam Smith publicou seu livro em 1776 e é o primeiro pensador a apresentar o trabalho como geração de valor, numa vertente econômica e de que está na base da produção de riqueza do modo de produção capitalista. É importante destacar que essa obra inaugura o campo da Economia como ciência. O autor ao se afastar da Fisiocracia, que estabelecia que a riqueza estava nas terras, vê o trabalho como o eixo fundamental para o crescimento econômico, principalmente com a divisão do trabalho, pedra fundamental de sua análise. A preocupação de Smith em sua obra *A Riqueza das Nações* consiste em criticar o mercantilismo no intuito de impulsionar o desenvolvimento do pensamento liberal.

Marx critica a obra de Smith, diz que ele não demonstrou preocupação com o desemprego involuntário, que confunde valor de troca com o valor trabalho, e considerou um equívoco as principais crenças das Riquezas das Nações: 1) a de que o mercado desregulado, sob a égide da *mão-invisível*, poderia gerar o equilíbrio nos salários e na oferta de postos de trabalho; 2) De que a divisão do trabalho era um mecanismo de desenvolvimento da sociedade. Marx (2017, p. 67) considera que “um homem que passa toda a vida a desempenhar algumas operações simples [...] não tem a oportunidade de exercer a inteligência [...] torna-se estúpido e ignorante [...] a subdivisão do trabalho é o assassinato de um povo”. A divisão do trabalho cria riqueza para o capitalista e não para o trabalhador, pelo contrário é alienante ao homem, pois tira dele a compreensão do processo produtivo e permite ao capitalista se apropriar dos resultados da riqueza produzida pelo trabalho.

Smith define o trabalho como a fonte e a medida do valor de troca, o que segundo Marx, é limitado e impreciso. Com base em Smith, Ricardo, ao publicar suas ideias em 1817, quando vai mais adiante, moderniza as concepções de Smith no campo da Economia, mas por outro lado estabelece uma concepção também simplista da teoria do valor trabalho, “O valor de uma mercadoria [...] depende da quantidade relativa de trabalho que é necessária para sua produção e não da maior ou menor compensação que é paga por aquele trabalho.” (GRESPLAN, 2019, p. 60).

Para Marx, Ricardo não têm a dimensão social da categoria trabalho, para ele o valor vem do custo de trabalho relativo incorporado na mercadoria. Ricardo divide o

trabalho em duas partes, o imediato, ação humana direta para produzir algo e o mediato, que se refere ao trabalho incorporado nas máquinas. Ricardo se limita a afirmar que o valor do trabalho é definido apenas pela produção. Para Marx isso também é impreciso, pois o trabalho não é simplesmente uma mercadoria a ser trocada, “a determinação do valor pelo tempo do trabalho produtor da mercadoria constitui, portanto, um nível “interno” que “aparece” num nível externo, no da concorrência ou da circulação das mercadorias, como algo interior que se manifesta”. (GRESPLAN, 2019, p. 62).

Outra discordância de Marx (2011), está no fato de Ricardo acreditar na desregulamentação do mercado como mecanismo de manter equilíbrio entre o emprego e desemprego, e no fato de não se preocupar com as condições de vida do trabalhador, principalmente quando afirma que os salários deveriam ser mantidos no nível de subsistência dos trabalhadores.

Marx (2011) afirma que David Ricardo não consegue avançar definição da Teoria do Valor Trabalho, pois confunde valor do trabalho com preço. Ao utilizar e aprofundar em seus estudos sobre as concepções da Teoria do Valor, Marx parte do pressuposto de que a produção econômica é uma atividade coletiva, portanto, o valor de uma mercadoria é definido pela quantidade média de horas de trabalho nela incorporada e incluindo nisso o trabalho anterior para produzir as máquinas e matérias primas. Assim, o preço de uma mercadoria deve considerar a quantidade de trabalho nela incorporada.

Os clássicos concebem a Teoria do Valor com princípios simplistas, na qual o trabalho é produto como uma outra mercadoria qualquer, e que pode ser meramente trocado, confusão com valor de troca. Marx contrapõe isso, pois julga que apenas o trabalho é o elemento portador de valor, somente o trabalho humano vivo tem a capacidade de criar valor/riqueza. A compreensão dessa afirmação pode ser obtida na explicação de Mattei (2003) “O elemento decisivo é o trabalho social, tendo em vista que o valor da força de trabalho corresponde ao tempo de trabalho socialmente necessário à sua reprodução, sendo justamente o trabalho social total o responsável pela geração da massa de valor que é repartida entre o capital e o trabalho”.

As leituras das obras de Hegel deram apoio aos fundamentos metodológicos e filosóficos para Marx aperfeiçoar as concepções sobre a categoria trabalho. Hegel, segundo Lessa (2015, p. 21), é o primeiro autor a escrever que História “é um processo, o passado determina o presente e o presente determina o futuro”. Marx

lendo isso evolui afirmando que a história começa quando o homem deixa de ser coletor e passa a ter uma relação com a natureza típica de um ser social, o trabalho. O homem passa a transformar o meio ambiente para a sobrevivência. Afirma que o trabalho se constrói primeiro na consciência para depois se materializar no mundo objetivo. O ser social funda-se a si próprio através do processo de trabalho, o indivíduo desenvolve capacidades e habilidades que darão origem às Ciências, Artes e as Ideologias e, nessa consideração, Marx define o trabalho como categoria fundante da sociedade.

Seguindo o prisma marxista chega-se a Lucáks, que é um dos mais importantes teóricos sobre a conceituação moderna de trabalho. Sua vasta obra é discutida em diversos artigos científicos, é referência comum nas teses de doutorado sobre o tema. Em sua obra *O trabalho: ontologia do ser social*, Lucáks, observa um momento histórico extremamente relevante para a compreensão da significância do trabalho, as circunstâncias em que o homem supera a existência “animalesca”, a situação de “animal que fabrica ferramentas” e passa a ser muito mais que isso, o que constrói e usa instrumentos e passar a ter o “domínio sobre si mesmo”. Ele chama esse instante de “autocriação do homem como homem” e ingressa em um novo ser: o social. Desse modo tal autor pondera que, “esse também é um momento do salto a que nos referimos, da saída do homem da existência meramente animalesca” (LUCÁKS, 2011, p. 46).

Lucáks trata o trabalho numa perspectiva ontológica, da natureza do ser da existência da própria realidade, fundamenta-se numa base teórica hegeliana e marxista e afirma que umas das categorias estruturantes da sociedade é o trabalho, que este contém em seus traços os estágios do desenvolvimento humano quando assume a forma de produção social, (práxis) interação entre o homem e a natureza. (LUCÁKS, 2011, p. 43).

Ricardo Antunes, em leituras que fez sobre Lucáks e Marx, afirma que o capitalismo visa a criação de uma riqueza para ser privada e acumulada e, por isso, destrói a força de trabalho, o meio ambiente e segrega a sociedade. Logo na apresentação de seu clássico livro *Os sentidos do trabalho*, traz a afirmação de que o trabalho exerce um processo contraditório na vida do homem “[...] emancipa e aliena, humaniza e sujeita, libera e escraviza” e nos convida a estudar o trabalho humano como uma “questão crucial no mundo.” (ANTUNES, 2009, p. 12).

2.2 CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Uma das questões conceituais que importam para este trabalho é precisamente entender a relação entre trabalho e desenvolvimento e como isto se conecta com a informalidade em Feira de Santana. Para dar conta desta tarefa, no âmbito desta tese, jugou-se conveniente analisar os condicionantes do desenvolvimento do mercado de trabalho no Brasil, pois a economia local reflete em maior ou menor densidade os aspectos do país.

O processo de continuidade no desenvolvimento econômico de um país, está fundamentado sobre os pontos estruturantes da produção da riqueza, da renda e do fortalecimento do mercado de trabalho.

Um das questões principais para o efetivo desenvolvimento é a criação de emprego, e que a remuneração do trabalho permita manutenção das condições essenciais à vida. O trabalhador deve ter liberdade para exercer o consumo de produtos e serviços que lhe permita não apenas sobreviver, mas a exercer a plena cidadania, viver com atendimento à saúde, segurança física e social, moradia, educação e lazer próprio e de seus familiares.

Os postos de trabalho decentes são um fator incondicional para a manutenção do desenvolvimento econômico efetivo, mas são consequências de uma série de outras medidas necessárias ao desenvolvimento de um país. Esta tese chama isso de condições estruturantes da produção, termo utilizado nos escritos do economista Fernando Pedrão, o qual aponta para a infraestrutura energética e educacional, como elementos fundamentais para possibilitar o crescimento econômico, a geração de emprego e posteriormente a efetivação do desenvolvimento (PEDRÃO, 2005). Neste sentido de forma indutiva a partir dos indicativos de Pedrão e apoiado na teoria de Celso Furtado, que utiliza a expressão 'condições necessárias para o desenvolvimento', este estudo compreende cinco dimensões como as condições estruturantes para o desenvolvimento econômico:

- a) Infraestrutura energética** – Qualquer que seja a proposta de desenvolvimento econômico de um país, para produzir riqueza necessita-se fundamentalmente de energia, dos mais diversos tipos, principalmente elétrica (geradoras hidroelétricas, eólicas, térmicas e atômicas) e combustíveis fósseis (petróleo, gás e carvão). O Brasil tem um grande potencial energético, desde o hidroelétrico, eólico, gás natural, como também há projetos de energia atômica,

nesta última é bom frisar uma grande atenção ao gerenciamento de risco ambiental. No entanto, no que tange à produção de energia os recursos são subutilizados, mesmo o país tendo capacidade tecnológica e potencialidades naturais, principalmente eólica e solar. O não aproveitamento de tal potencialidade, provoca carências energéticas, os grandes centros urbanos vivem passando por turbulências e até racionamentos e as regiões interioranas do Brasil sofrem dificuldades ainda maiores, sendo praticamente impossível a implantação de unidades produtivas mais robustas e exigentes de grandes demandas energéticas (THERY; MELLO-THERY, 2016);

- b) Disponibilidade de potencial produtivo** – A disponibilidade de recursos produtivos, riquezas naturais e demanda, se não forem elementos determinantes, com certeza são facilitadores da produção e da competitividade e, neste sentido, com endosso de Furtado (1987), o Brasil é muito bem servido, com grandes riquezas naturais, amplo espaço territorial com condições de produção agroindustrial, agropecuário, industrial, turístico, extrativo, enfim, há uma infinidade de possibilidades e potencialidades para dinamizar a economia e impulsionar o desenvolvimento econômico;
- c) Infraestrutura Educacional e Tecnológica** – A produção econômica exige a disponibilidade de mão de obra qualificada, de inovação, pesquisa e tecnologia. Fernando Pedrão (2017), coloca tudo isto como infraestrutura educacional, no qual projetos educacionais possam fornecer esses recursos para que o país gere riqueza. Nisto o Brasil é bastante carente, seja pela falta de efetividade das políticas de educação, ciência, pesquisa e tecnologia ou pela excessiva burocracia em inovar e patentear conhecimento no país e, para complicar ainda mais esta situação, nos últimos anos, os governos de Michel Temer e do atual presidente Jair Bolsonaro, já provocaram cortes de mais de 40% nas verbas destinadas ao ensino superior e à pesquisa (O GLOBO, 2019). A burocracia e o desinvestimento do estado nesta área levam os investidores e pesquisadores a migrarem para outros países;
- d) Infraestrutura Logística** – As matérias primas e os trabalhadores precisam chegar às unidades produtivas, os produtos acabados precisam chegar aos centros distribuidores e varejistas, por fim aos consumidores. Enfim, os produtos, serviços e as pessoas precisam se mover de maneira rápida e barata, efetiva e isso depende de meios de transportes eficientes. O Brasil é um país

com dimensões continentais optou em sua estratégia política pelo mais caro e lento modal de transporte, o rodoviário. A estrutura logística é defasada e o país perde competitividade e bilhões por ano. O modal mais eficiente para as nossas características seria a malha ferroviária, mas apenas 20% das cargas são transportados por trens, por rodovia são 62%, por aviões, navios e outros 18%. Em países desenvolvidos não menos de 50% das cargas são transportados por ferrovias (IPEA, 2016). Nossa malha ferroviária tem baixa cobertura e não há projetos significativos de investimentos no setor. Esse cenário faz com que a produção no país perca competitividade em relação a um mundo globalizado;

- e) Infraestrutura Monetária, Política e Jurídica** – colocam-se, a princípio, as três condições distintas no mesmo plano, mas há uma variável que liga todos estes fatores, a gestão estatal na condução das reformas necessárias a dinamizar a produção. O Estado deve agir como indutor e facilitador da geração de riqueza, mas no Brasil isso não é muito efetivo, temos histórico de altas taxas de juros e atualmente há falta de políticas creditícias de incentivo a setores promissores, falta de clareza ou até mesmo de políticas industriais. Mansueto Almeida (2011) trouxe que sempre houve uma grande confusão, se o país deveria adotar uma posição de fortalecimento de produtores nacionais ou facilitar a introdução de empresas estrangeiras, se adota uma postura industrial ou agroindustrial e acabou que não fez bem nem uma coisa ou outra. Quanto à estrutura jurídica legal, a burocracia, a morosidade e a insegurança por decisões confusas permeiam os contratos tanto para trabalhadores como para produtores, que atrapalham o crescimento.

Os exemplos de insegurança jurídica são graves e numerosos. Nossos legisladores aprovam leis cujo texto não têm a clareza necessária e, muitas vezes, não contam nem mesmo com base constitucional. As regras são constantemente modificadas sem a verificação do impacto econômico dessas alterações [...] o principal guardião da estabilidade da legislação, promotor da pacificação social e garantidor da ordem, o Poder Judiciário vem se constituindo, ele mesmo, em um fator de insegurança jurídica, ao se dar também o condão de legislar e, muitas vezes, de questionar abusivamente leis aprovadas pelo Congresso Nacional. Julgamentos díspares em casos similares, interpretações esdrúxulas, mudanças bruscas de entendimento, morosidade e número excessivo de processos pioram o quadro geral. Em diversos casos, as sentenças são aleatórias, arbitrárias ou mostram a mera preferência do magistrado. (CNI, 2018b, p. 15).

Esse mesmo estudo publicado pela CNI, apresenta o ranking da insegurança jurídica mundial e o Brasil está na posição 41^o, nos últimos 5 anos, de 2013 para 2018, caiu sete posições. A insegurança jurídica desmotiva novos empreendimentos. A ampliação do mercado de trabalho depende da implantação de empresas.

E para os investidores optarem em abrir empresas no país, são analisadas as cinco condições estruturantes da produção (disponibilidade de potencial produtivo, infraestrutura energética, infraestrutura educacional e tecnológica, infraestrutura logística e infraestrutura monetária, política e jurídica). E neste sentido, na conjuntura econômica do país, percebe-se que tais condições não são harmônicas e eficientes, constituindo assim mais uma percepção das dificuldades à geração de empregos no Brasil.

Por fim, em relação ao objeto desta pesquisa, a incapacidade do Estado brasileiro em prover as condições estruturantes necessárias à produção e a geração de emprego, permite supor que uma massa de trabalhadores desocupados se direcionou a atividade informal. Isso principalmente em cidades com forte dinâmica comercial como é o caso de Feira de Santana.

2.3 O TRABALHO COMO AGENTE EFETIVO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Nesta seção há como propósito compreender as relações da categoria trabalho com o processo de desenvolvimento de um país. Um grande problema acerca da geração de postos de trabalhos, foi apontado por Marx (1986) em suas análises sobre o processo de produção do capital, constantes na sua obra *O Capital*, quando mostra que a incorporação de progresso técnico no processo produtivo é muito mais acelerado nas máquinas e equipamentos do que na incorporação e/ou qualificação de mão de obra. Essa questão vai se confrontar com a necessidade de aumento do pessoal ocupado e da renda numa sociedade capitalista.

Oliveira (2015), traz que nos países capitalistas centrais, EUA e Europa, o processo de produção e incorporação tecnológica se deu numa dinâmica que promoveu uma significativa absorção de força de trabalho. No entanto, mesmo nesses países, esse processo não tem sido historicamente homogêneo, pois em um ou outro período há registros de momentos de instabilidades e desocupações. Nos países periféricos, a exemplo dos localizados na América Latina, a produção e incorporação tecnológica se deram numa estrutura social bem mais desigual. Furtado (2005),

chamou de processo “imitativo” e dependente, Pochmann (1986), de capitalismo tardio. Essas características tornaram ainda mais desafiadora a construção de uma camada de trabalhadores ocupados e com capacidade de renda e acumulação que pudessem atribuir ao desenvolvimento econômico desses países.

Nesse sentido, Oliveira (2015) chama a atenção de que aos países periféricos foram condicionados a uma posição de papel auxiliar no processo de desenvolvimento e acumulação dos países centrais. Oliveira (2015, p. 41) ainda traz que nos países periféricos:

[...] o processo de modernização concentrou-se na agricultura exportadora, com pouca capacidade de irradiação dos benefícios da maior produtividade para os demais setores da atividade econômica. Como contrapartida, configurou-se uma estrutura produtiva espacialmente delimitada, comumente instalada em regiões próximas às áreas costeiras, e que, por esse motivo, urbanizaram-se velozmente, ao tempo que estabeleciam ligações tênues com o interior do território nacional. [...] Nesse sentido, o estilo de desenvolvimento que prevaleceu no capitalismo periférico aliou a implantação de uma estrutura econômica voltada para a oferta de bens e serviços característicos da civilização industrial europeia, com uma distribuição da renda altamente concentrada no topo da estrutura distributiva.

Para avançar na compreensão das relações entre trabalho e desenvolvimento, cabe destacar que o modelo periférico é concentrador do resultado do processo produtivo e impõe, diante da citação de Oliveira, dificuldades na absorção de força de trabalho. Isso se agrava por ser aliado a duas outras características: 1) a fragilidade na regulação das relações de trabalho entre empregado e empregador; e 2) O crescimento populacional foi, nos últimos 50 anos, proporcionalmente muito maior do que a capacidade de oferta de postos de trabalho.

É necessário admitir a diferença de desenvolvimento em relação ao crescimento econômico e que um não é sinônimo do outro. A acumulação de capital pelos detentores dos meios de produção (crescimento) pode-se dar de forma bastante discrepante da melhoria das condições de vida da sociedade. Considera-se por desenvolvimento econômico uma derivação dos conceitos de Celso Furtado (1974) e Francisco de Oliveira (2011), como o conjunto de transformações estruturais econômicas, políticas e sociais que permitam o aumento do nível de produtividade e da renda média dos trabalhadores.

E em segundo, compreendendo as definições de Celso Furtado que um país subdesenvolvido ou em desenvolvimento não necessita copiar modelos de desenvolvimento de um país desenvolvido, precisa verificar em suas potencialidades, a partir de sua realidade e especificidades o caminho para crescer e se desenvolver.

Celso Furtado (1974) em seu famoso livro *O mito do desenvolvimento*, chama de ilusão querer construir um projeto de desenvolvimento reproduzindo modelos de países que se auto intitulam desenvolvidos e faz propostas de reformas estruturais necessárias ao país.

O desenvolvimento econômico e o trabalho têm uma relação indissociável, esse debate está presente nas proposições teóricas de Francisco Oliveira, Celso Furtado e Paul Singer, enfatizavam um pensamento marxista de que o *desenvolvimento econômico era a causa última do desenvolvimento social*¹¹.

Marx constata que os meios de produção e a acumulação capitalista se multiplicam em velocidades muito superiores e desproporcionais à remuneração dos salários e a oferta de postos de trabalho aos trabalhadores e que isso era um viés ao desenvolvimento social e econômico.

Medeiros Junior (2014) apresenta o pensamento de Trotsky, em que a diferenciação não impõe às áreas atrasadas um eterno subdesenvolvimento, nem obriga as mesmas passarem pelas etapas históricas das desenvolvidas para se tornarem “adiantadas”. As regiões atrasadas combinariam inovações tecnológicas, políticas e culturas produzidas nos países avançados, isso combinando com as relações sociais e econômicas locais, por vezes pré-capitalistas, existentes em seu ambiente. A essa proposição denominou-se “Lei do desenvolvimento desigual e combinado”, que caracteriza a trama existente entre territórios desnivelados no plano internacional, nacional e regional, com variados níveis de desenvolvimento, (MEDEIROS JUNIOR, 2014, p. 21).

Outro importante teórico defensor da concepção de que o desenvolvimento de uma sociedade se dá pelo bem estar social e não pelo crescimento econômico, é o indiano, Amartya Kumar Sen, prêmio Nobel de Economia (1998), professor emérito da Universidade de Cambridge, considerado o “pai do IDH¹²”, em 1990, com o paquistanês Mahbub ul Haq. Amartya Sen, como é mais conhecido, principalmente por sua obra “*Desenvolvimento como Liberdade*”, considera que fatores sociais como capacidade de consumo da população, educação e saúde são fatores importantes na quantificação do Desenvolvimento Humano. Sen defende que o Estado em suas políticas deve combater as desigualdades sociais prestando serviços que possibilitem a construção de uma nova sociedade mais digna, com enfoque na educação, saúde

¹¹ Escritos do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico (1833).

¹² Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

e proteção das minorias. A relação direta de trabalho, saúde, educação com o desenvolvimento e amplamente defendida por Sen, em sua obra *“Pobreza e Fome: Um Ensaio sobre Direitos e Privação”*, a fome não é somente causada pela falta de alimentos, mas dificuldade de acesso aos mesmos, em uma sociedade em que trabalhadores não conseguem comprar seus alimentos, há fome mesmo havendo alimentos disponíveis (SEN,1999).

O desenvolvimento econômico deve se alicerçar em um processo de industrialização, modernização, incorporação de tecnologia, aproveitamento de conhecimento, mão de obra e recursos naturais no sentido de provocar mudanças positivas nas condições socioeconômicas e nas vidas dos trabalhadores. Um processo dinâmico e efetivo. Keynes (1988) enfatiza que cabe ao Estado o processo indutor de criação e manutenção de postos de trabalho e que isso é condição para o desenvolvimento. Furtado (1988) observando que o Brasil apesar de ter muito mais riquezas, é mais atrasado do que a Argentina, Chile, México e Uruguai, então há algo historicamente construído na produção da miséria e cabe ao Estado reparar e corrigir essa distorção.

Pensando nestas distorções, Furtado, assim como o baiano Romulo Almeida, foram os primeiros a pensar no desenvolvimento, principalmente no Nordeste, em um processo de mudança das bases estruturais da região. Romulo projetou a Regulação da Eletrobrás, envolvendo a iniciativa privada, a criação do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), do Banco do Nordeste, do qual foi presidente, e as bases do que veio ser a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), criada por Celso Furtado. Pensavam na busca do que chamavam de “novo desenvolvimento” no qual o Nordeste poderia expandir uma agricultura de valor e competir em um mercado nacional.

Nesta pesquisa, com base nos grandes autores clássicos acima citados, adota-se como premissa na relação entre trabalho e desenvolvimento econômico de que o processo de desenvolvimento de um país deve produzir um mercado de trabalho menos fragmentado, com a amplificação das relações assalariadas, sujeitas à proteção social e a homogeneização das condições de trabalho e, assim, registrar avanços e retirar as pessoas das condições precárias de vida e trabalho, reduzir a exclusão econômica, social e as desigualdades regionais.

Este capítulo, em síntese, teve como intuito debater a ideia de desenvolvimento econômico com a concepção marxista de que a expansão da renda real do trabalhador

ocupado e a incorporação de progresso tecnológico nos processos produtivos são as bases para o desenvolvimento. E diante das leituras de Marx, Lucács e de Harvey, compreende-se como o trabalho dos comerciantes de rua de Feira de Santana alteram a vida dos sujeitos e da cidade, e identifica os traços do desenvolvimento humano na produção social, a (práxis) da interação entre o homem e a natureza.

Todavia, para compreender o cenário de desemprego e de baixa produtividade dos trabalhadores de rua em Feira de Santana, apresentou-se outra concepção de Marx (1986), na qual afirma que o desenvolvimento da categoria trabalho é atrasado em relação ao desenvolvimento do capital fixo. Ele diz que a incorporação de progresso técnico no processo produtivo é muito mais acelerada nas máquinas e equipamentos do que na incorporação e/ou qualificação de mão de obra, e isto promoverá um contínuo processo de redução da ocupação de trabalhadores nos setores produtivos mais avançados tecnologicamente, e que os trabalhadores “descartados” migrarão para atividades improdutivas e periféricas.

Os aspectos conceituais sobre estas atividades periféricas e ditas improdutivas estão trabalhadas no próximo capítulo. E, a partir da abordagem discursiva e conceitual, é possível compreender efetivamente os aspectos imbricados nas relações informais de trabalho, permitindo uma visualização adequada da sua definição.

3 A DIFÍCIL COMPREENSÃO DO CONCEITO DE INFORMALIDADE E SUA RELAÇÃO COM A QUESTÃO URBANA

Esta tese avalia a informalidade dos trabalhadores de rua, situação de trabalho desprotegida socialmente, que abrange grande contingente de pessoas. Corrobora com as publicações da OIT¹³, as quais enfatizam a necessidade de se discutir e compreender as reais circunstâncias em que se manifesta a informalidade, e a necessidade de estudar as possibilidades de melhorias das condições de vida, através do trabalho aos empregados e empregadores informais. Na publicação dos resultados da Conferência Internacional do Trabalho de 2002, publicado em 2005, a OIT levantou a seguinte questão sobre a informalidade:

De um lado, estão os que denunciam a economia informal como sendo um antro de concorrência desleal, de más condições de trabalho e de violações de princípios fundamentais; do outro, posicionam-se aqueles que dizem que essa é a economia real em muitos países onde o sector formal é limitado e destacam o seu potencial em matéria de absorção de mão-de-obra e de redução da pobreza. (OIT, 2005, p. 5).

Assim, fundamentado nessa questão, estudar a informalidade é importante para auxiliar a compreender e desvelar a dinâmica da absorção informal de mão de obra e entender como por um lado há a precarização do trabalho, que “limita” a arrecadação do Estado e oferece uma concorrência desleal ao produtor formal e, por outro, promove condições de trabalho, sobrevivência e desenvolvimento a uma grande massa de trabalhadores de baixa qualificação, expurgada do mercado de trabalho formal. A OIT (2006, p. 9) traz que,

A economia informal absorve os trabalhadores que de outra forma não teriam trabalho nem rendimentos, particularmente nos países em desenvolvimento caracterizados por uma mão-de-obra numerosa e em rápida expansão como, por exemplo, os países onde os trabalhadores foram despedidos no seguimento da aplicação de programas de ajuste estrutural. A maior parte daqueles que entram na economia informal não o fazem por escolha, mas por necessidade absoluta. Nomeadamente em situações de forte desemprego, de sub-emprego e de pobreza, a economia informal é uma fonte potencial de criação de empregos e de rendimentos, pelo facto de ter um acesso relativamente fácil, mesmo sem muita instrução ou qualificações, nem grandes meios técnicos ou financeiros. É raro, porém, que os empregos assim criados correspondam aos critérios de trabalho digno. A economia informal permite também satisfazer as necessidades dos consumidores pobres, oferecendo bens e serviços acessíveis a preços baixos.

¹³ Resolução sobre Estatísticas de Emprego no Sector Informal, adoptada pela 15ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho em 1993. 90ª Conferência Internacional do Trabalho, de 2002, relativa ao trabalho digno e a economia informal. VI Reunião dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), 2005 em São Tomé. A OIT e a Economia Informal, 2005.

Ao se tentar conceituar e diagnosticar a informalidade, entra-se em um campo de divergências e contradições, assim, a discussão sobre o que é informal será aqui discutida com base em autores estudiosos das manifestações da informalidade no mercado de trabalho. A professora e economista Maria Cristina Cacciamali (1996, 1999 e 2000), relata que a informalidade não se apresenta apenas no assalariamento ilegal, há múltiplos fatores e diversas maneiras de manifestação da informalidade, a principal é a relação de trabalho desprotegida de seguridade social¹⁴. O economista especializado em mercado de trabalho Lauro Ramos (2003) compreende por informalidade as categorias de precarização, instabilidade e casualidade que invadem às esferas do trabalho formalizado.

A informalidade caracteriza-se muitas vezes pela indefinição dos locais de trabalho, por condições de trabalho precário, ausência de qualificação e baixa produtividade e rendimentos, falta de acesso à informação, ao financiamento e à tecnologia. “Os trabalhadores da economia informal podem caracterizar-se por diversos graus de dependência e de vulnerabilidade” (OIT, 2006, p. 10).

Segundo Pochmann (2008, p. 195), a informalidade é fruto de um processo histórico de economias que se industrializaram tardiamente, principalmente em países que foram incapazes de realizar as reformas clássicas do capitalismo moderno (agrária, tributária e social). A informalidade acontece, a princípio, quando não há empregos para todas as pessoas que querem trabalhar.

Nesse mesmo trabalho este mesmo autor caracteriza a informalidade como espaços que apresentam:

Duas categorias distintas de ocupação à margem da dinâmica capitalista: (i) em atividade mercantil simples, sem uso do assalariamento permanente, tais como empresas familiares, os trabalhadores por conta própria (autônomos), pequenos prestadores de serviço e serviço doméstico (trabalho a domicílio, ambulantes, biscateiros, engraxates, vendedores avulsos, etc.) e (ii) em atividade pseudocapitalista, que inclui empresas que embora utilizando mão de obra assalariada, não operam segundo a lógica da taxa de lucro, e não registram as suas atividades. (POCHMANN, 2008, p. 198).

Queiroz (2012), traz que é necessário dialogar com Pochmann, e compreender por que da informalidade ser um problema de países de industrialização tardia, pois é possível observar indícios do fenômeno desde os primeiros anos da Revolução

¹⁴ Relação de trabalho em que o profissional está desprotegido em relação a aposentadoria, acidente de trabalho, auxílios doenças, maternidade, sem seguro desemprego, fundos de garantias por desemprego.

Industrial. E Santos (2003) considera que a abolição da escravidão, quando os negros foram excluídos do sistema produtivo, sendo substituídos pelos emigrantes europeus, é um marco histórico que pode ser observado da informalidade do trabalho no Brasil.

Não se deve desconsiderar as observações de Santos (2003), fundamentadas na concepção da definição de exército industrial de reserva, de Marx, no qual, uma massa de trabalhadores não absorvidos pelas atividades capitalistas irá aderir a atividades de baixa produtividade e periféricas. Mas, ponderando a vinculação da definição que o IBGE faz da informalidade com a carteira de trabalho, esta tese considera como marco histórico e legal para iniciar a temática a promulgação da CLT em 1943.

Para Theodoro (1995, p. 55), a partir de meados dos anos 1970, o termo *setor informal* passa a fazer parte do jargão oficial, criado no seio da OIT, o conceito de setor informal aparece como um novo instrumento explicativo para um velho fenômeno: a existência de atividades econômicas de baixa produtividade e que se desenvolviam à margem da legislação e nas franjas do mercado.

Oliveira (1972) e Kovarick (1975) veem a informalidade lado a lado com a noção de marginalidade. O trabalho informal é compreendido como conjunto das atividades de grupos ou segmentos que estavam à margem da sociedade ou dos sistemas econômicos capitalistas, modernos, urbanos; herança residual do período colonial brasileiro.

Soto (1987) descreve a atividade informal como o resultado da ação de indivíduos portadores de um espírito empreendedor como qualidade inata aos homens. Algo opcional, onde o trabalhador livre e capaz faz sua opção pelo empreendedorismo. Deixem o credo de Adam Smith se manifestar: deixem os homens agirem por si só em busca de seus interesses particulares e egoístas e a “santa”, “poderosa” mão-invisível do mercado, fará com que essas ações criem benefícios e essa mesma mão, dividirá esses benefícios com todos.

Para Siqueira (2004), o pensamento de Soto caracteriza o trabalho informal como um conjunto de relações arcaicas, produzidas por atores sociais irracionais. O mercado de trabalho livre e desregulado seria o único meio de assegurar as condições de reprodução social dos indivíduos.

Na visão de Tavares (1988), a informalidade é uma questão estrutural inerente ao interior do modo de produção capitalista, partindo dos princípios do evento industrial. O sistema capitalista ao fazer uso da produção constante de novas

tecnologias, em processo de racionalização e crescimento de ganhos econômicos, gera um processo de utilização cada vez menor de capital variável (trabalhador).

Outro ponto, é não associar a informalidade como uma reserva de mão obra do capitalismo, disponível a qualquer momento em que se deseje montar um novo empreendimento, pois Queiroz (2012) revela que muitos trabalhadores não estão à disposição para se inserirem no mercado formal de trabalho, uma boa parte prefere continuar atuando no mercado de trabalho informal. E por outro lado, muitos não têm formação e nem habilidades exigidas pelo mercado moderno.

Neste ponto defende-se o princípio de Lautier (2007), dar maior liberdade aos pequenos empresários, uma vez que formalizar é conferir uma forma, modelar, e as questões das relações sociais não se moldam exatamente nas formas ditadas pelo Estado. O trabalhador informal não pode ser considerado, exclusivo, barreira ao desenvolvimento e não contribuinte do sistema produtivo, pois na medida que comercializa e consome produtos do sistema capitalista contribui para a manutenção e geração de riqueza no país. Essas atividades não precisariam de registros, apenas ter proteção social do trabalho.

A incapacidade do Estado se dá pelo crescimento¹⁵ da população em idade economicamente ativa (PIA), pela rápida transformação técnica dos meios de produção e agora pela expansão do comércio eletrônico. O crescimento da PIA é superior à oferta de postos de trabalho, a abertura econômica através da adoção de políticas neoliberais nos governos Collor e Fernando Henrique Cardoso, aliado ao o *e-commerce* e a tecnologia, reduziram a oferta de postos formais, o que fez aumentar as fileiras dos desempregados, subocupados, em ócio ou na informalidade.

Após percorrer por diferentes concepções teóricas, pela simplicidade e objetividade, será admitido o conceito de Theodoro (2002) onde descreve que informalidade é o trabalho em uma relação desprotegida socialmente; e a interpretação de Queiroz (2006), a informalidade é algo inerente, integrado e necessário ao sistema capitalista e que os governos precisam encontrar instrumentos de desenvolvimento e convivência ao invés de procurar a erradicação, pois isto não é possível.

¹⁵ A população do Brasil de 1960 para os anos 2000, saiu de 100 para 200 milhões (IBGE, 2017).

3.1 CONCEPÇÕES TEÓRICAS SOBRE O TRABALHO INFORMAL

Mas o que é informal? É o sem forma? Lautier (2007) analisa que a percepção em todas as análises sobre a economia informal, é que jamais o conceito de forma foi precisado e segundo o autor formalizar é conferir uma forma. Assim reconhecendo este ponto, a pesquisa abordou a relação de trabalho em três eixos (jurídico, econômico e social), se o trabalhador é registrado e tem os direitos previdenciários e/ou trabalhistas garantidos é formal, caso contrário é informal. É uma definição dada pelo jurídico e pela obrigação de ser cumprida na relação entre trabalhadores e empregadores e nos autônomos, o aspecto é quanto aos direitos previdenciários, garantias a serem gozadas pelos trabalhadores, aposentadoria e seguros sociais.

Lautier (2007) traz que A "formalização" das relações de trabalho é, pois, produto de três tipos e níveis de formulação de normas: as leis e regulamentos emitidos pelo Estado; a convenção coletiva por ramo de atividade; os regulamentos e convenções da empresa."

Maria Augusta Tavares afirma em seu livro "*Os Fios Invisíveis da Produção Capitalista*" que o trabalho informal é articulado à produção capitalista. Marx, quando analisou o trabalho na sociedade, disse existir três categorias de trabalhadores: 1) aqueles que não são produtivos nem improdutivos; 2) trabalhadores improdutivos; e 3) trabalhadores produtivos. Um exemplo claro a destacar dos trabalhadores do primeiro grupo, são os vendedores ambulantes, que se instalam ora num local ora em outro e produzem o suficiente para sobreviverem.

O segundo grupo de trabalhadores são os improdutivos, sua força de trabalho se troca por dinheiro como dinheiro e não como capital. Destacam-se nele, os trabalhadores por conta própria, domésticos, empregados do comércio sem carteira assinada, biscateiros, membros de cooperativas de serviços dentre outros. O terceiro grupo compreende indivíduos que trabalham geralmente na terceirização, que na maior parte das vezes, é realizada por determinadas cooperativas de produção ou formas de trabalho domiciliar cujas atividades sofrem o comando direto do capital (TAVARES, 2002).

A economia informal é um reflexo visível das transformações na economia mundial geradas pelo sistema produtivo capitalista. Ela assume diversas faces, a depender de onde e quando está inserida. O termo 'informal' surgiu pela primeira vez, ligado à economia e relações de trabalho, numa pesquisa realizada pela OIT, no final

dos anos 1960, em países de desenvolvimento tardio. Segundo Barreto (2003), na ocasião, a OIT lançava o Programa Mundial do Emprego, que tinha como principal objetivo avaliar os efeitos sobre emprego e distribuição de renda em países subdesenvolvidos, retardatários no processo de industrialização, cujos índices de crescimento econômico ganhavam notoriedade pelo rápido crescimento.

De acordo com Druck (2000), as primeiras pesquisas sobre informalidade foram no Quênia, país do continente africano, onde foi constatado, um rápido processo de industrialização, que gerou inúmeras atividades que não poderiam ser consideradas tradicionais. Porém, mesmo consideradas modernas para os parâmetros conhecidos, as atividades informais reuniam características bem peculiares, pois não contavam com o assalariamento e o nível de renda encontrava-se distante dos setores mais modernos da economia. Contudo, as atividades eram do então chamado setor informal. Houve um aumento da força de trabalho devido ao excedente da mão de obra, resultante do elevado crescimento demográfico, bem como, pela migração das zonas rurais para as cidades, desproporcional à capacidade de absorção pelos segmentos industriais modernos. Fenômeno similar aconteceu em São Paulo nas décadas de 1970 e 1980 e principalmente nos anos 1990.

Sasaki (2009) apresenta Keith Hart, responsável por um estudo antropológico em Gana, em 1971. Dois anos depois publicou algumas considerações de seu estudo no *Jornal de Modernos Estudos Africanos (Journal of Modern African Studies)*, Hart pesquisou os migrantes em sua vivência e jornadas de trabalho. Algumas características mencionadas em seu trabalho estão ainda presentes na informalidade atual.

Sasaki (2009) cita ainda que Hart em 1973, em Gana, observou que os informais ocupavam, para moradia, os espaços em torno do centro das cidades, que ainda hoje, são denominados de periferia. Para ele, existia uma distinção entre rendas de oportunidades de renda formal e informal, baseando-se em dois polos: (1) a renda proveniente do trabalho assalariado, protegido por normas legais estabelecidas pelo Estado e, (2) o autoemprego, no sentido do trabalho para obtenção de renda e sem subordinação a um empregador. Este segundo grupo era formado por trabalhadores com baixa escolaridade, em atividades de baixa produtividade, voltadas para sobrevivência, em um contexto de escassez de empregos.

Outra distinção feita por Hart, segundo Sasaki (2009), era referente à natureza das atividades informais frente às normas legais. Esta classificação que persiste até

hoje divide a informalidade em legítima e ilegítima, sendo a ilegítima, relacionada ao crime, como o roubo, interceptação de objetos roubados, jogo, prostituição, contrabando, narcotráfico entre outras. Pode-se afirmar que essa constatação, erroneamente, ainda é conceituada desta forma pela sociedade nos dias de hoje.

A informalidade foi caracterizada pela bibliografia em diversos termos: setor informal, mercado informal, periférico, marginalizado, trabalhador informal. A partir de 1990 passa a se utilizar a nomenclatura economia informal e para consolidar este termo, o IBGE já lançou três grandes levantamentos estatísticos denominado Economia Informal Urbana, 1997, 2003 e 2009.

No que diz respeito à análise da relação entre as instituições e a decisão das empresas de produzirem no setor formal ou no informal, um dos primeiros trabalhos a abordar essa questão foi o de Rauch, citado por Siqueira (2004), o qual analisa a decisão da firma de ser formal ou informal, somente a partir do cumprimento ou não da legislação de salário mínimo. Porque, segundo sua pesquisa com grupos de empresários, a legislação onera e engessa as atividades empresariais a partir do instante que obriga o pagamento do salário mínimo.

Não obstante, a decisão de registrar em carteira todo o salário pago ao trabalhador é também, uma prática adotada por alguns empresários. Assim sendo, a informalidade é, em alguns aspectos, filha da formalidade, pois uma das formas de precarização das condições de trabalho é não pagar, ou pagar menos impostos, não assumindo completamente os encargos trabalhistas, podendo dispensar mão de obra mais facilmente em momentos de crise e utilizando ou flexibilizando as leis trabalhistas. Ramos e Brito (2003) entendem como emprego formal, a atividade de trabalho com consciência de proteção da legislação trabalhista, esta proteção é vista como um indicador de qualidade de vida, então, a informalização gera uma precarização do mercado de trabalho. Esta pesquisa vai responder seu problema enfocando a conjuntura econômica em que está inserido o fenômeno e procurar analisar a circunstância relacional entre trabalho e proteção social, previdenciária.

Mas, qualquer que seja o conceito que venha a ser analisado, haverá discordâncias e concordâncias em diversos pontos, porém, cientificamente a base do conceito é único: é uma questão relacional, quanto à forma é emprego, trabalho, quanto à circunstância é relação - legal, registrada, protegida ou não.

Há problemas com conceito e definição de trabalho informal. Será que tudo que não é formal, é informal? E os procedimentos que fazem com que dentro do trabalho

formal, aconteça o informal, através da onda de terceirização fruto da globalização, ou pelas ações tomadas nas brechas da legislação trabalhista. A informalidade se apresenta de diversas maneiras e faces. De certo ainda há o fato de algumas empresas não registrarem todos seus funcionários ou, mesmo os registrados não têm os devidos recolhimentos de tributos trabalhistas. Apresentam-se também, como informalidade, os diversos e maléficos acordos de pagamentos “por fora” da carteira de trabalho. Desse modo, pagam ao empregado um salário e registram nos livros fiscais um valor a menor, objetivando recolher menos impostos e, numa eventual rescisão, indenizar uma quantia inferior ao real devido. A saída para o trabalhador é recorrer judicialmente. Tem-se ainda a contratação pelas empresas formais de empresas terceirizadas, que não arcam com a legislação trabalhista e assim, essas empresas contratadoras ficam isentas da responsabilidade trabalhista para com o funcionário, mesmo que esse exerça a atividade dentro de seus portões.

A informalidade não somente é atividade exercida (venda de produto e serviço) sem a emissão de nota fiscal, o fato acima descrito é a informalidade no seio do sistema formal.

Quanto aos termos com sentidos pejorativos empregados sobre a informalidade que a classifica de atividade “subterrânea”, “invisível” e “periférica”, os quais representam apenas critérios negativos, devem ser descartados, pois não representam por completo a realidade do trabalho informal. O setor tem grande importância para a economia brasileira, possibilitando renda e garantindo a sobrevivência para uma significativa massa de trabalhadores. Outros termos são mais adequados como “economia popular” utilizado por Razeto e Siqueira (2004), mas a expressão “economia informal” é a mais recorrente, utilizada pelos institutos de pesquisas oficiais, sendo caracterizada e conceituada pela literatura econômica a partir de 1990 (SILVA, 1993).

Questiona-se a concepção de transitoriedade e temporalidade com que os economistas descrevem a atividade informal. Os estudiosos da escola liberal veem a economia informal de forma natural e temporária, que tende a desaparecer com o desenvolvimento da economia no país. A posição dos pensadores desenvolvimentistas é de que o desenvolvimento socioeconômico só é possível com a formalização do trabalho informal, que o Estado indutor provoque o desenvolvimento nas regiões subdesenvolvidas modernizando-as e acabando com o espaço precário de trabalho. Esta atuação estatal passaria por diversas reformas, tributária,

previdenciária e de fomento ao desenvolvimento econômico, assim como maior poder de fiscalização e eficiência judiciária.

Em resumo, as escrituras de Lautier (2007), Tavares (2000) e Santos (2003), pressupõe de que a informalidade brasileira não vai acabar, pois a consideram intrínseca ao modo de produção capitalista. Supõe ainda que, esta relação de trabalho funciona como uma mola, que contrai e se expande a depender do ponto de desenvolvimento em que se encontra a economia nacional. Na medida em que o Brasil viver oportunidades de crescimento acelerado, como dos anos 2002 a 2014, a informalidade vai se manifestar de maneira menos acentuada. No entanto, quando as crises políticas e econômicas, sejam elas mundiais ou locais, acometerem a sociedade brasileira, ela vai alcançar níveis mais elevados. Pois, é um mecanismo de sobrevivência dos trabalhadores desempregados do sistema formal.

3.2 A INFORMALIDADE SOB O PRISMA DA LITERATURA ECONÔMICA

Há diversos pontos de vistas sobre a informalidade, os economistas mais liberais que acreditam que o pleno emprego é uma questão de tempo, pois, à medida que o mercado se tornasse auto regulável e globalizado, sem barreiras, só existiria o desemprego voluntário. Por outro lado, os economistas desenvolvimentistas defendem uma atuação do Estado em políticas de formalização para se alcançar a inclusão social e o desenvolvimento.

Soto (1987) e Ramos (2003) veem a atividade informal de forma natural e temporária, como uma opção empreendedora dos trabalhadores em países periféricos de industrialização tardia e com governos ineficientes. À medida que o Estado for mais enxuto e deixar de exercer uma função reguladora e exercer reformas que permitam os mecanismos de livre mercado atuar para gerir a economia, o trabalho informal tende a desaparecer.

Soto (1987) descreve a atividade informal como o resultado da ação de indivíduos portadores de um espírito empreendedor como qualidade inata aos homens. Para os liberais a constituição do mercado econômico deixa de ser uma construção histórica, feita de conflitos e lutas de classes, e passa a ser algo natural que brota espontaneamente da natureza interior dos homens, capazes, fortes e dinâmicos.

O pensamento liberal enfatiza que o desenvolvimento econômico necessita que os países cumpram seu dever de casa, via austeridade fiscal, reformas trabalhistas e

previdenciárias, permitindo o controle da economia pela “mão-invisível” do mercado. A necessidade da ausência do Estado nos assuntos da economia se dá, pois, os institutos intervencionistas com elevado nível de impostos, criam os mecanismos para produzir profissionais de baixa qualificação e incentivam a informalidade. Sicsu e Castelar (2009, p. 15) dizem que o Estado brasileiro “gasta e tributa muito, uma tributação instável e regressiva, que fomenta a informalidade [...]”. Por esta visão, o Estado é incapaz de proporcionar o bem-estar coletivo, o seu intervencionismo é um viés ao desenvolvimento e ao crescimento econômico.

Para Siqueira (2004), que também contribui para a análise da Teoria Liberal, esta escola caracteriza o trabalho informal como um conjunto de relações arcaicas, produzida por atores sociais irracionais e considera que o mercado de trabalho livre e desregulado seria o único meio de assegurar as condições de reprodução social dos indivíduos. Também reconhecida como Escola Neoliberal, os teóricos desta vertente, têm suas propostas fundamentadas nos clássicos e no extremo liberalismo econômico. Defendem que os problemas da estagnação e o desemprego são frutos da intervenção do Estado na economia e acreditam que para ocorrer o desenvolvimento seja necessária uma vasta e profunda desregulamentação, aliada a um imediato plano de privatização das empresas estatais. Essas medidas devem ser tomadas com o objetivo de deixar os indivíduos e os mercados livres para que possam empreender, investir e produzir livremente, contribuindo para o aumento da riqueza do país.

Em uma análise mais atenta do pensamento liberal quanto à informalidade, percebe-se que o trabalho informal é considerado como atividade marginal, excluído socialmente do sistema urbano capitalista. E que, o Estado regulador é incapaz de gerir positivamente os indicadores de emprego, acaba sendo centralizador e concentrador de renda.

Mas há quem pense diferente dos teóricos da Escola Clássica. A linha econômica desenvolvimentista, que compartilha pensamentos econômicos bem variados, de marxistas a keynesianos, destoa das premissas do livre mercado desregulado. Enquanto economistas liberais fixam-se na tríade “equilíbrio, racionalidade e individualismo” os desenvolvimentistas definem-se sobre estrutura histórico-social, pluralismo econômico e institucionalismo (LIMA, 2015). No Brasil, os grandes nomes do desenvolvimentismo são Celso Furtado, Maria da Conceição

Tavares, Luiz Gonzaga Beluzzo, Carlos Lessa, Márcio Pochman, Bresser-Pereira, entre outros.

Em relação à análise da informalidade, esses economistas fundamentados em Marx e em Keynes, fazem duras críticas à metodologia neoclássica liberal e realizam um estudo estrutural dos pilares da economia informal, vendo na gestão do Estado a solução do problema. Mas, em relação ao diagnóstico para informalidade eles têm similaridade com os objetivos dos liberais, acreditando que o desenvolvimento socioeconômico só é possível com a formalização do trabalho informal.

Na visão de Tavares (2002), a informalidade é questão estrutural inerente ao modo de produção capitalista, partindo dos princípios do evento industrial. Explica ela, que o sistema capitalista criou os meios da reprodução da informalidade e produz o desemprego ao fazer uso da produção constante de novas tecnologias, em processo de racionalização e crescimento de ganhos econômicos, gerando um processo de utilização cada vez menor de capital variável (trabalhador).

Em seus estudos sobre informalidade, Siqueira (2004), apresenta dois pensadores franceses: Cornuel e Doriez, que fazem contrapeso à abordagem liberal, desterritorializada e desregulada, os quais partem do pressuposto de que o trabalho informal está embebido em uma matriz de relações sociais locais, de redistribuição social do trabalho, com visão amplamente comunal. As relações estatais de troca geram desconfiança, a relação teria que ser de uma ação societal, comunal, integradas sistemicamente e territorializada, assegurando a coesão social.

A economia informal exerce um papel importante no processo de acumulação e valorização capitalista, atendendo a necessidade das demandas do sistema, oferecendo indiretamente a extração de mais valia, à medida que pressiona os salários para baixo e mantém certo nível de consumo. Na visão desenvolvimentista, à medida que o Estado indutor provocasse o desenvolvimento nas regiões subdesenvolvidas modernizando-as, o espaço precário desapareceria naturalmente. Observa-se assim, que este pensamento acredita na questão da temporalidade da informalidade, ou seja, pelo liberalismo econômico ou pelo estado regulador, é necessário acabar com o trabalho informal, buscando sempre o processo de formalização, assim ampliando a geração de recursos fiscais para o Estado.

Mas acredita-se que é necessário realizar mais pesquisas e diálogos quanto às possibilidades de formalização do trabalho. Segundo Silva (1993, p. 34) há uma perda de postos de trabalho formais, devido ao avanço tecnológico, já que o

desenvolvimento não chegou às regiões subterrâneas periféricas. A formalização do informal, no sistema econômico, não será possível, pois à medida que a tecnologia avança, substitui capital variável (trabalhadores) por fixo (máquinas e equipamentos). Fortalecendo esta ideia, Siqueira (2004, p. 85), contesta a onda liberal, em todos os níveis, pois não acredita que a disseminação de uma sociedade industrial (moderna e desenvolvida) atingirá, necessariamente, todos os países do globo ou mesmo o todo de uma nação.

A oferta de trabalho, devido ao processo de avanço tecnológico tende a ser cada vez menor, cabendo ao Estado um papel importante de proporcionar o funcionamento do mercado, ou seja, sendo capaz de exercer o papel keynesiano de criador constante de postos de trabalho formais. Todavia, esta criação de vagas necessariamente, não vai englobar a maioria dos trabalhadores informais.

O trabalho de Menegim e Bugarim (2003) concluiu que para o combate à informalidade, uma medida importante seria reformar a Justiça do Trabalho, tornando-a mais ágil no que tange os julgamentos sobre os reais direitos dos trabalhadores. Segundo seus estudos, um processo trabalhista leva 31 meses, em média, para ser concluído, então uma proposta para agilizar, seria criar outras instâncias de conciliações entre empregados e empregadores para reduzir este tempo, porque quanto mais eficiente for a justiça trabalhista, menor o grau de informalidade por infração dos direitos ocorreria. A demora nos processos incentiva as empresas a optarem pela infração, pois a indenização que teriam que pagar de imediato, mais os impostos que teriam que recolher mês a mês, só serão pagos em três anos, em média, depois que o trabalhador acionar a justiça. Ora, isto ainda sem as devidas correções monetárias e, mediante uma conciliação de valores e prazos, seria como tomar um empréstimo em longo prazo e a juros baixos. Esta visão dos autores é unilateral, o fato realmente pode existir, mas é apenas mais um aspecto da informalidade.

A informalidade é vista como uma distorção,

A informalidade contribui, também, para fomentar uma cultura de sonegação e desrespeito às normas legais, que é, em última análise, a razão de ser de sua existência. A difusão desse processo acarreta a banalização de princípios e valores, o que esgarça o tecido social, gera perda de credibilidade das instituições, propicia o alastramento da marginalidade, e até mesmo alguma tolerância em relação a ela. (RAMOS, 2007, p. 32).

Em contrapeso a afirmação acima de Lauro Ramos, a OIT (2006, p. 10) anota que,

Os trabalhadores e as unidades económicas da economia informal podem constituir um bom potencial empresarial. Estes trabalhadores dispõem, além do mais, de qualificações variadas. Muitos dos que trabalham na economia informal têm um sentido apurado do negócio, espírito criativo, dinamismo e capacidade de inovação, potencial que pode prosperar se se conseguir eliminar determinados obstáculos. A economia informal pode igualmente servir de viveiro de empresas e permitir a aquisição de qualificações no local de trabalho. Neste aspecto, pode servir de rampa de lançamento para um acesso gradual à economia formal, se forem implementadas estratégias eficazes.

Este posicionamento da OIT é importante no sentido de confrontar economistas liberais e os intervencionistas, que acreditam que a informalidade é danosa ao país e deve ser erradicada. Os economistas em geral, enfatizam a necessidade de integrar¹⁶ o mercado informal, como algo necessário ao desenvolvimento econômico.

O estudo teórico feito neste subcapítulo leva a algumas considerações: A primeira, de que a realidade pode se manifestar de diversas maneiras, e que não é uma questão simplória acabar ou mesmo reduzir os índices de informalidade no Brasil; e a segunda, ao observar a situação em Feira de Santana, com base nas proposições de Tavares (2001), Santos (2003), Theodoro (1995) e Lautier (2007) perceber que há sentido em acreditar que a informalidade é inerente ao capitalismo moderno, e assim sendo, pode ser reduzida, mas não erradicada.

Nesse sentido, é um fenômeno característico, principalmente dos países de que não promoveram as reformas estruturantes da economia, e sempre vai se manifestar em maior ou menor grau, a depender dos ciclos das crises econômicas. Em Feira de Santana, isso é visto nos comerciantes de rua, que a depender das variáveis econômicas nacionais e das ações da prefeitura se manifestam em menor ou maior número.

Esta tese verifica a questão da informalidade nas ruas de uma importante cidade nordestina, e diante disso, julgou ser necessário que antes de adentrar nas análises dos indicadores do mercado de trabalho, no próximo tópico é preciso discutir as relações da informalidade com a questão urbana.

3.3 OS ELOS DO FENÔMENO URBANO COM A INFORMALIDADE DO TRABALHO

A maior densidade da informalidade se dá no meio urbano, então foi necessário buscar as razões e consequências dessa relação e, nessa busca, se fez uma associação da contribuição de diversos de autores e pesquisadores da questão

¹⁶ Integrar, proporcionar empregos formais aos trabalhadores informais, erradicar a informalidade tributar, incluir fiscalmente a todos os empreendedores.

urbana. A informalidade brasileira é um *Fenômeno Urbano*, Velho (1967), nessa percepção, traz sugestões para investigação do comportamento humano no meio urbano, dado que se baseia nos conceitos e categorias de cidade, de Max Weber, no urbanismo como modo de vida, de Louis Wirth e na Organização Social do meio Urbano de Paul-Henry Chombart de Lauwe.

Uma análise importante de cidade foi apresentada por Velho (1967, p. 90) numa interpretação que fez do pensamento de Louis Wirth:

Já que a cidade é o produto do crescimento e não da criação instantânea, deve-se esperar que as influências que ela exerce sobre os modos de vida não sejam capazes de eliminar completamente os modos de associação humana que predominavam anteriormente.

Uma definição sociológica da cidade em que “apesar da importância preponderante da cidade em nossa civilização, nosso conhecimento da natureza do urbanismo e do processo de urbanização é insuficiente” (VELHO, 1967, p. 91).

Max Weber, reconhecendo o significado social desse fato, salientou que a abordagem sociológica da cidade adquire, portanto, uma unidade essencial e coerência, possibilitando ao investigador empírico focalizar mais distintamente os problemas e processos de maneira mais integrada e sistemática, ou seja, o urbanismo como forma de organização social. Compreender estas definições é necessário para compreender as relações de trabalho na cidade e, principalmente, o fenômeno da informalidade no trabalho.

Velho (1967) apresenta o autor Paul-Henry Chombart de Lauwe, que trata da organização social do meio urbano e relata que para constituir tal análise é necessário compreender os problemas de migração e de contato entre as culturas diferentes nos meios sociais das aglomerações. Caminhando neste sentido, é importante dar atenção à migração de pessoas no Brasil, pois é um fator importante na produção de postos de trabalho e de moradias informais nas grandes cidades.

As cidades, principalmente as maiores, atraem um fluxo de pessoas de regiões satélites, muito por conta de sua função, que segundo o conceito e categorias da cidade de Max Weber, as cidades têm uma função econômica e comercial (WEBER, 1967). Serve de alternativa na busca por sobrevivência dos homens do campo, ou de cidades pequenas, que migram para as grandes cidades para vender sua força de trabalho. No entanto, os postos de trabalho formais, não são suficientes para as

peças já existentes na cidade e o aumento da aglomeração provoca a busca por mecanismos informais de trabalho.

Velho (1967, p. 26), traz uma observação teórica interessante para a compreensão da informalidade, “a cidade é o habitat natural do homem civilizado [...]. O homem proeminente da segunda geração é um animal construtor de cidades”. Na obra *Fenômeno Urbano*, o homem civilizado, urbano, é objeto de investigação. Nessa pesquisa, o comportamento, as opções, consequências e os fatores que levaram o homem urbano a exercer a informalidade no trabalho, como atividade econômica e as consequências disso são variáveis a serem investigadas, numa tentativa de contribuir para as explicações já existentes do fenômeno.

Na ampliação da compreensão da informalidade, fez-se necessário neste estudo, a apropriação das abordagens de rede e informação de Manuel Castells (2008) e compreender sua percepção de economia, sociedade, cultura e o poder da Identidade. O referido autor analisa a formação do ser e a interação entre a rede e o ser na crise do Estado, e interpreta as transformações históricas atuais resultantes das dinâmicas dos processos. Seus trabalhos são resultado de mais de uma década de estudos e pesquisas realizadas nos Estados Unidos, América Latina, Ásia e Europa, acerca dos efeitos da Tecnologia da Informação (TI) no mundo contemporâneo. Também produziu interpretações sobre o subdesenvolvimento e a vida das populações destes países, uma situação de dependência que ajuda a elucidar a compreensão da informalidade numa sociedade, que Castells (2008) chama de conectada e difusa.

Difícil tratar de um fenômeno na atualidade, sem recorrer a David Habermas (1993) e também a Robert Castel (1998). Habermas tem suas pesquisas focadas particularmente sobre o estudo das cidades – as análises sobre as implicações econômicas, sobre a arquitetura das cidades e as noções de espaço-tempo. Robert Castel menciona o retorno das “classes perigosas”, a exclusão do trabalho, que antes era algo momentâneo e agora passa a ser encarado como algo definitivo, uma condenação do trabalhador “a permanecer economicamente inativo” e isso classifica tais inativos como elimináveis. Os desempregados ficam diante da subclasse dos permanentemente excluídos. Assim, a produção de informalidade seria algo permanente e contínuo, esta afirmação é paradoxal e dialética. Essas definições precisam ser debatidas, pois a informalidade nasce da exclusão do trabalho e nessa

condição de informal, o trabalhador volta a ser parte integrante do sistema, indivisível, necessário e indissociável.

Não seria possível fazer um estudo sobre informalidade, sem a noção de espaço e das relações sociais do espaço urbano brasileiro. Assim esta pesquisa recorre a Milton Santos (1979), como referência inicial, partindo do conceito de espaço, da instância econômica e da instância cultural-ideológica. É necessário interpretar e entender as diferenças entre os lugares, sua organização e as crises resultantes do processo de organização e “modernização”. “[...] o mundo é um conjunto de possibilidades e não apenas um conjunto de realidades”, Santos (1979, p. 55), outra questão é a maneira como os pobres poderiam se apropriar da tecnologia. Santos (1979), considerou na época, as planificações vigentes das décadas de 50 e 60 como teorias atrasadas, sendo necessário introduzir na análise urbana a dimensão histórica e as “características do espaço do terceiro mundo”, propondo uma abordagem diferenciada, sugerindo a análise a partir da compreensão de que nas cidades existem dois circuitos da economia, o inferior e o superior. Essa é uma preocupação com os aspectos econômicos como determinantes da formação “sócio-espaçial”, numa compreensão do espaço humano que considera a urbanização como resultado de um estágio das formas de organização do espaço.

Segundo Santos (1979) o circuito superior é caracterizado pelo capital abundante e tecnologias avançadas de produção, mão de obra completamente assalariada, comércio varejista moderno, conjuntos industriais, comércio de exportação, bancos, dependência ao setor econômico e cultural externo, representada por modelos educacionais, multinacionais, joint ventures e conglomerados internacionais. A essas características Milton Santos associa a ocupação do espaço e do equipamento urbano e sua localização periférica, buscando utilizar instalações e áreas fora do perímetro urbano e incluírem, depois de ocupadas, no circuito superior. Um importante elemento ligado e a serviço do circuito superior é o Estado, que desenvolve as políticas necessárias ao desenvolvimento do mesmo, através de financiamentos, doações, facilitações de crédito, isenções de impostos e principalmente, fornecedor de infraestrutura. À medida que tais políticas vão sendo implementadas se evidencia que o Estado perde sua característica de público e coletivo e se coloca cada vez mais a serviço do circuito superior.

A informalidade se manifesta principalmente no que Santos (1979) chama de circuito inferior, espaço caracterizado por subemprego, desemprego e terceirização,

alta precarização das relações de trabalho no acolhimento das pessoas expulsas do campo. A característica fundamental é a pobreza, campo e cidade, composta de uma população de explorados e oprimidos, não econômica e politicamente marginal. O trabalho informal compreende uma produção de baixa produtividade, manufatureiro e artesanal, diversos comércios pequenos e uma diversidade de serviços de baixa qualidade, trabalho em casa e vendedores de rua. Atividades econômicas sem controle contábil, de custos, sistema de negócios arcaicos e diversos equipamentos de baixa qualidade. O circuito superior tem o crédito como estímulo à produção, no circuito inferior o crédito atende às necessidades de consumo. No inferior, há uma dependência de intermediadores de serviços e produtos, principalmente do crédito. Nas atividades informais o mais importante é a sobrevivência e não o lucro.

Santos (1979) considera que a organização dos dois espaços, inferior e superior, tem atividades macro organizadas que geram tendências à integração econômica e relações centro-periferia. E ainda que, a dialética espacial, neste cenário, é representada pelo domínio do espaço e conquista de mercados pelo circuito superior e reclamações de espaços, sociais e políticos do circuito inferior. O referido autor ainda enfatiza que a organização do espaço é uma função que deriva da estrutura produtiva e do empobrecimento na periferia. Uma questão importante é admitir a incapacidade do modelo planejador em lidar com estas formas e abrir um canal de comunicação entre os dois circuitos e melhorar as condições de vida dos indivíduos presentes nesse espaço.

A obra de Milton Santos é uma produção sistemática e interdisciplinar da evolução do sistema socioeconômico, político com base geográfica dos países do Terceiro Mundo. Dá importância significativa aos problemas que envolvem a cultura, tem compromisso com a sociedade e busca uma interpretação dos processos técnicos, econômicos e políticos do mundo e da sociedade brasileira. Trata da pobreza provocada pela organização e utilização dos equipamentos urbanos numa perspectiva da Geografia Econômica, o que vai ajudar na compreensão dos fatos sociais e da discussão das relações do homem com meio ambiente primitivo, com o meio ambiente construído e com a modificação que o homem produz da natureza.

Após essas abordagens, remonta-se à concepção deste capítulo, que considera a informalidade é um fenômeno, não exclusivo, mas predominantemente urbano e, por isso algumas questões: primeira, devido à concentração populacional das cidades; em seguida pelas características do mercado de trabalho e, por fim, por

conta da legislação previdenciária e trabalhista no Brasil, nas quais o trabalhador informal urbano não está amparado. Na zona rural, a legislação (Lei 73.626/74) estabelece proteção previdenciária e trabalhista ao trabalhador rural, ao qual é oferecido pelo Estado tratamento diferenciado para aposentadoria (BRASIL, 1974). A categoria recebe todos os benefícios, mesmo sem ter contribuído para o INSS e ainda tem a redução de cinco anos na idade mínima para se aposentar, bastando apenas comprovar o vínculo com o trabalho rural através da propriedade e/ou moradia em um imóvel de menos de 120 hectares por 15 anos e também vínculo com uma associação com sindicato de trabalhadores rurais. O processo de associação é simples, os sindicatos rurais no Brasil são bem articulados e cuidam bem destes processos.

Mas este texto não pretende dizer que não há a presença de informalidade no campo. No Brasil ainda se nota forte presença de trabalho desprotegido socialmente na zona rural, os noticiários ainda expõem feridas como trabalho análogo ao escravo, trabalho infantil e atividades degradantes da natureza humana — como o desfibrilamento do sisal no sertão nordestino, que mutila as mãos e braços de trabalhadores —, motivo pelo qual não se pode negar a presença da informalidade na zona rural. O que se afirma, com base nas percepções teóricas e observação das realidades do campo e da cidade, é que a informalidade é um fenômeno predominantemente urbano.

O capítulo vigente, recorreu a diversos autores e a OIT para compreender e desvelar a dinâmica da absorção informal de mão de obra nas ruas de Feira de Santana. Entendeu que por um lado é uma situação de trabalho precária, limita a arrecadação do Estado e, por outro, promove condições de trabalho, sobrevivência e desenvolvimento a uma grande massa de trabalhadores de baixa qualificação, expurgada do mercado de trabalho formal, que é o reflexo dos comerciantes de rua aqui estudados. Com o propósito de desvendar as nuances da informalidade local, a seguir será apresentado os panoramas do mercado de trabalho no Brasil, na Bahia até chegar à realidade da cidade de Feira de Santana.

4 PANORAMA DO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL NO PERÍODO RECENTE

A cidade de Feira de Santana, como qualquer outra, possui interações econômicas e sociais, em aspecto global e nacional. Então, partindo das concepções de que o local de alguma maneira, em menor ou maior intensidade, reflete a conjuntura política e econômica nacional, julga-se importante para melhor compreender a realidade da cidade, analisar o processo de formação do mercado de trabalho brasileiro. De acordo com este ponto de vista, este capítulo foi construído a partir de uma perspectiva histórica e através de dois elementos básicos, segundo o DIEESE (2019), a transformação desigual da estrutura produtiva e o intenso e rápido processo de urbanização que transcorreu em simultâneo a ela.

Diante desta concepção considerou-se importante historiar de modo breve algumas das transformações do mercado de trabalho, para em seguida: analisar os condicionantes econômicos da ocupação no Brasil, discutir a evolução de seus indicadores a partir dos dados da PNAD e, por fim, ainda nesta etapa, apresentar os números da informalidade no país.

A edificação da relação de trabalho pago e assalariado no Brasil, tem como ponto de partida a abolição da escravatura. A liberdade jogou milhares de pessoas de maneira indiscriminada nas cidades. Os negros saíram das senzalas, das fazendas de café, sem ferramentas de trabalho, dependendo única e exclusivamente de sua força de trabalho para sobreviver. Vieram para as zonas urbanas atrás de trabalho e condições de sobrevivência. As cidades brasileiras do fim do século XIX eram desarticuladas, sem infraestrutura e condições de absorver a forte migração de negros libertos pela Lei Áurea (1888), pois eram quase dois milhões de pessoas negras libertadas. As consequências desse processo foi um crescimento urbano de forma desordenada que contribui para ampliar as dificuldades nas grandes cidades desta época, a começar pelo processo de favelização e a eclosão de pequenos negócios de baixa produtividade (SANTOS, 2001).

A falta de intenções e previsão estatal de inclusão dos negros no mercado de trabalho tornaram este momento histórico significativo. Para compreender a grandeza do impacto nas cidades, em 1888¹⁷, o Brasil tinha uma população de 10 milhões de pessoas, cerca de 6 milhões eram negros e destes, 1,5 a 2 milhões eram escravos. O

¹⁷ O primeiro grande censo brasileiro foi em 1872, esses dados de 1888 são estimados pela Historiadora Valéria Costa. (IBGE, 2019b)

país era constituído de uma sociedade agrária, pouca atividade industrial e sem registros de políticas de estímulo e inclusão de pessoas no mercado de trabalho. Observando este contexto, é possível admitir que esse momento, foi umas das primeiras grandes pressões por vagas no mercado de trabalho, sendo que a disponibilidade de mão de obra, que aceitava uma ocupação até por alimento, acirrava a competição nas já deterioradas relações de trabalho no Brasil pós Lei Áurea / Proclamação da República. Tal indiferença com a situação dos trabalhadores perdurou criticamente até a era Vargas, 1930. A não disponibilidade de postos de trabalho empurrou esta população, para o que Marx chamou de atividades periféricas de baixa produtividade.

Entre as décadas de 1930 e 1970, Pochmann (2014) afirma que aconteceu a primeira grande transformação no mundo do trabalho, com o reposicionamento do Estado se colocando em defesa de políticas nacional-desenvolvimentistas e consequente expansão produtiva. A transformação da sociedade agrária em urbana e industrial possibilitou um processo de modernização das relações, com avanços significativos quanto aos direitos sociais e do trabalho. Mas esses avanços não foram maiores e nem se tornaram mais efetivos por carecerem de uma gestão pública capaz de dar conta, das que Pochmann chama de reformas clássicas do capitalismo contemporâneo (reforma agrária, tributária e social). Abre-se aqui, nesta descrição histórica das relações de trabalho, um espaço para registrar que tais reformas nunca aconteceram no país e isto faz observar que, apesar de o Brasil transitar desde a década de 1970 entre as maiores economias, oitavo, sexto, quinto lugar, a ausência de evolução nas estruturas produtivas do país permitiu que inúmeros problemas sociais não fossem dirimidos. Pode-se citar entre eles a informalidade do trabalho que insiste em apresentar desde a década de 80 números elevados, nas faixas de 40% a 50% da massa de trabalhadores (IBGE, 2018).

Retomando a análise da primeira grande transformação do trabalho iniciada, segundo Pochmann (2014), nos anos de 1930, a proposta de uma sociedade capitalista industrial que não foi adiante. A indústria brasileira, ou as unidades industriais instaladas no Brasil, não demonstraram capacidade de ampliação do emprego e da renda suficiente para absorver a oferta de trabalho da crescente população brasileira. O Dieese (2019, p. 1) reforça isso ao afirmar que “embora muito intenso, o processo de geração de postos de trabalho nos segmentos dinâmicos e

modernos da economia, foi insuficiente para incorporar uma população urbana que crescia em ritmo acelerado”.

Para compreender isso, ressalta-se que antes dos anos 30, havia no país uma sociedade agrária que caminhou a passos largos para uma urbana industrial, este percurso por um desenvolvimento industrial próprio teve significativa força e representatividade até os meados dos anos 1970, mas as crises do petróleo de 1972 e 1979 e a recessão das décadas de 1980 e 1990, fizeram o Brasil pensar em outro caminho ou alternativa para o desenvolvimento.

Nesta busca por novas estratégias para o desenvolvimento, visto que a atividade industrial, nem de longe, teria capacidade para abarcar a oferta de trabalho da população brasileira, o mercado de trabalho, a partir dos anos 2000, se redesenhou, podendo-se observar uma forte expansão no setor terciário¹⁸ (serviços e comércio) Pochmann (2014, p. 5) vem a chamar isso da segunda grande transformação do trabalho:

Entre 1950 e 1980, por exemplo, o setor secundário aumentou sua posição relativa em 88,3%, pois passou de 20,5% para 38,6% do PIB, enquanto o setor primário reduziu sua posição relativa em 63,6% (passou de 29,4% para 10,7%). Nesse mesmo período, o setor terciário manteve praticamente inalterado o seu peso relativo. Nos trinta anos seguintes, o setor primário perdeu 46,% do seu peso relativo, ao passo que o setor secundário reduziu sua participação no PIB em 35,5%. Somente o setor terciário cresceu 36,9%, passando a representar em 2013 quase 70% de todo o Produto Interno Bruto brasileiro.

A partir do crescimento do setor terciário, é importante dar atenção ao que Pochmann chama de terceira revolução tecnológica. Esta transformação tem emergência nas novas tecnologias de comunicação e informação e que neste novo modelo produtivo de sociedade de serviços, as exigências de que os trabalhadores tenham mais habilidades e competências educacionais ampliaram-se, requerendo dos profissionais maior escolaridade e preparação. Em contrapeso a essas exigências, não se percebe no Brasil, um aumento significativo dos números de emprego formal, do poder real de compra ou da redução das desigualdades sociais de forma efetiva. Muito pelo contrário, o processo de certo desenvolvimento social que o Brasil viveu dos anos 2002 a 2015, foi estancado e, daí em diante, ao menos até meados de 2019, o país vem acumulando perdas sociais e estagnação econômica.

¹⁸ Classificação dos setores da econômica: Setor primário (agropecuária), secundário (indústria e construção civil) e setor terciário (serviços e comércio).

Isso ocorre, acredita-se, devido à ausência das referidas reformas citadas por Pochmann, do fomento às políticas e as condições estruturantes da produção.

Acredita-se que a crise tem perdurado mais ainda no Brasil pela atual predominância de medidas de desregulamentação do trabalho, com a aprovação de diversas medidas, principalmente a Reforma Trabalhista em 2016. Pochmann (2018, p. 1), vê esse impasse também como fruto da profunda mudança da base técnica produtiva, a sociedade está ingressando no que ele chama de capitalismo pós-industrial, sustentado no “trabalho imaterial” do setor terciário, nesta base, as atividades propostas e a organização do trabalho são muito diferentes do que o mundo teria experimentado até aqui.

Estamos diante de uma falsa disjuntiva que vem sendo colocada pelo pensamento dominante. Ela pressupõe o seguinte: que os trabalhadores aceitem os empregos possíveis gerados pela nova ordem econômica internacional ou, do contrário, a alternativa é o desemprego. De uma certa forma, a sociedade está um pouco paralisada diante desse falso impasse. (POCHMANN, 2018, p. 1)

Dando atenção à mudança da base produtiva, Ricardo Antunes (2018) chama a atenção para o impasse gerado e afirma que o mercado de trabalho, não só no Brasil, passou a ser “multifacetado”, “o setor de serviços se mercadorizou”, ou seja, assalariou em condições precárias um enorme contingente de força de trabalho. Os serviços públicos, que preservavam certo nível de qualidade de vida, foram através das privatizações e terceirizações reduzindo os postos e cedendo espaços a contratos deteriorados de trabalho. Para exemplificar tal precarização, Antunes cita a telefonia, e neste sentido não seria exagero incluir a privatizações das empresas estaduais distribuidoras de energias, dos bancos públicos estaduais, das terceirizações de hospitais, nos quais os cargos públicos foram extintos.

A sociedade com a tal mudança da base produtiva citada por Pochmann, sujeitou-se de maneira mais efetiva à lógica capitalista de acumulação, contratos com carga horária maior, ausência de plano de cargos e a salários bem menores. A expressão “multifacetado” a que Antunes se refere, pode ser interpretada como a interligação, a imbricação entre os três setores, não há mais a predominância de uma produção primária, secundária e terciária, há uma mescla de serviços da atividade industrial com a agrícola e vice versa, a agroindústria. E na dimensão em que houve a quebra da setorialização, a classe trabalhadora “esparramou-se”. (ANTUNES, 2018, p. 15).

O impasse, expansão da tecnologia e precarização do trabalho, ainda se caracteriza ao passo em que a sociedade vive a era da informação digital e tecnológica, com melhores condições técnicas e acesso ao conhecimento e não melhora as condições do trabalho. Mas, como enfatiza Antunes (2018), está se seguindo a lógica destrutiva do capital e vivenciando o oposto, trabalho virtual, e acrescenta-se desemprego estrutural, subemprego e principalmente a informalidade.

Foi importante discorrer sobre as algumas discussões teóricas de como se caracterizou o panorama do mercado de trabalho brasileiro, pois permitiu compreender que o Estado vem historicamente, e principalmente nos últimos anos, reduzindo sua participação na produção e na empregabilidade direta de trabalhadores, as empresas públicas estão sendo privatizadas e há promoção contínua de terceirizações em diversos setores da gestão pública. Isto se acirrou, principalmente, após um conjunto de leis aprovadas no governo Temer, 2016-2018. Esta onda de precarização com as terceirizações e flexibilizações das relações tem invadido o mercado formal de trabalho tanto da esfera pública como da iniciativa privada.

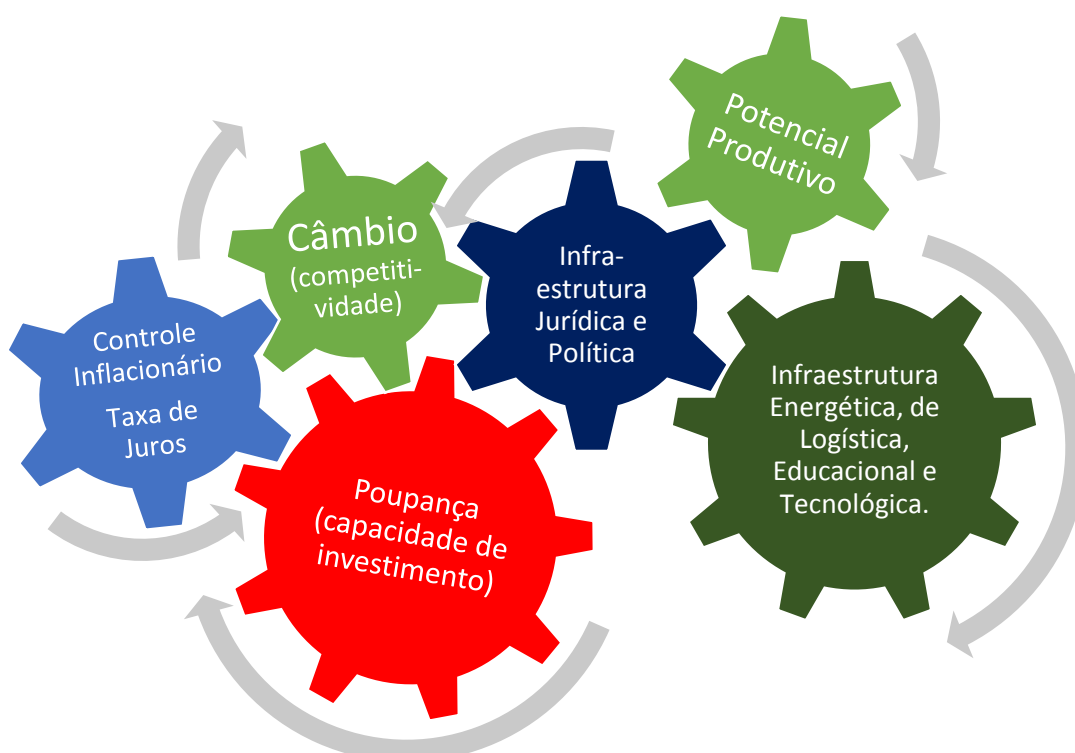
Uma série de mudanças nas legislações, vem flexibilizando regras, desregulamentando contratos e retirando direitos, atuando como agentes do mercado numa nova reestruturação produtiva. Pochmann chama isto de “cegueira institucional”, que o país está prisioneiro de atitudes de curto prazo e promovendo a precarização do trabalho. Isso se concretiza ao passo que Estado brasileiro não consegue efetivar políticas de geração de empregos, investe pouco em inovação e tecnologia e por fim, permite políticas econômicas e fiscais que impõe aos trabalhadores os custos da falta de planejamento e eficiência da gestão pública.

O fato é que o Brasil não foi capaz de resolver as questões estruturais de sua economia e o mercado de trabalho sofre com isso, e por ser fragilizado, é muito sensível às mudanças conjunturais da economia internacional. Carleial (2015, p. 1), afirma que “o mercado de trabalho é uma esfera subordinada ao nível e ao ritmo da atividade econômica [...] e a presença de uma estrutura produtiva pouco diversificada, [...] denuncia a limitada capacidade de geração de postos de trabalho, especialmente de melhor qualidade e melhores salários”. Pautado nessas observações percebe-se que as questões estruturais e conjunturais da economia brasileira condicionaram o efetivo desenvolvimento do mercado de trabalho no país.

A abertura econômica promovida pelos governos de Collor e FHC imergiu o Brasil nas ações e consequências de uma economia mundial globalizada, o que requer efetiva capacidade estatal de criar mecanismos para dinamizar a economia interna, em diversas questões como relacionamento com compradores estrangeiros, capacidade de honrar contratos e principalmente corresponder às expectativas de investidores para captar recursos externos.

Captar investimento externo, algo que depende dos condicionantes conjunturais, é fator primordial para o desenvolvimento da economia nacional, pois o Brasil não consegue realizar os investimentos necessários ao progresso socioeconômico. Para elucidar ainda mais a interdependência entre os aspectos estruturais e conjunturais, apresenta-se na Figura 2, as dimensões estruturantes da produção para o desenvolvimento para o mercado de trabalho.

Figura 2 – Fatores condicionantes para o desenvolvimento da economia e do mercado de trabalho



Fonte: Elaboração própria (2019).

O funcionamento destes condicionantes no Brasil, no período de 2002 a 2015, impulsionaram positivamente o mercado de trabalho, tanto que o Brasil chegou a

junho 2015, com sua menor taxa histórica de desemprego (6%) e a menor taxa de informalidade (30%). Houve uma sequência de 13 anos de ganho real do ajuste do salário mínimo sobre a inflação. Mas a fragilidade de não ter se executado as reformas estruturais da economia, em destaque, a política e a fiscal, trouxeram o Brasil de novo a quadros de forte desemprego e precarização das relações de trabalho.

Concretizando esse breve pensamento, as precarizações do trabalho no Brasil também são fruto do acirramento da competitividade global, do processo de abertura econômica indiscriminada entre os países, o que permite associar como o fenômeno do desemprego mundial

4.1 TRAÇOS HISTÓRICOS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO BRASIL

O mercado de trabalho em Feira de Santana é fruto de interações sociais e históricas com a evolução das relações de trabalho no Brasil, a cidade produz efeitos e sofre as consequências da evolução da organização política e econômica nacional. Sendo assim, considera importante, neste subcapítulo versar sobre os aspectos estruturais em que se fundaram as relações de trabalho no país, no intuito de compreender como as mudanças na estrutura econômica do Brasil, afetou o mercado de trabalho.

Historicamente, em comparação ao mundo desenvolvido, as relações de produção no Brasil são atrasadas e precárias. O país foi um dos últimos países do mundo a abolir o trabalho escravo, o último do continente americano, só em 1888 foi decretada, pela Princesa Isabel, a Lei Áurea que abolia a escravidão de negros. Em 1890 o censo da população brasileira contou 14.333.915 pessoas, destes, 2,1 milhões eram negros e 5,9 milhões eram pardos, que somados representavam 56% do total, que segundo Villen (2015), por uma questão racista e objetivação de branqueamento da população brasileira, foram preteridos no trabalho por imigrantes europeus.

Essa prática da elite que dominava a política brasileira dificultou o acesso de milhões de pessoas ao mercado laboral, que para garantirem sua sobrevivência recorreram a diversas atividades de baixa produtividade. Mas, é imprescindível considerar que essa massa de trabalhadores não deixou de ofertar sua mão de obra que, seguramente, deve ter exercido uma pressão negativa sobre os salários e contribuiu para um contínuo acirramento das relações de trabalho entre os patrões e operários da época.

A abolição da escravatura pode ser considerada como um ponto fundamental na evolução trabalho pago no Brasil. No entanto, as políticas excludentes e racistas provocaram grandes desequilíbrios, grandes conflitos e estranhamentos entre trabalhadores e patrões. Como observou Barbosa (2008, p. 5)

[...] até os anos 1920, [...] instaurava-se um regime de extrema flexibilidade ocupacional em termos de número de trabalhadores e de horas trabalhadas. Diante das crises conjunturais, quando se contava com estoques expressivos, prevalecia uma completa indiferença com respeito à retenção de força de trabalho. Cortava-se o número de dias de trabalho e de tarefas, barateando o salário efetivamente pago.

Barbosa (2008) ainda cita que os imigrantes depois de predominarem nas lavouras prevaleceram nas ocupações como médicos, advogados, engenheiros, arquitetos, professores e nas indústrias, chegando a contar 60% do total de trabalhadores na cidade de São Paulo em 1920. Essa observação conta a exclusão dos brasileiros, principalmente, negros e pardos do mercado de trabalho.

Outra observação extremamente importante de Barbosa (2008, p. 7) é o abuso do paternalismo e da exploração,

Em síntese, o mercado de trabalho brasileiro, no seu posto mais avançado, caracterizava-se, no período pré-1930, pela extrema flexibilidade da mão-de-obra, ausência de obrigações contratuais por parte dos empregadores e por uma elasticidade da oferta impressionante. Os salários não eram de equilíbrio, mas definidos pela força do empregador, dependendo também do tipo de especialização exigido, da existência de ação sindical e do grau de avanço tecnológico. O paternalismo e as relações não-capitalistas abundavam. O Estado — que parecia se situar fora das relações de trabalho — entrava em cena nos momentos de força organizativa da classe operária. Aliás, estivera presente desde o início do processo, quando a subvenção aos imigrantes criara as condições para a inundação do mercado de trabalho, para além das suas necessidades imediatas.

As reivindicações da população por direitos e oportunidades de trabalho nos anos da República Velha (1889-1930) não foram fortes o suficiente para provocar grandes transformações nas relações de trabalho no período. O Brasil se filiou a Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, mas isso não coibiu diversos movimentos trabalhistas, como, o Congresso Operário Brasileiro, no Rio de Janeiro em 1920 e as grandes greves nos anos de 1919, 1923, 1927. O aparelho repressivo (jurídico, policial e empresarial) reagia com diversas arbitrariedades, entre elas, podem-se citar: a) Epitácio Pessoa, com o decreto “Lei dos Comunistas”, em 1921, que expulsava do Brasil os estrangeiros que “perturbassem a ordem pública”, fizessem greves; b) o Estado de Sítio no Governo Arthur Bernardes, em 1922 e as práticas do seu sucessor, o presidente Washington Luís, em 1926, que “se notabilizou

pela afirmação de que a questão social é questão de polícia”, ou seja, qualquer forma de reivindicação de direitos teria como resposta a repressão (CANO, 2012). E, de fato, a repressão prevaleceu, os movimentos sociais antes de 1930, foram considerados criminosos e contidos pelo Estado. A ideologia da elite dominante brasileira não é exclusiva, é pertinente ao modo de produção capitalista e explicada por Gramsci, quando considera que política e a cultura exercem o poder de tornar passivo o comportamento das massas, seja pela força ou pela alienação.

A partir da crise mundial de 1929, que afetou a indústria cafeeira brasileira e levou à revolução de 1930, as relações produtivas no Brasil entraram numa nova era, houve uma transição do modelo primário exportador para a implantação de uma industrialização mais dinâmica que promoveu importantes transformações sociais e econômicas. As cidades começaram a se verticalizar, surgindo os inúmeros prédios que passaram a ser conhecidos como “arranha céus” e houve expansão dos serviços, do parque rodoviário e ferroviário. No que tange ao mercado de trabalho, iniciou-se a absorção mais densa de trabalhadores, que tiveram como carro chefe a construção civil e a indústria. As grandes cidades, como Rio de Janeiro, e principalmente São Paulo começaram a ver crescer a presença do migrante nacional, vindo em maior proporção da região Nordeste, para ocupar as vagas de trabalho ofertadas nesses setores. (CANO, 2012)

Os sindicatos que se organizaram melhor com as transformações sociais e econômicas pelas quais passava o Brasil, conseguiram recolocar com mais ênfase em pauta, questões trabalhistas como melhores salários, férias, jornada de trabalho, liberdade de sindicato, liberdade de reunião, trabalho infantil, além, é claro de outras importantes questões sociais como voto secreto e o feminino. As mudanças econômicas e a força dos movimentos sociais exigiram uma reestruturação do Estado, que foi dinamizada pelo Estado interventor de Getúlio Vargas que governara o Brasil de 1930 a 1945 e depois de 1950 a 1954.

Da habilidade política e conciliatória de Vargas e de sua visão de estadista, nasce então um novo Estado, na verdade exigido pelas transformações que a Base sofrera no período anterior. Seria este Estado, ainda que de forma autoritária, que implantaria grande parte das transformações necessárias: o Estado promotor e produtor, a política de industrialização, a legislação social e trabalhista, o novo Código Eleitoral, etc. Sua visão desenvolvimentista, na qual inclusive explicita a necessidade de integração do mercado nacional, antecede esse período. É nesse jogo que a habilidade de Vargas conseguiu construir o Brasil urbano e industrial que então se consolidaria no pós-guerra, não sem grandes dificuldades, a maior parte das quais, permanentemente imposta pelas elites que continuariam a negar apoio às reformas estruturais,

principalmente àquelas que implicassem na melhoria do padrão de distribuição social da renda. (CANO, 2012, p. 912).

Cabe aqui destacar, dentre as diversas intervenções de Vargas na sociedade, as que ele tomou no campo da legislação trabalhista. Antes de 1930 podem-se citar poucas e esparsas legislações sobre as relações de trabalho, como, por exemplo, o Código Civil de 1916. De cunho liberal, esse código objetivava impedir a interferência estatal sobre a autonomia das empresas, trazia dispositivos legais sobre locação de serviços, o que pode ser considerada uma concepção legal de contrato de trabalho. Em 1923 foi promulgada a Lei 4.682, que definia a estabilidade aos ferroviários com mais de 10 anos de serviço e, ainda em 1923, o Decreto 16.027 criava o conselho Nacional do Trabalho. A Lei 4982, de 1925, tratava de forma precária a questão das férias e o decreto 17.934 de 1927 regulamentava o trabalho do menor. A partir 26 de novembro de 1930 com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, um conjunto de legislações mais robustas foi criado para proteção da relação de trabalho.

Lindolpho Collor foi o primeiro ministro, propôs leis que dessem ao trabalhador maior proteção social e, nesse sentido, foram editadas diversas medidas, como: Decreto n. 19.671/31, que dispunha sobre a organização do Departamento Nacional do Trabalho; Decreto n. 19.770/31, que regulava a sindicalização; Decreto n. 21.175/32, que instituiu a Carteira Profissional; Decreto n. 21.186/32, que regulava o horário de trabalho; Decreto n. 21.417/32, que regulava as condições de trabalho das mulheres; Decreto n. 21.690/32, que criava inspetorias regionais do trabalho nos Estados (CANO, 2012).

A partir de 1934 o Governo de Getúlio Vargas amplia as proteções sociais, com legislações sobre acidentes de trabalho; reforma a lei sindical; Lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que instituiu o salário mínimo e, entre outras, a criação da Justiça do Trabalho, pela Constituição de 1934, em outubro de 1935. Em 1935 vieram a indenização por dispensa sem justa causa; garantia da contagem do tempo de serviço, dentre diversas outras regulamentações do contrato e da dispensa do trabalhador. E em 1º de maio de 1943, a CLT foi aprovada. Ela sistematizou, compilou, atualizou e complementou as legislações trabalhistas vigentes incorporando matérias sobre segurança e higiene do trabalho, contrato coletivo de trabalho, inspeção do trabalho e processos de multas administrativas (CEZAR, 2008).

Pochmann (2014) observou a evolução das relações trabalhistas no país e apresentou o que denominou como as bases da transformação e mutação do mercado

de trabalho no Brasil. A primeira grande transformação nesse setor, foi após a crise do capitalismo central, com grande depressão, que afetou em cheio a oligarquia agrária brasileira. Assim, viabilizou a transição para sociedade urbana, o reposicionamento do Estado nacional desenvolvimentista, que estruturou o mercado de trabalho no Brasil, em torno do trabalho assalariado e que foi uma condição estruturante para o avanço do crescimento da economia brasileira. Todavia, Pochmann salienta que esse crescimento do produto brasileiro não se concretizou em efetivos avanços sociais da classe trabalhadora, “[...] A exclusão social permaneceu ativa, identificada que foi pelas dimensões decorrentes da elevada pobreza, marginalidade social, informalidade e precariedade no trabalho, entre outras formas de manifestação.” (POCHMANN, 2014, p. 5).

Para esse mesmo autor (2014), os sinais da segunda grande transformação do trabalho vieram no início dos anos 1980, abalando significativamente o projeto urbano industrial brasileiro e levando à decadência econômica do país, estagnação e inflação, altas taxas de juros e grande endividamento externo. O Brasil se distanciou do mundo desenvolvido em qualidade de vida do trabalhador e incorporação de tecnologia na produção. Na década de 1990 o país passou a viver um processo de desindustrialização, processo que foi parcialmente revertido a partir de 2002, com a acessão de um governo que Pochmann chama de vitória democrática de uma maioria política não liberal, que reverteu o crescimento acintoso da pobreza, da miséria e trouxe ganhos reais à renda do trabalhador brasileiro. Esses elementos foram, segundo o referido autor, fundantes para a consolidação da segunda grande transformação do trabalho, “[...] o esvaziamento do peso relativo da economia nacional proveniente dos setores primário (agropecuária) e secundário (indústria e construção civil) ante a expansão do setor terciário (serviços e comércio).” (POCHMAN, 2014, p. 8).

Na obra *Globalização e Desemprego*, Paul Singer (1999) relata os resultados da globalização do trabalho no Brasil, a deterioração das relações de trabalho, o agravamento da exclusão social e o aumento do desemprego, do subemprego e propõe a economia solidária como alternativa de trabalho ao modelo capitalista de emprego. Singer (1999) chama a atenção, que não são os empresários que ofertam emprego, como uma “dívida que a firma faz ao empregado”, na realidade a empresa é o comprador e a mercadoria não é o emprego, mas a capacidade do trabalhador de produzir e o preço dessa mercadoria é o salário. Desse modo, a concorrência acirrada,

gerada pelo processo de globalização, tanto entre empresas, como entre empregados, obriga a aumentar a produtividade com redução dos custos, dos salários e do número de trabalhadores. A ampliação do subemprego, das ocupações precárias, da informalidade e dos autônomos são seus efeitos imediatos.

Na atualidade, o Brasil assiste a um crescente processo de precarização do trabalho humano e muitas vezes preconizam a necessidade de flexibilização das relações de trabalhistas para que as empresas possam se manter competitivas no mercado internacional, ante os efeitos da globalização, além do uso indiscriminado de terceirizações, quarteirizações, etc. Para tanto, há o uso de cooperativas ilícitas de trabalho, que mascaram o vínculo empregatício, dentre outros subterfúgios para burlar a aplicação da legislação vigente, promovendo a redução de direitos e garantias conquistadas pelos trabalhadores ao longo dos séculos.

Francisco de Oliveira, em diversas obras, principalmente nas clássicas *A Economia Brasileira: crítica a razão dualista / O ornitorrinco*, afirma que sociedade brasileira foi formada por trabalho escravo e isso definiu a forma de ser das relações sociais no Brasil. Para ele, o trabalho não passou do reino das necessidades para a liberdade, como deveria ser e, sim, numa lógica capitalista entrou e entra cada vez mais no reino da necessidade. Quanto maiores forem as necessidades mais o trabalho se torna banal e supérfluo. Outro fator extremamente complicado e violento no Brasil na visão desse autor, é que países de capitalismo tardio, como o Brasil, trazem em si o tacho da opressão e da injustiça do sistema colonial, carregam os estigmas do atraso, sem o conteúdo civilizador do capitalismo presente nos países desenvolvidos (OLIVEIRA, 2011, 2013).

A inserção do elemento flexível nas diversas relações sociais apresenta-se como uma das características líquidas da pós-modernidade; o direito ao trabalho é um produto histórico, marcado pelos conflitos existentes entre os empregados e empregadores, normatizado pelo Estado e mediado através da Justiça do Trabalho. Nesse contexto, a flexibilização da legislação trabalhista apresenta-se como importante tema do Direito do Trabalho e por isso, merecedor de uma análise detalhada, observação atenta, bem como da participação da sociedade.

A partir deste percurso sobre a história do mercado de trabalho no Brasil, se inicia nos próximos tópicos a decomposição dos indicadores do mercado de trabalho do âmbito nacional ao estadual, referente à Bahia, para posteriormente adentrar na realidade de Feira de Santana.

4.2 UMA ANÁLISE DOS INDICADORES DO MERCADO DE TRABALHO

O mercado do trabalho é composto por empregadores, que demandam trabalho e trabalhadores que ofertam a sua força de trabalho. No Brasil temos 170 milhões de pessoas acima de 14 anos, consideradas pelo IBGE (2017) em idade de trabalho – população em idade ativa (PIA), deste total, nem todos estão no mercado de trabalho. Segundo o IBGE (2018), o trabalho pode ser remunerado, quando se refere ao exercício de qualquer atividade que tenha em contrapartida dinheiro e/ou benefícios, ou pode ser não remunerado, quando a pessoa exerce uma atividade em que não lhe é dado nem um valor material em troca.

Os indivíduos poderão estar em três situações de trabalho, ocupado, inativo e desocupado e podem transitar — e frequentemente o fazem — de uma posição para outra. Os ocupados podem sair da força de trabalho para se tornarem inativos, de forma involuntária ou voluntária; E os inativos podem sair da inatividade para se tornarem ocupados, ou simplesmente se tornarem ativos por retornarem à procura de trabalho, o desocupado, pode estar ativo, se estiver exercendo pressão por uma vaga no mercado de trabalho.

Para seguir na análise das características do mercado do trabalho no Brasil, é necessário apreender as definições do que é ocupação, emprego, população economicamente ativa (PEA) e população em idade ativa (PIA). De início é necessário diferenciar emprego e ocupação. Ocupados, para o IBGE, são pessoas com trabalho remunerado exercido regularmente, mais as pessoas com trabalho remunerado exercido de forma irregular, mas sem procura de trabalho — nesta última, o desemprego pode estar oculto pela precarização do trabalho. Outra situação de ocupação são as pessoas com trabalho não remunerado em negócios de parentes e sem procura de trabalho. Já, para o desemprego, de acordo ainda com o IBGE, há duas categorias. A primeira é o desemprego aberto, pessoas desocupadas, que ofertam sua força de trabalho, a segunda, o desemprego oculto, que pode ser por trabalho precário ou por desalento, condição em que a pessoa já está há tanto tempo fora do mercado de trabalho que desistiu de ofertar sua mão de obra. Esta pesquisa adotou as definições de PIA, PEA e outros indicadores de trabalho conforme a PNAD Contínua do IBGE, constantes do Quadro 2 a seguir:

Quadro 2 – Notas Explicativas sobre os indicadores do Trabalho

INDICADOR	DESCRIÇÃO / NOTA EXPLICATIVA
PIA	Pessoas em Idade Ativa, com 10 anos ou mais que estavam trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), estimado a partir dos microdados da pesquisa.
PEA	População economicamente ativa - Número de pessoas consideradas “ativas” no mercado de trabalho, grupo que inclui todas aquelas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), estimado a partir dos microdados da pesquisa.
População Ocupada	Número de pessoas que estavam trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), estimado a partir dos microdados da pesquisa.
População desocupada	Número de pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), estimado a partir dos microdados da pesquisa.
Taxa de Participação	Refere-se à mão de obra potencialmente disponível para a atividade econômica. É um indicador da oferta de trabalho de determinada localidade, e obtida pela razão entre as Pessoas Economicamente Ativas (PEA, composta de Pessoas ocupadas-PO e Pessoas desempregadas-PD), e as Pessoas em Idade Ativa (PIA), com 10 anos ou mais.
Taxa de desemprego	Percentual das pessoas que procuraram, mas não encontraram ocupação profissional remunerada entre todas aquelas consideradas “ativas” no mercado de trabalho, grupo que inclui todas as pessoas com 10 anos ou mais de idade que estavam procurando ocupação ou trabalhando na semana de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).
Taxa de participação	Razão entre a população economicamente ativa (PEA) e a população em idade ativa (PIA), estimada a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Representa o percentual das pessoas que trabalharam ou procuraram ocupação na semana de referência da pesquisa entre todas aquelas com 10 anos ou mais de idade.

Fonte: IBGE/IPEA (2018).

Após a apreensão dos conceitos e notas explicativas que o IBGE utiliza para descrever e analisar o mercado de trabalho, apresentam-se agora algumas séries históricas da evolução dos indicadores do trabalho no Brasil. Antes é necessário explicar que as metodologias do IBGE para definir a População em Idade Ativa, população ocupada e suas variáveis seguiu as normativas da OIT que passou a considerar a partir de 2015 a idade de 14 anos ou mais, para as pessoas em idade de trabalho.

Assim de 2001 a 2014 é descrito e analisado a série histórica elaborada pela PNAD, que avalia os indicadores a partir das pessoas em idade de trabalho com 10 anos ou mais de idade. E de 2012 a 2018, tem-se outra série analisada, a da PNAD Contínua que passou a ser aplicada no Brasil a partir de 2012, com mais riqueza de detalhes e informações, já com as recomendações da OIT, a qual analisa o mercado de trabalho observando a idade de trabalho das pessoas com 14 anos ou mais de idade.

É importante frisar que relativamente à tendência de aumento ou de redução dos indicadores a mudança da metodologia não provocou alterações. O fato mais relevante é que a atual metodologia traz mais profundidade e consegue ser mais precisa na exposição dos indicadores.

Observando a Tabela 1 - Indicadores do Mercado de Trabalho no Brasil, 2001-2015, percebe-se que a população brasileira cresceu 18,5%, a PIA cresceu 26,5 % e a PEA cresceu 24% enquanto que a população inativa de 0 a 13 anos de idade reduziu 15,8%. Isso indica o claro envelhecimento da sociedade brasileira e um significativo aumento de trabalhadores em idade de trabalho e que denota mais pressão por ocupação.

Uma observação atenta a esse quadro, verifica-se uma sequência de 12 anos de crescimento e fortalecimento do mercado de trabalho entre os anos de 2002 a 2014 e que isto foi interrompido em 2015. Nesse ano vale destacar o fracasso das conjunturas políticas do Estado brasileiro evidenciado pela incapacidade do estado de gestar sua crise econômica e fiscal. Tais circunstâncias, se não foram a causa, coincidiram com a inversão de uma era de resultados positivos do mercado de trabalho.

Tal constatação sobre o mercado de trabalho pode ser verificada na Tabela 1 a seguir, em relação à população ocupada como empregado, que era de 41,7 milhões de pessoas em 2001 e chegaria a 60 milhões em 2014, com notáveis 45,3% de crescimento. No ano seguinte, 2015, esse indicador sofreu forte impacto, recuando 7,4 %, voltando a 57 milhões de pessoas ocupadas como empregados. Uma baixa de mais de 3 milhões de empregos. A população desocupada saiu de 7,37 milhões em 2014, para estrondosos 10,13 milhões de pessoas (37,44% de aumento) em 2015. Ou seja, 2,76 milhões de pessoas ingressaram na categoria população desocupada, em apenas um ano.

Tabela 1 – Indicadores do Mercado de Trabalho no Brasil, pessoas com 10 anos ou mais de idade, estimado a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), 2001-2015

ANO	POPULAÇÃO												
			POPULAÇÃO EM IDADE DE TRABALHO (PIA) (pessoas de 10 anos ou mais de idade)										População inativa de 0 a 13 anos de idade
			POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA (PEA)										
			População Ocupada								População desocupada e que procuram emprego na semana de referência	População em idade de trabalho Não economicamente ativa	
Empregado	Empregador	Trabalhador doméstico	conta própria	Trabalhador na produção para o próprio consumo/uso	Trabalhador não remunerado								
2001	172.742	140.422	84.886	76.936	41.741	3.244	6.011	17.165	3.084	5.687	7.950	55.518	32.320
2002	175.077	143.134	87.750	79.709	43.233	3.380	6.171	17.747	3.306	5.869	8.041	55.372	31.943
2003	177.360	145.761	89.485	80.775	43.906	3.385	6.203	18.058	3.504	5.720	8.709	56.258	31.599
2004	183.439	150.858	93.564	85.246	46.969	3.500	6.515	18.740	3.536	5.986	8.318	57.282	32.581
2005	185.651	153.733	96.682	87.695	48.209	3.705	6.694	18.980	4.077	6.030	8.987	57.040	31.918
2006	187.852	156.758	97.860	89.637	50.102	3.983	6.795	19.018	4.234	5.505	8.223	58.898	31.094
2007	189.954	159.411	98.899	90.855	51.984	3.403	6.723	19.256	4.090	5.399	8.045	60.512	30.543
2008	192.000	162.266	100.586	93.420	54.721	4.190	6.688	18.912	4.220	4.690	7.166	61.680	29.734
2009	193.995	164.640	102.281	93.784	54.914	4.035	7.295	19.209	3.936	4.395	8.497	62.359	29.355
2011	197.825	169.211	101.586	94.763	57.728	3.223	6.742	19.917	3.914	3.240	6.822	67.626	28.614
2012	199.689	171.036	102.463	96.100	59.403	3.620	6.511	19.832	3.822	2.912	6.363	68.573	28.653
2013	201.467	173.133	103.401	96.659	59.901	3.623	6.474	19.924	4.342	2.395	6.742	69.731	28.334
2014	203.191	175.234	106.824	99.448	60.651	3.729	6.491	21.171	4.549	2.856	7.377	68.410	27.957
2015	204.860	177.657	105.519	95.380	57.565	3.551	6.309	21.823	3.847	2.287	10.139	72.137	27.203

Fonte: Dados do IBGE, elaboração e diagramação própria (2019). A metodologia do IBGE foi alterada em 2015, considerando apenas os dados da PNAD Contínua, que considera como idade de trabalho as pessoas com 14 anos ou mais de idade.

A partir de 2016 a PNAD inovou e adotou uma nova metodologia em suas pesquisas, o IBGE adequou suas estatísticas às recomendações da OIT e passou, entre outras coisas, a considerar a idade de 14 anos para contagem da força de trabalho. Com esses parâmetros o IBGE só tem dados disponíveis a partir de 2012, então de agora em diante, nesta tese, serão construídas análises com base nas PNAD Contínua, levando em conta os resultados dos últimos três meses de cada ano.

Ao analisar a Tabela 2, percebe-se que as crises políticas e econômicas que acometeram o Brasil em 2015 agravaram significativamente os indicadores do mercado de trabalho. O número de desocupados quase que dobrou, saiu de 6,409 milhões em 2014 para 12,152 milhões de pessoas em 2018. A taxa de desemprego que é o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho, em 2012, era de 7%, chegou a 13,1%, em 2018.

Observando a Tabela 2, verifica-se que em 2013, o Brasil vivia a menor taxa de desemprego já medida pela PNAD, algo na casa de 6,2%. A situação começou a reverter segundo o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CDCE) da Fundação Getúlio Vargas (FGV), no segundo trimestre de 2014, mas o ano da explosão da crise foi 2015. O número de desocupados, conforme a Tabela 2 cresceu quase 40% em relação ao ano anterior, saiu em 2014 de 6,4 milhões para 9 milhões de trabalhadores desocupados em 2015. A explicação para tal fenômeno pode ser atribuída às circunstâncias políticas da crise, o recém-reeleito governo da Dilma Rousseff não conseguiu aprovar as medidas de ajuste fiscal junto ao Congresso Nacional.

Tabela 2 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação – Brasil, 2012-2018, (mil pessoas)

ANO	Condição em relação à força de trabalho e condição de ocupação					
	Total	Força de trabalho	Força de trabalho - ocupada	Força de trabalho - desocupada	Fora da força de trabalho	Taxa de desocupação
2012	157.426	96.468	89.857	6.611	60.958	7,36%
2013	159.587	97.416	91.403	6.013	62.171	6,58%
2014	162.319	98.805	92.396	6.409	63.514	6,94%
2015	164.151	100.818	91.800	9.019	63.333	9,82%
2016	166.401	102.150	89.871	12.278	64.252	13,66%
2017	168.396	104.037	91.770	12.267	64.360	13,37%
2018	170.022	104.888	92.736	12.152	65.133	13,10%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal (2018).

Para o mercado de trabalho, as consequências da crise fiscal foram acentuadas ainda mais com a crise política, pois elas refletiram no aumento generalizado do número de desempregados, dos subocupados e dos trabalhadores por conta própria sem CNPJ. Conforme a Agência de Notícias do IBGE (2018), a subocupação chegou a sete milhões de pessoas em dezembro de 2018, e os trabalhadores por conta própria sem CNPJ, que eram de 18,4 milhões em 2015¹⁹, chegou a 19,1 milhões de pessoas em dezembro de 2018.

A taxa de desocupação mede a porcentagem da força de trabalho que está em busca de uma ocupação, mas em uma crise duradoura como a atualmente no Brasil, outros fatores de deterioração acometem o mercado de trabalho e não aparecem nos percentuais de desemprego apresentados. Um exemplo disso, é o desalento, pessoas que estão desempregadas há tanto tempo que desistiram de procurar emprego e situações precárias de trabalho como a informalidade e a subocupação.

A Agência IBGE Notícias (2018) traz que, os desalentados em 2015 era 1,6 milhões de pessoas e passaram para 4,71 milhões em 2018. O quantitativo de trabalhadores subocupados era de 4,72 milhões de pessoas, em 2014 e passou para 6,92 milhões em 2018. Outro número muito preocupante é o da população fora da força de trabalho, que em 2014, antes da crise, era de 60,9 milhões e em 2018 chegou ao número de 65,1 milhões de pessoas.

A partir de 2017 a economia brasileira e o mercado de trabalho entraram em estagnação, o processo de forte queda foi interrompido, mas os sinais de recuperação ainda não se tornaram efetivos. Durante o governo do presidente Michel Temer, que assumiu o poder de 12 de maio de 2016 a 31 de dezembro de 2019, foi aprovada uma reforma trabalhista, em 13 de julho de 2017, que flexibilizou as relações de trabalho. O discurso de seus idealizadores era de fomento ao emprego formal, mas efetivamente até dezembro de 2018, as mudanças na CLT não produziram resultados positivos, visto que, como demonstra a Tabela 3, o número de empregos com carteira assinada²⁰ segundo a PNAD não cresceram, ao contrário, eram de 38,2 milhões em 2014, 35,8 milhões em 2016, 35,1 milhões em 2017 e chegou a 34,72 milhões de pessoas em dezembro 2018 (IBGE, 2018).

¹⁹ Consideram-se trabalhadores por conta própria sem CNPJ a partir de 2015, pois até dezembro de 2014, as categorias “empregador” e “conta própria” não eram divididas entre com e sem CNPJ, ou seja, formais e informais. <https://www.nexojornal.com.br/especial/2019/03/17/Os-n%C3%BAmeros-que-explicam-a-crise-do-emprego-no-Brasil>.

²⁰ Contam-se aqui os trabalhadores privados com carteira assinada, inclusive trabalhadores domésticos.

Tabela 3 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, por posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal, Brasil, mil pessoas, 2012-2018

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	89.857	91.403	92.396	91.800	89.871	91.770	92.736
Empregado	62.851	63.661	64.266	62.756	61.634	62.065	62.283
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	34.752	35.889	36.350	35.268	33.894	33.237	32.942
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	10.907	10.657	10.420	9.975	10.457	11.056	11.488
Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	1.924	1.848	1.913	2.081	1.941	1.872	1.779
Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	4.218	4.093	4.038	4.168	4.142	4.476	4.477
Empregado no setor público	11.049	11.174	11.545	11.264	11.200	11.424	11.596
Empregadores	3665	3.783	3.923	3.936	4.127	4.391	4.521
Empregador com CNPJ	-	-	-	3.268	3.409	3.499	3.616
Empregador sem CNPJ*	-	-	-	668	718	892	905
Trabalhador por Conta Própria	20.508	21.167	21.637	25.108	24.110	25.315	25.933
Conta própria com CNPJ	-	-	-	4.353	4.044	4.459	4.689
Conta própria sem CNPJ*	-	-	-	18.438	17.977	18.650	19.086
Trabalhador familiar auxiliar	2.843	2.793	2.571	2.317	2.089	2.206	2.158
Trabalhadores Totais com Carteira assinada	36.676	37.737	38.263	37.349	35.835	35.109	34.721
Trabalhadores Totais com Carteira assinada (%)	40,82%	41,29%	41,41%	40,69%	39,87%	38,26%	37,44%

Fonte: IBGE/PNADCM (2019).

Nota:*A PNAD começou a pesquisar as categorias trabalhadores por conta própria sem carteira e empregadores sem CNPJ a partir de 2015.

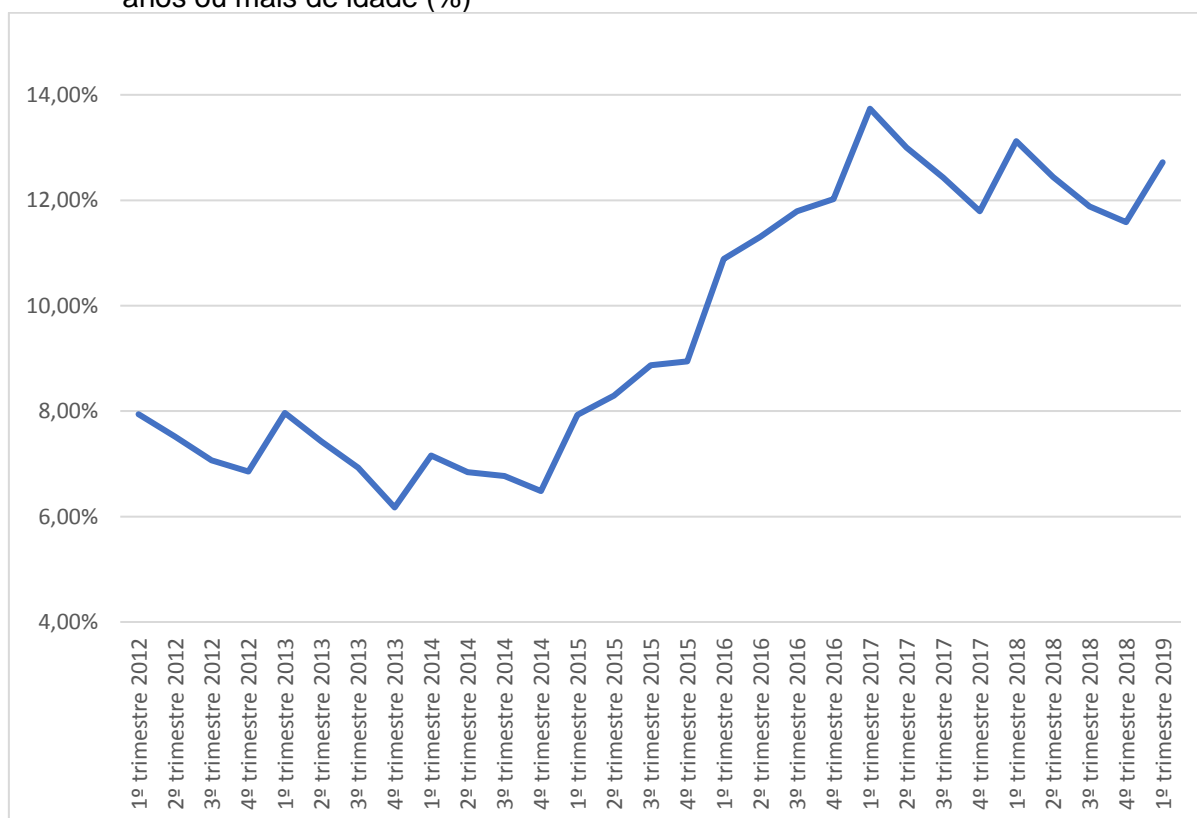
O mercado de trabalho brasileiro viveu anos de relativo crescimento e expansão, de 2002 a 2014, ganho real do poder de compra com reajustes do salário mínimo acima da inflação, ampliação do setor público, uma política de balança comercial favorável, câmbio equilibrado, reservas internacionais em valores nunca vistos antes na história.

Mas do final de 2014 a 2018, o país voltou a enfrentar velhos problemas sociais, econômicos e políticos, entre eles a fragilização das relações trabalhistas e precarização. Santos e Medeiros Junior (2017) chamam a atenção para a materialização desse fato em três dimensões: crescimento do desemprego, queda de rendimento dos salários e aumento da informalidade. Isso se deu pela influência da

ótica monetária adotada na política macroeconômica, primeiro, no final do governo Dilma de manutenção altista da taxa Selic²¹ para controlar a inflação e o déficit nas contas públicas e, em seguida, pela austeridade fiscal e corte de investimentos impostos pelo Governo Temer, a exemplo da PEC 55, denominada PEC do Teto, que congelou os gastos públicos, com educação, saúde e segurança pública, por 20 anos²².

A associação de tais medidas pode ser correlacionada com o desemprego. No Gráfico 1, verifica-se que nenhuma dessas medidas foram capazes de conter o significativo aumento da taxa de desocupação, que nos últimos três anos (2015 a 2018) se encontrava entre 11% e 14%.

Gráfico 1 – Taxa de desocupação, na semana de referência, das pessoas de 14 anos ou mais de idade (%)



Fonte: IBGE/PNAD (2019).

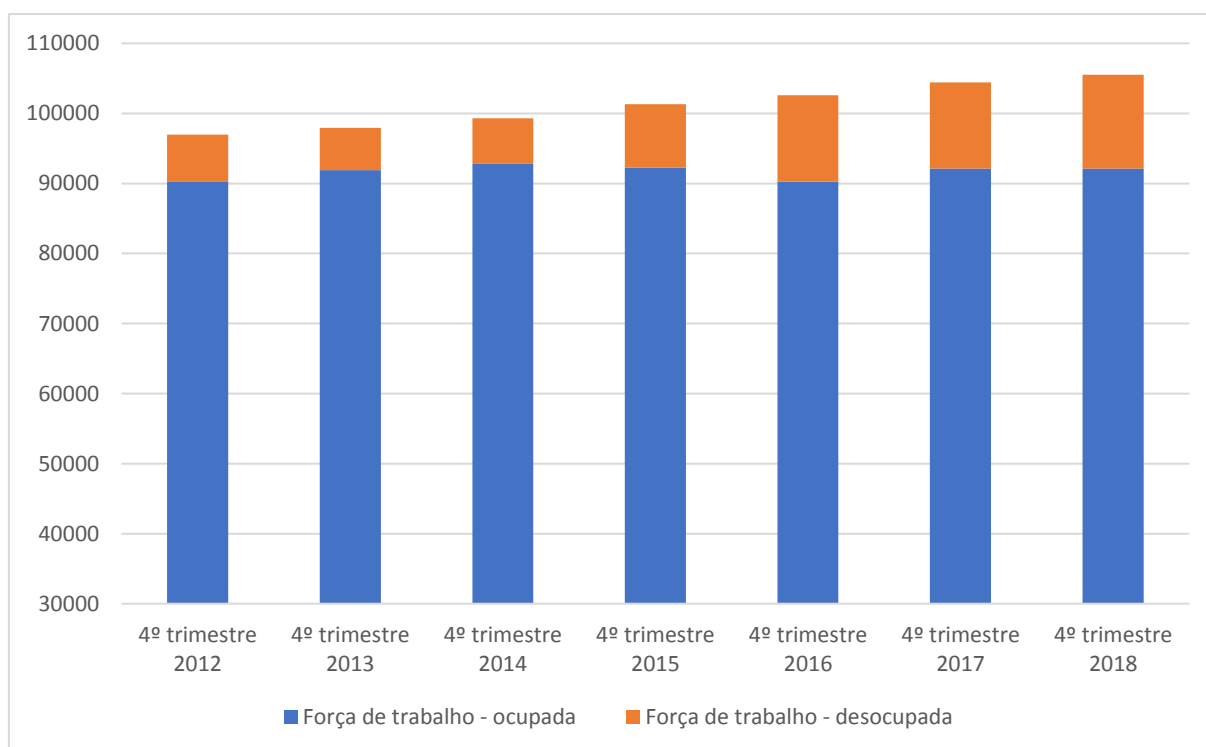
²¹ Sistema Especial de Liquidação e Custódia. Taxa básica de juros da economia brasileira. O governo Dilma elevou continuamente a taxa SELIC de 10,50% em janeiro de 2014 até 14,25% em setembro de 2015.

²² Emenda Constitucional 95, que limita por 20 anos os gastos públicos, foi aprovado em 15/12/2016. Institui o Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros, existindo limites individualizados para as despesas primárias (SENADO FEDERAL, 2019).

É possível perceber no Gráfico 1, que no período correspondente ao 1º trimestre de 2012 até o 1º trimestre de 2015, o movimento e direção do mercado de trabalho se encontra em uma situação controlada e estabilizada entre 6% a 8% de taxa de desocupação. A partir do 2º trimestre de 2015 a evolução do indicador se deu de maneira diferente do período anterior, registrando um crescimento acentuado do desemprego, chegando a 13,7% no primeiro trimestre de 2017. Do início de 2017 ao final de 2018, percebe-se uma consolidação dos números do desemprego entre 11,5% e 13%, e com o indicador na linha do gráfico apontando para cima.

Enquanto de 2002 a 2015, como demonstrado nas tabelas da PNAD, na Tabela 3 e no Gráfico 2, extraído da PNADC, a taxa de desocupação teve uma tendência de baixa contínua, alcançando o seu melhor resultado medido pela pesquisa, em 2013, cerca de 6,1%. Entre 2015 e 2018, o cenário se mostra completamente oposto ao apresentado na década anterior, no 1º trimestre de 2017 verificou-se a maior medida de desemprego da série PNAD, 13,7% de desocupação.

Gráfico 2 – Força de trabalho ocupada e desocupada - Pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência – Total, 2012-2018



Fonte: IBGE/PNAD (2019).

É perceptível, nesse momento, uma desaceleração acentuada da atividade econômica ofertando um cenário hostil ao trabalhador, queda do ganho real do

trabalho dos mais pobres. O Plano Tabular dos Rendimentos da PNAD Contínua apontou que o rendimento médio mensal real da população residente com 14 anos ou mais de idade, sem instrução, recuou nesse período, quase 10%.

Em dezembro de 2018 (Gráfico 2) o Brasil apresenta uma população ocupada de 93 milhões de pessoas, uma população de desocupados de 12,20 milhões. Segundo detalhamento do Nexo (2018), entre os desocupados e ocupados, há uma população de 6,92 milhões de pessoas que correspondem ao que o Dieese chama de população desempregada por trabalho precário. Os inativos, população fora da força de trabalho, correspondem a 65,37 milhões de pessoas e, entre os inativos e os ocupados, em uma faixa de sobreposição nos limites, há uma população inativa com trabalho excepcional (3,16 milhões de pessoas), é um contingente que não pode assumir o compromisso com um trabalho integral. O Nexo (2019) classifica os trabalhadores que não podem assumir, somados ao desalentados, desocupados e subocupados como subutilização total da força de trabalho, cerca de 26,98 milhões de pessoas.

Gráfico 3 – Taxa de participação da força de trabalho, 2012-2018, (%)



Fonte: IBGE/PNAD (2019).²³

²³ A PNAD não visita todos os domicílios do Brasil, mas um grupo representativo do todo, com entrevistas em todo o território nacional e levando em conta localização e classe social. A cada três meses, são 211 mil domicílios visitados, dos quase 70 milhões que o IBGE estima existir no Brasil. É a partir da amostra que a PNAD estima os números absolutos de população e de todas as categorias da pesquisa, inclusive a situação no mercado de trabalho. Os resultados da PNAD Contínua Mensal são divulgados mensalmente, mas levam em conta um período de três meses. O resultado do trimestre móvel considera o mês mais recente e os dois anteriores. Depois do trimestre janeiro/fevereiro/março, por exemplo, é divulgado fevereiro/março/abril, e assim por diante. A cada resultado, o mês mais antigo vai sendo substituído pelo mais recente, mas outros dois continuam pesando no valor. A cada três meses, nos trimestres fechados, o IBGE divulga a PNAD Contínua Trimestral, mais completa (NEXO, 2017).

Após ter historiado sobre as transformações das relações de trabalho no Brasil e ter apresentado a decomposição dos números oficiais do mercado de trabalho, pode-se iniciar no próximo tópico a descrição das metodologias que mensuram a informalidade no Brasil.

4.3 A DINÂMICA DA INFORMALIDADE NO MERCADO DE TRABALHO NACIONAL

Este subcapítulo se propõe a explorar a dinâmica da informalidade no mercado de trabalho no Brasil e, para tanto, observou a evolução do tratamento dos dados e das metodologias adotadas pelo IBGE, IPEA e DIEESE ao longo dos anos, no cálculo do número dos informais no país.

Para apresentar dados sobre a informalidade é necessário justificar que a consideração do que é informal, descrita no subcapítulo acima, foi retirada das recomendações e observações feitas por institutos oficiais que fazem estudos sobre o mercado de trabalho: OIT, IBGE, DIEESE e IPEA.

Com base nas recomendações da 15ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, promovida pela OIT (2006, p. 8), em janeiro de 1993, tem-se que,

Embora não exista nenhuma descrição ou definição universalmente aceite ou considerada como exacta da "economia informal", em geral entende-se que a expressão **abrange uma diversidade considerável de trabalhadores, empresas e empresários**, todos eles dotados de características identificáveis, que enfrentam desvantagens e problemas cuja intensidade varia consoante o contexto, nacional, urbano ou rural. A expressão "economia informal" é preferível à expressão "sector informal", pois os trabalhadores e as empresas em questão **não advêm de um só sector de actividade económica**, mas sim de vários. Esta expressão tende, porém, a minimizar a importância das ligações, das zonas cinzentas e das interdependências que existem entre actividades formais e actividades informais. A expressão "economia informal" **refere-se a todas as actividades económicas de trabalhadores e unidades económicas que não são abrangidas, em virtude da legislação ou da prática, por disposições formais**. Estas actividades não entram no âmbito de aplicação da legislação, o que significa que estes trabalhadores e unidades **operam à margem da lei; ou então não são abrangidos na prática**, o que significa que a legislação não lhes é aplicada, embora operem no âmbito da lei; **ou, ainda, a legislação não é respeitada por ser inadequada, gravosa ou por impor encargos excessivos**. (grifos nossos)

Mas adiante, a OIT (2006) define que os trabalhadores da economia informal incluem trabalhadores assalariados sem registro e trabalhadores por conta própria. São muito vulneráveis, pois sofrem de falta de protecção, de direitos e de representação, sendo, em grande medida atingidos pela pobreza. Considera-se sinónimo de "economia subterrânea", "paralela" ou marginal.

No entanto, a maioria dos trabalhadores e das empresas da economia informal produzem bens e serviços legais [...] Há que distinguir estas actividades das actividades criminosas ou ilegais, como a produção e o tráfico de droga, que se enquadram no direito penal e não podem ser objecto de qualquer regulamentação. (OIT, 2006, p. 9).

A OIT (2006, p. 10) ainda chama a atenção para as chamadas zonas cinzentas, “em que a actividade económica aglutina características da economia formal e da economia informal como, por exemplo, quando os trabalhadores da economia formal recebem remunerações não declaradas, ou quando existem, nas empresas formais, categorias de trabalhadores cujas condições de trabalho ou de remuneração são características da informalidade”.

O IBGE adotou em 2003, em sua pesquisa sobre a economia informal urbana, as recomendações da OIT de 1993, que estabelece que o setor informal tem como ponto de partida a unidade econômica de produção, que produz bens e serviços com o principal objetivo de gerar renda e emprego para as pessoas envolvidas. Caracterizando-se por produção em pequena escala, baixo nível de organização e a não separação entre capital e trabalho. O IBGE decidiu “[...] que pertencem, ao setor informal todas as unidades econômicas de propriedade de trabalhadores por conta própria e de empregadores com até cinco empregados, moradores de áreas urbanas, sejam elas a atividade principal de seus proprietários ou atividades secundárias”. Reconhece que “[...] os indivíduos podem participar da economia informal, seja através de seu trabalho principal, seja do secundário.” (IBGE, 2005, p. 16). Uma afirmação chamou a atenção nesta pesquisa, o IBGE considerou toda categoria de unidades produtivas por conta própria como informal, como também os trabalhadores domésticos, não fez distinção entre registrados ou não.

Na pesquisa acima, por questões metodológicas, o IBGE focou na unidade produtiva e desconsiderou a ocupação, sendo que a justificativa foi para não afugentar os entrevistados (IBGE, 2005). O DIEESE adota os conceitos e metodologias do IBGE, porém o IPEA, na Nota Técnica 34, publicada em novembro de 2007, fundamentada teoricamente por Cacciamali (1983), (2000), Hirata e Machado (2007) e Hussmanns (2004), analisa a pesquisa do IBGE, retoma as recomendações da OIT e mescla a análise da informalidade usando o tipo de unidade produtiva e o tipo de ocupação. Define a nota 4, como categorias, um “setor formal” e três “setores informais”:

A primeira categoria seria a formal típica (IPEA, 2007, p. 24),

Uma primeira categoria compreende os indivíduos relacionados às unidades produtivas tipicamente capitalistas, inseridos nas grandes e médias empresas. **Os empregadores**, evidentemente, pertencem a esse grupo. Entre **os assalariados**, aqueles que apresentam **carteira de trabalho assinada** constam nessa categoria. Isso conformaria o chamado “**setor formal típico**”. No entanto, inclui-se nesse grupo o trabalhador por conta própria especificamente qualificado” (**o profissional liberal**), em função do critério de produtividade (potencial) aliado à regulamentação do exercício do trabalho. (grifos nossos)

As segundas, terceiras e quartas categorias seriam de informalidade (IPEA, 2007, p. 25),

A baixa produtividade, em conformidade com a atividade subordinada, relaciona **o serviço doméstico**, independentemente da regularização do trabalho. Assim, nesse sentido, não se trata necessariamente de indivíduos desprotegidos. No entanto, sabe-se que o serviço doméstico, apesar de ainda ser o destino de grande parte da força de trabalho feminina brasileira, está relacionado a condições precárias de trabalho, ainda que uma parcela tenha algum tipo de seguro. A associação com a estratégia de sobrevivência é imediata.

As unidades produtivas subordinadas às empresas capitalistas – tenham ou não atingido um nível de produtividade capaz de concorrer com essas últimas, isto é, que atuam ou não no mesmo ramo de atividade que as empresas capitalistas, configurando ou não uma forma de concorrência – constituem uma terceira categoria. O nível de produtividade é, portanto, variado. **Trata-se dos trabalhadores por conta própria sem qualificação específica e os pequenos empregadores.**

A quarta categoria é delimitada por meio da aplicação da legislação. São **todos os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada**, empregados em qualquer tipo de firma, capitalista ou subordinada. Tanto nessa categoria quanto na anterior, não há clareza quanto às estratégias seguidas pelos indivíduos, o que contribui para a heterogeneidade de ambas. (grifos nossos).

O IPEA classifica como categoria a parte, os funcionários públicos estatutários e os militares, que não possuem carteira de trabalho assinada. E observando estas descrições, colocando os empregadores, os assalariados com carteira de trabalho assinada no chamado “setor formal típico” e na informalidade os trabalhadores sem carteira de trabalho assinada, os trabalhadores por conta própria sem qualificação e os trabalhadores domésticos, o IPEA expande a definição da Pesquisa da Economia Informal Urbana de 2003.

As séries publicadas pelo IPEA sobre mercado de trabalho informal até 2015, adotaram três definições de mensuração da informalidade, utiliza os dados na PNAD, do IBGE para calcular o percentual de informalidade da economia nacional.

Grau de informalidade - Definição I - A taxa corresponde ao resultado da seguinte equação: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) /

(trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria).

Grau de informalidade - definição II - A taxa corresponde ao resultado da seguinte equação: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + não-remunerados + empregadores).

Grau de informalidade - definição III - A taxa corresponde ao resultado da seguinte equação: (empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria) / (trabalhadores protegidos + empregados sem carteira + trabalhadores por conta própria + empregadores).

A grande distinção entre as definições do grau de informalidade está na utilização dos dados dos trabalhadores não remunerados na definição II, e dos empregadores na definição III, a definição I é a que mais se assemelha as recomendações da OIT 1993.

Devido às diferenças de abordagens e dados computados, achou-se prudente dividir a análise dos dados da informalidade disponibilizados pelo o IBGE em duas seções, a 4.3.1, que trata os dados da PNAD, e a 4.3.2, que observa os dados da PNAD Contínua. Isto é necessário por que as pesquisas têm metodologias de abordagem da PIA de maneiras diferentes, mas uma complementa a outra na análise histórica da dinâmica da informalidade no Brasil.

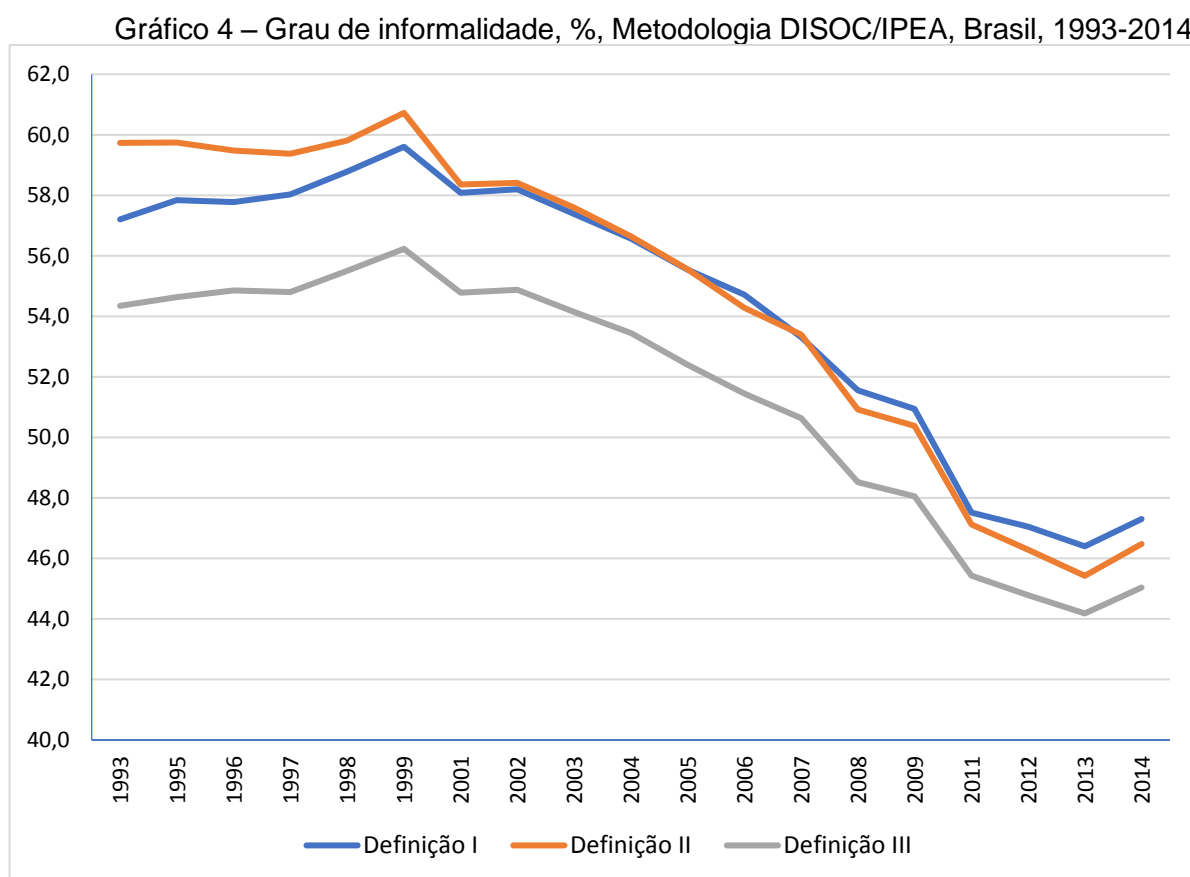
4.3.1 Os números da evolução da informalidade: dados da PNAD²⁴

Considerando as três definições de informalidade aplicadas pelo IPEA e a metodologia de pesquisa adotada pelo IBGE/PNAD de 1992 a 2015, que considera como população em idade de trabalho pessoas partir de 10 anos de idade. Utilizaram-se os dados elaborados pelo DISOC/IPEA, suas definições de informalidade que estão disponíveis de 1992 até o ano de 2014 e em seguida a evolução da informalidade por categorias de empregos disponibilizados pelo IBGE.

Para se construir e analisar o Gráfico 4, utilizaram-se as três definições do grau de informalidade propostas pelo IPEA e percebeu-se que elas produzem resultados

²⁴ Em 1966 “No âmbito do IBGE é criado um grupo de trabalho com a missão de estudar e planejar a montagem de um programa nacional de pesquisas domiciliares por amostragem em bases contínuas. Como resultado, no ano seguinte é iniciada a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios — PNAD, que em pouco tempo estaria consolidada como uma das principais pesquisas estruturais do IBGE, fonte de informações em escala nacional sobre diversos aspectos socioeconômicos que compõem a realidade brasileira” (IBGE, 2017).

semelhantes. Os números aferidos seguem o mesmo sentido, direção e força, inicialmente, em 1993, com uma distância de 5 pontos percentuais entre a definição III e a definição II. De 2005 para 2014, a definição II fica com valores abaixo da definição I e partir de então a maior discrepância entre extremos reduziu para a casa de 2% e está entre a definição III e a definição I.



Fonte: IPEADATA (a partir de dados da PNAD) – layout do Gráfico: Elaboração própria (2019).

Buscando compreender a evolução do grau de informalidade no período do Gráfico 4, percebe-se que de 1993 a 2002, governos de Itamar Franco (1992-1994) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), a informalidade se manteve em índices elevados e com números consolidados entre 55% (definição I) e 58% (definições II e III). Acredita-se que as políticas de abertura econômica, de austeridade fiscal e regime de metas de inflação, contribuíram para manutenção de taxas elevadas de informalidade.

Observando o mesmo gráfico, de 2003 a 2014, dois mandatos do Presidente Lula e o primeiro da Presidenta Dilma Rousseff respectivamente, percebe-se um sentido de retração da taxa de informalidade, que caiu dos 54% (na definição III) e

dos 58% (na I e na II) para, respectivamente, 45%, 47% e 46,5%. Uma redução de mais de 10% em média. Nesse período há registro de aumento de mais de 15,5 milhões de pessoas com carteira assinada, (IBGE, 2018)²⁵.

Aqui se apresentaram os graus de informalidades disponibilizados pelo IPEA dos anos de 1993 a 2015, do mercado de trabalho de maneira geral e, após isso, buscando ganhar profundidade analítica, se conseguiu extrair o percentual de informalidade por categoria do emprego e grupamentos de atividade do trabalho principal. Para tanto, se utilizou a Tabela PNAD 2272 - Empregados de 10 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência (exclusive militares e funcionários públicos estatutários), por categoria de emprego e grupamentos de atividade do trabalho principal.

A seguir apresenta-se na Tabela 4, que trata da informalidade da categoria de empregos e foi utilizado como parâmetro de cálculo do percentual, o número de trabalhadores empregados sem carteira, pelo número total de empregados. Portanto, a mesma lógica do IBGE/IPEA que divide o número de pessoas ocupadas na informalidade pelo número total de ocupados. Essa série é importante por delinear a dinâmica do trabalho informal por setores, no período recente da história do mercado de trabalho brasileiro. Como recurso visual, para a análise do referido gráfico, utilizou-se uma escala de transição de cores, do amarelo para o vermelho, na qual, o amarelo tem menor grau de informalidade e o vermelho o maior.

²⁵ É importante deixar claro que não se pretende de forma alguma militar em defesa específica de qualquer governo, mas apenas demonstrar a dinâmica do mercado de trabalho, em cada período e quais as políticas que estavam sendo adotadas pelo Estado, correlativamente aos principais pontos dos gráficos, tabelas e quadros aqui apresentados.

Tabela 4 – Empregados de 10 anos ou mais de idade no trabalho principal da semana de referência (exclusive militares e funcionários públicos estatutários), por categoria do emprego e grupamentos de atividade do trabalho principal, 2002-2015

Empregados no trabalho principal da semana de referência, por categoria do emprego e atividade do trabalho principal													
	Grupamentos de atividade do trabalho principal	Total empregados	Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e reparação	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicação	Administração pública*	Educação, saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Outras atividades	Atividades mal definidas ou não declaradas
2002	Total	38142	4518	8395	2752	7358	1533	2352	1547	3971	1678	3997	39
	Com carteira de trabalho assinada	23367	1333	6402	1217	4696	894	1718	721	2619	717	3028	23
	Outros sem carteira de trabalho assinada	14770	3184	1993	1535	2662	639	635	826	1351	961	968	16
	Grau de Informalidade	38,72%	70,47%	23,74%	55,78%	36,18%	41,68%	27,00%	53,39%	34,02%	57,27%	24,22%	41,03%
2003	Total	38572	4628	8526	2466	7763	1540	2403	1485	4054	1550	4137	21
	Com carteira de trabalho assinada	24140	1387	6598	1065	5084	879	1758	713	2685	762	3193	14
	Outros sem carteira de trabalho assinada	14430	3240	1927	1401	2679	660	645	772	1369	788	943	6
	Grau de Informalidade	37,41%	70,01%	22,60%	56,81%	34,51%	42,86%	26,84%	51,99%	33,77%	50,84%	22,79%	28,57%
2004	Total	41363	4961	9434	2701	8071	1644	2530	1578	4126	1950	4329	39
	Com carteira de trabalho assinada	25800	1567	7394	1223	5229	937	1881	693	2675	841	3334	25
	Outros sem carteira de trabalho assinada	15563	3394	2040	1478	2842	706	649	885	1451	1109	996	14
	Grau de Informalidade	37,63%	68,41%	21,62%	54,72%	35,21%	42,94%	25,65%	56,08%	35,17%	56,87%	23,01%	35,90%
2005	Total	42694	4987	9517	2769	8783	1769	2602	1621	4402	1711	4515	17
	Com carteira de trabalho assinada	27126	1592	7542	1284	5834	1028	1959	705	2795	837	3536	14
	Outros sem carteira de trabalho assinada	15567	3394	1975	1485	2948	741	644	916	1608	874	979	3

Empregados no trabalho principal da semana de referência, por categoria do emprego e atividade do trabalho principal

	Grupamentos de atividade do trabalho principal	Total empregados	Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e reparação	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicação	Administração pública*	Educação, saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Outras atividades	Atividades mal definidas ou não declaradas
2006	Grau de Informalidade	36,46%	68,06%	20,75%	53,63%	33,56%	41,89%	24,75%	56,51%	36,53%	51,08%	21,68%	17,65%
	Total	44194	4840	9831	2956	8997	1898	2649	1622	4499	2055	4829	16
	Com carteira de trabalho assinada	28313	1606	7808	1410	6098	1140	1988	654	2931	939	3732	8
	Outros sem carteira de trabalho assinada	15881	3234	2023	1547	2899	759	661	968	1568	1117	1096	8
2007	Grau de Informalidade	35,93%	66,82%	20,58%	52,33%	32,22%	39,99%	24,95%	59,68%	34,85%	54,36%	22,70%	50,00%
	Total	45797	4806	10435	3009	9454	1960	2828	1656	4701	1848	5042	60
	Com carteira de trabalho assinada	30075	1685	8350	1543	6508	1187	2181	709	3060	881	3927	43
	Outros sem carteira de trabalho assinada	15722	3121	2085	1466	2946	773	647	947	1641	966	1115	17
2008	Grau de Informalidade	34,33%	64,94%	19,98%	48,72%	31,16%	39,44%	22,88%	57,19%	34,91%	52,27%	22,11%	28,33%
	Total	48252	4798	10747	3682	9795	2105	3133	1560	4782	2114	5487	48
	Com carteira de trabalho assinada	32219	1853	8798	1967	6815	1277	2420	661	3150	971	4281	27
	Outros sem carteira de trabalho assinada	16033	2946	1949	1715	2981	828	713	899	1633	1143	1206	21
2009	Grau de Informalidade	33,23%	61,40%	18,14%	46,58%	30,43%	39,33%	22,76%	57,63%	34,15%	54,07%	21,98%	43,75%
	Total	48217	4868	10431	3603	10145	2145	2980	1631	4878	2040	5474	22
	Com carteira de trabalho assinada	32742	1709	8604	1997	7307	1342	2381	660	3214	1059	4453	15
	Outros sem carteira de trabalho assinada	15475	3159	1827	1605	2838	803	599	971	1663	981	1021	7

Empregados no trabalho principal da semana de referência, por categoria do emprego e atividade do trabalho principal

	Grupamentos de atividade do trabalho principal	Total empregados	Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e reparação	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicação	Administração pública*	Educação, saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Outras atividades	Atividades mal definidas ou não declaradas
2011	Grau de Informalidade	32,09%	64,89%	17,52%	44,55%	27,97%	37,44%	20,10%	59,53%	34,09%	48,09%	18,65%	31,82%
	Total	50956	4244	10110	4239	10680	2932	3591	1911	4955	1786	6459	49
	Com carteira de trabalho assinada	36750	1688	8676	2493	8187	1991	2940	839	3406	985	5510	37
	Outros sem carteira de trabalho assinada	14206	2556	1434	1746	2493	940	651	1072	1549	802	949	12
2012	Grau de Informalidade	27,88%	60,23%	14,18%	41,19%	23,34%	32,06%	18,13%	56,10%	31,26%	44,90%	14,69%	24,49%
	Total	52333	4209	10698	4416	10860	2805	3724	1923	5139	1872	6670	18
	Com carteira de trabalho assinada	37781	1680	9208	2694	8222	1878	3063	806	3585	996	5639	11
	Outros sem carteira de trabalho assinada	14552	2528	1490	1722	2638	927	661	1117	1554	876	1031	7
2013	Grau de Informalidade	27,81%	60,06%	13,93%	38,99%	24,29%	33,05%	17,75%	58,09%	30,24%	46,79%	15,46%	38,89%
	Total	52763	4060	10192	4799	11098	2806	3840	2020	5614	1869	6450	18
	Com carteira de trabalho assinada	38513	1647	8844	3070	8551	1903	3157	842	3858	1079	5547	14
	Outros sem carteira de trabalho assinada	14250	2412	1347	1729	2547	902	683	1178	1756	790	902	4
2014	Grau de Informalidade	27,01%	59,41%	13,22%	36,03%	22,95%	32,15%	17,79%	58,32%	31,28%	42,27%	13,98%	22,22%
	Total	53483	3970	10108	4763	11534	2899	3796	1869	5839	1977	6710	18
	Com carteira de trabalho assinada	38913	1714	8732	2920	8900	1970	3159	699	3957	1072	5775	15

Empregados no trabalho principal da semana de referência, por categoria do emprego e atividade do trabalho principal													
Ano	Grupamentos de atividade do trabalho principal	Total empregados	Agrícola	Indústria	Construção	Comércio e reparação	Alojamento e alimentação	Transporte, armazenagem e comunicação	Administração pública*	Educação, saúde e serviços sociais	Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	Outras atividades	Atividades mal definidas ou não declaradas
2015	Outros sem carteira de trabalho assinada	14569	2256	1375	1843	2634	929	637	1169	1882	905	935	3
	Grau de Informalidade	27,24%	56,83%	13,60%	38,69%	22,84%	32,05%	16,78%	62,55%	32,23%	45,78%	13,93%	16,67%
	Total	50237	3891	9025	4181	10893	2862	3641	1704	5788	1862	6369	21
	Com carteira de trabalho assinada	36825	1598	7856	2518	8508	1915	3071	635	4046	1115	5551	14
	Outros sem carteira de trabalho assinada	13411	2293	1169	1663	2385	948	570	1069	1742	747	818	7
	Grau de Informalidade	26,70%	58,93%	12,95%	39,78%	21,89%	33,12%	15,66%	62,73%	30,10%	40,12%	12,84%	33,33%
	Representatividade percentual em relação ao total de empregados, considerando o ano de 2015 (grupamento/total)	100%	7,75%	17,96%	8,32%	21,68%	5,70%	7,25%	3,39%	11,52%	3,71%	12,68%	0,04%

Fonte: Adaptação da Tabela 2272 da PNAD/IBGE (2019).

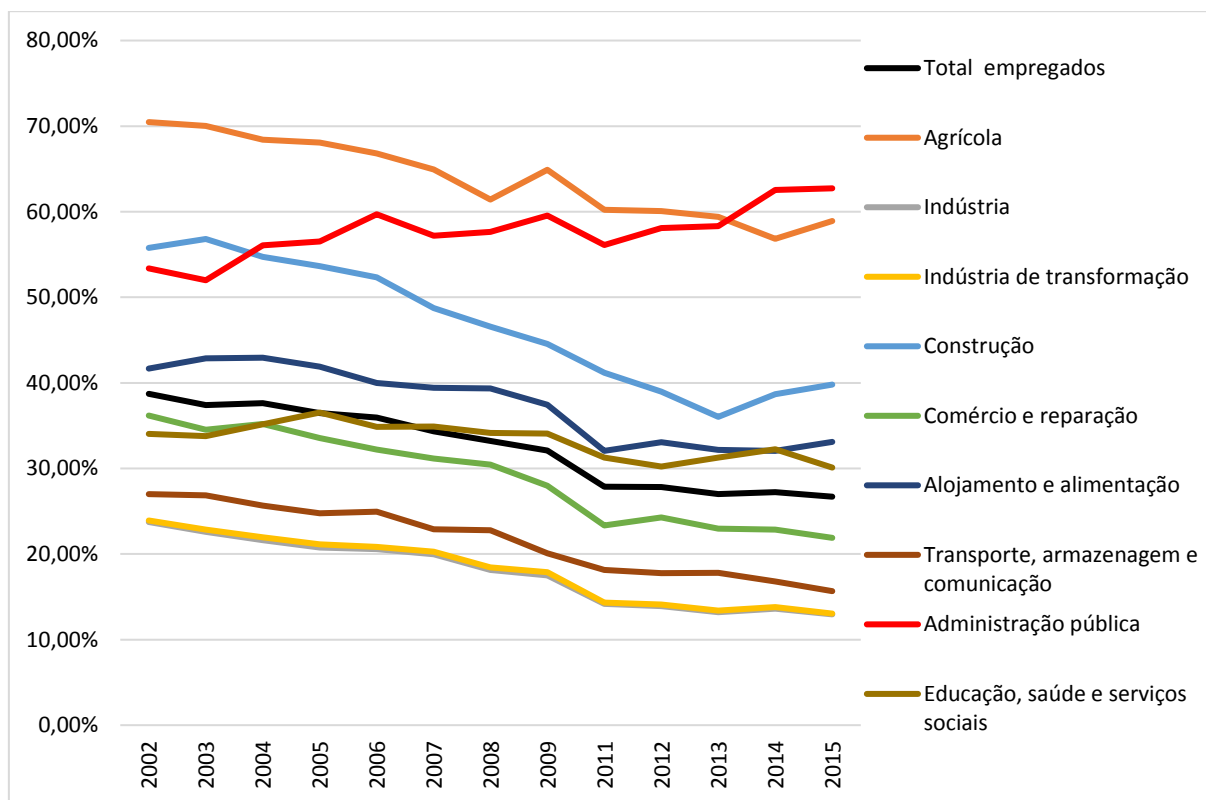
Nota: * Os trabalhadores empregados pelo Serviço Público, em regime de CLT, sem carteira assinada não são considerados pelo IBGE no computo da informalidade, mas o destaque é dado devido a observações pertinentes feitas por Cacciamali (2002), sobre o processo de informalidade e precarização a que esses estão sendo submetidos.

A Tabela 4 apresenta os números absolutos e relativos do trabalho formal e o informal entre os empregados sobre o regime da CLT. O grau de informalidade, no geral, inicia-se em 38,72% em 2002 e reduz até 26,70% em 2015. Os setores mais representativos entre os empregados, em 2015, são o de comércio e reparação com 21,68% do total, seguido pela indústria com 17,96%, outras atividades, com 12,68%, serviços de educação e saúde, com 11,52%, construção civil, com 8,32% e agrícola com 7,75% entre os trabalhadores empregados. Dentre esses, a informalidade se manifesta mais no setor agrícola, com grau de informalidade de 58,93%, na construção civil, com 39,78%, nos serviços de educação e saúde, com 30,10%, sendo que os menores grau de informalidade se verificam nos transportes e armazenagens com 16,65% e na indústria com 12,95%.

Ainda analisando os dados da PNAD, em 2015 na Tabela 4, em termos absolutos, a informalidade se manifesta em maior número no comércio com 2,38 milhões de trabalhadores sem carteira assinada, seguido pelo setor agrícola, com 2,29 milhões, educação e saúde com 1,74 milhões, construção com 1,66 milhões e indústria com 1,1 milhões de trabalhadores. No geral, são 13,41 milhões de pessoas empregadas informalmente, sem carteira de trabalho assinada. Em relação a 2002, a redução foi de 1,3 milhões de trabalhadores, antes era 14,7 milhões. O que se nota nesses dados é que o emprego com carteira assinada cresceu 57,59%, mas a informalidade reduziu apenas 10%. E, como se destaca mais adiante, já em análise dos dados da PNAD Contínua em sua nova metodologia, a partir de 2015 volta a crescer e registrar altas históricas.

Uma dinâmica interessante nas relações de precarização do trabalho apresentado pelos dados da PNAD foi o aumento absoluto e relativo do número de trabalhadores da administração pública sem carteira assinada. Um movimento iniciado no governo Fernando Henrique, mantido e ampliado pelos governos Lula, Dilma e Temer foi a onda de terceirizações dos serviços de saúde, assistência social e serviços de limpeza e segurança na administração pública. Observa-se no Gráfico 5 que a linha do grau de trabalhadores sem carteira assinada da administração pública, em vermelho, foi a única que cresceu no período.

Gráfico 5 – Percentual de trabalhadores sem carteira assinada por grupamentos de atividade do trabalho principal, Brasil, 2002-2015, (%)



Fonte: IBGE/PNAD (2015).

O número de trabalhadores sem carteira assinada, empregados sob o regime da CLT na administração pública saiu de 53,39% em 2002 para 62,73% em 2015. Todos os outros agrupamentos reduziram significativamente seus percentuais. Acredita-se que a onda de cooperativas, empresas do terceiro setor que assumiram a gestão e contratação de pessoas, principalmente nos serviços de saúde e assistência social da grande maioria das prefeituras e estados do Brasil, tenham significativamente contribuído para tal fenômeno. Outro fator que pode ser citado foi a terceirização de dos serviços de segurança, limpeza, iluminação, serviços de distribuição de água e energia em praticamente todas as esferas do serviço público.

Nas terceirizadas e cooperativas, a precarização do trabalho se manifesta de forma violenta, os trabalhadores ganham em média 40% a menos do que quando eram contratados diretamente, a rotatividade do trabalho é muito maior, o trabalhador fica em média 2,5 anos no contrato. Outra situação, os Estados e Municípios atrasam em média 3 a 4 meses para fazerem os repasses financeiros às empresas contratadas e há registros nos órgãos de controle de diversos casos de entes federativos que,

simplesmente, não realizaram os devidos pagamentos às empresas terceirizadas e, estas, por tabela não pagaram os salários de seus empregados.

No que tange, aqui, dar ênfase ao que Cacciamali (2002) entende, a respeito do processo de informalidade na reorganização do mercado de trabalho no Brasil, a autora afirma que,

[...] à reorganização do trabalho assalariado, ao evoluir das relações de trabalho criadas, ampliadas ou recriadas nesse âmbito. Ou seja, refere-se à reformatação das relações de trabalho nas formas de organização da produção e do mercado de trabalho do setor formal da economia em territórios e espaços que devem ser selecionados e especificados. Essas relações freqüentemente são apreendidas através de categorias analíticas que expressam formas de trabalho assalariado não registrado junto aos órgãos da seguridade social, mas também podem revelar contratações (legais ou consensuais) sob outros modos, **como cooperativas de trabalho, empreiteiras de mão-de-obra, agências de trabalho temporário, locadoras de mão-de-obra, prestação de serviços temporários dissimulada sob a forma de trabalho autônomo**, etc. Esses contratos não se inserem numa única forma de organização da produção ou do trabalho, pois interpenetram a totalidade do espaço produtivo de bens e serviços. Apresentam, entretanto, uma característica comum: sua vulnerabilidade, ou seja, a insegurança da relação de trabalho e na percepção da renda; a ausência muitas vezes de qualquer regulamentação laboral e de proteção social, especialmente contra demissões e acidentes de trabalho; o uso flexível do trabalho (horas e múltiplas funções); e freqüentemente menores salários, principalmente para os menos qualificados. (CACCIAMALI, 2002, p. 163, grifo nosso).

Feita esta observação sobre o aumento do número de trabalhadores sem carteira no serviço público, verificados nos dados da PNAD de 2002 a 2015, o qual pode ser associado ao processo de informalização e reorganização do trabalho, pretende-se agora seguir com a análise da dinâmica do mercado de trabalho no Brasil.

4.3.2 Uma nova metodologia para apurar a informalidade: Os números da PNAD Contínua²⁶

Em 2015 encerra-se a série utilizada até esse ano pela PNAD. A partir desse momento o IBGE passou a publicar somente os dados das pesquisas PNAD Contínua, mensal e trimestral, iniciadas efetivamente em 2012. Além da população em idade de trabalho passar de 10 para 14 anos ou mais de idade, as informações sobre a

²⁶ Em 2011, “início da implantação, ainda em caráter experimental, da PNAD Contínua. Já no ano seguinte a pesquisa é efetivada, abrangendo todo o território nacional. A PNAD Contínua constitui uma das pesquisas que compõem o SIPD, tendo como objetivo a produção de informações sobre a força de trabalho no país, migração, entre outros temas socialmente relevantes. Por contemplar maior número de municípios, setores censitários e domicílios, permitindo um ganho considerável na precisão das estimativas, em pouco tempo a PNAD Contínua substituiria a PNAD e a PME, que em meados da década seriam encerradas.” (IBGE, 2017)

ocupação passaram a ser mais detalhadas, o que permitiu maior precisão na identificação dos trabalhadores informais.

Foi a partir da PNAD Contínua que a informalidade passou a ser medida pela soma dos empregados sem carteira assinada, empregados domésticos sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria sem CNPJ, empregadores sem CNPJ, mais os trabalhadores familiares auxiliares. Pode-se considerar que não seria exagero a inclusão de trabalhadores subocupados por situação de precariedade e/ou insuficiência de horas, no entanto, como esses estão em faixa de sobreposição entre os inativos e os ocupados, sua contabilização ainda não está sendo computada pelo IBGE.

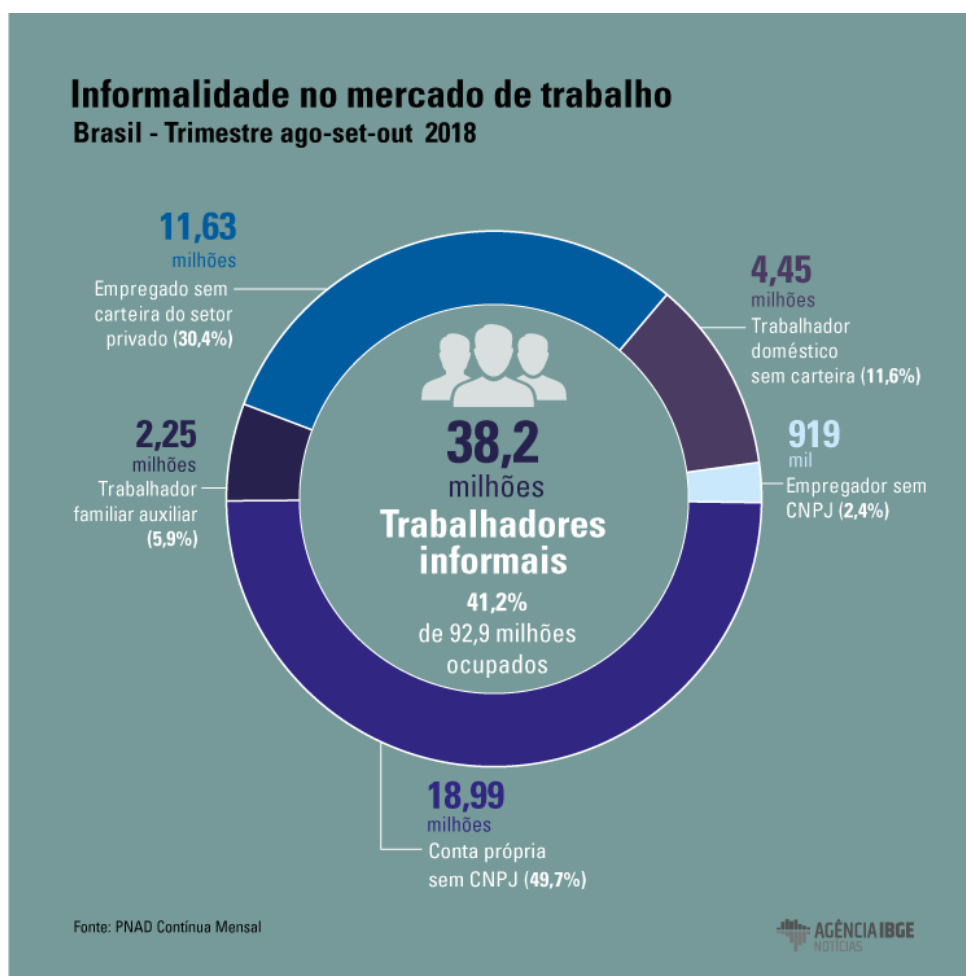
Para se confirmar quais trabalhadores podem fazer parte do setor informal, cuidadosamente, foram monitoradas informações do IBGE, entre 2018 e 2019, e se percebeu a existência de diversas notas na série “Estatísticas Sociais Notícias”, fazendo considerações sobre a informalidade. Assim se verificou que foram incluídos, em tal situação, além dos trabalhadores por conta própria e os trabalhadores privados sem carteira assinada, os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada,

Outro indicador que mostra o aumento do mercado informal é **o número de empregados sem carteira assinada no setor privado**, excluídos domésticos, que chegou a 11,2 milhões. **Os trabalhadores por conta própria** também chegaram ao maior nível na série, 23,3 milhões, pouco mais de um quarto do total da população ocupada no país. O total de **empregados domésticos** chegou a 6,2 milhões de pessoas, também o patamar mais alto da série, sendo que, desse total, menos de um terço (29,2%) tinham carteira assinada, o menor percentual desde 2012 (IBGE, 2019, p. 1, grifos nossos).

Em outra nota do IBGE, publicada em 06 de dezembro de 2018, observa-se a total dimensão do que é considerado informal, pois além dos citados na nota anterior, inclui ainda, como informal, o trabalhador auxiliar familiar, os trabalhadores por conta própria o sem CNPJ²⁷, bem como a categoria dos empregadores sem CNPJ. Observar o Gráfico 6:

²⁷ Antes, todos os trabalhadores por conta própria eram contabilizados como informal, a partir do levantamento da PNAD contínua de 2015, começou-se a apurar os trabalhadores por conta própria sem CNPJ e, nesta nota, o IBGE especificou que apenas esses serão considerados na categoria informal.

Gráfico 6 – Informalidade no mercado de trabalho



Fonte: IBGE/Agência IBGE Notícias (2019).

Com essa figura, o IBGE fecha efetivamente de maneira bem detalhada, quem de fato faz parte do mercado de trabalho informal. O que chama atenção é que o instituto continua sem considerar como informal os trabalhadores não estatutários do serviço público sob regime da CLT, uma massa de mais de 1,1 milhão de trabalhadores sem carteira assinada, (IBGE, 2019). Sobre a situação desses trabalhadores, Cacciamali (2002), chama de processo de informalidade, são em sua maioria, contratos de trabalhos precários exercidos por cooperativas, institutos, associações, ONGs e empresas terceirizadas. Esses trabalhadores estão em situação de vulnerabilidade, insegurança da relação de trabalho, renda inferior ao trabalhador que é contratado direto, mesmo exercendo a mesma função, desprotegido de

regulamentação e proteção social, isso tudo sob os guardas chuvas de legislações²⁸ que tornaram flexíveis as relações de trabalho.

Quanto às flexibilizações, que Cacciamali chama de nova organização do trabalho, não seria exagero também denominar de nova face da informalidade do trabalho no Brasil. Chahad e Cacciamali (2005) também, a conceituam de relação de desemprego disfarçado no Brasil. Tal fenômeno está teoricamente fundamentado na OIT:

- a) Primeiro, na Conferência Internacional do Trabalho de 1993, o qual reconhece que mesmo em situações cobertas pela legislação, a informalidade pode se manifestar, em situações nas quais o trabalhador está em situação de precariedade e instabilidade na relação contratual e que a renda obtida é menor que o necessário ao exercício de uma vida digna. A expressão nova pode fazer sentido ao passo que estas relações de trabalho ainda não fazem parte do computo do IBGE (OIT, 2006).
- b) E segundo, no Escritório da OIT no Brasil, que considera que o empregado, o trabalhador por conta própria independente e o empregador, no cenário atual, estão em muitas ocupações precárias e instáveis que poderiam ser consideradas como “auto-emprego” e/ou “pequeno empresário”, mas na realidade, a relação é de subordinação a uma empresa maior com outros tipos de vínculos (PJ, autônomo ou terceirizado, trabalho estágio etc), com uma dependência direta e implícita a um empregador, isso se dá pela regularidade da atividade desenvolvida, pela definição de tempo, de local de trabalho e pela remuneração (KREY; PRONI, 2010).

O IBGE ainda não captura plenamente a relação precária de desemprego disfarçado. Mas com a PNAD Contínua a partir de 2012, já avançou muito, em relação às Pesquisas da Economia Informal Urbana, realizadas em 1997, 2003 e 2006, pela possibilidade de dimensionar com maior precisão o mercado de trabalho informal. Observar na Tabela 5, o novo retrato de dados da informalidade no Brasil.

A definição de desemprego disfarçado apresentada por Cacciamali (2005), é a noção que abarca um conjunto de atividades econômicas de baixa produtividade e em situações precárias, geralmente organizadas de forma autônoma e que ocupa

²⁸ Lei Nº 12.690/ 2012, Dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas de Trabalho; A Lei Nº 13.429/2017, Lei da terceirização; Lei Nº 13.467/2017, Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

peças que nunca trabalharam e/ou perderam emprego de melhor produtividade e remuneração. Em suma, são alternativas à sobrevivência dos trabalhadores expurgados do mercado de trabalho para fazer frente ao desemprego.

Tabela 5 – Posição na ocupação e categoria do emprego no trabalho principal – Brasil, 2012-2018, (Mil Pessoas)

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	89.857	91.403	92.396	91.800	89.871	91.770	92.736
Empregado	62.851	63.661	64.266	62.756	61.634	62.065	62.283
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico	45.659	46.546	46.769	45.243	44.351	44.293	44.430
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	34.752	35.889	36.350	35.268	33.894	33.237	32.942
Empregado no setor privado, exclusive trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	10.907	10.657	10.420	9.975	10.457	11.056	11.488
PERCENTUAL DE INFORMALIDADE	23,89%	22,90%	22,28%	22,05%	23,58%	24,96%	25,86%
Trabalhador doméstico	6.143	5.941	5.951	6.249	6.083	6.348	6.256
Trabalhador doméstico - com carteira de trabalho assinada	1.924	1.848	1.913	2.081	1.941	1.872	1.779
Trabalhador doméstico - sem carteira de trabalho assinada	4.218	4.093	4.038	4.168	4.142	4.476	4.477
PERCENTUAL DE INFORMALIDADE	68,66%	68,89%	67,85%	66,70%	68,09%	70,51%	71,56%
Empregado no setor público	11.049	11.174	11.545	11.264	11.200	11.424	11.596
Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - com carteira de trabalho assinada	1.379	1.319	1.374	1.237	1.141	1.159	1.228
Empregado no setor público, exclusive militar e funcionário público estatutário - sem carteira de trabalho assinada	2.095	2.242	2.292	2.243	2.030	2.475	2.459
Empregado no setor público - militar e funcionário público estatutário	7.576	7.612	7.880	7.784	8.029	7.791	7.909
Percentual de trabalhadores sem carteira	18,96%	20,06%	19,85%	19,91%	18,13%	21,66%	21,21%
Empregador	3.655	3.783	3.923	3.936	4.127	4.390	4.520
Empregador com CNPJ				3.268	3.409	3.499	3.616
Empregador sem CNPJ				668	718	892	905
PERCENTUAL DE INFORMALIDADE	0,00%	0,00%	0,00%	16,97%	17,40%	20,32%	20,02%
Conta própria	20.508	21.167	21.637	22.790	22.021	23.110	23.775
Conta própria com CNPJ				4.353	4.044	4.459	4.689
Conta própria sem CNPJ				18.438	17.977	18.650	19.086
PERCENTUAL DE INFORMALIDADE	0,00%	0,00%	0,00%	80,90%	81,64%	80,70%	80,28%
Trabalhador familiar auxiliar (informal)	2.843	2.793	2.571	2.317	2.089	2.206	2.158
Total de ocupados formais	52.129	53.244	54.009	56.308	54.547	54.221	54.321
Total de ocupados informais	38.476	38.710	38.666	35.566	35.383	37.280	38.114
PERCENTUAL GERAL DE INFORMALIDADE	42,82%	42,35%	41,85%	38,74%	39,37%	40,62%	41,10%

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua mensal (2019).

As análises da Tabela 5 levaram em conta dois blocos de 4 anos, de 2012 a 2015, para 2018 e de 2015 a 2018. O ano de 2015 foi escolhido como divisor de águas

por que o Codace, da FGV, identificou o início da crise no segundo trimestre de 2014²⁹, mas o ápice da crise foi em 2015, quando os efeitos começaram a ser sentidos³⁰.

A Tabela 5 demonstra que a informalidade tem se mostrado presente em todas as categorias de ocupação e muito representativa no mercado de trabalho no Brasil. O IBGE com a adoção de novas metodologias de pesquisa, principalmente a partir de 2015, tem se mostrado ágil e versátil na intenção de retratar a real situação do trabalho no país. Há de se registrar que ainda existem algumas situações que podem ser observadas como lacunas — como a situação do trabalhador sem carteira do serviço público e o do trabalhador subocupado por insuficiência de horas —, mas acredita-se que a forma como a PNAD está sendo aplicada, consiga mensurar com bastante fidedignidade os números da informalidade. Desse modo, contribuirá para dirimir diversos posicionamentos realizados anteriormente por pesquisadores sobre a realidade do quantitativo da informalidade no Brasil (MALAGUTI, 2001), (PASTORE, 1994), (CACCIAMALI, 2002), (FILGUEIRAS, 2004), (SILVA, 1993), (IPEA, 2015), (QUEIROZ, 2012).

Observando-se a Tabela 5, o percentual geral de informalidade reduziu 1% de 2012 para 2014, mas a partir de então se viu um movimento diferente. De 2015, ano da crise, para 2018 aumentou 2,35%, pois saiu de 35,5 milhões de ocupados para 38,1 milhões, um aumento de 2,6 milhões de trabalhadores que entraram na informalidade. Todas as categorias de trabalho informal, aumentaram em termos percentuais e absolutos, os números de trabalhadores na informalidade. Uma ressalva discreta para os trabalhadores por conta própria, que na proporcionalidade se manteve estável, na casa dos 80%, mas em termos absolutos aumentou em 648 mil novos postos informais, dado que saiu de 18,43 milhões de trabalhadores por conta própria, sem carteira para o universo de 19,08 milhões. O aumento mais significativo, tanto em percentual, como em termos absolutos, foi de trabalhadores na iniciativa privada, sem carteira assinada, que registrou, em 2015, 9,97 milhões de trabalhadores, passando a 11,48 milhões em 2018. Um aumento de 1,51 milhões de trabalhadores na informalidade (2,44% em termos relativos ao total de empregados),

²⁹ “O Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace), reunido em 30 de Julho de 2015, identificou a ocorrência de um pico no ciclo de negócios brasileiros no primeiro trimestre de 2014. O pico representa o fim de uma expansão econômica que durou 20 trimestres — entre o segundo trimestre de 2009 e o primeiro de 2014 — e sinaliza a entrada do país em uma recessão a partir do segundo trimestre de 2014”. (Codace, 2015). Mas os efeitos da crise no mercado de trabalho, como já informado acima, começaram a ser sentidos a partir de 2015.

³⁰ 2015 “Foi o ano da explosão da crise econômica e política. Recém-reeleito, o governo Dilma perdeu popularidade ao implantar medidas de ajuste fiscal cuja aprovação o Congresso Nacional dificultava. Em meio ao impasse, os investimentos pararam, a produção caiu e o desemprego aumentou”. (NEXO, 2019).

saindo de 15,89% para 18,44% de informalidade em relação à categoria empregados do setor privado, exclusive os domésticos.

Considerando o ano final da série, 2018, na Tabela 5, as categorias de ocupação com maior grau de informalidade, considerando a própria categoria, são: em primeiro lugar, os trabalhadores por conta própria, (80,28%), em segundo o trabalhador doméstico (71,56%), em terceiro, os empregadores (20,02%) e a categoria com menor grau de informalidade são os empregadores da iniciativa privada (18,44%), considerando o total de empregadores no Brasil. A categoria trabalhador familiar auxiliar, não entra aqui, por que segundo nota do IBGE, é considerada informal.

Numa tentativa de analisar os elevados números apresentados, acredita-se que o problema da informalidade no mercado de trabalho se dá por questões estruturais e conjunturais. Do ano de 2002 a 2014, o estado adotou diversas políticas públicas de inclusão do trabalho e redistribuição de renda, mas por não ter conseguido avançar em reformas estruturais, (fiscal, tributária e principalmente a política), os avanços conseguidos em nessa época não se tornaram efetivos, e assim essas conquistas começaram a se perder a partir de 2015, com uma grande crise política e econômica que perdura até hoje.

A crise, na verdade começou a partir do 2º trimestre de 2014, e tem características conjunturais de origem política. A incapacidade política da Presidenta Dilma em negociar com o congresso os ajustes fiscais necessários para organizar o governo, no início de seu segundo mandato, em 2015, ampliou a crise fiscal do estado brasileiro. Em seguida a assunção ao poder do presidente Temer em 2016-2018, foi marcada por atitudes de flexibilização das relações trabalhistas, ajustes fiscais e controle dos gastos públicos, no entanto, tais medidas não têm se mostrado eficientes na retomada do crescimento da economia, o que se viu foi um aceleração do desemprego e da informalidade.

Diante deste cenário, de crise e ampliação da informalidade, a única medida de enfrentamento dos problemas da informalidade adotada pelo Governo Federal, que se percebe, continua sendo o Simples Nacional (SN). Lei Complementar nº. 123, de 2006, que instituiu novo tratamento tributário simplificado, diferenciado a ser dispensado às microempresas e ao empreendedor individual que estão na informalidade. As vantagens do Simples Nacional, para os contribuintes optantes, podem ser resumidas em menor tributação e formalização e, com isso, facilidades de

acesso a políticas públicas. Bem como, no atendimento da legislação tributária, previdenciária e trabalhista, como se pode observar nas expectativas da Receita Federal do Brasil:

Com a criação do Simples Nacional havia as expectativas, entre outras, de redução da informalidade, de uma efetiva integração entre as administrações tributárias e de uma melhoria do ambiente de negócios no país que facilitasse para o pequeno empreendedor o desenvolvimento de seu negócio (RFB, 2009).

O Simples Nacional objetiva a formalização da informalidade, o programa caracteriza como um mercado composto por diversos grupos e segmentos de trabalhadores. Entre os mais evidentes estão os feirantes, os sacoleiros, os comerciantes de produtos importados (Paraguai/China), os prestadores de serviços autônomos (pedreiros, manicures, cabeleireiros, domésticas, serventes) e os comerciantes de diversos produtos. Apesar de toda ênfase e publicidade que Governo Federal dá ao programa, Queiroz (2012) demonstra que o programa não foi efetivo, pois a adesão é baixa em relação aos números absolutos. Foram 2 milhões de adesões em 2012, chegando a 7 milhões em 2017, para uma estimativa de mais de 18,6 milhões de trabalhadores por conta própria, sem registro em 2017, em atividade no Brasil (SERASA, 2018). Outra coisa a se considerar sobre esse programa de formalização é a inadimplência. O Governo Federal apresenta apenas as adesões para fins de publicidade, não apresenta dados precisos das desistências / inadimplências, (QUEIROZ, 2012), (RFB, 2017). E, nessa situação de não contribuição com a alíquota do Simples, o trabalhador volta à situação de informalidade.

Os números demonstram que nem o Estado e nem o capital moderno têm demonstrado condições de criar e manter postos de trabalho formal de maneira efetiva no Brasil. Considerando os dados elaborados pelo IPEA e esses, nesta seção, extraídos da PNAD Contínua, o grau de informalidade insiste em permanecer acima de 40%. A análise da OIT (2018), no Relatório de Homens e Mulheres na Informalidade, ainda mais rígida, considera que 60% dos brasileiros estão em situação de informalidade.

A incapacidade do Estado se dá pelo crescimento contínuo da população em idade economicamente ativa (PIA), pelo aumento da expectativa de vida, pela rápida transformação técnica dos meios de produção e, já há algum tempo, acredita-se também, pela expansão do comércio eletrônico. O crescimento da força de trabalho é

superior à oferta de postos formais de emprego e o *e-commerce* e a tecnologia reduzem a oferta de postos formais de trabalho, o que faz aumentar as fileiras dos que se encontram no exército industrial de reserva, em ócio ou na informalidade. E, quando se aliam esses processos a um momento de crise do capital, como a que se vê desde 2015 no Brasil, os reflexos da desocupação e da informalidade são bem mais expressivos.

O IBGE, por uma questão de falta de recursos³¹, não apresenta dados sistematizados no nível de cidades fora das grandes regiões metropolitanas, não realiza a PNAD em cidades como Feira de Santana, uma metrópole regional. A cidade carece, então, de um estudo que venha a descrever melhor seu mercado de trabalho.

Em síntese, neste capítulo, foi evidenciado de forma breve a evolução histórica das relações de trabalho no Brasil, e assim foi possível uma melhor visualização do panorama do mercado de trabalho. Foi também, neste intuito, observado os condicionantes da economia nacional e as metodologias de aferição da informalidade. E, diante destas visualizações e observações, considera-se que o Brasil ainda não foi capaz de resolver as questões estruturais de sua economia e por isso, não desenvolveu de forma satisfatória o mercado de trabalho interno. Ou seja, o desemprego e os altos índices de informalidade são fenômenos constantes no cenário econômico nacional, e como está apresentado no capítulo seguinte, a Bahia e Feira de Santana, refletem essa realidade de maneira ainda mais expressiva.

³¹ Os recursos do IBGE proveem do Ministério do Planejamento, e vêm sendo reduzidos ano a ano, inclusive agora, em 2019, o recurso para o Censo 2020 foi bloqueado em 22%.

5 O LUGAR DE FEIRA DE SANTANA NA TRAMA SOCIOECONÔMICA DO ESTADO

Este capítulo tem por objetivo descrever o atual estágio de desenvolvimento econômico da cidade de Feira de Santana e sua posição em relação ao Estado da Bahia. Para tanto, se apresenta o panorama econômico da Bahia de forma geral e a caracterização econômica da cidade, tudo isso com foco no desenvolvimento do mercado de trabalho.

A descrição das ações de desenvolvimento econômico do Estado da Bahia perpassou pelas mesmas crenças das estratégias adotadas em nível de Brasil, de que o investimento na industrialização foi um caminho fundamental para o desenvolvimento do estado, mas não pode ser considerado como suficiente e nem como uma única opção. Há necessidade dos atores econômicos da Bahia pensarem no fomento de outras alternativas para a geração de riqueza, emprego e bem estar social. Mas há, um certo consenso de que o processo de industrialização foi importante para impulsionar a dinâmica econômica do estado. Diante dessa observação, optou-se por verificar primeiro como se deram as etapas de implantação da indústria baiana, seus reflexos e impactos na renda e no emprego e depois como está posicionada Feira de Santana dentro do Estado.

5.1 TRAÇOS GERAIS SOBRE A ECONOMIA BAIANA

Acreditando que a realidade do mercado de trabalho municipal faz parte de um conjunto de interações a nível regional e nacional, não é exagero dizer que Feira de Santana sente os reflexos das opções econômicas adotadas em contexto federal e estadual, e que para descrever a realidade local, antes é prudente também apresentar um panorama da economia Estadual.

Neste sentido, para se desvendar os motivos que tornaram Feira de Santana um espaço privilegiado para empreendimentos informais, é necessário recuar no tempo e observar como se deram certas tramas socioeconômicas na Bahia. O caminho optado pelo estado em seguir na direção da industrialização concentrada na RMS e, somando-se, a ausência investimento no interior e nas atividades agrícolas contribuíram para falência de diversas culturas tradicionais. Com a decadência dos plantios do fumo, cacau e do algodão e ainda com ciclos mais fortes de secas no interior do estado, o quadro de desocupação rural e miséria social se ampliaram e,

deste modo, Feira de Santana surgiu para as pessoas do campo como uma possibilidade natural de tentativa de trabalho, dado a sua proximidade, centralidade rodoviária e características de forte entreposto comercial.

Antes de descrever os traços históricos do desenvolvimento baiano, é prudente fazer a sua caracterização econômica. A Bahia tem 14,8 milhões de habitantes, estimativas IBGE (2018), o 4º estado mais populoso do país, 6º maior PIB (261 bilhões em 2018), o 6º que mais arrecada, com 45,8 bilhões de reais, de receitas totais da administração estadual, nesse mesmo ano. Em contrapartida a essa arrecadação e produção de riqueza, o estado está em 23º lugar em rendimento nominal domiciliar per capita (R\$ 841 reais) e 22ª posição no IDH, entre os estados do país. Este capítulo procura descrever os traços desta dicotomia, entre estar posicionado entre os estados mais ricos e, por outro lado, figurar entre as últimas colocações no que se refere à qualidade de vida e renda de sua população.

Spinola (2009) denuncia há certo tempo, os dados da miséria social da Bahia ao apontar que 55,3% dos domicílios da população vivia com renda per capita menor que um salário mínimo e que apenas 1,2% da renda gerada no estado era destinado aos 20% mais pobres, enquanto os 20% mais ricos se apropriavam de 70,2% de toda riqueza produzida no estado. Tal quadro de desigualdade e concentração de renda pode ser visto através do índice de GINI³², igual 0,660 pontos. O autor ainda chama atenção para o fato de que o estado vive esta dicotomia por que perdeu a “trilha do desenvolvimento”. E essa trilha foi perdida com a mudança da capital do Brasil de Salvador, para o Rio de Janeiro em 1763.

Desde que a Bahia perdeu os trilhos, se constituiu em um estado sem força política, desconectado do centro do poder, que fora primeiro para o Rio de Janeiro e, em 1961, para Brasília. Herdou as dívidas dos tempos de colônia e conviveu com insuficiência de receitas e desequilíbrio fiscal até a década de 1950. Sofreu diversas intervenções federais, falta de infraestrutura e políticas que se preocupassem com o Estado como um todo, capital e municípios do interior. Na verdade, a Bahia foi um campo de amplas brigas políticas pelo poder, sempre prevalecendo de uma maneira ou de outra, os interesses oligárquicos e coronelistas. (SPINOLA, 2009)

³² O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda de um país, de um estado ou de um município. O indicador que aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda e 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

O atraso da Bahia sempre foi tão eminente que o governador Otávio Mangabeira, em um discurso de lamentação das condições socioeconômicas do estado, eternizou uma espirituosa frase “[...] na Bahia o atraso é tão grande, que se o mundo acabar os baianos só saberão 5 dias depois.” (SPINOLA, 2009, p. 162).

A economia da Bahia até os anos de 1950 era predominantemente agrária e se concentrava, mais fortemente em torno das explorações de minerais preciosos na região da Chapada Diamantina. Vivia também da produção do açúcar, do algodão e fumo e depois do cacau. Na era Vargas (1930-1945), o Brasil iniciou o processo de industrialização e urbanização, mas na Bahia este processo não foi ao mesmo tempo, como esclarece Rômulo Almeida (2009, p. 15)

[...] O desenvolvimento da indústria no Sul não encontrava paralelo na Bahia. As razões principais parece-nos terem sido: ritmo fraco de capitalização, a decadência política da Bahia na República, efeito e novamente causa, as dificuldades de transportes, e a carência de energia, que, para vencê-las, não encontravam recursos na economia colonial bahiana, as quais terão sido também causa de outra carência, a quase nula imigração. Tôdas (sic) estas causas estão intimamente relacionadas entre si e ainda com outro fator, que é frequentemente personalizado nas figuras de Pedroso de Albuquerque e Pereira Marinho, e de outros ricos comerciantes, salvo talvez Aristides Novis, antes e depois dêles (sic) : os quais, sendo os financiadores, e acumulando capital em sólidos estoques e em seguras operações, acostumados aos azares dos negócios na Bahia, eram os arrematantes de lavradores e industriais nas crises intermitentes, os grandes compradores por “10 réis de mel cuado” (sic), nos frequentes momentos de abertura. Dêles recebiam as terras, os engenhos e as ações das fábricas. O interesse dêles nos empreendimentos de produção era secundário, quando não fosse nulo. Não tinham tirocínio industrial. O espírito de iniciativa e indústria, tão vivo e tenaz na história ainda recente da Bahia, havia de desencorajar-se e evadir-se em grande parte. E com isto, a natural perda da experiência industrial; enquanto a indústria evoluía noutras partes. A história industrial da Bahia, porém, está por fazer-se.

Rômulo Almeida (2005) relata que o processo de desenvolvimento industrial, que ocorreu no Sul/Sudeste, principalmente nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, foi pioneiro, mais intenso e melhor distribuído pelo território desses estados, impactando positivamente na geração de emprego e renda, assim como na evolução urbana das cidades que receberam unidades industriais.

Na Bahia, a quantidade de unidades industriais era em número bem menor e, praticamente, não se contava com apoio governamental. Em 1873, havia sete fábricas de tecidos grosseiros de algodão, entretanto, as unidades industriais foram se estabelecendo lentamente. Em 1879, havia mais uma fábrica de chapéus, com cerca de 250 operários e nesse ano iniciou-se também a industrialização do sal. Este período marcou o nascimento da indústria fabril no Estado (CAVALCANTE, 2008).

Uma ação importante do Governo Central, no sentido de estimular a economia e a indústria regionais, foi a construção da linha de ferro Minas – Bahia, que estimulou a implantação de pequenas unidades industriais e o escoamento da produção agrícola. “[...] Até o início do século XX a Bahia havia tido uma sequência de ciclos agrícolas tradicionais, com destaque para as culturas de cana-de-açúcar, fumo, fibras e cacau.” (CAVALCANTE, 2008, p. 71).

Mas, na primeira metade do século XX, a Bahia viveu certa estagnação, Cavalcante (2008, p. 71), que recebeu diversas denominações dadas por estudiosos sobre seu atraso econômico: “problema econômico baiano” e “relativa decadência baiana” de Clemente Mariani; “involução industrial da Bahia” de Luiz Henrique Tavares e o “enigma baiano” de Pinto de Aguiar. Sobre esse processo de atraso e paralisação da industrialização baiana, Spinola (2009), afirma que não há enigmas, isso se deu, primeiro, pela capital do país ter sido transferida para Rio de Janeiro, e as decisões de investimentos econômicos terem sido concentradas por lá. Em segundo lugar, pela ausência de condições estruturais da economia local para se desenvolver; e, em terceiro, aos governos estaduais “autoritários e coronelistas” que não propiciaram a evolução da economia baiana em direção à industrialização.

O cenário de estagnação da economia baiana começou a mudar a partir de 1950, como relata Cavalcante (2008, p. 70).

Na Bahia, em particular, o período delimitado pelas décadas de 1950 e 1980 marca a transição de uma economia predominantemente agrário-exportadora que vinha apresentando um desempenho inferior à média nacional para uma economia industrializada e concentrada na produção de commodities intermediárias. Pode-se considerar a implantação da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na década de 1950, o marco inicial do processo de industrialização do estado. Esse processo, ainda que marcado por fortes discontinuidades, estendeu-se até os primeiros anos de operação do Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC), no final da década de 1970 e no início da década de 1980.

A descoberta do petróleo em terras baianas e a construção da Refinaria Landulpho Alves, nos anos de 1950, provocou a alavancada do processo de planejamento econômico do estado. Os governos federais e estaduais tornaram mais incisivas as ações governamentais e, segundo Teixeira e Guerra (2000), o “enigma baiano” começou a ser superado. Mesmo que tardiamente, o Governo do Estado agiu através de programas de incentivos fiscais e implantou a partir dos anos 1960 o Centro Industrial de Aratu (CIA), em Simões Filho e em Candeias, em 1967 e, logo em seguida, (1969) inaugurou o Centro Industrial do Subaé (CIS), em Feira de Santana.

Nove anos depois (1978) entrou em operação o Polo Petroquímico de Camaçari. O processo de industrialização da Bahia iniciou por um impulso exógeno, observar o que Teixeira e Guerra (2000, p. 4) relata,

O fato é que, no final da década de cinquenta o estado havia, mesmo que timidamente, iniciado o seu processo de industrialização, a partir, principalmente, de um impulso exógeno: os investimentos da Petrobrás em extração e refino de petróleo. As mudanças sociais também começam a se fazer sentir. Expandem-se a classe operária e a classe média urbana, essa última ocupada nas próprias fábricas e nas atividades de apoio do setor terciário. Devido aos relativamente altos salários pagos pela Petrobrás, os “petroleiros” passam a se constituir numa espécie de elite de trabalhadores, com acesso a bens de consumo até então só acessíveis às classes mais favorecidas.

Os incentivos federais foram, principalmente de renúncia fiscal e políticas de financiamentos, através de programas de fomento da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). O Governo do Estado ofereceu “[...] uma infraestrutura para instalações industriais, concentrada em uma área próxima da capital, dotada de facilidades portuárias, rodovias, ferrovia, além de energia, água etc.” (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 5). Os autores ainda relatam que, foram centenas de projetos instalados, mais de 30 mil empregos diretos criados só no CIA. O problema dessa política exógena de investimento e fundamentada em benefícios fiscais, estava no fato de não haver um projeto contratualizado de permanências das empresas, após o período de vigência dos tais incentivos. Assim, após o término da isenção tributária, muitas empresas enceraram suas atividades e foram para outros estados. A guerra fiscal no Brasil entre os estados para atrair indústrias, demonstra a ausência de um projeto nacional sustentável de industrialização.

Outro ponto a se registrar na industrialização baiana é que concentrou mais do que 95% dos investimentos na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Excetuando-se o CIS em Feira de Santana, o resto do Estado ficou esquecido e sem colher os frutos do crescimento provocado pelo processo de industrialização, visto que, os governos Estaduais da década de 1950 até hoje — com certa exceção relativa período 2007-2014 (governo Jaques Wagner),³³ —, concentra a política industrial e as grandes obras de infraestrutura na RMS, ficando o interior em situação de extrema carência e

³³ Neste período foram implantados no Interior do Estado: 5 Hospitais Regionais, revitalização da malha rodoviária estadual, construção de novas estradas, 5 Universidades Federais, iniciou a construção da Ferrovia Oeste Leste, 101 Centros Federais de Educação. A proporcionalidade de investimento no interior foi a maior de todos tempos. O governador Rui Costa, apesar de ser de mesma linha política de Jaques Wagner, volta à prática de concentrar investimentos e recursos, principalmente em Salvador.

atraso econômico e social. As cidades do interior que ainda receberam algum investimento foram Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Juazeiro e outras cidades litorâneas de apelo turístico.

Fonseca (2011) e Porto (2003) destacam que para realçar ainda mais as discrepâncias de investimentos na Bahia, do universo de 417 municípios baianos, 26 centros urbanos (6,24%) até 2002, concentravam 80% dos fluxos sociais e econômicos e mais de 50% da população baiana. Concentravam, também, 100% das matrículas dos cursos superiores, 84% dos médicos e 70% dos rádios licenciados do estado. Nesses 26 centros estão os 13 da região Metropolitana de Salvador e outros 13 com mais de 100 mil habitantes³⁴ entre os quais, Feira de Santana.

Sobre esse processo de concentração, parece haver uma produção intencional da ampliação das desigualdades regionais. Maricato (2003), por exemplo, analisa o que Estado brasileiro ao planejar o processo de urbanização e desenvolvimento, o fez com características do período colonial, como o coronelismo, a política do favor e pela aplicação arbitrária da lei, no intuito da manutenção do poder e privilégios, promovendo a desigualdade regional e social.

Este cenário de atraso e desigualdade socioeconômico no interior estado, que de certa forma, se ampliou com as opções das gestões estaduais, aprofundou o êxodo rural de municípios interioranos para os grandes centros urbanos. E Feira de Santana é a primeira grande cidade no caminho dos retirantes ruralistas que tentaram melhores condições de vida nas grandes metrópoles Brasileiras.

As pessoas ao saírem do interior baiano em destino ao Sul do país, São Paulo e Salvador, têm como um ponto de passagem e parada obrigatória a cidade de Feira de Santana. Muitos que se aventuram nesta odisseia pararam na princesa do sertão, e nela permaneceram, como será visto no capítulo 7 desta tese, desses, um grande número foram trabalhar nas ruas. Assim, descrever as opções de investimentos do Governo do Estado ajuda a compreender as concentrações de recursos na RMS, movimento migratório ruralista e a composição da informalidade nas ruas dessa cidade.

³⁴ Feira de Santana, Vitória da Conquista, Itabuna, Juazeiro, Ilhéus, Jequié, Teixeira de Freitas, Barreiras, Alagoinhas, Porto Seguro, Paulo Afonso, Eunápolis e Santo Antônio de Jesus.

5.1.1 A industrialização desenvolveu a RMS, mas não desenvolveu o interior da Bahia

Não seria exagero dizer que o processo de industrialização da Bahia poderia ser chamado de processo de industrialização da Região Metropolitana de Salvador, dado que fez o PIB do estado crescer, mas concentrado na RMS, a qual “[...] concentra um robusto parque produtivo, capaz de aglutinar serviços das mais diversas naturezas [...] constituída de uma classe operária moderna e uma classe média relativamente forte.” A industrialização iniciada nos anos 1950 transformou a economia agroexportadora dependente, atrasada e estagnada em uma economia mais dinâmica e produtiva.” (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 13). Mas, o resto do estado continuou em estágio de grande atraso social, miséria, fome e analfabetismo.

Um detalhe a ser observado, é que as características agroexportadoras do Estado, não precisavam ser relegadas ao esquecimento, paralelamente ao processo de industrialização. Com isso, a Bahia perdeu o protagonismo em diversas culturas em que tinha produção expressiva, a exemplo do cacau do sul da Bahia, do algodão do centro oeste, do açúcar no litoral e do fumo do recôncavo e em Feira de Santana, que entraram em decadência, pelas mais diversas razões, clima, pragas, mas a principal delas foi a falta de investimento para propiciar os avanços tecnológicos necessários à sustentabilidade dessas culturas.

Sobre a crise do algodão, a Associação Baiana dos Produtores de Algodão – ABAPA (2019, p. 1) relata que

[...] Na década de 80 do século passado, a região de Guanambi chegou a ter 331 mil hectares de lavouras [...] pragas como o bicudo-do-algodoeiro se alastrassem. O bicudo e o pulgão ganharam proporções tais que tornaram a atividade insustentável na região. Hoje a cotonicultura ainda existe no Vale do Iuiú, mas em padrões familiares, bem distante da pujança de outros tempos, representando apenas 2% da produção do estado.

A crise do Cacau desempregou 250 mil pessoas, destaca matéria da Folha de São Paulo, (1997, p. 1)

[...] Pelo menos 250 mil pessoas que trabalhavam na lavoura cacauzeira no sul da Bahia foram demitidas nos últimos sete anos em função da crise que atingiu a cultura a partir do final de 1989. Foi nessa época que começou a aparecer nas plantações da região o fungo "Crimipellis perniciososa", causador da doença conhecida como vassoura-de-bruxa. A praga leva ao apodrecimento das folhas e frutos dos cacauzeiros e foi a grande responsável pela forte queda na produção do cacau no sul da Bahia.

Passando neste exato momento, a analisar a cultura do fumo, a Bahia se manteve na liderança da produção até a chegada da indústria na RMS, década de 1970. Segundo a Revista Bahia Agrícola (2003), a produção de fumo que era de 45 mil toneladas em 1965, caiu para 30 mil toneladas em 1975 e alcançou o fundo do poço em 1994, com apenas 5 mil toneladas naquele ano. Em 2017 produziu míseras 3,6 mil toneladas, apenas 0,4% da produção nacional (IBGE, 2017). A derrocada de uma cultura eminentemente de manejo familiar, ocasionou miséria a milhares de pessoas, que perderam a renda, o que se deu por ausência de falta de incentivos e políticas governamentais. Ao contrário da postura do estado baiano, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, segundo o Departamento de Economia Rural – (DERAL, 2017), há constantes processos de pesquisa e inovação sobre a cultura do fumo, famílias rurais participam de treinamentos em um processo contínuo de fortalecimento e diversificação dessa cultura. Não por acaso são os estados líderes nesse cultivo, sendo responsáveis por 98% da produção de fumo no Brasil. Em 2017, foram produzidas mais de 800 mil toneladas e empregadas 30 mil pessoas nas usinas de beneficiamentos e mais 15 mil produtores diretos, em cada unidade produtiva, onde atuam em média 5 pessoas.

Não obstante, chamar a atenção para a falta de consideração governamental em relação à decadência da atividade agrícola na Bahia, foi importante para compreender que o mercado de trabalho sofreu um forte nível de desocupação no nível estadual e que os custos de oportunidades, na geração de empregos ocasionados, pela industrialização da RMS não gerou retornos significativos no nível de interior do estado. Ou seja, no *trade off* do processo de industrialização talvez se possa incluir, em parte, o atraso que entrou a agricultura baiana.

Por outro lado, a industrialização baiana não se desenvolveu nos níveis vistos nos estados do sul. O processo de expansão industrial da Bahia se deu uma maneira muito forte até os anos 1980, sendo que, segundo o IBGE (2019), o pessoal ocupado nas indústrias extrativas e de transformação e o número de empregados saiu de 36.152 pessoas ocupadas, em 1966, para 105.250 em 1981. A partir daí começou a declinar, ficando na casa dos 100 mil empregados até 1984, seguem-se, dez anos de decadência, caindo para 64.066 mil trabalhadores ocupados em 1995. Nesse mesmo período as unidades industriais seguiram o mesmo roteiro, saindo de 3.134 unidades em 1984, para 541 unidades em 1995. Tal processo de desindustrialização também acometeu o Brasil, mas na Bahia a proporção foi bem mais forte. O Brasil, em 1984,

tinha 4,2 milhões de pessoas ocupadas e, em 1995, passou a 3,2 milhões de pessoas ocupadas. A queda na Bahia foi de 39% e no Brasil de 23% do total de pessoas ocupadas no mesmo período.

A partir de 1996 a metodologia do IBGE³⁵ para se considerar as atividades industriais mudou, na verdade evoluiu e diversas atividades foram incluídas nas categorias indústria extrativa e indústria de transformação. Motivo pelo qual se optou por fazer a análise do parágrafo anterior observando o período 1966-1995, que utilizou a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE Versão antiga. De 2007 em diante, a pesquisa utilizou uma nova versão, a 2.0. para a Bahia, esta pesquisa, não encontrou, no IBGE, dados de pessoal ocupado e de unidades industriais de 1996 a 2006.

Tabela 6 – Pesquisa Industrial Anual - IBGE, Brasil e Bahia, 2007-2017

ANO	Brasil		Bahia	
	Número de unidades locais (Unidades)	Pessoal ocupado em 31/12 (Pessoas)	Número de unidades locais (Unidades)	Pessoal ocupado em 31/12 (Pessoas)
2007	172.680	6.981.574	4.597	187.506
2008	182.154	7.313.360	5.095	199.158
2009	185.576	7.379.490	4.868	206.123
2010	189.532	7.917.153	5.387	231.801
2011	198.941	8.156.630	5.723	246.721
2012	192.798	8.238.327	5.139	235.291
2013	204.389	8.442.742	5.769	245.961
2014	209.561	8.305.204	5.973	238.026
2015	201.204	7.642.517	5.886	230.923
2016	194.843	7.262.609	5.933	213.660
2017	189.018	7.213.944	5.963	215.035

Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Anual, (2019).

Há dificuldade em comparar ou agrupar dados da pesquisa acima com as outras do IBGE, pois as pesquisas das PNADs são por amostragem, induz a parte entrevistada ao todo. Outra observação é que a PNAD encerrou sua série em 2015, foi substituída pela PNAD Contínua, que iniciou seus levantamentos em 2012. A Pesquisa Industrial apresentada na Tabela 6, tem período estudado de 2007 a 2017. Então, devido a esta falta de sintonia na linha do tempo das Pesquisas serão feitas análises pontuais.

³⁵ Podem ser verificadas todas as mudanças nas classificações de atividades econômicas que aconteceram a partir de 1996 no manual *Introdução à Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE Versão 2.0*, disponível no site do IBGE.
<https://concla.ibge.gov.br/images/concla/documentacao/CNAE20_Subclasses_Introducao.pdf>

A indústria brasileira sentiu a crise e, de 2014 a 2017, perdeu mais de 1 milhão de trabalhadores. Na Bahia, a população ocupada nesse setor chegava a 246 mil em 2011, recuando para 215 mil pessoas em 2017. Em 2018, estima-se pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) que perdeu mais 5 mil trabalhadores. Com esses valores, em 2017, os trabalhadores da indústria representavam menos de 7% da população ocupada no Brasil 7,2 milhões de 92 milhões de ocupados. Na Bahia, em 2017, os 215 mil trabalhadores da indústria representavam apenas 3,6% dos 5,9 milhões de trabalhadores brasileiros ocupados (PNADCT, IBGE, 2017).

Os dados apresentados, tanto em nível nacional, como em nível estadual, evidenciam que o processo de industrialização não foi suficiente para impactar significativamente o mercado de trabalho. Esse quadro se torna ainda mais grave, porque 45% dos trabalhadores industriais da Bahia, cerca de 99 mil pessoas, estão na Região Metropolitana de Salvador.

A insistência em priorizar os investimentos do Estado em indústrias na RMS, tem demonstrado contribuição para ampliar as assimetrias regionais e relegar as demais regiões a um fraco desenvolvimento socioeconômico. A medida que os governos da Bahia investem prioritariamente na indústria, ausentam investimento no setor que mais tem potencial de gerar número de ocupações no estado, a agricultura. E esta opção, amplia a migração de jovens do interior do estado em busca de oportunidades nos grandes centros estaduais. É notório, que tal realidade faz parte do histórico feirense, que recebe continuamente pessoas oriundas de diversos municípios do estado, essencialmente, em busca de oportunidade de trabalho. A composição da ocupação na Bahia, descrita a seguir, ajuda a enxergar este cenário.

5.1.2 A Composição da ocupação na Bahia

Para compreender a realidade de Feira de Santana é interessante discorrer sobre as influências das políticas adotadas para o mercado de trabalho a nível do estado. Esta subseção apresenta informações sobre a composição do mercado de trabalho na Bahia, pesquisas dessa natureza em nível estadual, são sempre positivas pois, visto que, a PNAD Contínua, como já foi dito, não tem cobertura em diversas etapas do seu levantamento, em cidades do interior. A falta de recursos impede o IBGE de realizar pesquisas como maior cobertura geográfica. Tal contingenciamento

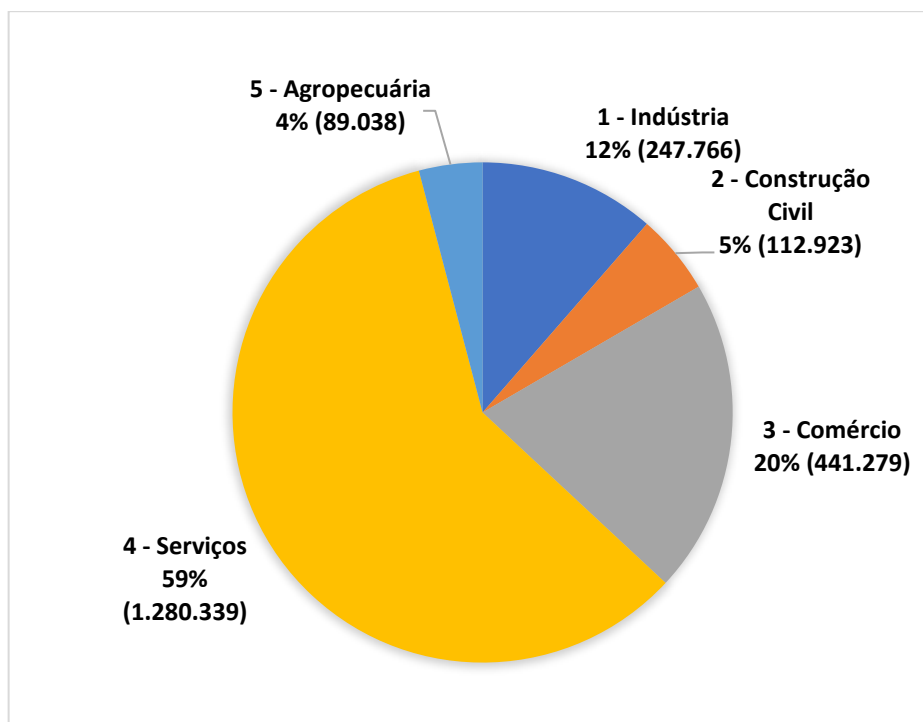
de recurso é uma postura equivocada do Ministério do Planejamento, um país que não se conhece bem, certamente terá dificuldades de realizar bons planejamentos.

A Bahia tinha uma população estimada em 14,8 milhões de pessoas em 2018, (IBGE CIDADES, 2019), 564,7 mil de Km² de território, 5º maior estado do Brasil em território. Para ter uma noção comparativa de sua grandeza, se fosse um país seria 48º em extensão territorial, maior do que países como a França, Espanha, Suécia, Noruega, Japão, Alemanha e Reino Unido por exemplo. Desta área, a Bahia tem cerca de 50,8% com pastagens e matas naturais e mais 278,3 mil KM², 49,2% de área territorial ocupada por cerca de 762,6 mil estabelecimentos e 2,1 milhões de pessoas ocupadas em atividades agropecuárias. “[...] Do total dos estabelecimentos, 83% eram explorados pelos próprios proprietários (para uma proporção da área territorial de 64%), 11% explorados por arrendatários e ocupantes (2% da área territorial) e 5% explorado por administradores (34% da área territorial).” (IBGE, 2017).

Mas, diante desse cenário de grandeza, uma coisa chama a atenção, o estado, conforme o Gráfico 7, tem apenas 89 mil empregos formais no setor. E o Governo Estadual não demonstra interesse em desenvolver o potencial agropecuário, visto que no orçamento aprovado em dezembro de 2018, 166,2 milhões de reais foram para a Secretaria da Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura — 0,36% das receitas estimadas — e, para a Secretaria de Desenvolvimento Rural, 474,4 milhões de reais, 1,02%. Os dois percentuais somados dão apenas 1,38% do total de 46,4 bilhões de reais do orçamento de 2019. Os dados evidenciam que não há uma prioridade de investimentos do governo do Estado da Bahia para o Setor agropecuário.

O Gráfico 7, extraído da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), evidencia que o mercado de trabalho formal da economia baiana, gira em torno dos setores de serviços e comércio, respectivamente, 59% e 20%, que somados são 79% dos empregos formais nessas duas categorias. A indústria vem em terceiro com 12%, 247,7 mil vínculos registrados. Em quinto, vem a construção civil, com 112,9 mil vínculos, 5% do total e, em seguida a agropecuária, com 89 mil empregos, com 4% do total. A dissonância aqui é que, quando considerado a ocupação total, composta por trabalhadores formais e informais, na Agropecuária há 2,1 milhões de pessoas ocupadas, o número alcança 37% do total da força de trabalho ocupada no Estado.

Gráfico 7 – Composição do Emprego Formal no Estado da Bahia, vínculos registrados, 2017 - (%) (unit.)



Fonte: RAIS (2017).

Mesmo os setores de serviços e comércio sendo formalmente os que mais empregam, e o setor agropecuário o com mais pessoas ocupadas no geral³⁶, a gestão do atual governo baiano, destina a maior parte do orçamento para a indústria, tanto em investimentos diretos pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Manutenção dos Centros Industriais, como pela renúncia fiscal de 9,5 bilhões de reais, só em dois projetos. Isso, no período de 2014-2017, sendo 8,1 bilhões de reais para o Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia (Desenvolve) e 1,3 bilhões de reais para o Programa Especial de Incentivo ao Setor Automotivo (Proauto) (TCE, 2017).

Tais renúncias são alvos de críticas do Relatório e Parecer Prévio do TCE sobre as Contas do Chefe do Poder Executivo do Estado da Bahia – Exercício de 2017. Observe uma das notas do (TCE, 2017, p. 137):

Ausência de avaliação de desempenho para o programa DESENVOLVE. Da análise dos relatórios disponibilizados pela SDE, observou-se que os documentos utilizados para apresentar resultados do programa DESENVOLVE não configuram uma avaliação de desempenho, pois, embora

³⁶ O setor agropecuário tem 2,1 milhões de pessoas ocupadas, sendo 480 mil produtores para próprio consumo (CENSO AGROPECUÁRIO, 2017). 451 mil empregados (PNAD, 2015);

registrem dados de acompanhamento dos projetos analisados pela Secretaria, não averiguam o cumprimento de metas ou emitem manifestação conclusiva sobre o andamento da política pública a que se reportam. Observou-se, também, que os relatórios não se apropriam de estudos produzidos pela SEFAZ em relação ao programa, cujo caráter é pontual e limitado ao aspecto tributário. (Grifo nosso)

O objetivo do governo do estado estava firmado em 103 protocolos de intenções da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE, 2017), para a geração de 24.891 empregos com o investimento previsto de 4,83 bilhões de reais. Entretanto, os investimentos são bem maiores e os resultados não mensurados. Não se pretende, aqui, desmerecer a importância da indústria para o desenvolvimento econômico do estado, mas em 4 anos, o Governo renunciou a 10,6 bilhões de reais em setor que está em contração na expectativa de geração de apenas 24,8 mil empregos, ou seja, ao custo de R\$ 425.856,74 por emprego gerado. Acredita-se que o custo de oportunidade exercido aqui não foi a melhor escolha, pois, se parte desses investimentos fossem realizados na agropecuária e nos setores de comércio e serviços, se obteria um retorno mais eficiente. Observar a nota da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI, 2018, p. 33) que enfoca o crescimento dos setores no estado.

[...] O Produto Interno Bruto da Bahia, divulgado pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), apresentou leve crescimento neste ano, após crescer a uma taxa de 1,1%, em 2017. No acumulado do ano até o terceiro trimestre, a atividade econômica baiana expandiu 1,5%. A Agropecuária e os Serviços variaram positivamente em 16,8% e 1,1%, respectivamente, enquanto a Indústria apresentou queda de 0,9%. A Indústria de transformação, com base nos dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, registrou, na mesma base de comparação, acréscimo de 0,2% (Tabela 3). O resultado pode ser parcialmente explicado pela demanda interna retraída. Menos da metade dos setores da indústria baiana de transformação registraram aumento em 2018.

A observação de que os setores comércio e serviços são os mais dinâmicos na geração de empregos também é realizada por (PESSOTI; PESSOTI, 2015, p. 91):

Conforme pode ser observado, não há um padrão específico na geração de empregos na Bahia nesse período. Um ano de excelente resultado não é precedido ou sucedido de outro de igual magnitude, exceção feita aos anos de 2009 e 2010. Os dados mostram também que **os setores mais dinâmicos na geração de empregos formais são os setores do comércio e serviços** que tradicionalmente são os mais importantes na dinâmica do PIB baiano (grifo nosso).

Após dialogar sobre a composição do emprego formal, Gráfico 7, e compreender as opções de políticas econômicas que a Bahia faz para a geração de

postos de trabalho, tenta-se agora diagnosticar o mercado de trabalho no estado até 2018. Tal empreitada ajuda no desenho do mercado de trabalho em Feira de Santana, uma vez que a PNAD não faz pesquisas no município. Isso é feito buscando capturar a evolução do mercado de trabalho nos anos 2002 - 2014 e os efeitos da crise política e econômica eclodida em 2015. Mas, se reconhece certa dificuldade, uma vez que para dados mais precisos sobre o mercado de trabalho na Bahia e em Feira, têm-se apenas os censos de 2000 e 2010. Para suprir em parte tais limitações, recorreu-se aos dados da RAIS e do CAGED, que tratam do mercado formal e a trabalhos publicados pela SEI.

Considerando-se os resultados expostos pela PNAD na Tabela 7, do último trimestre do ano de 2018, na qual se faz uma comparação da Bahia com o Brasil, verifica-se que o estado está em situação de atraso. Na Bahia a taxa de participação da força de trabalho (58,4%) é 3,3% inferior à do Brasil (61,7%). Em relação ao desemprego o cenário é ainda pior, a tabela indica alarmantes (17,4%) de taxa de desocupação no estado, o que é 5,8% a mais que a média nacional (11,6%).

Tabela 7 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, total, na força de trabalho, ocupadas, desocupadas, fora da força de trabalho, e respectivas taxas e níveis – Brasil e Bahia, 2018

	Brasil	Bahia
Pessoas de 14 anos ou mais de idade (Mil pessoas)	170.022	11.925
Força de Trabalho	104.888	6.964
Ocupadas	92.736	5.724
Desocupadas	12.152	1.211
Fora da força de trabalho	65.133	4.961
Taxa de participação força de trabalho ³⁷ (%)	61,7	58,4
Nível de ocupação, (%)	54,5	48,2
Nível de desocupação (%)	7,1	10,2
Taxa de desocupação (%)	11,6	17,4

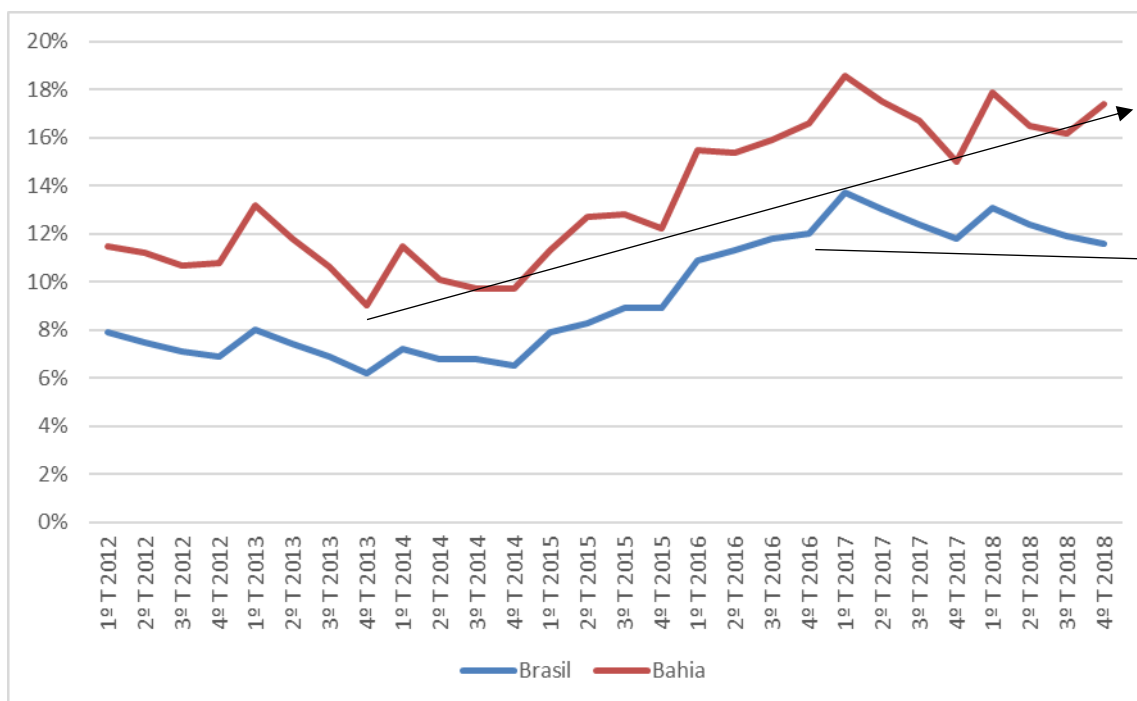
Fonte: IBGE/PNAD (2018).

A série histórica da pesquisa da Tabela 7 está em anexo (Tabela 36), a qual apresenta que na taxa de ocupação, de 2012 para 2018, o Brasil se manteve estável (61,7%), tendo alcançado maior nível de participação da força de trabalho, em 2017, com 61,8% e menor em 2014 com 60,9%, uma variação de apenas 0,9%. Diferentemente da Bahia, que teve maior volatilidade, em 2012, de 61,7%, foi para 62,5% em 2015, uma variação positiva de 1,8%. No período 2015-2018, sofreu uma

³⁷ Refere-se à razão percentual entre as pessoas na força de trabalho e as pessoas em idade ativa.

queda forte de 4,2%, decrescendo de 62,5% para 58,3%. Nessa dinâmica, se observa na Bahia, que ao invés de se recuperar da crise, o estado pode ainda estar em um processo de aprofundamento da recessão. Tais evidências podem ser observadas em análises técnicas do Gráfico 8, que apresenta o comportamento da taxa de desemprego.

Gráfico 8 – Evolução da taxa de desocupação, Bahia e Brasil, 2012-2018, (%)



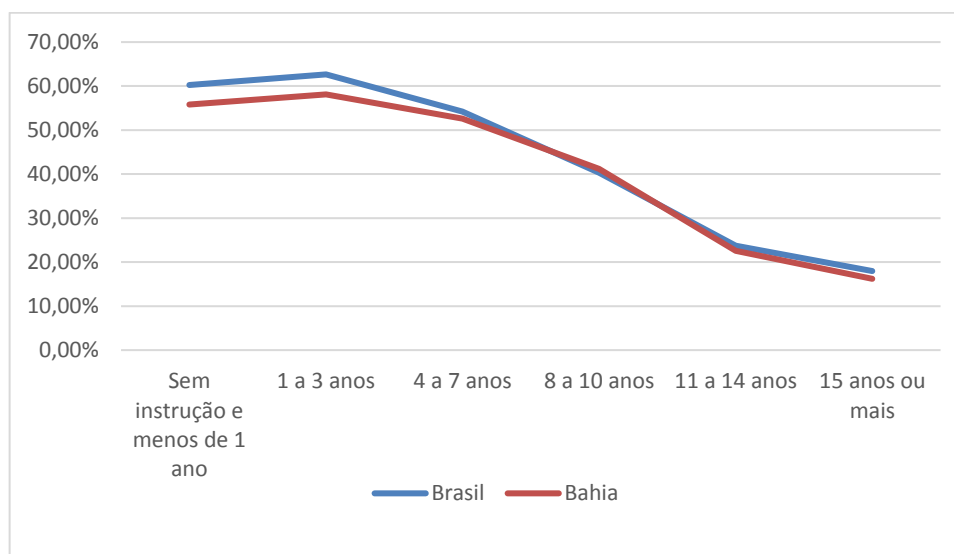
Fonte: IBGE/PNADCT (2019).

O Gráfico 8 evidencia que a linha da taxa de desemprego na Bahia corrobora com a linha do Brasil, em mesmo sentido e direção, até o 1º trimestre de 2017, quando os percentuais no estado são, em média, 4,03% maiores do que os do país, mas no último trimestre de 2018 esta diferença chega a 5,8%. Tal cenário, pode fortalecer a suspeita de que o mercado de trabalho na Bahia ainda está em um processo de retração. No período do 1º trimestre de 2017 ao 2º trimestre de 2018, há outro sinal dessa recessão, dado que, a linha da evolução da desocupação na Bahia aponta para cima, enquanto que a referida ao Brasil apresenta sinais de estagnação. Acredita-se que o fraco desenvolvimento da indústria, a concentração de investimentos na Região Metropolitana de Salvador e as opções das políticas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado, estão contribuindo para a não retomada do crescimento da ocupação no mercado de trabalho na Bahia.

Outra dificuldade a ser anotada sobre a força de trabalho no estado são os altos índices de desocupação e inatividade da população em idade de trabalho. Para enxergar tal realidade, foi necessário recorrer à PNAD, mesmo com dados de 2015, uma vez que a PNADC não retrata esta realidade em nível de Bahia. E como era de se esperar, verificou-se uma taxa bastante expressiva de inatividade no estado. A população não economicamente ativa em idade de trabalho, era de 5,5 milhões de pessoas, 42,2% da PIA, situação de atividade proporcionalmente superior à do Brasil, com 40% de inatividade, com 13 milhões de pessoas, (IBGE, 2015).

O fenômeno da inatividade também se relaciona à baixa qualificação do trabalhador baiano. O jovem baiano tem expectativa de 5,6 anos de estudos aos 18 anos de idade, menor que a média do Brasil que é de 8,63 anos (PNUD, 2018). E ao se distribuir a inatividade por anos de estudos, (Gráfico 9), verifica-se uma correlação direta, quanto mais anos de estudos menor a proporção de pessoas em inatividade.

Gráfico 9 – Percentual de pessoas em idade de trabalho inativas na semana de referência, situação em relação aos anos de estudo, 2015

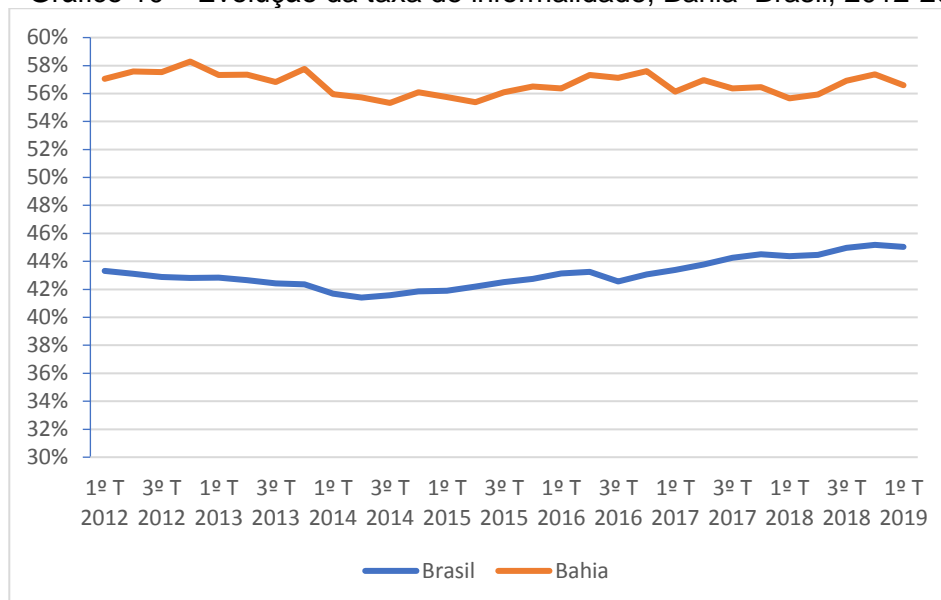


Fonte: Elaboração própria de dados do IBGE – PNAD (2018).

Na Bahia, os indicadores que medem o desenvolvimento econômico e o mercado de trabalho merecem atenção, pois ficam abaixo da média nacional. Mesmo com o 6º PIB, entre os estados do país, a situação de atraso socioeconômico do estado pode ser verificada em alguns indicadores: a) Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) com a posição 22º; b) Rendimento nominal mensal domiciliar per capita de R\$ 841, comparando a outros estados fica na 23ª colocação, c) Rendimento médio

real habitual do trabalho principal das pessoas de 14 anos ou mais de idade, R\$ 2.184,00, que comparado a outros estados fica na 17^o posição; d) Proporção de pessoas de 14 anos ou mais em trabalho formal, 44,1 %, que também, comparada a outros estados fica em 19^o lugar; com taxa de informalidade de 55,9%.

Gráfico 10 – Evolução da taxa de informalidade, Bahia–Brasil, 2012-2019, (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNADCT (2019).

O Gráfico 10, evidencia uma discrepância significativa entre o grau de informalidade do trabalho na Bahia, com o Brasil. São 12% a mais de taxa de informalidade em relação à média nacional. Os dados apurados com população ocupada informalmente (55%), se aproximam das informações da Tabela 5947 (em anexo) - Pessoas ocupadas, sem contribuição para Instituto de Previdência em qualquer trabalho. Em 2018, de 3,03 milhões de um total de 5,98 milhões de pessoas ocupadas, significa que 51% está sem seguridade social no exercício do trabalho.

Feira de Santana reflete as interações de um sistema econômico que parte do plano estadual ao nacional, no qual está completamente inserida e interligada, e não seria exagero considerar a interferência das influências globais. Sendo assim, julgou-se necessário descortinar as políticas e os indicadores do mercado de trabalho a nível estadual e nacional, para iniciar no subtópico a seguir a apresentação das características socioeconômicas da cidade.

5.2 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DE FEIRA DE SANTANA

O município de Feira de Santana, fica a 109 KM da capital baiana, Salvador. Por decreto provincial foi elevado à condição de distrito sede, separado de Cachoeira, em 18/09/1833. A cidade-sede cresceu e se desenvolveu por ser roteiro de encontro para grandes feiras livres. A Figura 3 evidencia sua centralidade regional, a cidade é o principal entroncamento rodoviário do Nordeste, além de ser a origem da maior rodovia estadual do interior, a BA 052 (Estrada do Feijão), a cidade é cortada pelas rodovias federais BR 324, BR 101 e pela BR 116, é a porta de entrada do Recôncavo, do Sertão e da própria capital Salvador.

Figura 3 – Malha Rodoviária e localização geográfica de Feira de Santana



Essas estradas são as principais rotas rodoviárias de mercadorias e pessoas que entram e saem do Nordeste. Muitas pessoas passam por F. Santana e, nesse vai e vem, muitos também ficam por ali, contribuindo, principalmente para o comércio informal das feiras.

Em Feira de Santana, percebe-se que há vários bairros com vida comercial forte e própria, não há, visualmente, uma grande massa de pedintes e mendigos e são poucas as localidades com miséria extrema. O percentual dos extremamente pobres é de 5,5% (IBGE, 2010). É uma cidade bem arborizada e registra como esperança de vida ao nascer, de 79,3 anos para as mulheres e 68,9 anos para os homens. Tem uma alta taxa de analfabetismo da população acima de 17 anos, de 9,4%. Em relação aos indicadores de habitação, 99,7 % dos domicílios tem energia elétrica, 89% têm água encanada e há coleta de lixo em 97,5% das residências (PNUD, 2010).

O IBGE (2019) estima para 2018 uma população de 609.913 habitantes para o município de Feira de Santana. No último censo, 2010, o número era de 556.642 pessoas, que representavam 4% de toda população do Estado. Dentre um total de 417 municípios, no ranking brasileiro cidades mais populosas é a 34ª e a segunda da Bahia, ficando atrás apenas de Salvador, que se estima ter 2.675.656 habitantes.

No entanto, a grandeza econômica e de população não refletem em qualidade do trabalho e renda em comparação ao Estado, muito menos em relação aos demais municípios do Brasil. Observando os dados do IBGE Cidades, em 2016, no indicador trabalho e rendimento, o salário médio mensal formal era de apenas dois salários mínimos, 59ª posição no estado e 1987º no país. Em relação à população ocupada formal, são 132.099, 2ª posição no Estado e 51ª no país.

A situação econômica de Feira de Santana se desenha ainda pior, quando se consideram os domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa. Uma proporção de 38,7% da população, nessas condições, a colocava em 2010, na posição 407ª de 417 cidades do estado e na posição 2913ª, dentre as 5.570 cidades do Brasil. Em 2016, segundo o IBGE, (Tabela 8), o PIB per capita era de R\$ 21.051,29, que comparando com outros municípios no país fica na posição 2004ª, e no estado, na posição 24ª.

Tabela 8 – Evolução do PIB a preço de mercado e PIB per capita no município de Feira de Santana, 2004-2016

ANO	PIB (R\$ 1.000)	PIB PER CAPITA (R\$1,00)
2004	5.699.479	10.087
2008	8.905.417	15.248
2012	12.223.999	21.017
2016	13.107.354	21.051

Fonte: IBGE (2017).

A Tabela 9, mostra Feira de Santana com um PIB Real, a preços correntes de 2016, de R\$ 13,1 bilhões, o 3º do Estado e 70º do País (IBGE, 2016), a inflação de 2004 a 2016 foi de 101,3%. A composição do PIB feirense registra 63,56% do setor de serviços, 20,97% indústria, 14,92%, administração pública e 0,55% agropecuária. Em relação ao estado, figura entre as principais economias da Bahia.

Tabela 9 – PIB Municipal - Cinco Maiores Municípios, Bahia 2015-2016

PIB	PIB Total (em milhões)		Participação no Estado (%)	
	2015	2016(1)	2015	2016(1)
Estado	245.043,69	258.649,05	100	100
Salvador	57.918,10	61.102,37	23,64	23,62
Camaçari	20.390,42	21.935,90	8,32	8,48
Feira de Santana	11.962,30	13.107,35	4,88	5,07
São Francisco de Conde	8.643,55	11.796,12	3,53	4,56
Vitória da Conquista	5.760,13	6.226,15	2,35	2,41

Fonte: SEI (2016), IBGE (2016).

O município de Feira é responsável por 5,07% do PIB Baiano, fica atrás somente de Camaçari (8,48%) e de Salvador (23,62%). Feira tem se destacado por suas características de importante entreposto comercial, além de abrigar as atividades industriais do Centro Industrial do Subaé, responsável por 4,3% da atividade industrial do Estado. A atividade comercial tem 5,5% de participação no estado, setor que se destaca como segmento de maior importância econômica na estrutura produtiva municipal, (Tabela 9).

Em relação à arrecadação da gestão pública, Feira de Santana tem 64% de suas receitas oriundas de fontes externas, o que a pode classificar como uma cidade de baixa geração de tributos. Em face, por exemplo de Salvador que tem 46% e também, de cidades de mesmo porte como Uberaba-MG, Uberlândia-MG, São Bernardo do Campo-SP e Ribeirão Preto-SP — municípios praticamente do mesmo porte populacional de Feira de Santana —, mostram boa capacidade de geração de recursos próprios, sendo que as transferências externas representam, nessas cidades, em média 45% de suas receitas totais. Os 64% de participação de transferências, nas receitas da cidade, significam que da arrecadação municipal, em 2014, de 891 milhões de reais, cerca de 569 milhões são originadas de transferências correntes diretas dos outros entes federativos e apenas 322 milhões, (36%) foram originados de receitas próprias do município, (Tabela 9).

A população de Feira de Santana teve forte crescimento demográfico em toda série histórica do Censo do IBGE (Tabela 10), principalmente dos anos 70 aos 90, devido a diversos fatores, especialmente, ao êxodo rural — migração de pessoas de cidades nordestinas assoladas pelos longos períodos de seca e estiagem no sertão.

Tabela 10 – Crescimento absoluto e relativo da população urbana e rural residente no município de Feira de Santana, 1940-2010

Anos	POPULAÇÃO RESIDENTE					
	TOTAL	%	POPULAÇÃO URBANA	%	POPULAÇÃO RURAL	%
1940	83.268	-	19.660	-	63.608	-
1950	107.205	28,75	34.277	74,35	72.928	14,65
1960	141.757	32,23	69.884	103,88	71.873	-1,44
1970	187.290	32,12	131.720	88,48	55.570	-22,68
1980	291.504	55,65	233.905	77,58	57.599	3,65
1991	406.447	39,43	348.973	49,20	56.875	-1,65
2000	480.949	18,33	431.730	23,71	49.219	-13,46
2010	556.642	15,74	510.637	18,28	46.007	-6,53

Fonte: IBGE - CENSO DEMOGRÁFICOS (2010).

Nota: O censo demográfico de 1990 foi realizado em 1991, interrompendo uma sequência de dez em dez anos.

¹ Variação percentual com o período imediatamente anterior.

É importante destacar que o município já teve três emancipações de distritos, Tanquinho, em 1958, hoje com 8.008 habitantes; Santa Bárbara, em 1960, que segundo estimativa do IBGE (2018) tem 19.064 pessoas e Anguera, emancipado em 1961, que pelos mesmos informes, hoje conta com 10.248 habitantes. Um detalhe importante nestas cidades, é que as suas populações vêm se reduzindo ao longo dos três últimos censos do IBGE.

A população feirense é composta por pessoas oriundas de diversas cidades do interior baiano e nordestino, principalmente, e para aumentar ainda mais a diversidade étnica, percebe a presença de diversos povos de outros países. Acredita-se que tal migração seja devido a seu forte comércio de produtos importados no centro da cidade, pois é justamente ali que se nota a presença significativa de latino-americanos e principalmente de chineses.

Em relação à qualidade de vida, segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano (2010), Feira de Santana com 0,71 de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

(IDHM)³⁸, ocupa a 1546ª posição entre os municípios brasileiros. Nesse ranking, o maior IDHM é o de São Caetano do Sul, em São Paulo, com 0,862 e o menor IDH do Brasil vem do estado do Pará, município de Melgaço com 0,418. Em relação a sua colocação no ranking estadual, cai para quinto lugar, atrás de Salvador (0,759), Lauro de Freitas (0,754), Barreiras (0,721) e Luís Eduardo Magalhães (0,716) e empatado com Madre de Deus (0,712), o pior do estado é a cidade de Itapicuru na divisa com Sergipe com o IDHM de 0,486.

Entre 1991 e 2000, o IDHM de Feira passou de 0,460 para 0,585, uma taxa de crescimento de 27,17%. Entre 2000 e 2010 o indicador passou de 0,585 para 0,712, uma taxa de crescimento de 21,71%. O indicador que mais puxou o índice para cima foi o da Educação. A cidade foi contemplada com vários investimentos públicos e privados, nesse período, construindo diversas creches, escolas regulares, escolas técnicas e de nível superior. Destaque para a implantação de escolas técnicas estaduais e do CEFET, a ampliação dos cursos na Universidade Estadual de Feira de Santana e a implantação de diversas faculdades privadas e de uma unidade da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. No ensino Superior destacam-se como fomentadores as bolsas do PROUNI e a ampliação do FIES pelo Governo Federal no período 2002 a 2016. A vinculação do programa Bolsa Família, a matrícula das crianças na escola, teve sua contribuição na evolução do indicador de educação no município.

Tabela 11 – Renda e pobreza, Feira de Santana, 1991-2010

	1991	2000	2010
Renda per capita domiciliar	317,02	412,85	662,24
% de extremamente pobres	21,51	14,74	5,38
% de pobres			
Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais.	46,97	35,88	15,8

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2019).

Analisando a Tabela 11, a PNUD (2019) diz que a renda per capita média³⁹ de Feira de Santana cresceu 108,90% nas últimas duas décadas, passando de R\$

³⁸ O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.(PNUD, 2019)

³⁹ Preços deflacionados por metodologia do IPEA/PNUD, 2019.

317,02, em 1991, para R\$ 412,85, em 2000, e para R\$ 662,24, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 3,95%. A taxa média anual de crescimento foi de 2,98%, entre 1991 e 2000 e 4,84%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda domiciliar per capita inferior a R\$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 46,97%, em 1991, para 35,88%, em 2000, e para 15,80%, em 2010.

A Tabela 12 apresenta a ocupação por sexo da população adulta de Feira de Santana e apresenta que as mulheres têm menor taxa de atividade, maior taxa de desemprego e menor grau de formalização. Isso sugere uma segregação por sexo no mercado de trabalho na cidade.

Tabela 12 – Ocupação por sexo, segundo idade selecionada, 18 anos ou mais - Feira de Santana, 2010, (%)

	Mulheres 2010	Homens 2010
Taxa de atividade - 18 anos ou mais	61,74	83,09
Taxa de desocupação - 18 anos ou mais	14,74	6,40
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	46,82	55,99

Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2019).

Ainda com bases no estudo da PNUD (2010) a taxa de atividade é de 83% para os homens, com um desemprego masculino de 6,4% e um grau de formalização de 56%, enquanto que para as mulheres o cenário é menos favorável, a taxa de atividade feminina é de 61,74%, com um desemprego de 14,74% e um grau de formalização de 46,82%.

5.3 CARACTERÍSTICAS DO MERCADO DE TRABALHO EM FEIRA DE SANTANA

Esta seção apresenta os indicadores do mercado de trabalho em Feira de Santana com análises comparativas para Bahia e Brasil. Há algumas limitações de dados, pois as pesquisas do IBGE, PNAD e PNAD Contínua não dispõem de dados sobre Feira de Santana e Bahia, e para superar tal limitação recorreu-se aos recursos e pesquisas disponíveis nos Censo de 2000 e 2010, aos dados fornecidos pelo IPEA e às informações do CAGED e da RAIS do Ministério do Trabalho.

A Tabela 13, traz um retrato estatístico do mercado de trabalho em Feira de Santana em comparação com a Bahia e o Brasil. Os números demonstram que na maioria dos indicadores, Feira de Santana, segue a dinâmica do trabalho experimentada em nível de Bahia e Brasil. A cidade, no período de 2000 – 2010, aumentou a sua população em 15,74%, bem mais do que os 7,24% da Bahia, e um pouco superior aos 12,34% referentes ao Brasil. Proporção similar ocorreu em relação à população em idade de trabalho (PIA) e à população economicamente ativa (PEA), com Feira de Santana crescendo mais do que o estado e a união. Em relação à ocupação, a cidade aproveitou todo bom momento econômico dos anos 2000 e cresceu em 40,05% o número de trabalhadores ocupados, saindo de 118,5 mil, para 178,5 mil pessoas ocupadas do ano de 2000 para 2010. Desses, foram 47,1 mil postos a mais de empregados com carteira assinada, saindo de 58,4 mil em 2000, para um total de 105,6 mil, em 2010. Um crescimento, portanto, de 80,67% de postos de trabalho formal. Em contrapartida, o crescimento de empregados informais foi de 17,16%, saindo de 52 mil, em 2000, para 60,9 mil trabalhadores sem carteira assinada em 2010.

Ao examinar a Tabela 13, verifica-se que o empregado público estatutário saiu de 7.795 ocupados, em 2000, para 11.938, em 2010, crescendo 49,69%, ou seja, mais que o dobro da Bahia (21,82%) e quase duas vezes o crescimento do Brasil, que aumentou em 25,94% o número de trabalhadores estatutários. Uma observação interessante, nos dados do Censo, é que o número de empregadores reduziu em nível de Brasil (-10,26%), Bahia (-16,40%) e Feira de Santana, (-25,38%), no período de 2000 para 2010. Em contrapartida, o número de trabalhadores por conta própria aumentou, 20,35%, 15,57% e 24,68% respectivamente para o país, estado e município.

Para encerrar a análise da força de trabalho descrita na Tabela 13, em Feira de Santana a população desocupada em 2000 era de 41.886 pessoas, recuou para 30.682 em 2010, uma redução de 25,38% no número de desempregados. Na Bahia, no mesmo período, a redução da população desempregada foi de 30,75%, e no Brasil de 39,59%, no número de trabalhadores desocupados.

Em termos de taxa de desocupação a redução foi na casa de 7,6%, em média para os 3 entes federados. O Brasil recuou de 15,28% para 7,65%, a Bahia de 18,38% para 10,50% e, em Feira de Santana, o desemprego saiu de 18,32% e chegou a 10,50%, em 2010.

Para se encontrar o número de pessoas ocupadas em situação de informalidade, na Tabela 13, foi considerada a soma dos empregados sem carteira de trabalho assinada + trabalhadores por conta própria + trabalhador Auxiliar Familiar. O grau de informalidade, explicado acima, é a divisão do número de trabalhadores em situação de informalidade pelo total da população ocupada. Analisando os resultados, percebeu-se que o grau de informalidade, recuou em média 8% nos três entes, de 2000 para 2010, no Brasil de 51,92% para 43,35%, na Bahia de 61,32% para 52,47% e em Feira de Santana de 56,80% para 49,13%.

Tabela 13 – Indicadores do mercado de trabalho de Brasil, Bahia e Feira de Santana, 2000-2010

População	2000			2010		
	Brasil	Bahia	Feira de Santana	Brasil	Bahia	Feira de Santana
Total	169.799.170	13.070.250	480.949	190.755.799	14.016.906	556.642
PIA	136.910.358	10.389.119	386.212	161.981.299	11.764.109	471.446
Economicamente ativa	77.467.473	5.613.079	228.681	93.504.659	6.555.397	292.296
Ocupados	65.629.892	4.581.594	186.795	86.353.839	5.841.078	261.614
Empregado	43.694.129	2.768.381	118.500	61.176.567	3.753.831	178.569
Empregado - com carteira de trabalho assinada	23.929.433	1.167.720	58.473	39.107.321	1.906.421	105.645
Empregado - militar e funcionário público estatutário	3.693.162	200.974	7.975	4.651.127	244.835	11.938
Empregado - outro sem carteira de trabalho assinada	16.071.534	1.399.687	52.052	17.418.119	1.602.574	60.986
Não remunerado em ajuda a membro do domicílio	2.608.533	266.325	3.867	1.485.492	141.017	4.968
Trabalhador na produção para o próprio consumo	2.033.141	306.796	6.927	3.459.638	544.022	10.046
Empregador	1.897.842	96.703	7.313	1.703.130	80.841	5.457
Conta própria	15.396.247	1.143.388	50.188	18.529.011	1.321.367	62.574
Desocupados	11.837.581	1.031.485	41.886	7.150.820	714.319	30.682
Não economicamente ativa	59.442.885	4.776.040	157.531	68.476.640	5.208.712	179.150
Informalidade	36.109.455	3.116.196	113.034	40.892.260	3.608.980	138.574
Grau de Informalidade	55,02%	68,02%	60,51%	47,35%	61,79%	52,97%
Taxa de Desocupação	15,28%	18,38%	18,32%	7,65%	10,90%	10,50%
Taxa de ocupação	56,58%	54,03%	59,21%	57,73%	55,72%	62,00%

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2000;2010) Tabela 2031.

Não é possível analisar a informalidade em 2018, pois não há números da PNADC, a nível de Feira de Santana, mas ao aplicar a nova metodologia de

mensuração da informalidade adotada em 2016⁴⁰ ao Brasil e à Bahia, é possível observar comportamento semelhante no mercado de trabalho da cidade. Assim, com a crise econômica e política eclodida em 2015, os números do mercado de trabalho retroagiram. A informalidade no Brasil cresceu 4%, o desemprego na Bahia e no Brasil voltaram a patamares semelhantes ao ano 2000, 17,5% na Bahia e 13% no Brasil. Como Feira de Santana, em diversos indicadores do mercado de trabalho refletiu as tendências dos indicadores estaduais e nacional e, observando a Tabela 14, nos anos de 2014 para 2016, período ápice da crise, houve uma perda de 12,6% de pessoal ocupado formalmente na cidade, um total de 16.286 pessoas desocupados de empresas e outras organizações. Desse modo, pode-se supor que a informalidade, em Feira, cresceu em proporções semelhantes às da Bahia e do Brasil.

Tabela 14 – Empresas e outras organizações, pessoal ocupado total – Brasil, Bahia e Feira de Santana, 2006-2016

Ano	Brasil, Unidade da Federação e Município		
	Brasil	Bahia	Feira de Santana
2006	39.622.751	1.721.923	84.810
2007	42.641.175	1.885.720	91.673
2008	44.574.884	1.897.562	98.806
2009	46.682.448	2.070.647	100.858
2010	49.733.384	2.195.879	102.948
2011	52.173.093	2.290.151	115.151
2012	53.384.262	2.289.240	119.376
2013	55.166.521	2.355.435	126.995
2014	55.263.992	2.385.110	128.297
2015	53.541.695	2.346.902	119.144
2016	51.411.199	2.193.936	112.011

Fonte: IBGE - Cadastro Central de Empresas, (2017).

A Tabela 15 evidencia que na movimentação de registros de empregados e desempregados, no período de 2014-2018 há um saldo negativo de 12.253 trabalhadores, que foram demitidos. A construção civil com saldo negativo de 6.066 postos, foi o setor mais afetado, seguida pela indústria de transformação (saldo de 3640 trabalhadores demitidos), o comércio perdeu 1893 trabalhadores e o setor de serviços 654.

⁴⁰ Considera-se informal empregados sem carteira assinada, empregados domésticos sem carteira assinada, trabalhadores por conta própria sem CNPJ, empregadores sem CNPJ, mais os trabalhadores familiares auxiliares.

A Tabela 15 também indica retração em todos os setores da economia feirense. Na Bahia, os números da informalidade cresceram 6%, dados aferidos pela PNADC, e há elementos que levam a crer que, a informalidade do trabalho, em Feira de Santana, tenha-se expandido em dimensões semelhantes.

Tabela 15 – Movimentação de admissões e desligamentos, por setores de atividade, Feira de Santana, 2012-2018

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
TOTAIS	6874	3069	-914	-6595	-6002	389	1089
Admissões	51769	51545	52107	40670	31837	31598	35086
Desligamentos	44895	48476	53021	47265	37839	31209	33997
Extrativa Mineral	-2	33	8	10	-21	-29	21
Admissões	46	81	53	100	30	40	57
Desligamentos	48	48	45	90	51	69	36
indústria de transformação	537	217	-1354	-1474	-1028	65	151
Admissões	7659	7346	6430	4705	3942	4465	4220
Desligamentos	7122	7129	7784	6179	4970	4400	4069
Serviços Industrial de Utilidade Pública	-25	-4	31	5	-35	-20	184
Admissões	13	40	833	369	261	211	407
Desligamentos	38	44	802	364	296	231	223
Construção Civil	1010	565	-1727	-2843	-1905	-203	612
Admissões	9033	8820	7947	5414	3739	2851	3644
Desligamentos	8023	8255	9674	8257	5644	3054	3032
Comercio	1125	1574	765	-773	-1140	-659	-86
Admissões	15493	16582	16034	13611	11396	10767	11643
Desligamentos	14368	15008	15269	14384	12536	11426	11729
Serviços	4262	746	1360	-1547	-1812	1137	208
Admissões	19167	18403	20529	16065	12266	12902	14678
Desligamentos	14905	17657	19169	17612	14078	11765	14470
Administração Pública	3	1	0	-2	0	71	36
Admissões	7	2	1	2	3	79	192
Desligamentos	4	1	1	4	3	8	156
Agropecuária, Extração Vegetal, Caça e Pesca	-36	-63	3	29	-61	27	-37
Admissões	351	271	280	404	200	283	245
Desligamentos	387	334	277	375	261	256	282

Fonte: CAGED (2018).

O Município de Feira tem 14.538 empresas atuantes em seu território, cerca de uma empresa para cada 42 habitantes. Esta informação não é absoluta e nem pode ser usada isoladamente, pois o porte e a sustentabilidade das empresas são condicionantes a serem consideradas, mas as cidades com os melhores indicadores

de qualidade de vida e renda no Brasil, têm, em média, uma empresa para cada 23 habitantes. Esse é o caso das capitais do sul e sudeste do país e de cidades como Cascavél – PN, Franca e Piracicaba em São Paulo e até Lauro de Freitas na Região Metropolitana de Salvador. Nessas cidades, além desse indicador, verificam-se como comuns, melhores índices de formalização, taxa de participação e salários médios.

Além do baixo índice de formalização e de salários médios dos trabalhadores formais, a pobreza generalizada e a concentração de renda em Feira de Santana são outras mazelas sociais no município. Levando em consideração as residências com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tem 38,7% da população nessas condições, sendo 5% em pobreza extrema, ou seja, renda familiar de até R\$ 140 reais por pessoa, ficando entre as cidades com pior situação do Brasil, posição 2913 de 5570 municípios (IBGE, 2015).

Feira de Santana, a segunda maior cidade da Bahia, a maior cidade do interior do Nordeste, tem na informalidade forte concentração de mão de obra e, comparativamente a outras de seu porte e com outros municípios baianos, apresenta fraco desenvolvimento de empresas formais. Bem diferente de cidades similares como Uberlândia (MG), que tem 605.000 habitantes, 22.447 empresas, 237.667 pessoas ocupadas, 36,1% da população e salário médio de 2,6 salários mínimos. Outra cidade que está à frente de Feira de Santana no número de empresas por habitante é Campina Grande na Paraíba, com 385.213 habitantes, com 108.880 pessoas trabalhando formalmente, 28,26% da população e média de remuneração de 2,1 salários mínimos. Feira de Santana, entretanto, tem média salarial de 2 salários mínimos e população ocupada formalmente, proporcionalmente inferior, 21,2% da população (IBGE, 2010).

Quanto ao grau de formalidade do trabalho, Feira apresenta atrasos em relação a cidades similares do interior de outros estados brasileiros e o mesmo se repete, ao compara-la com as cidades do interior da Bahia. Apesar de ser a maior em população e em economia, a cidade fica apenas na 19ª posição com um nível de formalidade de apenas 20%, considerando a população entre 16 e 65 anos. Esse dado é mais de três vezes menor do que a primeira colocada, Lauro de Freitas, que tem nível de formalidade de 63% da população. É, também, menos da metade da segunda colocada, São Francisco do Conde que tem nível de formalidade de 41% e muito atrás da terceira colocada, Salvador com 32%. O nível de formalidade de Feira de Santana

fica atrás das cidades da RMS e de diversas outras cidades de médio e pequeno porte do estado, (IBGE, 2010). Observar a Tabela 16.

Tabela 16 – Empregos formais por população - melhores e piores municípios da Bahia, 2010

Colocação	Município	População	Empregos	Percentual de Formalização
1º	Lauro de Freitas	163.449	103.341	63%
2º	São Francisco do Conde	33.183	13.574	41%
3º	Salvador	2.675.656	854.035	32%
4º	Simões Filho	118.047	36.952	31%
5º	Itapetinga	68.273	20.397	30%
6º	Camaçari	242.970	71.989	30%
7º	Mata de São João	40.183	10.277	26%
8º	Pojuca	33.066	7.497	23%
9º	Luís Eduardo Magalhães	60.105	13.512	22%
10º	Conceição do Jacuípe	30.123	6.626	22%
11º	Eunápolis	100.196	21.845	22%
12º	Mucuri	36.026	7.735	21%
13º	Candeias	83.158	17.763	21%
14º	Dias d'Ávila	66.440	14.134	21%
15º	Itabuna	204.667	41.982	21%
16º	Firmino Alves	5.384	1.069	20%
17º	Vitória da Conquista	306.866	60.294	20%
18º	Santo Antônio de Jesus	90.985	17.794	20%
19º	Feira de Santana	556.642	108.689	20%
411º	Presidente Jânio Quadros	13.652	413	3%
412º	Jussara	15.052	436	3%
413º	Umburanas	17.000	390	2%
414º	Araçás	11.561	264	2%
415º	Caturama	8.843	186	2%
416º	Caraíbas	10.222	126	1%
417º	Sítio do Mato	12.050	126	1%

Fonte: IBGE (2010). Elaboração Própria.

Em relação a questão da renda, é importante analisar o que a PNUD (2010) apresenta na Tabela 17, que um outro ponto negativo em relação a renda em Feira de Santana é a concentração de riqueza, percebe-se que não houve evolução da desigualdade de renda nos últimos dois censos do IBGE, o Índice de Gini vem se mantendo em 0,61 pontos nos últimos 30 anos, valores similares a países africanos.

Tabela 17 – Desigualdade, Feira de Santana, 1991-2010

	Índice de Gini ⁴¹
1991	0,61
2000	0,61
2010	0,60

Fonte: PNUD, IPEA e FJP (2019).

Em suma, o capítulo vigente relacionou a economia feirense com a baiana, descreveu a dinâmica e a importância da cidade para o estado, mas nota que sua grandeza e localização geográfica estratégica poderiam ser melhores aproveitadas. Este capítulo guarda consideração similar com Cunha (2016), em que a atividade comercial é a de maior importância do município, pois caracteriza-se como principal mecanismo para a atração de pessoas e empreendimentos. Contudo, a falta de planejamento urbano em sintonia com as políticas estaduais de desenvolvimento não permite o pleno aproveitamento da centralidade geográfica do município.

Todavia, mesmo com a falta de infraestrutura e planejamento à longo prazo, a cidade tem crescido e oportunizado a geração de renda aos mais variados tipos de negócios, e dentre esses, destaca-se nesta tese, o comércio de rua das áreas centrais, que está metodologicamente delimitado no capítulo 6, a seguir, descrito e analisado no capítulo 7.

⁴¹ O Índice de Gini é um instrumento usado para medir o grau de concentração de renda de um país, de um estado ou de um município. O indicador que aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda e 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

6 OPERACIONALIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta tese foi operacionalizada em três etapas de pesquisa, a bibliográfica, documental e de campo. Para compor os aspectos teóricos foi realizada duas buscas: a primeira, uma **pesquisa bibliográfica**, através de estudos conceituais da história do trabalho, que se fundamentou nas correntes de cientistas sociais de cunho marxista; a segunda, **a pesquisa documental**, no intuito de complementar a construção teórica, que fora realizada com fontes jornalísticas de veículos locais e estaduais, na base de dados da Prefeitura Municipal de Feira de Santana (PMFS) e nas recomendações da OIT.

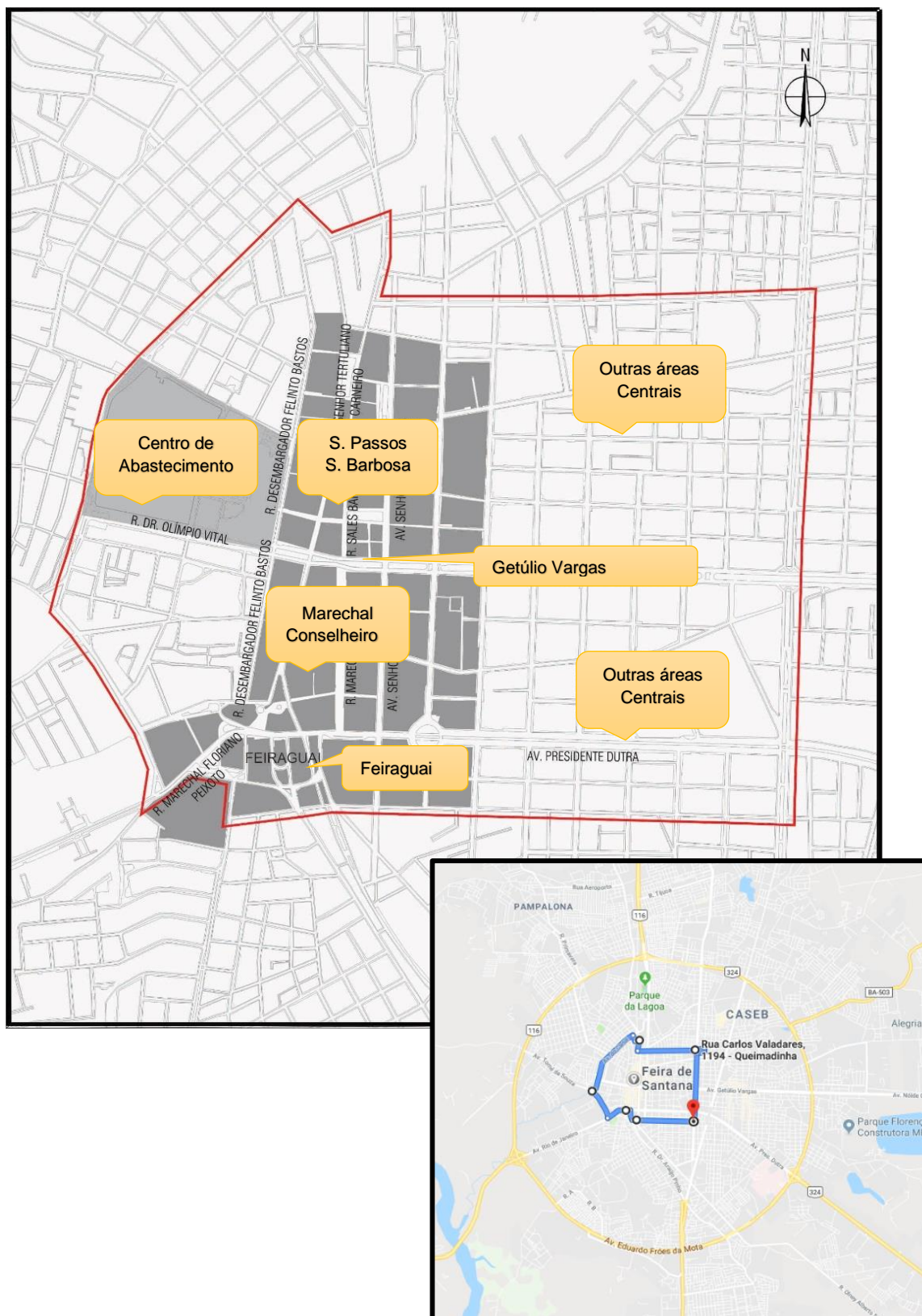
A pesquisa de campo teve a incumbência de visitar os trabalhadores de rua nos lugares onde trabalham, e observar e identificar o atual perfil socioeconômico deles e suas relações econômicas. Tal empreitada foi necessária para responder ao problema de pesquisa.

6.1 LOCAL DE ESTUDO

O estudo foi realizado no Bairro Centro, Feira de Santana – BA, CEP 40301-110, Coordenadas 12°25'54" sul, 38°96'52" oeste. Os limites geográficos dessa área são: ao Norte, a Rua Carlos Valadares, do cruzamento com a Avenida Maria Quitéria até a rua São José e em seguida até a Avenida de Canal; ao Sul, a Rua Cristóvão Barreto, do início, na região do Cemitério Piedade até a Avenida Maria Quitéria; ao Leste, da Avenida Maria Quitéria, no cruzamento com a Rua Cristóvão Barreto até o cruzamento com a Rua Carlos Valadares; e ao Oeste, a Avenida de Canal, do cruzamento com a Rua São José até o entroncamento com a Rua Dr. João Evangelista, e desse ponto, até a região do Cemitério Piedade. (Ver Figura 4).

A pesquisa de campo ficou restrita a esses limites, por ser a região de maior fluxo de pessoas e concentração de comércios da cidade, como em outras cidades comerciais, é na região central que se encontra o maior número de comerciantes de rua. Para a definição da pesquisa, às áreas foram divididas por suas características geográficas e ocupação cultural do espaço urbano, respeitou-se as identificações e nomenclaturas utilizadas pelos trabalhadores, transeuntes e poder público.

Figura 4 – Delimitação da área de estudo (linha vermelha), Bairro Centro, Feira de Santana, 2018



Fonte: UFBA/IBGE/Google Maps (2018).
Regionalização própria (2018).

Para levar a termo a pesquisa e facilitar a sua operação de coleta e análise, julgou-se conveniente dividir o Bairro Centro em seis áreas, tal qual especificados na Figura 4, são eles:

- 1) Marechal Deodoro /Conselheiro Franco**, duas ruas paralelas com foco no comércio atacadista e varejista de alimentos, maior concentração de ambulantes verdureiros;
- 2) Sales Barbosa / Senhor dos Passos**, localizado ao final da rua Marechal, o calçadão da Sales Barbosa, que já concentrou os ambulantes do Feiraguai, atualmente tem predominância de ambulantes que vendem roupas;
- 3) Ao entorno do Centro de Abastecimento**, esta é a mais diversa das áreas, não há predominância de um tipo de produto em específico, tem uma feira de produtos usados (denominada como Feira do Rolo), barracas de roupas, verduras, utensílios, lanches a menor presença é de eletrônicos;
- 4) Feiraguai**, o maior centro de venda de eletrônicos e importados, mas a predominância da população alvo aqui são os trabalhadores com carrinhos. Os comerciantes assentados na área demarcada pela prefeitura, não fazem parte da pesquisa.
- 5) Getúlio Vargas**, principal avenida da cidade, a predominância é de trabalhadores com carrinhos e andarilhos, vendedores de utensílios em sinalerias e vendedores de frutas. Considerou esta área a extensão da avenida que vai do transbordo central até o viaduto da avenida João Durval.
- 6) Outras áreas centrais**. Como as áreas de 1 a 5 são popularmente conhecidas, concentradas e geograficamente bem definidas, definiu-se que as exceções a essas, seriam denominadas de outras áreas, registrou-se aqui as ocorrências de ambulantes que estivessem dentro Bairro Centro, excetuando-se as anteriores. A predominância observada de trabalhadores de rua é os com carrinhos e barracas de lanches, que ficam principalmente em esquinas, pontos de ônibus e portas de escolas, clínicas e órgãos públicos.

É importante ressaltar que os comerciantes que estão estabelecidos internamente no Centro de Abastecimento e no Feiraguai, não fazem parte desta pesquisa, pois não tem a característica de ambulante, e estão legalmente instalados.

6.2 IDENTIFICAÇÃO DO PÚBLICO ALVO

Esta pesquisa compreende como público alvo o trabalhador proprietário de comércio de rua, que estiver de maneira móvel comercializando um produto ou serviço nas ruas centrais de Feira de Santana. Os exemplos comuns encontrados nas visitas de identificação dos sujeitos foram ambulantes com carrinho, trailer, barracas, bancas, lavadores de carros, vendedores de produtos em mãos, sacoleiros, vendedores de produtos em lonas no chão.

6.2.1 Critérios de inclusão na pesquisa de campo

- a) Vendedor ambulante que esteja trabalhando dentro do perímetro selecionado;
- b) Com produtos expostos em via pública ou espaço público não fixo, pode ser em carrinhos de mão, barracas, veículos e/ou no chão e bancas;
- c) Ambulantes nas sinaleiras, lavadores, vendedores de produtos em mãos.

6.2.2 Critérios de exclusão da pesquisa de campo

- a) Os pontos estabelecidos/demarcados pela prefeitura nas praças: de Alimentação, João Barbosa de Carvalho (Fórum), 2 de julho, do Tropeiro, Frões da Mota, Bernardino Bahia (Lambe-lambe), Nordestino e Largo do São Francisco;
- b) Comerciantes internos do Centro de Abastecimento e do Feiragui e os sapateiros instalados próximo ao estacionamento da prefeitura;
- c) Outros vendedores de áreas demarcadas e fixas, em feiras livres, galpões, shoppings populares ou pontos fixos de alvenaria;
- d) Na abordagem, excluir qualquer pessoa que não seja o dono do negócio.

Vendedores de áreas demarcadas e fixas em Feiras Livres, Galpões, Shoppings Populares ou pontos fixos de alvenaria, apesar de em sua maioria na cidade serem informais, não são comércio de rua e não foram considerados nesta pesquisa. As imagens dos Quadros 3 e 4, ilustram respectivamente, os comerciantes incluídos na pesquisa e os comerciantes não incluídos, o que facilita a identificação visual do público alvo.

Quadro 3 – Imagens de Comerciantes incluídos na pesquisa

COMERCIANTES INCLUÍDOS NA PESQUISA



Imagem 1 – Feirantes na Rua Marechal Deodoro



Imagem 2 – Ambulantes em frente ao Feiragui



Imagem 3 – Ambulantes da Avenida Senhor do Passos

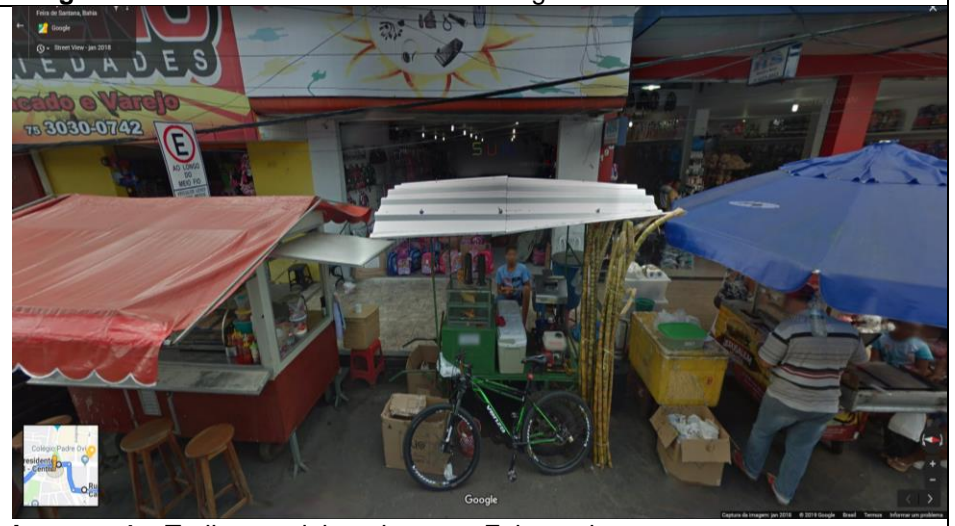


Imagem 4 – Trailer, carrinho e banca – Feiragui

Fonte: Imagens Google Maps. Elaboração Própria (2019).

Quadro 4 – Imagens de Comerciantes não incluídos na pesquisa

COMERCIANTES NÃO INCLUIDOS
(Áreas demarcadas pela Prefeitura)



Imagem 5 – Espaço na Praça Bernardino Bahia



Imagem 6 – Feirantes do Centro de Abastecimento



Imagem 7 – Fotografias do Lambe-Lambe, Praça Bernardino Bahia



Imagem 8 – Boxes do Feiragui

Fonte: Imagens Google Maps. Elaboração Própria (2019).

6.3 IDENTIFICAÇÃO DA POPULAÇÃO

Para se chegar ao número de comerciantes de rua nas áreas centrais, foram realizadas consultas a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, a CDL e a Associação de Vendedores de Ambulantes e Camelôs de Feira de Santana (AVAMFS), e esses concordaram na existência de um número, 4000 mil ambulantes atuando no centro de Feira de Santana.

Foi observado nessas consultas uma imprecisão nos dados e a ausência de registros atualizados, pois o último levantamento realizado pela Prefeitura, foi em 2013, e na época cadastrou 1800 comerciantes de rua. Devido a isso, esta pesquisa, julgou por bem, realizar uma contagem manual dos comerciantes de rua do Bairro Centro. O pesquisador foi às ruas e contou um a um cada trabalhador, fez fotos e vídeos, levou em consideração algumas peculiaridades, primeiro referentes a chuvas, dia que chove é evidente a menor a incidência de trabalhadores, e outra, em relação a presença do fiscais da prefeitura (rapa⁴²), quando acontece uma ação desses, também é reduzido o número de trabalhadores nas ruas. E devido a esses acontecimentos, nas localidades da Senhor dos Passos e da Marechal, foram realizadas duas contagens.

O resultado geral foi a soma de 2975 ambulantes encontrados nas ruas. O período da contagem foi a segunda quinzena do mês de setembro de 2018. É importante registrar duas observações: a primeira, que a cobertura da região 6 - outras áreas centrais, não foi realizada na área total, foram considerados os entornos das ruas JJ Seabra, Castro Alves, e das praças públicas existentes; a segunda, que existe certa sazonalidade na presença de comerciantes de rua no Centro, e que em setembro é uma época de baixa incidência.

6.4 SELEÇÃO DE PARTICIPANTES NA AMOSTRA

Para realizar a **coleta direta**, esta pesquisa quantificou, identificou e selecionou os sujeitos a serem entrevistados. Na definição da amostra utilizou o software estatístico, (OpenEpi) para constituir uma amostra significativa e representativa.

Com o uso de recursos estatísticos, realizou um estudo representativo, extratiticado por área e aleatório por acessibilidade. A população dos proprietários de

⁴² Uma situação inusitada foi devido a presença dos fiscais da prefeitura, quando eles atuam coibindo a atividade, esvaziam a região, reduzindo a presença de trabalhadores de rua, isto aconteceu no momento em que a coleta na região da Senhor dos Passos estava sendo realizada.

negócios de rua identificados no Bairro Centro foi distribuída em 6 subáreas geograficamente definidas, e fez-se uma pesquisa amostral de 682 comerciantes de rua. Foi aleatório por acessibilidade, pois, foi percorrida as áreas escolhidas da cidade e qualquer pessoa que se disponibilizasse a responder o questionário foi entrevistado; representativo e estratificado por área, porque foi coberta todas as áreas do núcleo central da cidade e obedecido a proporcionalidade quantitativa de questionários aplicados por área, em função do número de comerciantes de rua.

Tabela 18 – Tamanho da amostra para a frequência em uma população

Tamanho da população (para o fator de correção da população finita ou fcp) (N):	2975
frequência % hipotética do fator do resultado na população (p):	50%+/-5
Limites de confiança como % de 100(absoluto +/-%) (d):	4%

Tamanho da Amostra(n) para vários Níveis de Confiança

Intervalo de Confiança (%)	Tamanho mínimo da amostra
97%	591

$$\text{Equação} = n = \frac{EDFF * Np(1-p)}{[(d^2/Z^2_{1-\alpha/2} * (N-1) + p * (1-p))]}$$

Resultados do OpenEpi, Versão 3, calculadora de código aberto--SSPropor

Fonte: OpenEpi (2018).

O aplicativo indicou que o tamanho mínimo da amostra seria de 591 entrevistas, no entanto, o entrevistador e seus três auxiliares conseguiram aplicar 900 questionários, e desses foi possível validar 682 para serem analisados nesta pesquisa. Para tanto, foi aplicado o princípio da proporcionalidade, com base na amostra mínima afim de se obter maior representatividade em relação ao todo.

Tabela 19 – Distribuição de comerciantes de rua, por área a serem pesquisados, Feira de Santana, 2018

ÁREA	POPULAÇÃO	Proporção em relação ao total	Número de Entrevistados
Marechal Deodoro / Conselheiro Franco	442	15%	102
Sales Barbosa / Senhor dos Passos	929	31%	212
Centro de Abastecimento / SAC / Rua Des. Filinto Bastos	393	13%	90
Feiraguai / Feira do Rolo	236	8%	54
Getúlio Vargas	173	6%	40
Outras Regiões Centrais	802	27%	184
TOTAL	2975	100%	682

Fonte: Elaboração própria (2018).

É importante dizer que, os resultados e análises produzidos nesta pesquisa, são referentes a população entrevistada, a amostra 682 comerciantes de rua que foram investigados.

A distribuição espacial foi sistematizada, dando cobertura em toda extensão de cada área, foram entrevistados comerciantes de maneira bem distribuídas por região, evitou-se as concentrações e atentou-se para uma coleta uniforme, aleatória e o máximo distribuída possível. Distribuição espacial dos comerciantes de rua nas áreas centrais da cidade na Tabela 19.

Os dados foram coletados entre 20 de outubro a 10 de novembro de 2018, primeiro foi testado o questionário com 20 trabalhadores validando as perguntas e os objetivos, após ajustes a pesquisa foi aplicada a 800 pessoas com o objetivo de extrair a representatividade projetada de 682 questionários válidos (Tabela 19) e distribuídos sistematicamente pelas áreas eleitas geograficamente. Foi observado a concentração populacional em distribuição cartográfica. Após tabulados e inferidos os resultados do questionário, foi realizado uma observação e reaplicação em mais 10% dos pontos para validar a fidelidade dos dados.

É importante frisar que os mapas e as imagens aéreas são modelos simplificados da expressão da realidade, por exemplo, a ocupação dos trabalhadores informais nas ruas de Feira de Santana é muito dinâmica, os comerciantes e o poder público atuam continuamente em um processo de interação que podem promover atualizações da disposição da localização dos empreendimentos. E o que se observou em 2018, é resultado de um processo de concentração que vem evoluindo nos últimos 10 anos, mas pode por uma determinada ação sofrer mudanças, rapidamente, por uma política de intervenção da prefeitura ou até mesmo pela dinâmica comercial do local.

6.5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS DA PESQUISA DE CAMPO

Como mecanismo de **coleta direta** a entrevista foi realizada por meio de um questionário que permitiu aferir com maior precisão a natureza do trabalho dos comerciantes de rua em Feira de Santana.

O **Questionário** foi construído em três blocos:

- a) Bloco 1 - Intitulado como “perfil socioeconômico do trabalhador de rua”, com questões para atender ao objetivo um desta pesquisa: traçar o perfil

socioeconômico dos trabalhadores do comércio de rua na cidade de Feira de Santana. Essas questões foram extraídas e adaptadas do Relatório da Pesquisa DIEESE 2012, Perfil dos Trabalhadores por Conta Própria do Comércio de Porto Alegre (DIEESE, 2012, p. 66);

- b) Bloco 2 - intitulada “experiência no trabalho dos trabalhadores de rua da cidade de Feira de Santana”, com questões para atender ao objetivo dois desta pesquisa: Apresentar as experiências no trabalho dos trabalhadores do comércio de rua na cidade de Feira de Santana. Questões extraídas e adaptadas do Relatório da Pesquisa DIEESE 2012, Perfil dos Trabalhadores por Conta Própria do Comércio de Porto Alegre (DIEESE, 2012, p. 73);
- c) Bloco 3 - intitulado “trabalhadores e desenvolvimento socioeconômico” com questões complementares ao relatório do DIEESE para auxiliar na análise dos objetivos anteriores e atender ao terceiro objetivo da pesquisa de analisar as relações entre o trabalho dos trabalhadores do comércio de rua e o desenvolvimento econômico na cidade de Feira de Santana. As questões do DIEESE foram utilizadas por ser uma pesquisa já aplicada sobre o Comércio de Rua, questões testadas e que produziram um relatório em parceria com o SEBRAE e com a OIT.

6.6 TRATAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

Os 682 questionários utilizados foram aplicados via formulário digital do pesquisador ao dono do negócio e gerou um banco de dados de repostas que foram transferidas e tratadas no aplicativo IBM SPSS Statistic 20. Os dados foram agrupados e analisados de diversas formas, através de tabelas e gráficos lineares e por diversos cruzamentos de variáveis, afim de identificar informações mais precisas.

A abordagem quantitativa das informações dos trabalhadores de rua permitiu a identificação das frequências, suas descrições, tendências, dispersões e posteriormente exposição no formato de gráficos, quadros, tabelas e mapas de fluxo. No entanto, o objetivo maior é ir além dos números, e nesse sentido os dados empíricos foram confrontados com as realidades históricas e concretas dos conteúdos sociais, buscando revelar o que está por trás desses quantitativos.

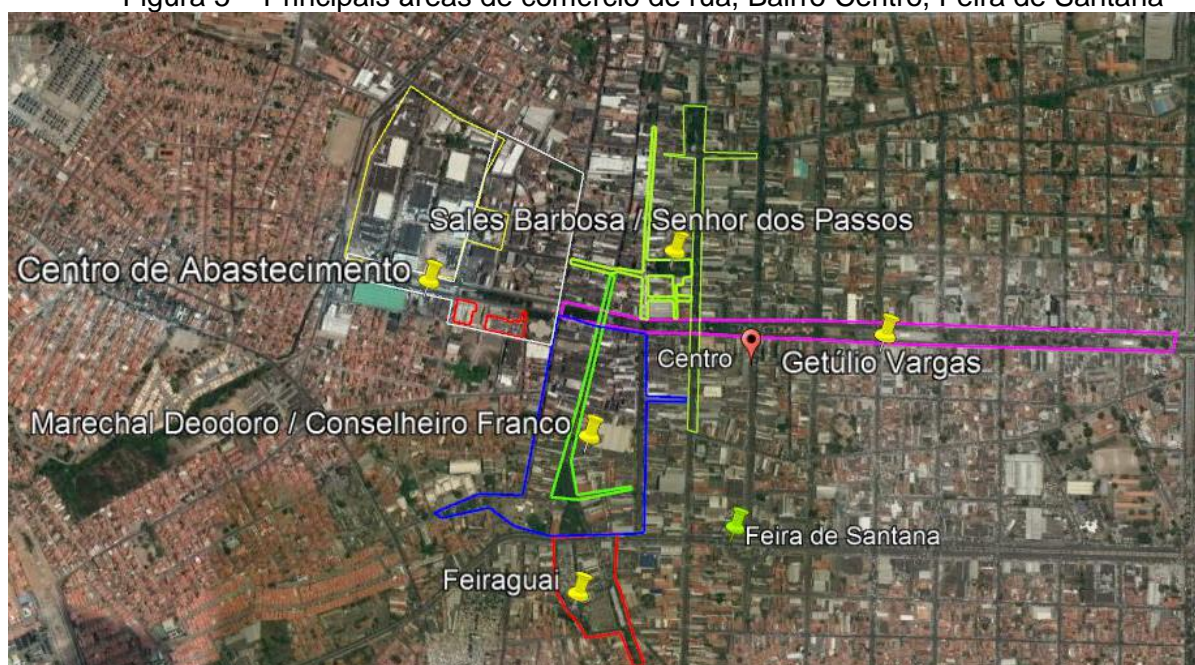
É necessário tecer algumas informações, pois os números aqui descritos refletem a realidade histórica encontradas no segundo semestre de 2018 aos 682 entrevistados, e que, a dinâmica da mobilidade urbana dos trabalhadores de rua, ou até mesmo uma intervenção dos agentes públicos podem alterar a realidade a qualquer momento. Para exemplificar, o processo dinâmico que se dá a atividade econômica dos trabalhadores de rua e a suspeita em que nos períodos festivos, os números dos comerciantes de rua sejam mais expressivos, o pesquisador voltou na rua Marechal Deodoro, em 15 de junho de 2019, período junino, e numa ação filmada e contou 422 comerciantes, 80 a mais do que a quantia de 342 contados em outubro de 2018.

Faz-se, aqui, uma tentativa de compreender a perspectiva da produção do espaço, partindo do princípio que a ocupação das vias públicas se dá de maneira confusa e difusa. A luta pela sobrevivência faz com que as pessoas emigrem de cidades remotas para Feira de Santana, e aqui vão morar em residências espalhadas por diversas zonas da cidade. Esse processo de emigração e o movimento de locomoção casa – trabalho, foi apresentado e analisado nesta tese através de mapas de fluxos.

7 A DINÂMICA DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELOS TRABALHADORES NO ÂMBITO DO COMÉRCIO DE RUA

Após ter realizado uma análise teórica do que é trabalho, desenvolvimento e informalidade. E, por sua vez, ter caracterizado o panorama econômico no Brasil, na Bahia e em Feira de Santana, se evidenciou questões fundamentais para entender os condicionantes socioeconômicos do mercado de trabalho. Neste instante, investiga-se os dados extraídos da pesquisa de campo com a intenção de compreender como se apresenta a dinâmica do trabalho desenvolvido no âmbito do comércio de rua na cidade de Feira de Santana.

Figura 5 – Principais áreas de comércio de rua, Bairro Centro, Feira de Santana



Fonte: Elaboração própria (2018), sobre foto do Google Earth.

Antes de retratar a realidade, revela-se importante, esclarecer alguns aspectos metodológicos⁴³. Os dados apresentados, são resultados de uma amostra estratificada, representativa, de 682 questionários aplicados, de um universo de 2975 trabalhadores de rua encontrados no mês de outubro de 2018, em contagem nas vias públicas selecionadas, em destaque na Figura 5.

As expressões incorporadas nesta pesquisa, tais como “trabalhadores de rua”, “comerciantes de rua” e “ambulantes” são utilizadas de forma equivalente. Essas

⁴³ Os questionários aplicados, blocos 1 e 2 foram extraídos de um estudo realizado pelo DIEESE em 2017, sobre os trabalhadores de rua de Porto Alegre.

definições são designadas ao sujeito normalmente autoempregado⁴⁴ que esteja trabalhando nas vias públicas da cidade. Segundo Pamplona (2004, p. 313) os comerciantes de rua podem ser:

a) efetivos – são os ambulantes propriamente ditos, pois exercem sua atividade carregando junto ao corpo seus produtos ou equipamento e estão em circulação; b) de ponto móvel – são aqueles que exercem a atividade com a ajuda de veículos automotores, ou outros veículos, ou, ainda, que apresentam equipamento desmontável e removível; c) de ponto fixo – são os que exercem sua atividade em barracas não removíveis em locais previamente designados.

Normalmente, ainda de acordo com Pamplona (2004) os trabalhadores de rua comercializam serviços e produtos de diversos fabricantes, formais e informais, ou até mesmo de fabricação própria. A atividade econômica desenvolvida na rua, pode ou não ser feita com autorização do poder público.

É importante assinalar que esta pesquisa foi inspirada fundamentalmente em dois trabalhos congêneres: um patrocinado pelo Instituto Moreira Sales, em São Paulo, nos idos de 2004; e outro levado a termo pelo DIEESE em Porto Alegre, em 2012. No entanto, cabe assinalar que o presente estudo se constitui, por assim dizer, em um aprofundamento desses dois estudos, na medida em que, ele incorpora um conjunto muito mais ampliado de variáveis e cruzamentos, os quais permitem que se tenha uma visão mais completa da realidade dos trabalhadores ambulantes do comércio de rua de Feira de Santana.

7.1 QUEM SÃO, DE ONDE VEM E QUANTO GANHAM? ANÁLISE DO PERFIL SOCIOECONÔMICO DOS TRABALHADORES DE RUA

Neste ponto, são apresentados os resultados do 1º bloco do questionário colhidos na pesquisa de campo, que contou com 15 perguntas, buscando compreender o perfil socioeconômico dos trabalhadores de rua do município de Feira de Santana. Trata-se de um levantamento sobre questões sociais, culturais, educacionais e econômicas daqueles que produzem o comércio de rua.

Dando razão a este intento, iniciando a análise do perfil socioeconômico, utilizando primeiramente, os dados da Tabela 20, quando se observa a distribuição do

⁴⁴ O autoemprego é uma situação de trabalho na qual o trabalhador independente: controla seu processo de trabalho; fornece a si próprio seu equipamento, o que permite que o proprietário dos meios de produção participe diretamente da atividade produtiva; não tem renda previamente definida; tem por objetivo primordial prover seu próprio emprego (meio de subsistência), e não valorizar seu capital (acumulação de capital) (PAMPLONA, 2001, p. 78).

conjunto de trabalhadores por gênero, vê-se que ele é formado majoritariamente por homens, 54%, enquanto que as mulheres somam 46% do total. Em uma análise acerca da declaração de cor de pele, há uma predominância de não brancos, com 81.38% dos casos, sendo que a cor preta é a mais representativa, com 50,59%, em seguida os pardos com 29,91%, os brancos representam apenas 16,86%. Numa observação cruzada de sexo por cor, a maior incidência é de homens negros com 27,71%, e a menor, de mulheres brancas, com apenas 7,62%.

Quando se investiga o padrão de escolaridade dos referidos trabalhadores, constata-se uma realidade preocupante, posto que 62,8% não chegaram a concluir o nível médio de ensino. O grupo mais representativo desses trabalhadores são o de ensino fundamental incompleto, com 25,37% do total. É imprescindível notar que o comércio de rua acolhe o trabalhador de baixa qualificação, mas devido ao cenário de desemprego agudo, já exposto aqui nesta tese, também acolhe trabalhadores de média qualificação, sendo que 28,74% tem o ensino médio completo, e não é estranho em momentos de crise econômica, haver casos de pessoas ainda cursando o ensino superior, sendo 6,74%, e com ensino superior já completo a ocorrência de 1,76% do total dos trabalhadores entrevistados (Tabela 20).

Quanto a desagregação por sexo, o trabalho de rua nas vias públicas de Feira de Santana há indícios para fazer uma distinção de gênero. Há mais homens e estes, ganham mais. Do total dos entrevistados, 54% são homens e tem renda 26% a mais que as mulheres, que somam 46% da amostra. O rendimento médio mensal do trabalhador masculino é de R\$ 1321 reais, e o feminino é de R\$ 1005 reais. Em média, a renda do trabalhador de rua é de R\$ 1.172 reais. Tais ganhos, são superiores ao salário mínimo vigente em 2018, de R\$ 954 reais. Em relação à média do trabalhador formal, 2 salários mínimos, a renda do trabalhador de rua é inferior em 62,7%.

Seguindo a ordem do questionário aplicado, ao verificar a situação de moradia percebeu-se uma realidade positiva, que 70,53% dos comerciantes de rua entrevistados, tem residência própria, e desses, apenas 9,97% ainda estão financiando. Entre os interrogados, 11.88% moram em imóveis alugados e um dado mais alentador, em relação a moradia de risco, no qual, apenas, 0,44% habitam em domicílios ocupados, ponderando a informação do capítulo 5 desta tese, em que, 5,7% da população de Feira de Santana, vivem em níveis de pobreza extrema, e ocupam áreas periféricas da cidade, os trabalhadores de rua estão distantes desta

realidade. É importante salientar que dos domicílios próprios, 45,1% são de propriedade de mulheres e 54,9 % são de propriedade de homens.

Tabela 20 – Perfil social dos comerciantes de rua de Feira de Santana, 2018

	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total	Total	
				Frequência Relativa	Frequência Relativa	Frequência Relativa	Frequência Acumulada	
Grau de instrução	Nunca frequentou a escola	13	8	21	1,91%	1,17%	3,08%	3,08%
	Ensino Fundamental incompleto	96	77	173	14,08%	11,29%	25,37%	28,45%
	Ensino Fundamental completo	45	25	70	6,60%	3,67%	10,26%	38,71%
	Ensino Médio incompleto	96	68	164	14,08%	9,97%	24,05%	62,76%
	Ensino Médio completo	86	110	196	12,61%	16,13%	28,74%	91,50%
	Ensino Superior incompleto	22	24	46	3,23%	3,52%	6,74%	98,24%
	Ensino Superior completo	6	6	12	0,88%	0,88%	1,76%	100,00%
Total	364	318	682	53,37%	46,63%	100,00%		
Cor de pele / raça	Preta/Negra	189	156	345	27,71%	22,87%	50,59%	50,59%
	Parda	104	100	204	15,25%	14,66%	29,91%	80,50%
	Indígena	4	2	6	0,59%	0,29%	0,88%	81,38%
	Amarela	4	8	12	0,59%	1,17%	1,76%	83,14%
	Branca	63	52	115	9,24%	7,62%	16,86%	100,00%
	Total	364	318	682	53,37%	46,63%	100,00%	
Situação do domicílio	Próprio - Já pago	227	186	413	33,28%	27,27%	60,56%	60,56%
	Próprio - ainda pagando	37	31	68	5,43%	4,55%	9,97%	70,53%
	Alugado	81	79	160	11,88%	11,58%	23,46%	93,99%
	Cedido	16	20	36	2,35%	2,93%	5,28%	99,27%
	Ocupado	1	2	3	0,15%	0,29%	0,44%	99,71%
	Não declarado	2	0	2	0,29%	0,00%	0,29%	100,00%
	Total	364	318	682	53,37%	46,63%	100,00%	
Situação conjugal	Casado / União consensual	156	128	284	22,87%	18,77%	41,64%	41,64%
	Solteiro(a)	178	142	320	26,10%	20,82%	46,92%	88,56%
	Separado(a) /Divorciado(a)	21	27	48	3,08%	3,96%	7,04%	95,60%
	Viúvo(a)	6	20	26	0,88%	2,93%	3,81%	99,41%
	Não declarado	3	1	4	0,44%	0,15%	0,59%	100,00%
	Total	364	318	682	53,37%	46,63%	100,00%	
Religião	Católico	159	154	313	23,31%	22,58%	45,89%	45,89%
	Protestante/Evangélico	99	100	199	14,52%	14,66%	29,18%	75,07%
	Espirita/Kardecista	4	5	9	0,59%	0,73%	1,32%	76,39%
	Candomblé/Umbanda	8	12	20	1,17%	1,76%	2,93%	79,33%
	Sem Religião	82	41	123	12,02%	6,01%	18,04%	97,36%
	OUTRA	12	6	18	1,76%	0,88%	2,64%	100,00%
	Total	364	318	682	53,37%	46,63%	54,11%	
Posição no domicílio	Chefe (principal mantenedor)	245	175	420	35,92%	25,66%	61,58%	61,58%
	Cônjuge	58	50	108	8,50%	7,33%	15,84%	77,42%
	Filho	59	91	150	8,65%	13,34%	21,99%	99,41%
	Outros	2	2	4	0,29%	0,29%	0,59%	100,00%
	Total	364	318	682	53,37%	46,63%	100%	

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Nota: Elaboração própria.

Ainda se tratando de domicílio, mas agora considerando a posição do trabalhador de rua em relação à sua moradia, 61,58% são chefes de família, ou seja, o principal mantenedor da residência, 15,84% são cônjuge e 21,99% são filhos e apenas 0,59% são agregados. Numa análise cruzada de sexo por posição no domicílio, a Tabela 20 apresentou que, em relação aos 61,58% que são mantenedores, 35,92% são homens e 26,66% são mulheres.

A última observação a se fazer sobre a análise dos domicílios é em relação ao número de moradores por residência, a pesquisa revelou que 48% dos trabalhadores de rua habitam em casas com 3 a 4 pessoas, 21% em unidades com 5 a 6 pessoas, 18% moram com apenas uma pessoa e 9% moram só. Mas, observa-se a discrepância de 4,2% dos comerciantes de rua residirem em domicílios que moram até 20 pessoas. A média geral obtida foi de 3,6 pessoas por residência, um número próximo ao encontrado pela PNAD a nível de Brasil, 3 pessoas por domicílio, e próximo aos resultados da Pesquisa do DIEESE, a respeito dos trabalhadores de rua em Porto Alegre, com média agrupada de 4 pessoas por domicílio.

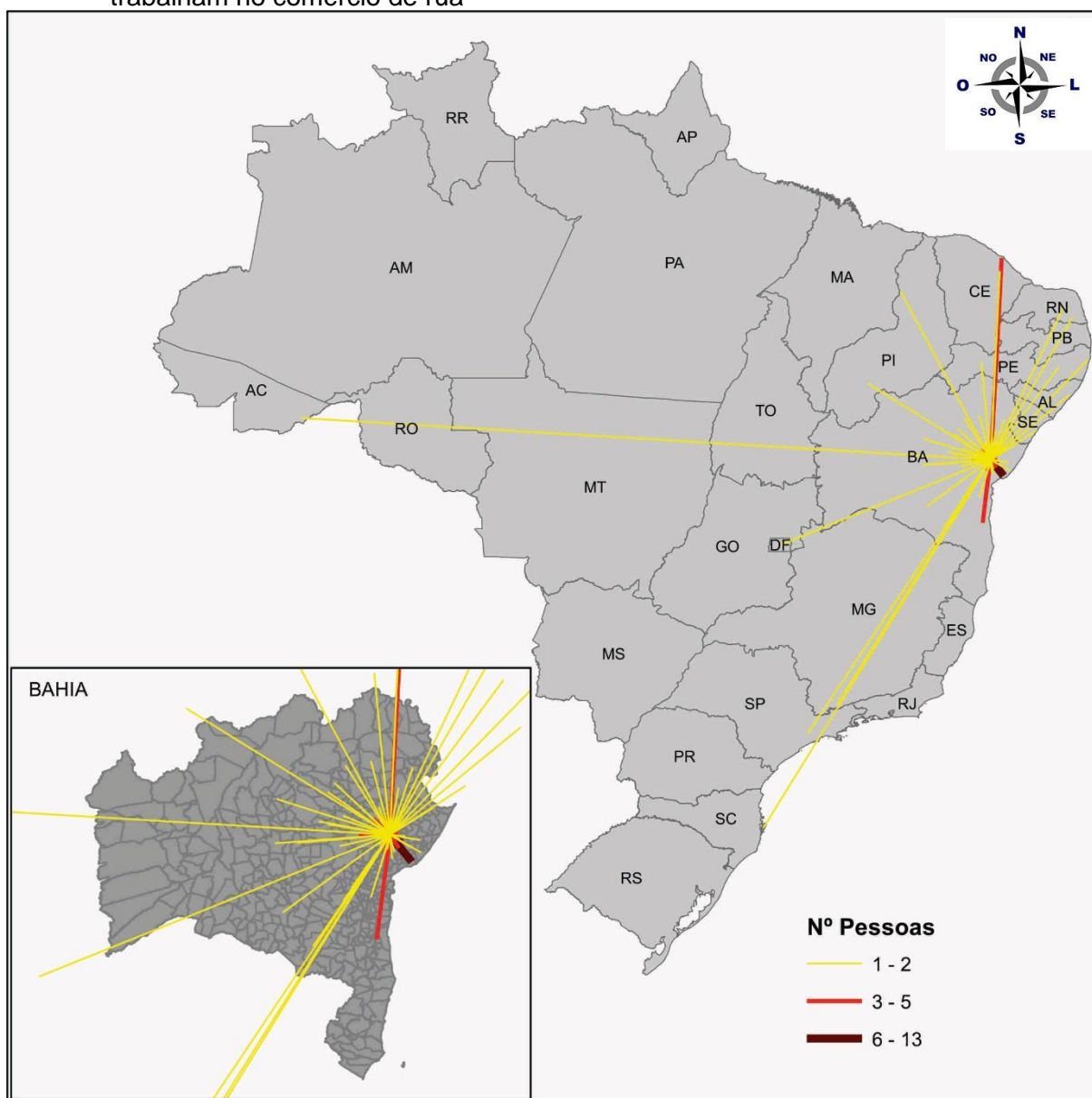
No entanto, entre o grupo de comerciantes de rua, encontrou-se em Feira de Santana, situações que não foram vistas na pesquisa de Porto Alegre, no relatório de pesquisa, o DIEESE, não registrou ocorrências de domicílios com mais de 6 moradores, enquanto que, o levantamento desta tese, revelou casos de unidades superlotadas, com de 10, 12, 15 e até 20 pessoas morando.

Para finalizar a análise da Tabela 20, observou-se que a predominância quanto à religião, são de católicos (46%), seguido dos evangélicos (29,1%), e de pessoas que se declararam sem religião (18%), e outras religiões somaram 6,9%. No tocante a situação conjugal, 41,64% são casados, 46,92% são solteiros, 7,04% separados e 3,81% viúvos. Ademais, em relação a progênie, 31% dos trabalhadores de rua não tem filhos, 22% tem 1 filho, 23% tem 2 filhos, 12% tem 3 filhos, 5,2% tem 4 filhos e, 2,1% dos trabalhadores de rua tem 5 filhos. Nesse sentido, salienta-se o quanto foi importante a ausência de anos de estudos, uma vez que se escancarou casos de pessoas com 11, 12, 13 e até 14 filhos. Ou seja, 4% dos trabalhadores de rua tem entre 6 a 14 filhos, um número preocupante devido diminuição da renda per capita. Numa visão geral, a média de filhos por trabalhadores de rua é de 2,45 filhos por pessoa.

No Capítulo 5 desta tese, foi caracterizado o município de Feira de Santana, suas particularidades econômicas e sociais, um forte entreposto comercial,

entroncamento de importantes rodovias federais e estaduais. Uma metrópole regional, que atrai pessoas de todas as regiões circunvizinhas. Sendo assim, já se esperava que o mercado de rua, representasse as características acima citadas. Mas, a pesquisa revelou proporções ainda maiores da diversidade de origens, (Figura 6).

Figura 6 – Mapa de fluxo de pessoas que migraram para Feira de Santana e trabalham no comércio de rua



Fonte: Pesquisa de campo (2018).
Nota: Elaboração própria.

Entre os trabalhadores de rua, é preciso evidenciar que do total de 682 pessoas entrevistadas, 146 são oriundas de outras regiões, mais precisamente, foram encontradas pessoas de 110 naturalidades diferentes, provenientes de 12 estados brasileiros, pessoas de diversas partes do Nordeste e de outras regiões do país –

Sudeste, Centro-oeste e Norte – e até de 8 países, Venezuela, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Nigéria, China e até Portugal.

Antecedendo a análise da Figura 6, referente ao mapa de fluxo da emigração de trabalhadores de outras origens para Feira de Santana, ressalta-se que a descrição da legenda ocorre em ordem crescente de fluxo, quanto mais espessa a linha, maior contingente de emigrantes, e em relação a cor, quanto mais escura, maior densidade de fluxo. Aliado a espessura e cor das linhas traçadas no mapa, foi observado por quais rodovias as pessoas migraram para a cidade, e de quais direções vieram, levando em consideração os sentidos referentes aos pontos cardeais (Norte, Sul, Leste e Oeste).

Segundo as linhas traçadas no mapa, as regiões que ofertaram os maiores números de emigrantes, foram as que ficam ao Norte de Feira de Santana, com destaque para a linha vermelha que vem do estado do Ceará, este conjunto de linhas representa 30,1% do total de retirantes. Dessas, realçam-se a região do Sisal, que se inicia na cidade de Serrinha e vai até os estados do Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. As pessoas da parte do Sertão Nordestino, referente a região do Baixo São Francisco, que se inicia em Paulo Afonso-BA, passa pelas divisas de Pernambuco, Sergipe e Alagoas, vieram pela BR 116 Norte que, inclusive, é a rota das pessoas que migraram dos estados do Ceará e do Rio Grande do Norte. E para finalizar a observação dos comerciantes que vieram da direção Norte, nota-se também, o fluxo de emigrantes que vieram pela BR 101, áreas próximas ao litoral nordestino.

O conjunto de linhas que ficam nas rotas do Sul ao Oeste de Feira de Santana têm o segundo maior fluxo de origem de emigrantes, com 28,1% do total. Na Figura 6, estes fluxos migratórios vieram principalmente pelas BRs 101 e 116 sul, esta última ainda recebe o fluxo das BR 030 e BR 349, o destaque dessa rota é uma linha vermelha mais espessa que vem da região da região do Recôncavo Baiano. Por estas direções, vieram pessoas da cidade de Brasília, dos estados de São Paulo, Minas Gerais, Santa Catarina e de diversas cidades baianas⁴⁵ que ficam margeadas nessas rodovias. Na parte mais a Oeste de Feira de Santana, tem a mais extensa rodovia em solo baiano, a BR 242, rota pela qual veio uma aglomeração de pessoas para atuarem nas vias públicas do centro desta cidade, vieram da Região Norte do país, da cidade

⁴⁵ Cidades margeadas ou próximas a BR 101: Gandú, Governador Mangabeira, Itabuna, Itajuba, Muritiba, Santo Antônio de Jesus, São Gonçalo dos Campos. Cidades margeadas ou próximas a BR 102: Antônio Cardoso, Santo Estevão, Jequié, Vitória da Conquista.

de Barreiras, Seabra, Itaberaba, entre outras cidades da região da Chapada Diamantina.

As cidades⁴⁶ que estão ao Nordeste de Feira de Santana, nos Territórios de Identidade do Piemonte da Chapada Diamantina e Bacia do Jacuípe, conforme a Figura 6, são da terceira região que mais forneceram trabalhadores para as ruas da cidade, 19,9% do total. As vias condutoras destes emigrantes forão as rodovias BR 324 Norte e a BA 052 (Estrada do Feijão). Por fim, é necessário dar destaque as pessoas quem vem da RMS e pela BR 324 Sul, que é a localidade que concentra a linha mais densa de emigrantes de um mesmo percurso. E, ainda há registro de emigrantes estrangeiros⁴⁷ que trabalham nas ruas de Feira de Santana, compondo 2,8% do total do levantamento em relação ao fluxo de migração.

Depois de ter realizado toda essa apresentação do fluxo migratório, entende-se que foi dado conta, nesta seção, das características descritivas do perfil socioeconômico dos trabalhadores de rua. Neste momento, inicia-se outra etapa, uma análise das condições econômicas desses comerciantes de rua, a renda auferida da ocupação, a renda familiar e o acesso a bens e serviços. De início será utilizado, para tal empreitada, a Tabela 21 que ajudará compreender a posição da renda desses trabalhadores em relação aos outros ocupados no mercado de trabalho e a segregação por renda, cor de pele e sexo.

Tabela 21 – Renda dos trabalhadores de rua, por sexo e cor/raça, 2018

Sexo	Cor/Etnia	Quantidade	%	Renda Média
Masculino	Branca	63	9,24%	1.930,79
	Preta	189	27,71%	1.222,67
	Amarela	4	0,59%	1.493,50
	Parda	104	15,25%	1.086,42
	Indígena	4	0,59%	1.134,00
	Total	364	53,37%	1.308,30
Feminino	Branca	52	7,62%	1.125,85
	Preta	156	22,87%	1.026,09
	Amarela	8	1,17%	1.018,50
	Parda	100	14,66%	955,16
	Indígena	2	0,29%	1.431,00
	Total	318	46,63%	1.022,37
Renda Média		682	100%	1.174,98

Fonte: Pesquisa de campo (2018). Elaboração própria.

⁴⁶ Mairí, Mundo Novo, Gavião, Ichú, Jacobina, Piauí, Riachão do Jacuípe, Serra Preta, São José do Jacuípe, Saúde e Senhor do Bonfim.

⁴⁷ É necessário destacar que, não foi possível capturar um número mais preciso de imigrantes estrangeiros, pois, quase todos eles, que estão nas ruas, trabalham na clandestinidade, e se recusaram a responder o questionário.

No que concerne a renda dos trabalhadores de rua, no tocante às médias de outras ocupações, os dados mostram que em relação aos trabalhadores formais do comércio da cidade, os rendimentos da rua é representativo, pois o salário dos comerciários⁴⁸, em 2018, era inclusive, um pouco menor, no valor de R\$1.150 reais mensais, do que a renda dos trabalhadores de rua, que em média era de, R\$1.174,98. Em relação ao salário mínimo vigente, de R\$ 954,00, a diferença era mais expressiva, R\$ 220,98 reais, 23% de diferença. Contudo, no que tange uma comparação com a média de salário dos trabalhadores formais da cidade, medida pelo IBGE, de 2 Salários Mínimos correspondente a R\$1.908, os trabalhadores de rua recebem em média, 62% a menos.

Analisando a Tabela 21, ainda detalhando a questão da renda, verifica-se certas discrepâncias dentro da realidade econômica entre os comerciantes de rua, principalmente, quando se compara a renda conquistada entre homens e mulheres. É evidente que as mulheres obtêm uma renda inferior em relação os homens, cerca de 26% a menos. A partir dessa percepção, conclui-se que este dado confirma o processo de discriminação das mulheres no mercado de trabalho, que nem mesmo no âmbito da informalidade, esse traço discriminatório é superado.

Quando se estratifica a questão da renda pela cor/raça dos indivíduos, nota-se que dentre esses trabalhadores, a população negra tem um rendimento muito menor. Os homens brancos (9,24% do total de trabalhadores) recebem uma renda média de R\$ 1.930, tal valor é 57,9% maior do que os R\$ 1.222, que recebe o homem negro (27,71% dos trabalhadores). Por sua vez, as mulheres negras (22,87% do total) e as brancas (7,62%) tem a mesma renda, R\$ 1.026, e sofrem ainda mais discriminação, ganhando cerca de 88% a menos do que o homem branco.

Aprofundando olhar sobre o rendimento dos comerciantes de rua (Tabela 22) é possível acumular a distribuição da renda por faixa de ganhos, ao fazer isso percebe-se que: 55,20% dos trabalhadores ganham menos de 1 salário mínimo; 24,19% ganham entre 1 e 2 salários mínimos; 8,80%, de 2 a 3 salários, 2,20% de 3 a 5 salários; e 0,74% possuem renda acima de 5 salários mínimos.

O IBGE apresentou, em 2016, para Feira de Santana, que 38,7% da população tinha rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo. No que tange a população em foco, 55% de suas famílias tem rendimento nominal mensal per capita

⁴⁸ Salário aprovado em convenção entre sindicato patronal e sindicato dos trabalhadores do comércio em 2017.

de até 1/2 salário mínimo. Por se tratar de pessoas que estão em um ambiente de informalidade, não era de se esperar um número próximo a realidade geral do município.

Tabela 22 – Trabalhadores do comércio de rua de Feira de Santana por escolaridade, renda, sexo e cor/raça, 2018

	Escolaridade							Qtde. de trabalhadores	% Total da Renda
	Nunca frequentou a escola	Ensino Fundamental incompl.	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio incompl.	Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto	Ensino Superior completo		
Renda Pessoal									
até 1/2 SM	7,69%	33,65%	9,62%	22,12%	17,31%	7,69%	1,92%	104	15,25%
de 1/2 a 1 SM	2,31%	24,23%	9,62%	23,46%	35,38%	4,62%	0,38%	260	38,12%
de 1 a 2 SM	0,61%	22,42%	13,94%	24,24%	27,27%	8,48%	3,03%	165	24,19%
de 2 a 3 SM	0,00%	23,33%	8,33%	23,33%	35,00%	8,33%	1,67%	60	8,80%
de 3 a 5 SM	0,00%	13,33%	6,67%	33,33%	26,67%	13,33%	6,67%	15	2,20%
de 5 a 10 SM	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	25,00%	50,00%	25,00%	4	0,59%
> 10 SM	0,00%	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	1	0,15%
Não Responderam	8,22%	28,77%	8,22%	28,77%	20,55%	4,11%	1,37%	73	10,70%
Total	3,08%	25,37%	10,26%	24,05%	28,74%	6,74%	1,76%	682	100,00%
Renda Familiar									
até 1/2 SM	9,68%	32,26%	6,45%	19,35%	16,13%	12,90%	3,23%	31	4,55%
de 1/2 a 1 SM	4,52%	31,61%	9,68%	19,35%	31,61%	1,94%	1,29%	155	22,73%
de 1 a 2 SM	1,06%	25,93%	13,76%	26,46%	25,40%	6,35%	1,06%	189	27,71%
de 2 a 3 SM	0,00%	19,81%	9,43%	24,53%	33,96%	9,43%	2,83%	106	15,54%
de 3 a 5 SM	0,00%	21,31%	13,11%	18,03%	34,43%	13,11%	0,00%	61	8,94%
de 5 a 10 SM	0,00%	0,00%	0,00%	11,11%	33,33%	44,44%	11,11%	9	1,32%
> 10 SM	0,00%	25,00%	0,00%	25,00%	0,00%	0,00%	50,00%	4	0,59%
Não Responderam	7,09%	23,62%	7,09%	30,71%	26,77%	3,94%	0,79%	127	18,62%
Total	3,08%	25,37%	10,26%	24,05%	28,74%	6,74%	1,76%	682	100,00%
Sexo									
Masculino	3,57%	26,37%	12,36%	26,37%	23,63%	6,04%	1,65%	364	53,37%
Feminino	2,52%	24,21%	7,86%	21,38%	34,59%	7,55%	1,89%	318	46,63%
Total	3,08%	25,37%	10,26%	24,05%	28,74%	6,74%	1,76%	682	100,00%
Cor de pele									
Branca	0,87%	18,26%	13,04%	20,00%	33,91%	10,43%	3,48%	115	16,86%
Preta/Negra	3,48%	28,99%	10,72%	26,38%	24,06%	4,93%	1,45%	345	50,59%
Amarela	0,00%	8,33%	0,00%	16,67%	58,33%	16,67%	0,00%	12	1,76%
Parda	3,92%	25,00%	8,33%	22,55%	31,86%	6,86%	1,47%	204	29,91%
Indígena	0,00%	0,00%	16,67%	33,33%	33,33%	16,67%	0,00%	6	0,88%
Total	3,08%	25,37%	10,26%	24,05%	28,74%	6,74%	1,76%	682	100,00%

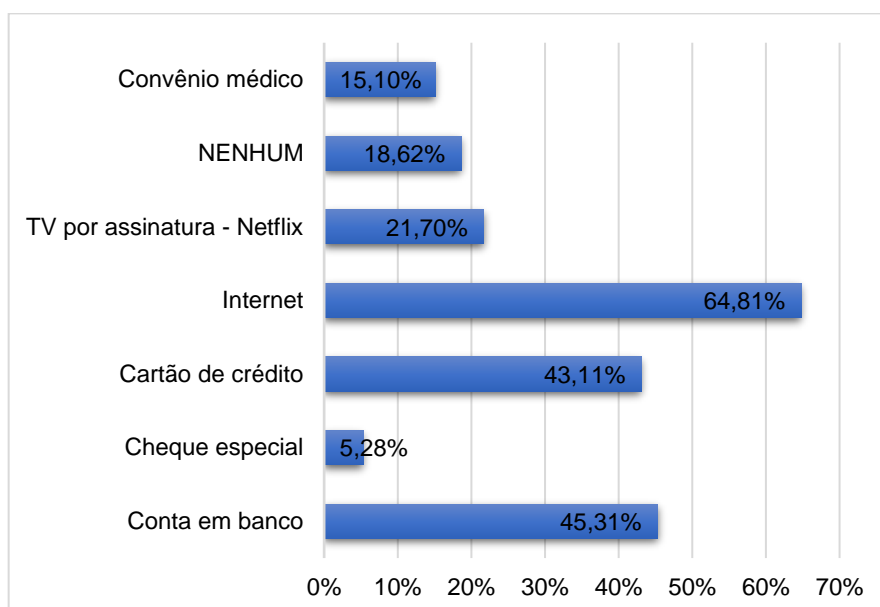
Fonte: Pesquisa de campo (2018).
Elaboração própria.

Todavia, o que prende a atenção, é o fato de que, 10,85% desses trabalhadores, estão em famílias em que renda per capita é acima de 1 salário mínimo. Tal informação, ao mínimo, levanta um contra-argumento aos teóricos de que a informalidade é uma situação de completa precarização. Lauro Ramos (2003) compreende por informalidade as categorias de precarização, instabilidade e casualidade, as mesmas percepções do DIEESE (2012), que ainda acrescenta os

adjetivos de baixa competitividade, sem acesso ao crédito e que não contribuem fiscalmente para o Estado.

Os números do Gráfico 11, referente ao acesso a serviços, e da Tabela 22, apresentam que, o referido contra argumento às concepções teóricas, a respeito da produtividade e da atividade econômica da informalidade, no que tange aos trabalhadores de rua, faz algum sentido, visto que, existem situações em que a rentabilidade desses, os proporcionam desfrutar de certa qualidade de consumo de bens e serviços.

Gráfico 11 – Trabalhadores de rua por acesso a serviços - Feira de Santana, 2018



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Nota: Elaboração própria.

Para finalizar a compreensão da parte econômica do perfil dos trabalhadores de rua de Feira de Santana, apresenta-se uma descrição de seus acessos a serviços básicos. O Gráfico 11, evidencia que, quando se tratava do consumo desses serviços o mais citado pelos entrevistados (64,81%), foi o acesso à internet, em sequência a conta em banco (45,31%), cartão de crédito (43,11%) e o acesso mais restrito foi ao cheque especial (5,28%). Esta ordem de classificação, guarda semelhança a pesquisa do DIEESE, realizada com os trabalhadores de rua em Porto Alegre. Mas algumas informações revelam preocupação, 18,62% dos trabalhadores de rua, relataram não ter acesso a nenhum desses serviços, tal situação não foi encontrada pela pesquisa do DIEESE.

O objetivo deste subcapítulo foi tratar da descrição do perfil socioeconômico dos comerciantes de rua da região central da cidade de Feira de Santana, com a intenção de identificar quem são esses trabalhadores e quais os papéis que desenvolvem dentro do ambiente familiar e social, de onde vieram, quanto ganham e, conseqüentemente, o quanto esta renda adquirida influencia na economia municipal.

Para efetuar com êxito tal tarefa, realizou-se uma considerável apresentação de figuras, quadros e tabelas provenientes da pesquisa de campo que exprimem as informações necessárias para corroborar com a realidade do comércio nas ruas de Feira de Santana. Deste modo, delimita-se através da confirmação dos dados, uma leve predominância dos trabalhadores de sexo masculino, não brancos, de diversas origens, a maioria possui casa própria quitada, de baixa escolaridade e com renda média superior ao salário mínimo. Dito isto, a próxima etapa, subcapítulo 7.2, é apresentar as experiências no trabalho dos comerciantes de rua.

7.2 COMO TRABALHAM, ONDE ESTÃO E O QUE VENDEM?

Este capítulo descreve como os comerciantes de rua estão organizados em relação ao trabalho, como estão distribuídos geograficamente e suas vivências com o mercado de trabalho. Os dados empíricos desta parte da tese, foram extraídos do bloco 2 do instrumento de coleta aplicado. As 20 questões aplicadas, tiveram o intuito de identificar as experiências no trabalho dos ambulantes. Buscou-se descobrir quantos são, como trabalham, com quem, em qual espaço, o que vendem e onde moram, para enfim desvelar as suas relações com as atividades econômicas.

Para dar conta de quantos são, é necessário reafirmar que, a pesquisa contou nas áreas selecionadas, 2975 trabalhadores, e aplicou um questionário estratificado, sistematizado e aleatório a 682 proprietários. Mas é importante relatar que, no tocante ao número de pessoas que trabalham nos negócios de rua, incluindo o proprietário entrevistado, os dados auferidos, (Tabela 23) dizem que 56,45% destes, trabalham sozinhos. E um montante de 43,55% dos negócios, empregam e/ou ocupam outros trabalhadores (397).

Tabela 23 – Trabalhadores ocupados no comércio de rua, Feira de Santana, 2018

Quantidade de pessoas ocupadas	% dos negócios, por pessoas ocupadas	Número de negócios	% de negócios que ocupam familiares
1	56,16%	385	-
2	33,43%	228	74%
3	6,89%	47	68%
4	1,91%	13	62%
5	1,32%	9	73%
Total de entrevistados		682	-

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Nota: Elaboração própria.

Dando segmento a empreitada de compreender como está estruturado os referidos processos de trabalho, a coluna percentual de negócios que ocupam familiares, descritos na Tabela 23, indica que, dos comerciantes que ocupam 2 pessoas (228), 74% desses negócios (169), ocupam familiares, e 26% que correspondem a 59 negócios, empregam não familiares, e as demais linhas da tabela, seguem a mesma lógica de interpretação, dos negócios que ocupam 3, 4, e 5 pessoas, utilizam, respectivamente, 68%, 62% e 73% de seus postos de trabalhos com familiares. No geral, dos negócios de rua que ocupam pessoas, além do dono (297), 73% desses, destinam posições de trabalho a familiares.

Prosseguindo com o reconhecimento dos dados, verifica-se a descrição de como os comerciantes de rua se organizam pela cidade e, também, faz-se agora uma observação de quantos dias eles trabalham por semana. A pesquisa de campo notou que a grande maioria (91%), laboram, em média 6 dias por semana, outros 6%, dão uma jornada um pouco mais reduzida, de 3 a 4 dias, e apenas 1%, trabalham somente de 1 a 2 dias por semana.

Antes de se fazer a análise do fluxo de deslocamento da casa para o trabalho dos comerciantes de rua, neste ponto, também cabe uma explicação metodológica de como os dados foram obtidos e processados. Na aplicação do questionário, foi

coletado a localização geográfica do local de trabalho, latitude e longitude (via GPS⁴⁹), e perguntado o CEP da residência comerciantes de rua, posteriormente, foi identificado, via o aplicativo Google Maps, a localização da rua de sua moradia, e anotado, as coordenadas do centro da rua. De posse das coordenadas da moradia e do local de trabalho, foi calculada⁵⁰ a distância do deslocamento.

Feita essa consideração, é importante destacar como os dados estão apresentados. Para facilitar a compreensão e visualização do deslocamento dos trabalhadores, considerando o percurso de casa para o trabalho e as diversidades existentes, optou-se por recursos estatísticos e visuais: 1) uma tabela ranking dos bairros de maior concentração de residências de comerciantes de rua; 2) o uso de uma tabela estatística descritiva, que agrupa os valores em classes de deslocamento, por quilometro (Km) e produz frequências absolutas e relativas, em cada classe, para descrever resumidamente um panorama do fluxo dos trabalhadores; e, 3) Um mapa de fluxo dos movimentos das pessoas de casa para o trabalho, feito via o aplicativo QGIS 3.6, no sentido de ilustrar geograficamente o movimento das pessoas para às áreas de trabalho.

Antecedendo a apresentação dos recursos visuais, cabe informar duas coisas: A primeira, das 682 localizações de moradias, esta pesquisa contou 111 localidades/bairros diferentes, sendo a mais distante a 38 Km, na zona rural da cidade de Amélia Rodrigues, e a mais próxima a 300 metros, do local de trabalho, no próprio centro da cidade; e a segunda, das localidades onde moram os trabalhadores de rua, os Distritos da zona rural de Feira de Santana e de cidades vizinhas, são a moradia de 73 trabalhadores, 11% do total.

Dadas essas informações, do representativo da população do campo no comércio de rua, direciona-se agora o olhar para os trabalhadores urbanos. A Tabela 24, é o recurso visual que lista o ranking dos bairros de Feira de Santana com as maiores incidências de domicílios dos comerciantes de rua. Os três primeiros bairros concentram 17% do total de comerciantes, e na verdade, fazem fronteiras geográficas com as áreas centrais objeto deste estudo.

⁴⁹ GPS é a sigla para Global Positioning System, que em português significa "Sistema de Posicionamento Global", e consiste numa tecnologia de localização por satélite

⁵⁰ Para converter estas coordenadas (latitude e longitude) em KM, foi utilizado uma fórmula numa planilha eletrônica para encontrar a distância em linha reta, o resultado, multiplicado pelo fator 1,25, para encontrar a distância em km rodoviários urbanos. E por fim multiplicado por 2, para se ter o deslocamento que correspondem a ida e volta de casa para o trabalho. Fórmula para Excel de cálculo de distância entre duas coordenadas geográfica $\{=6371*ACOS(COS(PI()* (90-F2)/180)*COS((90-C2)*PI()/180)+SEN((90-F2)*PI()/180)*SEN((90-C2)*PI()/180)*COS((D2-G2)*PI()/180))*1,15\}$, essa fórmula foi testada via aplicativo Google de Maps.

Tabela 24 – Localidades com maior número de trabalhadores de rua residentes, 2018

Posição e Bairro	Número de trabalhadores de rua residentes
1º. Queimadinha	44
2º. Rua Nova	44
3º. Centro	28
4º. Mangabeira	28
5º. Tomba	25
6º. Campo Limpo	22
7º. Cidade Nova	22
8º. Outros	20
9º. Feira X	19
10º. Feira IX	17
11º. Jardim Cruzeiro	16
12º. Brasília	15
13º. George Américo	15
Zona Rural	73
Outros	288
TOTAL	682

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Nota: Elaboração própria.

Sobre os 73 trabalhadores rurais (que representa 10,7% do total da amostra), foi observado que eles moram em 15 localidades diferentes, tendo a seguinte distribuição: 19 comerciantes são de 7 cidades, nas quais suas zonas rurais fazem limites geográficos com Feira; 37 trabalhadores são dos distritos do município, com destaque para São José (Maria Quitéria), com 19 comerciantes; e os demais, 17, são de 4 bairros que tem áreas rurais. Os principais produtos vendidos por esses são frutas e verduras de produção própria.

O Quadro 5, é um outro recurso visual e estatístico, que ajuda a compreender outras variáveis relacionadas ao comportamento das idas e vindas dos comerciantes de rua, (casa para o trabalho). Observando-se o percurso dos 682 trabalhadores que integram a amostra desta investigação, entre as suas respectivas residências e os locais onde trabalham se vislumbra que em média eles percorrem cerca de 9,87 Km. Os que menos são exigidos desse ponto de vista, deslocam-se cerca de 640 metros, ao passo que os que mais penalizados nesse particular chegam a percorrer algo em torno de 76 Km.

Avaliando de forma ainda mais pormenorizada as informações presentes no Quadro 5, é possível assinalar que o desvio-padrão das distâncias percorridas pelos aludidos trabalhadores se situa no patamar de 10,24 Km, a sua razão em relação a

média (9,87 Km), indica um coeficiente de variação acima de 100%, este resultado traduz que a população dos comerciantes de rua é heterogênea em relação aos seus deslocamentos. É possível supor, que essa variável, afeta os comerciantes de maneiras bem distintas. Não seria exagero acreditar que, para os que moram mais próximo haja muito mais conforto, comodidade e economia, e para os que moram em distâncias maiores, os custos e transtornos no transporte, produzem certo sacrifício e dificuldades no exercício da atividade econômica.

Quadro 5 – Distribuição de frequência dos deslocamentos moradia - local de trabalho, dos comerciantes de rua de Feira de Santana, 2018

Classes	Intervalo de Classes em KM			Frequência Acumulada	Frequência Absoluta	Frequência Relativa	Frequência Relativa Acumulada	Deslocamento médio (Km) (ida e volta)
1	0	---	4	158	158	23%	23%	2,0
2	4	---	8	394	238	35%	58%	6,0
3	8	---	12	535	141	21%	79%	10,0
4	12	---	16	591	56	8%	87%	14,0
5	16	---	20	609	18	3%	90%	18,0
6	20	---	76	682	73	11%	100%	48,0

Estatística Descritiva	Unidade de medida	Valor
Total da amostra (N)	Un.	682
Menor deslocamento	Km	0,64
Maior deslocamento	Km	76,00
Amplitude	Km	75,36
Média de deslocamento	Km	9,87
Desvio Padrão	Km	10,24

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Nota: Elaboração própria.

Ainda olhando para o Quadro 5, percebe-se que 23% da população (158 trabalhadores) moram a menos de 2 Km do local de trabalho, gastam menos de 20 minutos a pé, ou 5 minutos de carro, para chegarem ao trabalho. No outro extremo, há 1% de trabalhadores que rodam em média 48 Km por dia, alguns 76 Km, para exercerem a sua atividade econômica. Esses trabalhadores não concorrem em mesma situação de igualdade no mercado de trabalho. Mas de uma maneira geral, 58% dos donos de negócios de rua, moram em condições que podem chegar muito rápido, em seus locais de trabalho, a menos 4KM distância de suas residências.

Avançando ainda mais na questão do deslocamento, os dados levantados por essa pesquisa proporcionaram o detalhamento de como as pessoas vão ao local dos seus negócios. A Tabela 25 apresenta os percentuais referentes aos meios de

deslocamento por comerciante de rua e por local do empreendimento. Dada a situação de trabalho, ocorrer em um ambiente de informalidade, causou uma surpresa positiva, verificar que 37,78% utilizam como transporte para o trabalho, o carro ou uma motocicleta própria, e que, em 75% das famílias que declararam, consta a propriedade de pelo menos um desses veículos.

Tabela 25 – Trabalhadores de rua, Feira de Santana, local de trabalho por meio de deslocamento, 2018

Meio de deslocamento	Locais de Trabalho						% do meio de deslocamento
	Centro de Abastecimento	Feiraguai	Getúlio Vargas	Marechal Deodoro/Conselheiro Franco	Outras Regiões Centrais	Sales Barbosa / Senhor dos Passos	
A pé	11,11%	16,67%	30,00%	10,78%	13,59%	10,85%	13,20%
Bicicleta	6,67%	9,26%	5,00%	12,75%	8,70%	6,13%	8,06%
Carro próprio	16,67%	29,63%	10,00%	16,67%	17,93%	22,17%	19,35%
Transporte público	46,67%	22,22%	27,50%	23,53%	34,78%	29,72%	31,67%
Transporte alternativo	1,11%	3,70%	12,50%	14,71%	6,52%	9,91%	8,21%
Moto própria	16,67%	18,52%	15,00%	17,65%	17,39%	20,75%	18,33%
Motoboy	0,00%	0,00%	0,00%	3,92%	1,09%	0,47%	1,03%
Outro	1,11%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,15%
Totais	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

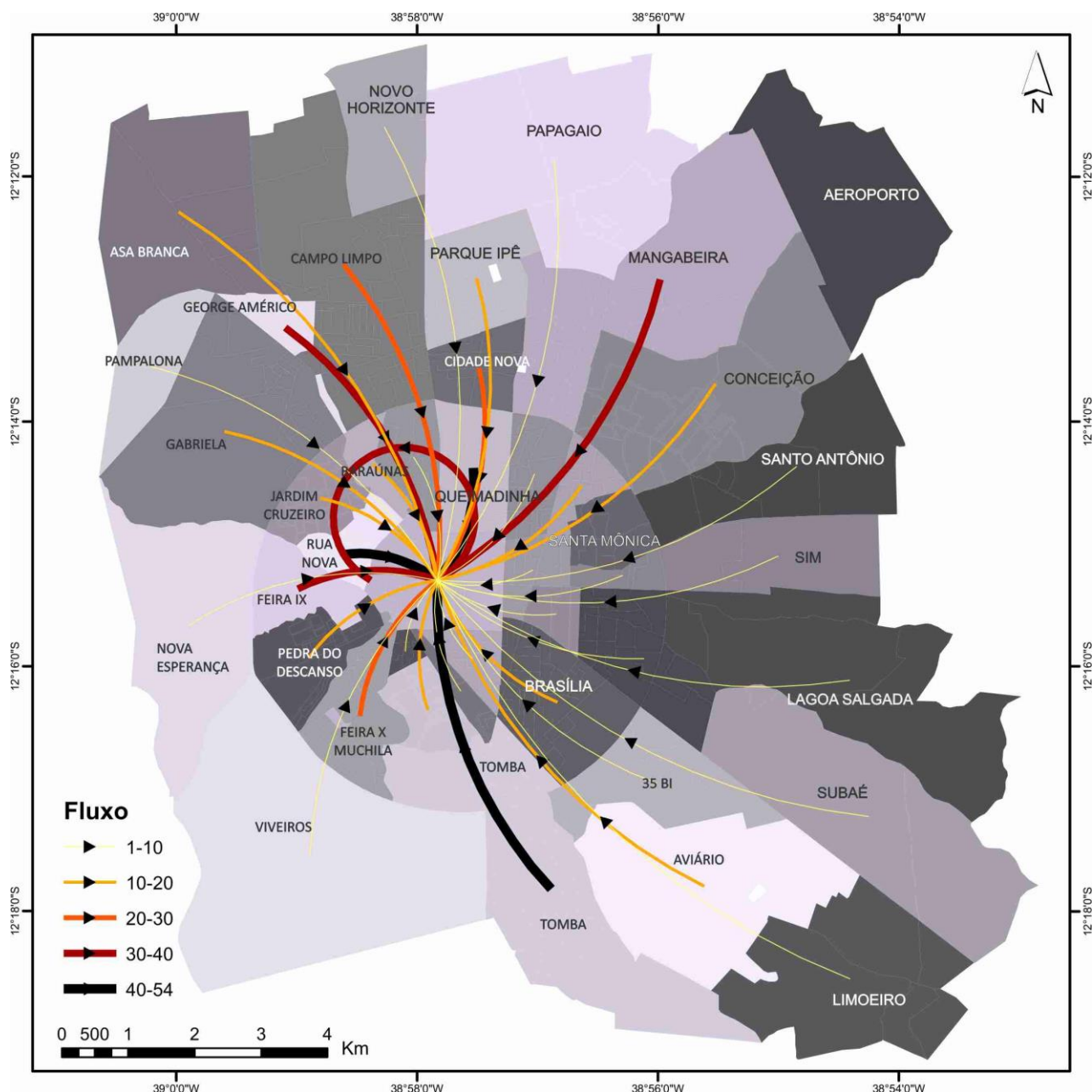
Nota: Elaboração própria.

Não causa nenhuma estranheza o fato de 13,20% dos trabalhadores irem a pé, pois uma boa quantidade (23%) moram a menos de 2 Km do local de trabalho. Feira de Santana por ser uma cidade plana, temperatura média anual de 23°C, considerável amena, acreditava-se que a bicicleta (8,06%) fosse mais utilizada. No entanto o meio mais utilizado é o transporte público, (31,67%). Dos trabalhadores do Centro de Abastecimento, um percentual de 46,67%, são os que mais usam o transporte público, os do Feiraguai (22,22%) são os que menos usam. Os trabalhadores da Getúlio Vargas, são os que mais se deslocam a pé para o trabalho (30%), os que menos usam carro (10%). Notou-se a pouca participação de transportes alternativos (9,21%) e por motoboy (1,03%).

Para ter a dimensão dos dados apresentados acima é importante analisar o mapa de fluxo na Figura 7. Mas antes, é imprescindível saber que, as 111 localidades em que moram os 682 trabalhadores de rua. O fluxo de deslocamento de casa para o trabalho está expresso nas linhas em parábolas no mapa da figura 1, quanto mais

densa a linha maior o fluxo de pessoas que se direcionam, diariamente, às áreas centrais da cidade de Feira de Santana, para trabalharem nas vias públicas.

Figura 7 – Mapa de Fluxo do deslocamento casa – local de trabalho dos trabalhadores de rua de Feira de Santana, 2018



Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Nota: Elaboração própria.

Explorando como maior riqueza de detalhes as informações contidas nessa figura, cabe ponderar que as linhas dentro do anel, referem-se aos trabalhadores que moram nos bairros centrais (394 pessoas, 58%). Por residirem nesses espaços, eles integram o grupo de trabalhadores que percorrem as menores distâncias para darem

conta das suas atividades produtivas, o centro comercial de feira fica quase no epicentro do Anel de Contorno, é um raio de 3Km, essa é a distância máxima das pessoas que moram nas áreas centrais do local de trabalho.

As linhas que estão fora do anel de contorno, indicam movimento dos trabalhadores (197, 29%) que se deslocam distâncias médias, 4 a 8 Km, no entanto vale ressaltar, que eles enfrentam grandes problemas de trânsito, este grupo, está dentro do contexto de 87% de pessoas que utilizam algum tipo de transporte, para chegarem ao local de trabalho. Numa situação, ainda mais difícil quanto a mobilidade, estão os comerciantes de rua, que fazem o fluxo de fora dos limites urbanos da cidade, 91 trabalhadores (14%), que vem das zonas rurais de Feira e de municípios vizinhos.

Um outro detalhe a ser anotado, sobre a importância da mobilidade urbana e o processo de deslocamento de casa para o trabalho. Os pontos em que esses comerciantes vendem seus produtos e serviços, não são regulamentados pela prefeitura, é uma ocupação irregular do espaço, num acordo consensual entre os que trabalham na rua e os donos dos comércios formais. Então, a ausência e a chegada tardia no local podem implicar na perda do espaço para trabalhar.

O uso do espaço está constituído por um direito não formal, baseado no costume, não é reconhecido pela prefeitura e não existe nenhum documento que garanta a utilização do mesmo. Existe um respeito entre os trabalhadores informais pelo espaço do outro. No entanto, a ausência, o ato de chegar mais tarde com frequência, vai abrindo brechas para que outros utilizem o local, ou mesmo, um veículo, um transeunte, ou qualquer pessoa. E assim, inviabilizar o dia de trabalho do comerciante de rua. Então é necessário chegar com antecedência, antes de começar o movimento de abertura das lojas comerciais. É importante demarcar o espaço, todos os dias.

O fluxo de transporte importa para a manutenção do espaço de trabalho. Dito isso, é importante frisar que o tempo de ocupação é fundamental para a edificação dos melhores pontos, não atoa, esta pesquisa identificou que os comércios com melhores rendimentos, não está associado a formação do seu dono, e sim ao tempo de experiência e uso do espaço que este tem. Não que a qualificação não tenha importância, tanto que neste momento, julga-se necessário, rediscutir a renda, mas em um cruzamento da escolaridade e com o tempo na ocupação.

E assim, considerando agora a escolaridade como condicionante da renda, a realidade não corrobora com a premissa de que quanto mais anos de estudo,

melhores os ganhos. Para os comerciantes de rua o tempo na ocupação parece se revelar fator mais preponderante. Diante do cenário de crise econômica e desemprego pelo qual perpassa o país, diagnosticado nesta tese, não é estranho, ter pessoas cursando o ensino superior, ou mesmo concluído, recorrerem ao trabalho de rua como alternativa a sobrevivência.

No entanto, a falta de traquejo com as ruas, deram aos mais escolarizados um desempenho de renda tão ruim quanto ao dos trabalhadores com baixa escolarização. Sugere-se, diante dos dados, que outros fatores preponderaram, os quais revelaram alguns casos de sucesso de pessoas com poucos anos de estudos e melhores renda do trabalho: o tempo e a vivência do trabalho se apresentaram mais fundamental do que os anos de escolaridade.

Tabela 26 – Trabalhadores de rua, por renda, escolaridade e tempo na ocupação, 2018

Renda pessoal	Escolaridade por Tempo na ocupação						
	Trabalhadores agrupados por tempo – (anos na ocupação)						
	Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental completo	Ensino Médio incompleto	Ensino Médio completo	Ensino Superior incompleto	Ensino Superior completo	Media de anos na ocupação
até 1/2 SM	9	8	5	5	7	3	5,9
de 1/2 a 1 SM	12	7	6	4	4	1	6,3
de 1 a 2 SM	10	10	9	6	3	4	8,1
de 2 a 3 SM	16	11	11	9	5	3	8,6
de 3 a 5 SM	23	4	13	3	5	0	8,2
de 5 a 10 SM				8	8	10	9
> 10 SM	53						53

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Notas: Elaboração própria.

SM = Salário Mínimo.

Na Tabela 26, a renda é a função direta proporcional a média de anos na ocupação. Em relação a escolaridade e remuneração, não é direta, tanto que dos 12 profissionais com ensino superior completo, identificados na amostra, 3 ganham até 1 salário, 5 ganham entre 1 e 2 salários, ou seja, 66% do pessoal com ensino superior completo, tem baixo rendimento no comércio de rua. No entanto, tem outros 3 (25%), que são oriundos da indústria, e mesmo com pouco tempo trabalhando na rua (2 anos em média) tem rendimento entre 3 e 5 salários mínimos. Provavelmente a relativa boa performance desses trabalhadores em termos de rendimento guarda certa relação com o fato deles terem tido a oportunidade, enquanto trabalhadores da

indústria, de viverem certas experiências que acabaram moldando suas respectivas forças de trabalho, dando-lhes um certo diferencial em termos de capacitação e qualificação da sua mão de obra, condição essa que se reflete possivelmente na sua mais recente atividade econômica.

A Tabela 27 traz que os principais produtos comercializados por comerciantes de rua das áreas centrais de Feira de Santana são frutas e verduras (21,85%) e lanches (24,83%), em terceiro lugar em produtos mais vendidos são as roupas (14,37%) seguido de perto pelos utensílios (11,73%).

Tabela 27 – Trabalhadores de rua, produtos e serviços vendidos, 2018

Bens/Serviços	Qtde	%
Alimentos/Frutas e Verduras	149	21,85%
Acessórios/DVDs/Brinquedos	56	8,21%
Bebidas	28	4,11%
Cosméticos	12	1,76%
Eletrônicos	14	2,05%
Serviços	40	5,87%
Lanches / doces	168	24,63%
Outros	37	5,43%
Roupas	98	14,37%
Utensílios	80	11,73%
	682	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Nota: Elaboração própria.

Este capítulo até aqui já respondeu os objetivos 2 e 3 desta pesquisa, respectivamente, foi apresentado e analisado o perfil socioeconômico dos trabalhadores de rua e a forma que se organizam, o que vendem, como se movimentam e ocupam os espaços na cidade. O quarto e último objetivo, mais outros achados da pesquisa está apresentado no subtópico a seguir.

7.3 DESCORTINANDO OUTRAS NUANCES QUE MARCAM O COTIDIANO DOS TRABALHADORES DE RUA

Esta parte do estudo se dedica a discutir as nuances que levaram os trabalhadores a exercerem atividades econômicas nas vias públicas da cidade. A falta de demanda do sistema formal por trabalhadores, os problemas estruturais e conjunturais da economia brasileira, tal qual mencionado no capítulo 4, que trata do

panorama do mercado de trabalho no Brasil, são fatores que explicam, em uma boa proporção, os motivos que levam os trabalhadores a procurarem atividades econômicas de baixa produtividade para sobreviverem.

Para além desses fatores, relatados pelo referencial teórico, outras circunstâncias foram afloradas quando do processo de realização da pesquisa de campo. A observação *in loco* do cotidiano dos trabalhadores, possibilitou identificar situações, em que as pessoas, por vontade própria, optaram por trabalhar nas ruas, a exemplo disso pode-se citar: filhos que desejaram dar continuidade a empreendimentos familiares; pessoas que pela baixa qualificação se recusaram a receber os salários ofertado pelo mercado; e, por fim, uma de bastante valor motivacional, a possibilidade de não ter patrão.

Tais situações guardam correlação com a segunda hipótese desta tese, de que a opção pela informalidade, para diversos comerciantes de rua, não se dá exclusivamente pela falta de oportunidades de emprego com carteira assinada, e que há um número significativo de comerciantes que consideram positivas as suas experiências com o modo como trabalham, tal argumentação, alia-se aos pensamentos de Bruno Lautier (2007), Cacciamali (2002), Malaguti (2001), Pamplona (2004) expostos no Capítulos 3 e 4 desta tese. Com base na referida hipótese de pesquisa, planejou-se e executou uma pesquisa *in loco* nas ruas de Feira de Santana, a 682 trabalhadores, questionando quais foram os reais motivos que os levaram a ser donos do próprio negócio (Tabela 28).

Tabela 28 – Trabalhadores de rua, motivos que levaram a ser dono do próprio negócio, Feira de Santana, 2018

Motivos	Qdte	%
Dar continuidade empreendimento familiar	38	5,57%
Salário baixo ofertado pelo mercado	45	6,60%
Possibilidade de não ter patrão	119	17,45%
Falta de qualificação/estudos	123	18,04%
Desemprego	345	50,59%
Outros	12	1,76%
	682	100,00%

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Nota: Elaboração própria.

Os resultados da Tabela 28, ajudam a compreender as diversas circunstâncias pelas quais os trabalhadores estão ocupando a sua força de trabalho nas ruas. Os

motivos apresentados na tabela podem ser agrupados em relação opção: a) os que não optaram, o fizeram mediante um empreendedorismo por necessidade⁵¹, não foi livre escolha, e sim, provocada pelo desemprego, seja por insuficiência de demanda ou estrutural; e b) os que optaram, refere-se aos trabalhadores que escolheram estarem nas ruas, viram nas ruas a oportunidade de melhores resultados no exercício de seu trabalho.

Feito esta distinção, verifica-se agora os percentuais dos motivos que levaram os trabalhadores a se lançarem em atividades econômicas nas ruas de Feira de Santana (Tabela 28): O grupo de trabalhadores do empreendedorismo por necessidade, é constituído pelas pessoas acometidas pelo desemprego (50,59%), uma questão conjuntural, que é de longe o principal fator, e ainda somado a falta de qualificação (18,05%), condição estrutural, atende as primeiras premissas, respectivamente, da falta de postos de trabalho e da desocupação estrutural. Sendo assim, um contingente (68,64%) de trabalhadores, nesta cidade, não está, por vontade própria, vendendo seus produtos e serviços nas ruas de Feira de Santana. Tal número é muito significativo, mas, ainda existe uma outra grande parte de comerciantes (31,36%) que estão, por vontade própria, trabalhando nas ruas.

Buscando descortinar mais detalhes referentes aos grupos que estão por vontade própria ou não nas ruas, realizou alguns cruzamentos das perguntas feitas no instrumento de coleta de dados desta pesquisa. Comparou-se renda pessoal com os motivos que levaram os trabalhadores a serem donos de seu próprio negócio, os resultados demonstram que, dos que optaram por vontade própria ir trabalhar no comércio de rua, em sua maioria, são relativamente mais bem-sucedidos, tem melhores ganhos do que os que foram forçados pelo desemprego. De maneira geral, 47% dos trabalhadores de rua ganham mais de 1 salário mínimo, mas dentro do grupo dos que optaram em trabalhar nas ruas, este percentual sobe para 73%.

Por outro lado, os trabalhadores que não optaram por vontade própria para trabalhar nas ruas de Feira de Santana, vieram por imposição das circunstâncias de crises estruturais e/ou conjunturais, apenas 37% deles, percebem rendimentos de seu trabalho, acima de 1 salário mínimo, valores inferiores ao da média geral (47%) e bem

⁵¹ O empreendedorismo por necessidade se refere ao indivíduo que recorre ao empreendedorismo por alguma necessidade imposta, perda do emprego, complementar renda e/ou dificuldade em se relocalar. Por uma necessidade de complementar ou buscar renda.

mais aquém dos 73% dos que, escolheram o trabalho de rua como o lugar para exercerem o seu labor.

Feita a identificação dos motivos que levaram os trabalhadores de rua a serem donos dos próprios negócios, é razoável agora prosseguir neste processo de descortinação das nuances que marcam o cotidiano dos trabalhadores de rua. Para tanto, se faz necessário descrever outra informação importante, quais experiências em relação ao mercado de trabalho estes trabalhadores tiveram antes de estarem atuando no comércio de rua. Nesse intuito, a Tabela 29 apresenta a situação de trabalho que os comerciantes de rua estavam vivenciando preteritamente.

Tabela 29 – Trabalhadores de rua, experiência na ocupação por setor de atividade antes do comércio de rua, Feira de Santana, 2018

Experiência por setor de atividade	%
Indústria	4,40%
Construção Civil	6,60%
Comércio	21,11%
Serviços	13,64%
Agricultura	3,67%
Sem experiência	50,58%
Total	100%

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Nota: Elaboração própria.

Dado o ambiente de relações precárias e instáveis socialmente, os resultados da pesquisa de campo não geraram surpresas, visto que os 50,59% tiveram suas primeiras experiências de trabalho, sendo donos de negócios de rua. Continuando a dar atenção a Tabela 29, na situação de trabalho ocupados, pelos setores de atividades listados, verifica-se que, do total, o comércio (21,11%) foi o setor que mais cedeu trabalhadores para as atividades econômicas de rua, seguido pelos setores de serviços (13,64%), construção civil (6,60%), indústria (4,40%) e por fim, pela agricultura (3,67%). Esses valores somados são de 49,42%, 337 dos 682 trabalhadores da amostra. Mas, é importante detalhar como foi o percurso desses trabalhadores, saindo da situação de ocupação nos referidos setores, até chegarem na informalidade.

Um dos fatos inusitados foi verificar que os trabalhadores de rua que tiveram experiências pretéritas no mercado de trabalho formal, não tem, expressivamente, melhores resultados de rendimentos nos negócios de rua do que os sem experiência.

Isso foi percebido no cruzamento das informações da tabela de renda pessoal com a tabela experiência por setor de atividades. O que de fato continua sendo preponderante na constituição da renda, um fator diferencial, como já visto na seção 7.2, é o tempo de ocupação nos negócios de rua.

Indo mais adiante na verificação da realidade pretérita dos trabalhadores, faz-se tarefa necessária descrever sobre as ajudas que tiveram para abrirem os negócios. O apoio financeiro e humano na abertura de uma atividade econômica é fundamental para concretização de negócios, especialmente os próprios, no quais os indivíduos contam, quase que, exclusivamente com sua força de trabalho para empreender. A Tabela 31 aferiu que, a maioria expressiva dos comerciantes de rua (65,69%) não teve nenhum apoio para iniciarem seus negócios, para 31,38% dos ambulantes, a ajuda veio de familiares, amigos ou conhecidos. O apoio de postos públicos de atendimento ao trabalhador (0,29%), das agências de apoio ao trabalhador e do Sebrae (1,17%) somadas as organizações associativas (1,47%), totalizaram apenas 2,93% de apoio institucional aos comerciantes de rua entrevistados.

Tabela 30 – Trabalhadores de rua, apoio para iniciar o negócio X renda, Feira de Santana, 2018

	RENDA PESSOAL MENSAL									Frequência Relativa dos negócios que tiveram apoio	% de trabalhadores com renda > 1SM	
	até 1/2 SM	de 1/2 a 1 SM	de 1 a 2 SM	de 2 a 3 SM	de 3 a 5 SM	de 5 a 10 SM	> 10 SM	NR	Total			
APOIO PARA INICIAR O NEGÓCIO	Postos públicos de atendimento ao trabalhador	0	1	1	0	0	0	0	0	2	0,29%	50%
	Agencias Públicas de apoio. Banco de fomento, Sebrae.	1	1	3	2	0	1	0	0	8	1,17%	75%
	Sindicatos/Associações/cooperativas	1	3	4	0	0	0	0	2	10	1,47%	50%
	Amigos/parentes/conhecidos	23	73	63	24	7	1	0	23	214	31,38%	49,74%
	NAO TEVE APOIO	75	177	93	34	8	2	1	47	437	64,08%	35,38%
	NR	4	5	1	0	0	0	0	1	11	1,61%	10%
Total	104	260	165	60	15	4	1	73	682	100%	40,23%	

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Notas: Elaboração própria. SM = Salário Mínimo. NR = Não Responderam

Como era de se esperar, o apoio para iniciar os negócios é um alicerce ao empreendimento. Observar a Tabela 30, que o ambulante que não tem apoio (214), apenas 35,38% desses, tem renda acima de um salário mínimo, o cenário melhora muito quando se observa o percentual da renda de quem recebeu apoio de agências públicas ou do Sebrae (8), pois, mais que dobrou o percentual de quem tem renda melhor, saindo 35,38% para 75%. Para o sucesso dos negócios, como já frisado, o apoio financeiro é importante, mesmo quando ocorre em um caráter informal, como vindo de amigos, parentes e/ou conhecidos, em relação a ter esse tipo de apoio, foi contabilizado 214 comerciantes, e desses, 49,74% tem renda acima de um salário mínimo, um avanço absoluto de 14,36%, em relação a quem não teve apoio.

Essas informações têm simetria com os dados publicados pelo DIEESE, na cidade de Porto Alegre, quando os entrevistados relataram que quando tiveram apoio do SEBRAE ou Prefeitura local, na ocasião, a renda deles melhoraram.

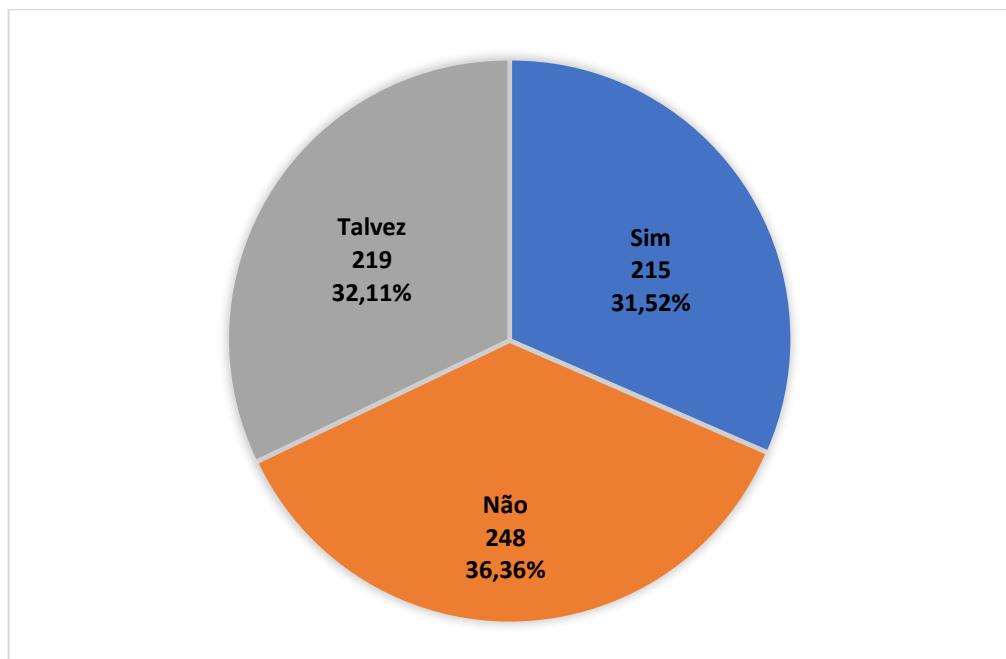
7.3.1 A formalização por alguns aspectos legais

Em relação ao processo de formalização do trabalhador de rua, existem duas possibilidades, uma na qual o indivíduo sairia desta atividade e buscaria uma ocupação com carteira assinada, a outra alternativa, seria alcançar a proteção social no exercício do trabalho de rua, possivelmente através da adesão a um regime jurídico tributário, nesse caso, o que enquadra o negócio de rua é o Microempreendedor Individual (MEI).

Analisando o Gráfico 12, se o trabalhador de rua deseja deixar o negócio de rua e ingressar como empregado com carteira de trabalho assinada, incorre em algumas variáveis, a vontade do trabalhador em fazer isso, e principalmente pela possibilidade de inclusão no sistema formal de empregabilidade.

A pesquisa de campo buscou desvendar essas variáveis, no que tange ao interesse do trabalhador em deixar o negócio de rua para ser empregado, o Gráfico 12, evidencia que dos 682 entrevistados, 248 (36%) disseram que não tem interesse em trabalhar com carteira assinada, 219 (32,11%) responderam que talvez, e 215 (31,52%) deram sim como resposta, que deixariam o comércio de rua para serem empregados com carteira assinada em uma ocupação formal.

Gráfico 12 – Trabalhadores de rua por interesse em trabalhar de carteira assinada, Feira de Santana, 2018



Fonte: Pesquisa de campo (2018).
Nota: Elaboração própria.

Buscando derivar ainda mais o que está por traz dos resultados do Gráfico 12, se observou as respostas dos ambulantes, em triangulação, com a renda e com o grau de instrução. E dessa forma, faz-se necessário informar os destaques, o maior contingente de entrevistados disseram que SIM, que desejam sair dos negócios de rua (68,3%), pois tem renda inferior a um salário mínimo. E em relação ao grau de instrução, o destaque foi para os indivíduos com ensino superior, o percentual de 50%, disseram que não tem a intenção de se desligarem dos negócios de rua, seguidos pelos analfabetos (42,85%), ensino médio completo (37,75%), ensino fundamental (37,14%).

Os resultados revelam a existência de certa obviedade a respeito das pessoas que tem menores renda, pois acredita-se que elas queiram outras oportunidades para aumentar sua renda, e de fato é isto. Mas, a surpresa está relacionada com o grau de instrução, pois quem mais poderia ter possibilidade de sucesso em ingressar no mercado formal são os trabalhadores com nível superior completo, e nesse caso são os que menos querem deixar a atividade de rua.

Dando continuidade ao processo de descoberta das nuances da procura por emprego formal, registra-se que apesar de 32% dos comerciantes de rua manifestarem a vontade de ingressar em um emprego de carteira assinada, a Tabela

31, demonstra um outro percentual de quem está procurando mudar a perspectiva do trabalho. Os trabalhadores de rua que efetivamente estão tentando sair da informalidade são correspondentes a 19,94%, a soma dos que procuraram emprego de carteira assinada no último mês (8,94%), mais os que buscaram emprego no último ano (11%). Então, o restante 80,06%, se refere aos que não estão na busca de emprego no mercado de trabalho formal, tal número é somatório dos percentuais de quem nunca procurou emprego mais os que procuraram a mais de um ano e quem desistiu de procurar trabalho com carteira assinada.

Tabela 31 – Trabalhadores de rua, segundo busca por emprego formal, Feira de Santana, 2018

Busca por emprego de carteira assinada	%
Nunca procurou emprego	22,43%
Procurou no ULTIMO mês	8,94%
No último ANO	11,00%
A mais de UM ano	32,70%
Desistiu de procurar	24,93%

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Nota: Elaboração própria.

Ingressar no mercado de trabalho formal não é a expressa vontade da maioria dos ambulantes entrevistados nesta pesquisa de campo. Portanto, é coerente neste momento, descrever os dados levantados referentes a um outro aspecto legal de inclusão na formalidade, o MEI.

No entanto, antes de apresentar os dados da pesquisa de campo que evidencia a aderência e a percepção dos trabalhadores sobre o MEI, julga-se prudente, uma tratativa legal de como ele funciona. É uma das faixas de opções do Simples Nacional⁵², política pública mais abrangente do Estado Brasileiro que objetiva a formalização da economia informal e o melhoramento do ambiente de negócios de micro e pequenos empresários na atualidade no país.

O MEI, trata-se da Lei Complementar 128/2008, que oferece um regime jurídico com tratamento tributário facilitado e diferenciado. Disponível à pessoa que trabalha

⁵² Lei Complementar 123/2006 é um avanço da Lei nº 9.317, de 05 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o regime tributário das microempresas e das empresas de pequeno porte, instituiu-se o Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de pequeno Porte - SIMPLES. Mas ao longo dos anos, ganhou um conjunto de ações legais, a lei do SIMPLES NACIONAL foi e é frequentemente alterada e reformulada, visando ser mais eficiente e abrangente na inclusão social do trabalho. (MDE,2018)

por conta própria e que deseja se legalizar como pequeno empresário. Nessa condição, quem aderir pagará uma alíquota tributária única e reduzida. Conforme a Tabela 32, que se refere as alíquotas vigentes, os negócios de rua que exercem comércio pagariam um valor de apenas R\$ 50,90/mês, comparado aos custos de uma empresa normal.

Tabela 32 – Contribuição do MEI, por setor de atividade, 2019

Atividade – tributos	INSS - R\$	ICMS/ISS - R\$	Total - R\$
Comércio e Indústria – ICMS	49,90	1,00	50,90
Serviços – ISS	49,90	5,00	54,90
Comércio e Serviços - ICMS e ISS	49,90	6,00	55,90

Fonte: Portal do Empreendedor (BRASIL, 2019).

Com a adesão ao MEI, o trabalhador passa a contribuir para a base de arrecadação da previdência social, e assim, a acessar um conjunto de direitos e benefícios no exercício de sua atividade econômica. O indivíduo passa ter seguridade social no trabalho. Os direitos são: Aposentadoria; auxílio-maternidade; direito a afastamento remunerado por problemas de saúde; aos dependentes, pensão por morte e auxílio reclusão. Os principais benefícios do MEI: Isenção dos tributos federais (Imposto de Renda, PIS, COFINS, IPI e CSLL); abrir conta jurídica em banco e ter acesso a crédito com juros mais baratos; e apoio técnico do Sebrae, programas de qualificação. (BRASIL, 2019).

Segundo o MDE (2011), o programa foi lançado em 1º de julho de 2009 com o objetivo de formalizar os trabalhadores que atuam por conta própria. O Empreendedor Individual contempla os profissionais com faturamento de, no máximo, R\$ 80 mil por ano (valor atualizado no início deste ano) e que possuem até um empregado contratado com salário mínimo ou piso da categoria. O interessado também não pode ter participação em outra empresa como sócio ou titular.

Em Feira de Santana, o MEI, em 2016, contava com 23.976 inscritos, representava 18,15% da população ocupada no trabalho formal do mesmo ano (132.099). Em junho de 2019, o número de inscritos no MEI aumentou (26.336), não se tem disponível os dados da população ocupada de Feira em 2019, mas de acordo com os elementos levantados sobre a crise, nos capítulos 4 e 5 desta tese, acredita-se que os números de ocupados formalmente, que em sua maioria é composta por

peças com carteira assinada, reduziram, assim sendo, o percentual do MEI, possa ser mais expressivo.

Após o necessário desenho dessas considerações, retoma-se as análises sobre os dados da pesquisa de campo, mais especificamente, sobre o conhecimento que os comerciantes de rua têm sobre o MEI. E nesse sentido, apesar de toda campanha publicitária ao longo de 11 anos de início do programa evidenciando os direitos e benefícios ofertados, que podem ser acessados de maneira fácil e rápida, 77% dos comerciantes de rua (525), público alvo da política, disseram não conhecer o MEI ao responderem o questionário desta pesquisa. E dos 23%, (157) que responderam “SIM”, que conheciam o programa, mas apenas 59 tinham aderido. Sendo mais preciso, do total de 682 comerciantes apenas, 8,47% fizeram a adesão ao MEI.

Com o processo de adesão à formalização, leva-se a supor que esses trabalhadores tenham melhores resultados nos negócios, e diante dessa hipótese, foi observado na Tabela 33, uma análise da renda pessoal em função da inscrição no MEI. O resultado foi justamente o esperado, que as pessoas, que aderiram a política, além de estarem socialmente protegidas, tem melhores rentabilidades nos negócios. A renda média de quem está inscrito é R\$ 1.709,51, é R\$ 586,41(52,2%) maior que os R\$ 1.123,01, que ganham em média os comerciantes de rua que não aderiram ao programa.

Tabela 33 – Trabalhadores de rua por renda e adesão ao Microempreendedor Individual (MEI), Feira de Santana, 2018

RENDA PESSOAL MENSAL	ADESÃO AO MEI		%	
	Sim	Não	Sim	Não
até 1/2 SM	1	103	1,69%	16,53%
de 1/2 a 1 SM	20	240	33,90%	38,52%
de 1 a 2 SM	17	148	28,81%	23,76%
de 2 a 3 SM	12	48	20,34%	7,70%
de 3 a 5 SM	2	13	3,39%	2,09%
de 5 a 10 SM	1	3	1,69%	0,48%
acima de 10 SM	1	0	1,69%	0,00%
NR	5	68	8,47%	10,91%
Total de comerciantes	59	623	100%	100%
Renda Média (R\$)		1.709,51	1.123,10	

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Nota: Elaboração própria.

Ainda permanecendo na tentativa de compreender a percepção que os trabalhadores do comércio de rua têm sobre o MEI, levantou ainda mais preocupação o fato de que um percentual bastante expressivo (53%), afirmarem não ter interesse no processo de formalização do negócio. Acredita-se haver nesta opção três fatores a serem atribuídos: o primeiro, uma questão educacional, os trabalhadores não conhecem o MEI, então não é de se esperar que não queiram algo que desconhece a existência; O segundo, questão de sobrevivência, 55,20% dos trabalhadores tem renda menor ou igual a 1 Salário Mínimo, e assim, retirar R\$ 50,90, regularmente todo o mês, não deve ser algo fácil; e o terceiro; uma questão de incompatibilidade, dos 682 comerciantes entrevistados, 125 trabalhadores (20% do total) recebem o Bolsa Família, mais 59 (5%) são beneficiários do INSS⁵³, e para aderirem ao MEI precisaria abrir mãos dos seus benefícios. Essas suposições são frutos da convivência etnográfica do pesquisador com os sujeitos da pesquisa.

7.3.2 As interações econômicas do comércio de rua em Feira de Santana

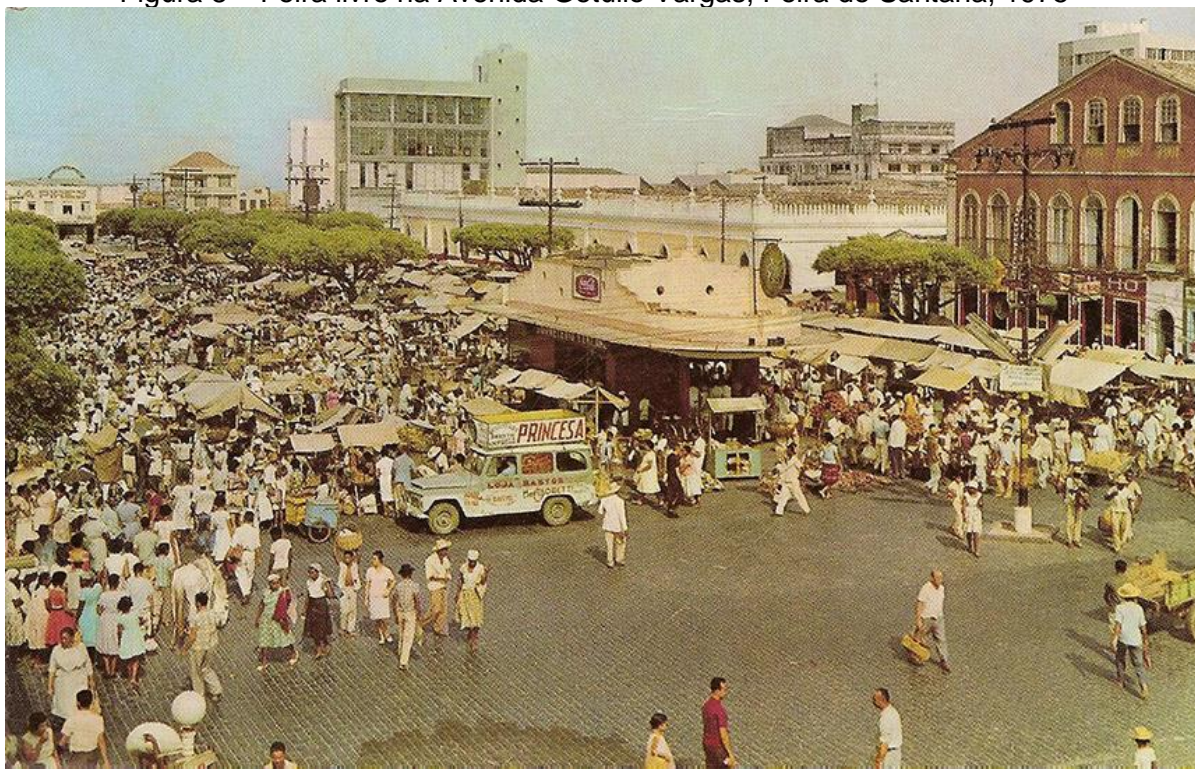
Neste capítulo, e em muito particular, esta seção, guarda relação estreita as hipóteses desta tese, principalmente, com a ideia de que na região central da cidade de Feira de Santana, área selecionada para esta pesquisa, ocorrem situações de inter-relação produtiva dos comerciantes informais com os empreendedores e trabalhadores formais. Essa relação de coexistência produtiva promove uma dinâmica favorável ao desenvolvimento econômico da cidade.

Mas é necessário destacar que há bastante conflito na coexistência dos ambulantes e dos empreendedores do comércio formal na divisão do espaço no centro da cidade, isso também é retratado por Pamplona (2002) em São Paulo e por Teles (2017) em Feira de Santana. A população feirense, como em São Paulo, e isso deve ocorrer em todas as cidades grandes, encara o trabalho dos ambulantes de duas formas: a) de forma positiva, aceitando o comércio de rua, argumentando que ele oferece preços mais baratos, fácil acesso às mercadorias; e também, b) de forma negativa, rejeita o comércio de rua, reclama da sujeira produzida na cidade, da dificuldade de circulação pelas áreas centrais.

⁵³ Os trabalhadores de rua, que são beneficiários do INSS, em sua supra maioria, recebem auxílios doença, pensão por invalidez ou o Benefício por Prestação Continuada (BPC), destinado a idoso em situação de miséria.

O comércio de rua e Feira de Santana tem uma relação histórica, dinâmica e conflituosa. A cidade está caminhando para sua terceira grande relocação de ambulantes. A primeira foi nos anos 1970, os lojistas fizeram bastante pressão e exigiram a retirada das barracas das áreas centrais, o poder público acatando a reivindicação, criou o primeiro projeto de relocação da feira livre. Os comerciantes de rua ficavam principalmente a partir da rua Conselheiro Franco perpassando pelo cruzamento da avenida Getúlio Vargas com a avenida Senhor dos Passos (Figura 8). Os comerciantes da Feira livre foram transferidos para o espaço que foi denominado Centro de Abastecimento de Feira de Santana (TELES, 2017).

Figura 8 – Feira livre na Avenida Getúlio Vargas, Feira de Santana, 1975



Fonte: <https://feirenses.com/feiras-feira-de-santana/> (2019).

Para compreender melhor esse contexto, Campos (2009, p. 3) reproduziu uma matéria do Jornal Feira Hoje, de 07 de novembro de 1976:

Na gestão do prefeito José Falcão da Silva 1972-1976, mais do que a idéia, nasce o projeto de “relocação” da feira para outra área onde seria construído o Centro de Abastecimento, fonte de críticas do poder público, que queria liberar e modernizar o centro da cidade, e de parte da população que assistia os transtornos que a feira trazia (barracas, sujeira, fechamento de ruas, etc) a feira passa ser demonizada por alguns setores políticos sociais e da imprensa local.

[...]

O Projeto “Cabana” que deu origem ao Centro de Abastecimento de Feira de Santana teve a sua primeira parte concluída em 07 de novembro de 1976 em meio à campanha política para sucessão à cadeira de prefeito, no mesmo ano começariam a remoção dos feirantes para o novo local.

Foram 1800 comerciantes relocados do centro da cidade para o Centro de Abastecimento⁵⁴ (Figura 9), o projeto “Memória da feira Livre da Feira de Santana”, coordenado pelo professor Vicente Deocleciano Moreira, relata que em 10 de janeiro de 1977 foi o último dia da feira livre, que foi “extinta” (sic) pelo decreto do Poder Municipal. (FEIRENSES, 2018).

Figura 9 – Centro de Abastecimento de Feira de Santana, 2016



Fonte: Jornal Grande Bahia (2016).

Com o Decreto Municipal de 1977, segundo o diagnóstico do jornalista Helder Alencar: “mataram a feira”. Mas outro jornalista, Jânio Rêgo, não acreditou neste veredito e escreveu “a feira resiste”, “a Feira livre nunca saiu de verdade”. Não conseguiram matá-la. (FEIRENSES, 2018).

E assim, nestes versos poéticos, “a feira resiste”, entre brigas com os comerciantes formais, apreensões do poder público, os comerciantes de rua, voltaram a ocupar o calçadão da Sales Barbosa e a rua Marechal Deodoro, tanto que na década de 90, a prefeitura se viu obrigada a promover a segunda relocação, em 1995⁵⁵. Em pesquisas documentais nos veículos de comunicação da cidade, destaca-se o relato

⁵⁴ Em 2018, com cerca de 5000 comerciantes, é o maior do Norte e Nordeste. 112 mil M²

⁵⁵ Os ambulantes, principalmente do calçadão da Sales Barbosa, foram remanejados para área do então Feiraguai, cerca de 500 comerciantes foram transferidos em duas etapas.

do senhor Roque Junior, comerciante a 23 anos, dado ao site do Jornal Acorda Cidade (2010, p. 1):

Lembro como se fosse hoje. Na época o pessoal do comércio de Feira de Santana pressionava muito o prefeito para nos tirar da Sales Barbosa sob a alegação de que nós dávamos muitos prejuízos para os comerciantes do calçadão e adjacências. Foi no ano de 1995 quando mudamos para a Praça Presidente Médici. A realocação não foi integral até porque muitos não vieram no início. Eram menos de 200 quando vieram na primeira mudança e depois com o processo logo em menos de alguns meses chegaram quase 300.

O sentido poético da frase “a feira resiste”, prevaleceu, os feirantes reocuparam o centro da cidade. Novamente com grandes conflitos com os comerciantes locais e o poder público, pouco a pouco, nestes 24 anos, a área central de Feira de Santana, foi mais uma vez, completamente tomada por trabalhadores de rua, e numa proporção geográfica como nunca ocorreu antes. Mesmo com o Centro de Abastecimento e Feiragui estando em pleno funcionamento.

O fato é que a história vai se repetir pela 3ª vez, 24 anos depois. A Prefeitura de Feira de Santana em uma parceria pública privada (PPP), está em fase avançada da construção de um Shopping Popular (Figura 10) para abrigar os ambulantes do centro da cidade. O empreendimento com 30 mil M², terá 1800 box padronizados e 600 lojas, localizado na área do Centro de Abastecimento, a conclusão está prevista para setembro de 2019.

Figura 10 – Projeto do Shopping Popular de Feira de Santana, 2019



Fonte: PMFS (2019).

Portanto, esta será a terceira relocação de comerciantes de rua em 42 anos. Mas, não se acredita que enfim, “a feira vá morrer”. Alguns dados fortalecem essa suposição, são 1.800 boxes, no complexo comercial com previsão de entrega até o fim de 2019. No entanto, esta pesquisa contabilizou, 2.975 comerciantes na área central e a informação da AVAMFS (2019), e de que há mais de 4.000 negócios de rua no centro.

Outro aspecto a ser destacado, o projeto da prefeitura incorpora os comerciantes de rua com perfis mais desenvolvidos e que, segundo o Presidente da Associação de Ambulantes, cada um vai arcar mensalmente com cerca de R\$ 700 de taxas e condomínio, e além disso, serão conduzidos a constituírem personalidade jurídica, microempresa ou MEI, AVAMFS (2019). Na verdade, vão de fato se instalar no novo espaço proprietários de negócios que já tenham certa escolaridade e estrutura de comércio. Mas, essa não é a realidade de mais de 60% dos ambulantes encontrados no centro. Esses, de uma maneira ou de outra, vão resistir em ficar nas ruas. Não é dessa vez que “a feira vai morrer”, talvez nunca morra!

A dinâmica do comércio informal integra o DNA de Feira de Santana, as ações de relocação (1976, 1994 e 2019), tentam retirar as características do comércio de rua do centro, mas num processo de mutação, até agora, ela tem se renovado.

O contexto das relocações que houve na área central de Feira de Santana, e as inter-relações do trabalhador de rua com o poder público e com os comerciantes formais, levam a refletir sobre o poder de comercialização e geração de renda dos ambulantes. As ruas de Feira de Santana ocupam milhares de pessoas, além da área central, há grandes feiras livres, nos bairros da Estação Nova (com 1.691 feirantes), Cidade Nova (952 feirantes), Tomba (445 feirantes) e Sobradinho (250 feirantes), que funcionam diariamente, durante a semana em menor número de ambulantes, mas com grandes movimentos aos sábados e domingos.

O Sindicato dos Camelôs e Comerciantes de Feira de Santana (SINDICAME), informa que há cerca de 13 mil pessoas envolvidas nas atividades de feirantes, camelôs e vendedores ambulantes, a Secretaria de Turismo e Desenvolvimento aponta a existência, menor, de 9.850 pessoas (SANTOS, 2016). Mas, independente dos desencontros dos números, é muita gente, e isso não pode ser desprezado, pois essas pessoas produzem e contribuem para a riqueza da cidade.

Contudo, pensando nesta linha de raciocínio esta pesquisa observou alguns hábitos econômicos dos 682 comerciantes da amostra, e isso, leva a confirmar mais

ainda a suposição de que há uma contribuição importante para economia da cidade. Algo similar, também é reportado por Pamplona (2004), há relevantes interações entre o comércio de rua e outros segmentos da economia, os ambulantes fazem suas compras em atacadistas e produtores formalmente estabelecidos na própria região.

Por essa via, o que costumeiramente mais é observado, não é a contribuição econômica dos trabalhadores de rua, é o outro lado. A presença descontrolada de ambulantes estimula a fuga de camadas de mais alta renda do centro, deixa lixo nas ruas, facilita a ação de marginais, dificulta a ação da polícia e de bombeiros em casos urgentes.

Não se está duvidando que existe um certo caos gerado pela ocupação irregular do espaço urbano, talvez isso seja um trade off da contribuição que os comerciantes de rua dão para a cidade. Cabe ao poder público e a sociedade, procurarem uma maneira de minimizar os danos. Esta cidade foi construída e edificada entorno de uma grande feira livre, de trabalhadores de rua, de tamanha grandeza e importância, que até seu nome leva o nome de Feira.

Outra informação que ajudou a compreender a dinâmica econômica da cidade, a de Neto (2019), de que a cidade tem a “cultura da feira” que sua matriz econômica nasceu e até hoje se desenvolve em torno da comercialização de mercadorias, seja nas diversas feiras livres, na feira de veículos usados, de ferro velho, de eletrônicos e etc., tudo começou com a feira de gado. Ressalta que, essa cultura não tem como morrer, está impregnada na vida da cidade.

Mas, além do próprio nascimento da cidade em torno da nacionalmente⁵⁶ famosa feira de gado do século XIX, pode-se citar outras importantes contribuições dos trabalhadores de rua para o desenvolvimento econômico de Feira. Eles foram os agentes provocadores do investimento em grandes empreendimentos na cidade: a) O maior centro de comércio de alimentos do Norte-Nordeste, o Centro de Abastecimento⁵⁷, foi criado para atender a demanda de 1.800 comércios de rua, no ano de 1976, atualmente, distribui alimentos para diversas cidades do Brasil, além de ocupar mais de 7.000 pessoas; b) o maior centro de comércio de eletrônicos e produtos importados da Bahia, o Feiraguai, com 630 boxes, e cerca de 1.800 pessoas

⁵⁶ A feira de gado do Povoado de Villa da Feira chegou a dimensões tão grandes, que despertou a curiosidade de D. Pedro II, que chegou a visitá-la em 6 de outubro de 1858.

⁵⁷ equipamento importante dentro da estrutura econômica comercial da cidade, é o Centro de Abastecimento de Feira de Santana (CAF), autarquia ligada à Prefeitura Municipal, concentra comerciantes de carnes, cereais, artesanatos e hortifrutigranjeiros, varejistas e atacadistas, exercendo papel importante na cotação e regulação de preços e no abastecimento da macrorregião, gerando mais de 7 mil empregos diretos e indiretos (CDFE, 2019).

ocupadas na área; e por fim; em fase final de construção, como os anteriores, também para atender os comerciantes de ruas das áreas centrais, Shopping Popular⁵⁸, será segundo maior do Brasil, a prefeitura estima ocupar 7.000 pessoas diretamente.

Nesses três empreendimentos, para o final de 2019, tem expectativa de ter mais de 17 mil pessoas ocupadas. Eles foram projetados para atender a cultura da cidade de se fazer feira, suas construções emergiram das resistentes ocupações dos comerciantes de rua nas áreas centrais da cidade.

Retomando o enunciado do início desta seção, as inter-relações do comércio formal e do poder público com os comerciantes de rua é conflituosa. Mas, de uma maneira geral, sem deixar de admitir que a ocupação do centro provoca um caos urbano e diversos problemas setoriais, os movimentos de ocupação, realocação e reocupação dos comerciantes de rua nas áreas centrais de Feira de Santana, desenvolve a economia da cidade e está contido um processo de transição da informalidade para criação de negócios formais e fomento da característica econômica comercial da cidade.

Neste subcapítulo, foi apresentado diversas evidências das interações econômicas do comércio de rua com a dinâmica econômica da cidade, e nesse sentido, acredita que não seria exagero dizer, que milhares de empregos formais são gerados em diversos empreendimentos no centro da cidade no sentido de atender as demandas provocadas pelas atividades informais de rua em Feira de Santana.

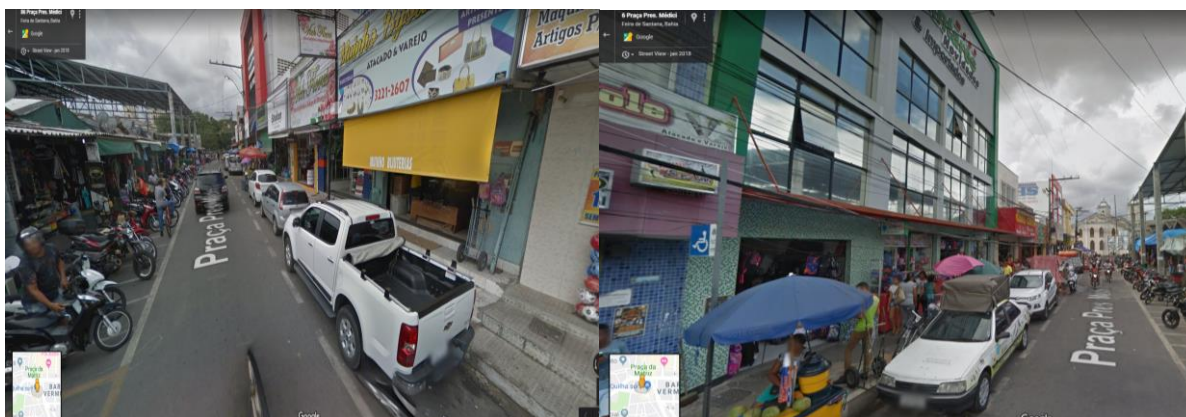
Com intuito de evidenciar ainda mais isso, as Figuras 11 e 12 apresentam a atividade econômica formal ao redor do Centro de Abastecimento, do Feiragui e no Bairro Centro, diversas lojas atacadistas e galerias de lojas populares construídas pela cidade, para fornecerem produtos, servirem de depósitos e abrigarem os comerciantes de rua.

Na área onde está localizado o Feiragui antes era uma praça, a Presidente Médici, servia como ponto de ônibus e tinha grande movimentação, possuía diversas oficinas de veículos, e a noite era ponto de prostituição, inclusive infantil. Com a implantação do Feiragui, tornou-se um dos locais mais valorizados da cidade, e a

⁵⁸ O Shopping Popular do município que tem o objetivo de promover o reordenamento do centro comercial da cidade, retirando os camelôs de áreas como o calçadão da Rua Sales Barbosa, Av. Senhor dos Passos e Rua Marechal Deodoro. Será construído através de Parceria Público Privada (PPP), entre a Prefeitura Municipal de Feira de Santana e a iniciativa privada, com investimento de 30 milhões de reais. A edificação de três pavimentos é capaz de acolher 1.800 pontos comerciais; áreas de convivência, praça de alimentação, bancos e diversas lojas de prestação de serviços. O Shopping Popular deverá ser construído em um terreno de 30 mil metros quadrados na região do Centro de Abastecimento (CDLFS, 2019).

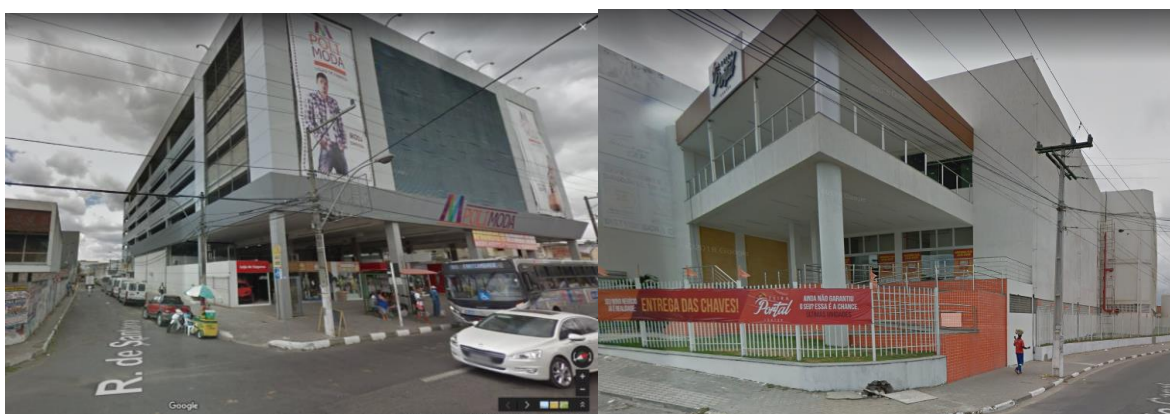
reboque dos feirantes relocados das áreas centrais, se instalaram galerias, centros distribuidores, lojas de ferramentas, farmácias e etc, estabelecimentos que se instalaram aqui mediante as demandas provocadas pela atividade informal.

Figura 11 – Lojas Comerciais formais ao redor do Feiraguai, 2019



Fonte: Imagens do Google Maps (2019).

Figura 12 – Shopping Popular PoliModa e Feira Portal Center Shopping, 2019⁵⁹



Fonte: Imagens do Google Maps (2019).

7.3.3 A riqueza das ruas

Nas visitas realizadas nas áreas de estudo desta tese, verificou a existência de diversos comércios formais que se originaram dos negócios de rua. O próprio questionário aplicado, identificou 59 negócios que já se formalizaram, fizeram adesão ao MEI. Outros casos foram os de comerciantes que compraram boxes no centro de Abastecimento, no Feiraguai e até montaram grandes lojas. Em consulta a AVAMFS

⁵⁹ O shopping Feira Portal Center fica situado na Av de Canal (centro de abastecimento), com 3 pavimentos, praça de alimentação; ambiente climatizado; estacionamento privativo, composto por 553 lojas (CDLFS, 2019).

(2019), foi obtido a informação de que ex-ambulantes constituíram diversas lojas formais ao redor do Feiraguai, a exemplo das duas maiores lojas atacadistas, Centro das Ferramentas que se instalou em frente a lateral do Feiraguai, e a Oceanic Distribuidora.

Quantificar o processo de desenvolvimento socioeconômico impulsionado pelos trabalhadores de rua em Feira de Santana não é algo simples, devido à complexidade da natureza da atividade. Enquanto os trabalhadores formais têm dados oficiais que possam ser consultados, via CAGED e RAIS, e as empresas formais, tem o fisco estadual e federal que conseguem mensurar os investimentos, na informalidade não há registros, a imprecisão, volatilidade e a heterogeneidade não permitem isso.

Devido a tal ausência de registros oficiais, resta a observar a pesquisa empírica. Os indicativos apresentados na seção 7.3.2 e a contribuição teórica sobre o comércio de rua em cidades com forte atividade comercial, já apresentadas, de Teles (2017), Santos (2016), Pamplona (2002) e DIEESE (2012), formam um tripé, (Dados da pesquisa de campo, fatos históricos da cidade e a base teórica) que levam a crer que é possível confirmar a hipótese desta tese, que em algumas circunstâncias, a atividade formal se desenvolve em torno da evolução da atividade informal e contribui para o desenvolvimento econômico da cidade da cidade de Feira de Santana.

No intuito de fortalecer ainda mais a hipótese, se faz uma importante observação, a que o comércio de rua tem grande capacidade de multiplicação e renovação na cidade de Feira de Santana, tanto que, em 2014, a prefeitura cadastrou 1.800 trabalhadores de rua, e em outubro de 2018, esta pesquisa contou 2.975 comerciantes na área central da cidade.

É prudente, neste momento, voltar à população entrevistada por esta pesquisa e verificar alguns dados que apresente a riqueza das ruas. Os dados dão conta dos 682 comerciantes pesquisados, e os valores que forem apresentados aqui é apenas uma parte de um todo bem mais expressivo.

A começar pela verificação de outros ganhos efetuados pelos comerciantes de rua, encontrou-se 34 trabalhadores que recebem benefício do INSS, 123 recebem bolsa família e 525 proveem apenas a renda do comércio de rua. Ainda decompondo a economia dos comerciantes de rua, um número muito importante é em relação ao sustento da família, 620 comerciantes de rua (90%), contribuem efetivamente para o sustento de suas famílias e dos 378 ambulantes tem filhos em idade escolar, 325

mantém os filhos em escolas públicas e 43 mantém os filhos em escolas particulares. Porém, chama-se atenção que a composição da renda de uma parte dos trabalhadores de rua é complementada por benefícios do INSS (5% dos trabalhadores), pelo Bolsa Família (20%) e também por uma segunda ocupação, com 15,4% dos trabalhadores.

A pesquisa identificou que 40,4% dos trabalhadores de rua recebem uma outra renda, talvez isto seja um dos fatos que justifique que, uma parte deles, como visto antes, não queiram se formalizar, para não dar incompatibilidade com os benefícios, com o bolsa família e na segunda ocupação.

Em relação ao conforto dos lares, a Tabela 34 apresenta os bens que constam nos seus domicílios, a declaração destes bens, levam a suspeitar que houve certa declaração a menor, nas informações da renda familiar e pessoal. Dito isto, por que, segunda as informações derivadas da referida tabela, que em 59% das residências, tem carro, e em 44% tem motos. Quando estes dois bens tem as informações cruzadas, em pelos 75% dos domicílios de comerciantes de rua, tem pelo menos um carro ou uma moto.

Tabela 34 – Bens constantes nos domicílios dos comerciantes de rua, Feira de Santana, 2018

	Nenhum	Um	Dois	Três	> Três	Presença de ao menos 1 por domicílio
Aparelho de som	32,4%	64,5%	2,4%	0,6%	0,0%	67,6%
TVs	1,5%	73,3%	22,0%	2,6%	0,6%	98,5%
Geladeiras	0,8%	96,5%	2,6%	0,2%	0,0%	99,2%
Maquinas de Lava	44,5%	54,4%	0,7%	0,3%	0,0%	55,5%
Computadores	53,0%	41,2%	4,6%	0,9%	0,4%	47,0%
Telefone Fixo	81,8%	16,3%	1,1%	0,8%	0,0%	18,2%
Celulares/Tablets	5,0%	36,9%	34,1%	14,9%	9,1%	95,0%
TVs por assinatura	66,7%	30,5%	1,9%	0,7%	0,2%	33,3%
Carros	59,0%	37,1%	3,5%	0,4%	0,0%	41,0%
Motos	56,3%	39,1%	4,0%	0,4%	0,2%	43,7%
Microondas	46,1%	52,0%	1,6%	0,4%	0,0%	53,9%

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Nota: Elaboração própria.

A Tabela 34, efetivamente dimensiona a riqueza que vem das ruas para os domicílios dos comerciantes, já foi dito antes que 70,43% deles tem casa própria, e mais de 99% destas tem geladeiras e TVs, 95% tem celulares, e aparelhos de som,

máquinas de lavar e microondas, são encontrados, respectivamente em, 67,6%, 55,5% e 53,9% dos lares dos trabalhadores de rua. Ao se observar os números, são residências, na maioria, bem equipadas, constando também computadores em 47% das unidades e TVs por assinatura em 33,3%, este último, um claro produto de lazer. E, assim, já foi informado que 65% tem acesso à internet.

As informações extraídas da Tabela 35, guardam sintonia com as afirmações de Pamplona (2002) ao estudar a mesma realidade em São Paulo, que “o comércio de rua desempenha uma importante função “absorvedora de choques” (*shock absorber*) no mercado de trabalho. Na maioria das vezes, jovens com baixa escolaridade e sem experiência profissional encontram no comércio de rua, uma forma de inserção no mercado de trabalho.

A última questão a ser tratada no levantamento empírico, foi a respeito da verificação se há casos de comerciantes de rua que possuem uma segunda ocupação. Neste sentido, a Tabela 35 apresenta que 84,6% dos entrevistados não têm uma segunda ocupação, isso denota a importância deste trabalho, visto que dependem exclusivamente da atividade de ambulante para proverem a renda para a manutenção de suas vidas. Por outro lado, dos 15,4% de trabalhadores que possuem um segundo trabalho, 7,48% trabalham na agricultura, nas zonas rurais onde moram, cultivam o campo e trazem o resultado de sua produção, frutas e verduras principalmente, para comercializarem nas ruas de Feira de Santana.

Tabela 35 – Trabalhadores de rua por segunda ocupação, Feira de Santana, 2018

SEGUNDA OCUPAÇÃO	%
NÃO TEM SEGUNDA OCUPAÇÃO	84,60%
Indústria	0,59%
Construção Civil	1,76%
Comércio	4,11%
Agricultura	7,48%
Serviços	1,17%
Serviço Público	0,29%

Fonte: Pesquisa de campo (2018).

Nota: Elaboração própria.

Para encerrar a empreitada deste capítulo, é de fundamental importância admitir e apontar todos pontos de precariedade, deterioração das relações de trabalho e caos urbano provocado pelo comércio de rua. Mas, não são só esses aspectos que

constituem a dinâmica do trabalho de rua na maior metrópole regional nordestina. Pois, os dados, as entrevistas, e os fatos históricos levam a fortalecer ainda mais a ideia de que há forte contribuição econômica e social para Feira de Santana, a cidade com o aspecto cultural de “se fazer feira”.

Foi notório que a informalidade exerce papéis ambíguos e com visões distintas. Precariedade urbana e ambiental e única alternativa de trabalho a parcela numerosa de desocupados. As ruas funcionam como um mecanismo de oportunidades, absorve a mão de obra sem escolarização e expurgada dos processos formais de trabalho. Dessa maneira, contribui para a contenção dos impactos de crises econômicas, na medida em que mantém renda para uma camada mais fragilizada da população feirense. Mas o conflito se estabelece em alguns pontos: a) na infelicidade de produzir aspectos negativos nos centros urbanos, quanto à infraestrutura e mobilidade; b) por não haver um projeto público estatal e coletivo do aproveitamento das características de comércio de rua em Feira; c) tal desorganização e falta de planejamento prejudica o surgimento de novos empreendimentos formais.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese explicou, em função da expansão das atividades informais, a natureza e a dinâmica do trabalho exercido pelos comerciantes de rua no centro comercial da cidade de Feira de Santana. O ponto de partida foi uma construção teórica que discutiu as concepções usuais a respeito do trabalho, desenvolvimento e informalidade, para então examinar os indicadores do mercado de trabalho a nível federal, estadual e municipal. Diante desses estudos, foi possível expor e analisar os dados empíricos produzidos pela pesquisa de campo.

Na discussão sobre a informalidade, observou que as convicções teóricas tradicionais têm relativa razão, tanto em considerar que o trabalho informal é um obstáculo ao desenvolvimento de negócios formais, como em afirmar que ele dificulta as ações de planejamento urbano e ambiental nos centros urbanos. Mas, essa percepção comumente aceita acerca do trabalho informal não pode ser universalizada, visto que, os resultados obtidos nesta pesquisa confirmaram que, em Feira de Santana, há situações em que o comércio formal e a dinâmica urbana se moldam positivamente em torno das atividades informais.

De acordo com os aspectos do trabalho desenvolvido nesta pesquisa, cabe dizer que foi testada a **hipótese** de que a opção pela informalidade, para diversos comerciantes de rua, não se dá, exclusivamente, pela falta de oportunidade de emprego com carteira assinada, e sim por escolha própria, pois consideram positivas as suas experiências com o modo como trabalham e não pretendem migrar para o mercado de trabalho formal.

Em decorrência do progresso desta investigação, verificou-se que tal hipótese foi comprovada, pois os dados obtidos através da pesquisa empírica atestam a relevância do trabalho informal. Uma vez que apenas 31,52% dos entrevistados disseram que tem interesse em deixar o trabalho de rua para trabalharem de carteira assinada, 32% dos trabalhadores iniciaram o negócio por vontade própria e não por desemprego ou falta de qualificação, e por fim, mais de 80% dos comerciantes de rua não estão à procura de emprego formal.

Para subsidiar a hipótese principal, foram definidas algumas questões secundárias e/ou norteadoras, no sentido de que a opção pela informalidade também ocorre por diversas circunstâncias e motivações pessoais. A análise dos dados indicaram que as respostas provisórias podem ser consideradas verdadeiras,

porquanto a opção pelo comércio de rua por uma parte dos trabalhadores, se deu por: a) dar continuidade a empreendimentos familiares; b) terem liberdade para definição dos horários de trabalho; e isso leva a, c) flexibilidade de tempo para se dedicarem aos cuidados domésticos e familiares; d) desprendimento de obrigações com modelos fiscais e contábeis; e e) por terem baixa escolaridade e alcançarem no comércio de rua um rendimento financeiro superior ao que é ofertado no mercado formal.

Um achado interessante desta pesquisa, no tocante a opção dos ambulantes, em não optarem por um desligamento com a informalidade, é o fato de que 20% dos trabalhadores recebem o Bolsa Família e outros 5% algum tipo de benefício do INSS⁶⁰. Esses estão trabalhando nas ruas para complementarem as suas rendas e, se caso, venham a constituir um CNPJ ou se empregarem com carteira assinada perdem o direito aos seus respectivos benefícios.

Com fins interpretativos, a partir das respostas colhidas nesta tese, fez-se necessária uma discussão teórica, no capítulo 2, sobre as relações entre as categorias de trabalho e desenvolvimento. E com base nas discussões, foi possível notar que a geração de postos de trabalho é um conflito sistêmico e contínuo, como fora apontado por Marx (1986), a incorporação do progresso técnico no processo produtivo é muito mais acelerada no capital fixo (máquinas e equipamentos) do que nos trabalhadores (qualificação e aperfeiçoamento de mão de obra). O desequilíbrio entre capital e trabalho contribui para a produção de um mercado fragmentado e com condições precárias de vida e de atividades laborais, gerando a exclusão econômica, social e as desigualdades regionais.

No capítulo 3, analisou-se a informalidade do trabalho no comércio de rua, questionou a ideia de transitoriedade e temporalidade que os economistas atribuíram à atividade informal. Segundo os estudiosos tradicionais, a economia informal é um mecanismo primitivo e temporário, que virá a desaparecer com o desenvolvimento econômico do país, com a regularização do trabalho informal. Para tanto, o Brasil precisa promover as reformas básicas da sociedade capitalista: a tributária, previdenciária e, principalmente, a política.

Como ponto de destaque sobre a questão da transitoriedade da informalidade, enfatizou-se os posicionamentos de Cacciamali (2002), Lautier (2007), Tavares (2002)

⁶⁰ Pessoas que recebem benefícios pagos pelo INSS (Auxílio Reclusão, Benefício de Prestação Continuada (BPC) e Auxílio Doença) e o Bolsa Família e caso optem pela formalização perdem o direito de recebê-los.

e Theodoro (2002), os quais transparecem que a informalidade no Brasil é intrínseca a sua estrutura produtiva e que não tende a findar. Supõe-se que essa situação de trabalho funciona como uma mola, que contrai e expande a depender do ponto de desenvolvimento que se encontra a economia nacional. Ou seja, na medida em que o Brasil estiver em um período de crescimento econômico acelerado, como dos anos 2002 a 2014, acredita-se que tal evolução poderia ter sido maior se não fosse por conta da informalidade. Pois, a inexistência de integração com o sistema tributário fiscal e a escassez de mão de obra qualificada, são vieses para o desenvolvimento do setor formal em expansão.

Todavia, quando as crises políticas e econômicas, sejam elas mundiais ou locais, conjunturais e/ou estruturais, acometem a sociedade brasileira, a informalidade que antes funcionou como um viés ao crescimento passa, a partir de então, a ser uma alternativa de sobrevivência para muitos trabalhadores. Além de que, absorve parte dos impactos negativos do desemprego e ajuda a manter certos níveis de consumo ao sistema formal. Acredita-se que a informalidade irá sempre se manifestar, em níveis mais ou menos acentuados, e isso dependerá do nível da crise e organização do Estado Brasileiro.

No Capítulo 4, foi apresentado um breve panorama e os condicionantes do mercado de trabalho no Brasil. O funcionamento desses condicionantes, no período de 2002 a 2015, impulsionaram positivamente o mercado de trabalho, tanto que o Brasil em junho de 2015, chegou a sua menor taxa histórica de desemprego (6%) e ao menor grau de informalidade (30%). Uma sequência de 13 anos de ganho real no reajuste do salário mínimo sobre a inflação. Não obstante, a fragilidade de não ter-se executado as reformas estruturais da economia, trouxeram ao Brasil, mais uma vez, à quadros de forte desemprego e precarização das relações trabalhistas.

A partir de 2016, a gestão pública federal no Brasil iniciou a implantação de políticas de desregulamentação das relações de trabalho⁶¹. A posição do Estado era propiciar a flexibilização das relações de trabalho, no argumento de que, isso iria facilitar o processo de contratação de mais trabalhadores. Contudo, o receio é que essa posição apenas torne mais flexível o uso indiscriminado de terceirizações e avanços de cooperativas ilícitas e que promova mais precarizações das relações de trabalho. Tais situações de contrato mascaram o vínculo empregatício, são

⁶¹ As ações do governo Temer culminaram na aprovação da Lei Nº 13.467/2017 que altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

subterfúgios utilizados para burlar a aplicação da legislação trabalhista, promovendo a redução de direitos, garantias e, assim, deteriora as condições de trabalho.

A riqueza e o emprego são gerados através do trabalho, e esta tese, desconfia de medidas de desregulamentação como indutora do crescimento econômico. Para isso acontecer, vai depender da adoção de um conjunto de políticas econômicas internas, de um movimento econômico global positivo e de boas relações comerciais com o mercado internacional.

Após a apresentação dos panoramas da economia brasileira, direcionou-se o olhar para o desenvolvimento local, afim de compreender o lugar de Feira de Santana na trama econômica do Estado. Dessa forma, o Capítulo 5, teve a finalidade de investigar o desenvolvimento do mercado de trabalho em Feira de Santana, nomeada a princesa do sertão por causa da sua importância econômica e cultural, a segunda maior cidade baiana e, também, a maior do interior do Nordeste, carrega historicamente características do comércio no próprio nome e deve o seu surgimento e emancipação ao mercado informal, pois a grande feira livre acontecia nas imediações da Avenida Getúlio Vargas.

O Capítulo 6 trouxe os aspectos metodológicos da pesquisa, e o Capítulo 7, guiado pelo objetivo geral de explicar a dinâmica das atividades econômicas desenvolvidas pelos trabalhadores de rua nas vias públicas da cidade de Feira de Santana, teve a perspectiva de cumprir os três objetivos específicos de natureza empírica que foram propostos.

O primeiro objetivo tratado no Capítulo 7, foi a análise do perfil socioeconômico dos trabalhadores informais da cidade de Feira de Santana. E para tanto, houve um levantamento sobre as questões sociais, culturais, educacionais e econômicas daqueles que produzem no comércio de rua. E o resultado foi que tais trabalhadores compõem uma população bastante heterogênea, entre eles há muita miséria e riqueza, origens e culturas diferentes e ainda pessoas que vieram de lugares longínquos para trabalharem nas vias centrais da princesa do sertão.

Quanto a situação de moradia, uma grata surpresa, 70% tem casas próprias. Em relação a locomoção de suas residências para o local de trabalho, há assimetrias, trabalhadores que pouco locomovem para ir ao trabalho, moram muito perto e outros que moram a 36 Km. Em relação a gênero e sexo, como reflexo da própria sociedade brasileira, é um mercado discriminador, homens brancos ganham mais do que negros e mulheres. Traçando um perfil geral, os trabalhadores de rua têm uma renda média

de R\$1.176, baixa escolaridade, 62,8% dos trabalhadores não chegaram a concluir o ensino médio, 9% são analfabetos.

O segundo objetivo consistiu em explicar a vivência dos trabalhadores do comércio de rua em Feira de Santana, buscou descobrir quantos são, como trabalham, com quem, em qual espaço, o que vendem, e enfim, desvelar as suas relações com as atividades econômicas. E nesta empreitada descreveu-se como os comerciantes de rua estão organizados em relação ao trabalho, como estão distribuídos geograficamente e como se estabelece as suas experiências com o mercado de trabalho. A maioria desses comerciantes (56%) trabalham sozinhos, e os que têm auxiliares (44%), prioritariamente são familiares. Ocupam as ruas todos os dias da semana, ainda de madrugada, metaforicamente, espalhados como uma grama em um jardim de terra fértil, tomam conta de todo centro da cidade e vendem de tudo, predominantemente verduras, frutas, roupas, lanches e utensílios.

O terceiro objetivo teve como missão analisar as relações econômicas entre o mercado informal e o desenvolvimento dos comércios formais nas áreas de maior concentração de comércio de rua na cidade de Feira de Santana. E nesse sentido, para compreender a dinâmica do trabalho de rua, buscou desmiuçar como se estabelece as relações econômicas e, percebeu que à sobrevivência desses trabalhadores depende da atividade informal, não há opção, são 13 mil trabalhadores no geral, 4.000 só no centro, que necessitam trabalhar nas ruas, caso contrário, podem viver em miséria absoluta.

Diante dessas considerações, não é possível negar que o comércio de rua produz ocupações que ajudam a economia feirense. São negócios de ocupação irregulares, refém da baixa organização e produtividade tecnológica e, por causa dessas particularidades, consta-se, também, a produção de um caos urbano e ambiental que precisam serem enfrentados pela gestão municipal.

Os achados desta pesquisa constituíram-se na compreensão de que ocorrem situações de inter-relação produtiva dos comerciantes informais com os empreendedores e trabalhadores formais, uma relação bastante conflituosa, mas que o saldo é positivo, visto que a informalidade do trabalho das ruas é um indutor de diversos empreendimentos formais. O centro de abastecimento, o Feiraguai, as galerias, os shoppings populares construídos e os que estão em construção, são exemplos de empreendimentos que surgiram das demandas geradas em torno da ocupação das ruas de Feira de Santana, são 11 mil pessoas ocupadas em junho de

2019, com expectativa de chegar a 17 mil pessoas ocupadas em dezembro deste ano, após a completa entrega do Shopping Popular.

Os argumentos apresentados demonstram que no caso específico de Feira de Santana, ao longo de sua história econômica, foi continuamente forjado uma dinâmica que contraria, em alguma medida, aquilo que está expresso na literatura tradicional. Os teóricos tradicionais dizem que a economia informal anda a reboque da economia formal, ou seja, normalmente os ambulantes se posicionam nas vias de acesso e nas entradas de grandes empreendimentos. A exemplo, o comércio informal de rua da maior aglomeração urbana da Bahia, Salvador, se estabeleceu na Avenida Sete de Setembro, na Rodoviária e na Região do Iguatemi. Nesse caso, obedece a lógica da literatura tradicional, só estão nesses lugares devido ao grande fluxo de pessoas que é provocado, respectivamente, pelo comércio formal do Bairro Barris, do fluxo da Rodoviária e pela forte atividade econômica do entorno do Shopping da Bahia (antigo Iguatemi).

No caso de Feira de Santana, a lógica é diferente, em visto que, a cidade nasceu com a característica do comércio informal de rua, e isso foi sedimentado ao longo do tempo, com algumas variantes, e contribuiu para mudança dos espaços urbanos e da própria lógica econômica da cidade. Assim, alguns empreendimentos formais foram criados e outros se locomoveram para estarem pertos de empreendimentos informais, como é o caso do Centro de Abastecimento, o Feiraguai e do recém-criado Shopping Popular. Uma lógica que contraria o senso comum, unidades formais sendo criadas pelo estímulo do comércio de rua e funcionando para atender as demandas provocadas pela atividade informal.

Os achados desta pesquisa denotam a complexidade do fenômeno da informalidade do trabalho desenvolvido pelos comerciantes de rua de Feira de Santana-BA. Sendo assim, seria bom que outros estudos fossem realizados de modo a descortinar certos aspectos que não foram observados nesta pesquisa. Destaca-se agora três propostas de continuidade de pesquisa acerca do trabalho dos ambulantes no centro desta cidade.

Primeira, dado que as soluções que foram adotadas pelo poder público não se mostraram efetivas mediante a intensidade do mercado informal, é necessário um acompanhamento permanente da implantação e funcionamento do Shopping Popular. A construção faz parte de um projeto da prefeitura para reordenar o centro comercial de Feira de Santana, mas alguns pontos precisarão ser debatidos, em um outro

momento, são eles: a) A prefeitura irá relocar 1.800 pessoas de um total de 4.000 que ocupam o centro da cidade e como irá proceder com os não relocados? b) Os custos mensais para os ambulantes que forem para Shopping Popular será acerca de R\$ 700, como serão tratados os comerciantes que não conseguirem arcar com essa despesa? e, c) haverá qualificação profissional para todos os trabalhadores que atuarão no novo espaço, de forma que atendam às necessidades dos negócios?

Essas questões suscitam uma preocupação, que ocorra no Shopping Popular um efeito similar às relocações do Centro de abastecimento em 1976 e do Feiragui em 1994. Nessas ocasiões, parte dos trabalhadores por não conseguirem se adequar à nova realidade e aos custos, venderam clandestinamente seus pontos, e voltaram a trabalhar como ambulantes nas ruas do Centro da cidade. Então, sugere-se que outras pesquisas investiguem, analisem e busquem soluções para tais pontos de conflitos.

Uma outra proposta, para continuar os estudos, é como discutir com a sociedade a construção de um projeto de urbanização que não exclua os trabalhadores de rua, e sim, que os incorpore definitivamente no Centro da cidade. Uma política pública municipal pensada coletivamente, na qual o poder público negociaria estratégias que mantenham a vocação econômica da cidade, mas de forma que os danos urbanos gerados pelos ambulantes sejam minimizados. Entre as possibilidades cita-se a de transformar a rua Marechal Deodoro e a avenida Senhor dos Passos em imensos calçadões para facilitar o fluxo de pedestres e possibilitar a organização dos comerciantes rua.

E por fim, a última proposta de continuidade desta pesquisa, é a constituição de um projeto contínuo de qualificação do empreendedor de rua, políticas públicas de incentivo e apoio aos negócios de rua. Esta pesquisa demonstrou que, quem mais precisa de ajuda, o trabalhador em situação de risco, não escolarizado e desempregado, não tem apoio do Estado, apenas 2% tiveram apoio institucional para iniciarem seus negócios. Acredita-se que é preciso promover a incorporação, difusão e aplicação de tecnologias produtivas nos processos dos negócios de rua. Esta pesquisa não identificou em Feira de Santana uma ação contínua⁶² da prefeitura em

⁶² Percebeu ações esporádicas rápidas e motivadas por ações dos Sindicatos de Ambulantes, a última ação realizada de fato foi uma parceria da Prefeitura com o Sebrae, em abril de 2019, voltada a manipulação de alimentos, oferecida a 150 comerciantes que vão atuar com alimentos no Shopping Popular. Há outras oficinas programadas, de gestão, custos, compras e vendas, mas os treinamentos são rápidos, sem acompanhamento e voltados exclusivamente para quem vai ser relocado para o Shopping popular.

propiciar a qualificação dos comerciantes que exercem suas funções nas vias públicas da cidade.

Enfim, deixa-se como recomendação às futuras pesquisas, que tenham a intenção de procurar soluções para a problemática do trabalho de rua em Feira de Santana, a discussão de modelos que não imponham aos ambulantes um processo de formalização e/ou de ampliação de custos. A constituição empresarial seria um movimento natural da evolução dos negócios. As propostas devem triangular pelos princípios da convivência harmônica, inclusão e qualificação. Nesse sentido, muitos daqueles que configuram os trabalhadores de rua constituem um bom potencial empreendedor, e conseqüentemente, possuem um sentido apurado para o negócio, dinamismo e criatividade que resulta diretamente em prosperidade para a sua vida pessoal e comercial. “Na economia informal, se forem implementadas estratégias eficazes, pode servir de inspirações para novos negócios e servir de rampa de lançamento para um acesso gradual e contínuo à economia formal” (OIT, 2016, p. 10).

Diante de tudo que foi escrito nesta tese, parafraseando os jornalistas Jânio Rêgo, há anos tentam matar a feira, mas a feira resiste, nunca saiu, nunca sairá, se reinventa e renova a Feira.

REFERÊNCIAS

- ACORDA CIDADE. Retirada de ambulantes da Sales Barbosa para o Feiraguay completa 23 anos. **ACORDA CIDADE**. Feira de Santana, 11 nov. 2018. Disponível em: <https://www.acordacidade.com.br/secoes/1/feira-de-santana/>. Acesso em: 27 maio 2017.
- ALMEIDA, Rômulo Barreto de. Traços da história econômica da Bahia no último século e meio. **RDE História**, Salvador, Ano XI, n. 19, jan. 2009.
- ALTHUSSER, Louis. Os “manuscritos de 1844” de Karl Marx (economia política e filosofia). **Revista OFFLINE**, Ano 2, n. 6, p. 204-209, jan. ago. 2015.
- ANDRADE, Robson Braga de. Os danos da insegurança jurídica para a economia. **Revista Veja**, São Paulo, set. 2018.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6022**: artigo em publicação periódica científica impressa: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: Informação e documentação, Referências: Elaboração. Rio de Janeiro, 2002.
- BACELAR, Tânia. As Políticas Públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. *In*: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos et al. (organizadores). **Políticas Públicas e Gestão Local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.
- BARBOSA, Alexandre de Freitas. O mercado de trabalho antes de 1930: emprego e “desemprego” na cidade de São Paulo. **Novos estudos CEBRAP**, n.80, São Paulo, mar. 2008. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002008000100007> Acesso em: 27 maio 2017.
- BARRETO, Theo da Rocha. **A precarização do trabalho e da vida dos novos trabalhadores informais**: o trabalho flexível nas ruas de Salvador. Disponível em: <http://www.flexibilizacao.ufba.br/MonografiaTheo.pdf/>. Acesso em: 27 maio 2017.
- BERNARDINO, Mateus. **A Insuficiência de Poupança**: sobre a importância da poupança como motor do crescimento. 15 fev. 2016. Disponível em: <https://medium.com/mateus-bernardino-arquivos/a-insufici%C3%Aancia-de-poupan%C3%A7a-a473c51b14b4>. Acesso em: 27 maio 2017.
- BERNI, D.A. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. São Paulo: Saraiva, 2002.
- BRASIL. **Decreto-lei 3048/99**. Regulamento da Previdência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3048.htm. Acesso em: 15 out. 2017.
- BRASIL. **Decreto-lei 5452/43**. Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5452.htm. Acesso em: 15 out. 2017.
- BRASIL. **Lei Complementar 123/06**. Simples Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LC123.htm. Acesso em: 15 out. 2017.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

BRASIL. **Decreto-lei 16.027**. Cria o Conselho Nacional do Trabalho. Brasília, 24 jan. 1923.

BRASIL. **Decreto-lei 19.671**. Defini a organização do Departamento Nacional do Trabalho. Brasília, 19 mar. 1931.

BRASIL. **Decreto-lei 4.682**. defini a estabilidade aos ferroviários com mais de 10 anos de serviço. Brasília: 24 jan. 1923.

BRASIL. **Decreto-lei 4.982**. Regulamenta o trabalho do menor. Brasília, 12 out. 1927

BRASIL. **Decreto-lei 4.982**. Trata das férias em estabelecimentos comerciais, industriais e bancários. Brasília, 24 dez. 1925.

BRASIL. **Decreto-lei Nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 15 out. 2011.

BRASIL. Decreto-lei Nº Lei 73.626/74. Refere-se a aplicação das normas concernentes às relações individuais e coletivas de trabalho rural. **DOU**, Brasília, 1974.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A taxa de câmbio no centro da teoria do desenvolvimento. **Estudos avançados**, São Paulo, v.26, n.75, 2012.

CACCIAMALI, C. As Economias Informal e Submersa: conceitos e distribuição de renda. *In*: CAMARGO, J. M.; GIAMBIAGI, F. (Org.). **Distribuição de Renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **A composição do mercado informal de trabalho e o papel do mercado de trabalho na redução da pobreza**. São Paulo: Fipe, 2002a.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, Campinas, v,14, p. 153-174, jun. 2000.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Princípios e direitos fundamentais no trabalho na América Latina. **São Paulo em Perspectiva**, Seade, São Paulo, v.16, n. 2, 2002b.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Setor informal urbano e formas de participação na produção**. São Paulo: Ed. IPE, 1983. (Série Ensaio Econômicos, n. 26).

CAGED. **Cadastro Geral de Empregados e Desempregados**. Brasília: Ministério da Economia, 2019.

CAMPOS, Edson. **A extinção da Antiga feira-livre de Feira de Santana – no centro da cidade**. Feira de Santana: Feirenses, 2009.

CANO, Wilson. Da década de 1920 à de 1930: transição rumo à crise e à industrialização no Brasil. **Revista Economia**, São Paulo: Unicamp, set./dez. 2012.

CARLEIALI Liana Maria da Frota. Política econômica, mercado de trabalho e democracia: o segundo governo Dilma Rousseff. **Estudos Avançados**,v.29,n.85. set./dez. 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015008500014> Acesso em: 15 out. 2011.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do trabalho. Tradução de Iraci D. Poletti. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra: 2008.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo Mattos Teixeira. **A era da indústria: a economia baiana na segunda metade do século XX.** Salvador: FIEB, 2008.

CAVALCANTI, Clóvis. **Celso Furtado e o mito do desenvolvimento econômico.** Brasília: Ipea, 2001. Trabalhos para discussão n. 104.

CDL. Clube dos Diretores Lojistas de Feira de Santana. **Censo Empresarial.** Feira de Santana: CDL, 2011.

CDL. **Feira de Santana como capital regional.** SPC BRASIL. Feira de Santana. Disponível em: <http://www.cdlsf.com.br/index>. Acesso em: 15 out. 2011.

CEZAR, Frederico Gonçalves. O processo de elaboração da CLT: Histórico da Consolidação das Leis Trabalhistas Brasileiras em 1943. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**, Ano 3, ed.7, 2008.

CHAHAD, J. P. Z.; CACCIAMALI, M. C. As transformações estruturais no setor de transporte rodoviário e a reorganização no mercado de trabalho do motorista de caminhão no Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ABET, 9., 2005, Recife. **Anais [...]** Recife: ABET, 2005.

CIAPE - CONFEDERAÇÃO INTERNACIONAL PELAS ASSOCIAÇÕES DO PLURALISMO ECONÔMICO. **Ciclo das crises econômicas.** São Paulo: FCG, 2018

CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **As relações comerciais entre Brasil e Índia: oportunidades para o Brasil.** Brasília, 2007.

CNI - CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **insegurança jurídica.** Brasília, 2018.

CUNHA, Hélio Ponce. **Análise da localização, inovação e capital humano como indutores do Desenvolvimento Regional e Urbano: o caso de Feira de Santana.** Salvador: UNIFACS, 2016.

DELGADO, Guilherme, e et al. **Avaliação do Simples: implicações à formalização previdenciária.** Brasília: IPEA, maio 2007. Texto para discussão, n. 1277.

DIEESE. **Perfil dos Trabalhadores por Conta Própria do Comércio de Porto Alegre: Informações Qualitativas e Quantitativas.** Subsídios para uma política de formalização. Porto Alegre, 2012.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2010/2011: mercado de trabalho.** 3. ed. São Paulo, 2011.

DIEESE. **Glossário.** Disponível em <http://dieese.lidas.com.br/supprof/glossario.php> Acesso em: abr. 2012.

DIEESE. **Metodologia utilizada na PED.** Disponível em: <https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaPed.html> Acesso em: abril 2019.

DOBB, Maurice. **A evolução do Capitalismo.** 7. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1980

DRUCK, Graça. **Velhos e novos trabalhadores informais: o trabalho nas ruas em Salvador - BA.** Projeto individual de Pesquisa-CNPq. Salvador: CRH/UFBA, 2000.

DURÃES, Bruno José Rodrigues. A dialética capital e trabalho no trabalho informal de rua no Brasil. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 239, p. 871-891, 2016.

- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. Ideias, Conhecimento e Políticas Públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.18, n.51, São Paulo, fev. 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000100004 & lng= pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 5 jun. 2010.
- FERREIRA, Danilo; RIOS, Matheus; OLIVEIRA, Felipe. **As feiras de Feira de Santana**. Redação Feirenses. Feira de Santana, 2019.
- FGV - Fundação Getúlio Vargas. **Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: FGV 2012.
- FILGUEIRAS, L. A. M.; DRUCK, G.; AMARAL, M. F. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Cadernos CRH**, Salvador, v.17, 2004.
- FILHO, Milton B. B. **História Moderna e Contemporânea**. São Paulo: Scipione.1993.
- FLEXOR, Georges; LEITE, Sergio Pereira. Análise de Políticas Públicas: breves considerações teórico metodológicas. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 12., 2007. **Anais [...]** Rio de Janeiro: SEP, 2007. Disponível em: http://www.sep.org.br/artigo/_686_0fe6d13a5276dca8a2a290576df0c15d.pdf. Acesso em: 12 maio 2010.
- FREY, Klaus. Políticas Públicas, um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise de Políticas Públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.18, n. 51, fev. 2003. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte5.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2010.
- FURET, François. **Pensar a Revolução Francesa**. São Paulo: Paz e Terra, 1989.
- FURTADO, Celso. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico – estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento**: enfoque histórico – estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- FURTADO, Celso. **Raízes do Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FURTADO, Celso. Uma política para o desenvolvimento do Nordeste. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 1, 1, p. 12-19, dez. 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. **A Invenção do Trabalho**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2010.
- GRESPLAN, Jorge. **Marx, crítico da teoria clássica do valor**. Disponível em https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/03gresp.pdf Acesso em: abr. 2019.
- GROXKO, Methodio. **Prognóstico do fumo**. [S.l.]: SEAB – DERAL, 2017.
- HABERMAS, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1993.
- HARVEY, David., O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. **Revista Espaço e Debates**São Paulo: Cortez, n. 6, jun./set. 1982.
- HEGEL, G. W. F. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio**: 1830. tradução Paulo Meneses. São Paulo: Loyola, 1995.

HUBERMAN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 17 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

HUNT, E. K.; SHERMAN, Howard J. **História do pensamento Econômico**. Petrópolis: Vozes, 1986

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em: 12 out. 2017.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em: 12 out. 2018.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em: 12 out. 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 out. 2016.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Agência IBGE Notícias. **Série Estatísticas Sociais**. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias?editoria=sociais> Acesso em: 12 out. 2016.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Brasil tem mais de 10 milhões de empresas na informalidade**. 2019. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> . Acesso em: 12 jul. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Contas Trimestrais**. Rio de Janeiro, mar. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desocupação cai para 12,3% no ano com recorde de pessoas na informalidade**. Rio de Janeiro, fev. 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA **Economia Informal Urbana 2003**. Rio de Janeiro, 2005

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Economia Informal Urbana**. Rio de Janeiro, 2006.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Informalidade aumenta e continua a reduzir o desemprego** Rio de Janeiro, 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Linha do tempo – síntese da história do IBGE**. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/censos-demograficos.html> Acesso em: 23 abr. 2019b.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Mensal de Emprego**. Rio de Janeiro, 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **PNAD Contínua**: taxa de desocupação é de 11,6% e taxa de subutilização é de 23,9% no trimestre encerrado em dezembro de 2018. Rio de Janeiro, 2019.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Trabalhadores por Conta Própria Perfil e Destaques**. Rio de Janeiro, jan. 2008.

IPEA. **Comunicado Ipea 76**. Desemprego e desigualdade no Brasil Metropolitano – Brasília, 2011.

- IPEA. **Logística e transportes no Brasil: uma análise do programa de investimentos 2013-2017 em rodovias e ferrovias.** Rio de Janeiro, 2016
- IPEA. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise.** Brasília: Ministério do Trabalho, 1996.
- KEYNES. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda.** São Paulo: Nova Cultural, 1988. Os Economistas.
- KOWARIK, Lúcio. **Capitalismo e Marginalidade na América Latina.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Weishaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos.** Brasília: OIT, 2010.
- LAUTIER, Bruno. Informalidade das Relações de Trabalho e Cidadania na América Latina. **Caderno CRH**, Brasília, DF, 6.18, 16 mar. 2007. Disponível em: <http://www.cadernocrh.ufba.br/viewarticle.php?id=350>. Acesso em: 12 abr. 2017.
- LAUWE, Paul-Henry Chombart de. A organização social no meio urbano. *In:* VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno urbano.** Rio de Janeiro, 1967.
- LESSA, Sergio. Lukács: trabalho, objetivação, alienação. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, n. 15, p.39-51, 1992.
- LIMA, Pedro Garrido da Costa. **Perspectivas Heterodoxas para o Desenvolvimento Produtivo no Brasil Contemporâneo.** 2015. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Departamento de Economia, Pós-Graduação em Economia, Brasília, 2015.
- LUKÁCS, György. **Ontologia do ser social – O trabalho.** Tradução de Ivo Tonet. A Foice e o Martelo. [s.l.]: [s.n.], 2011.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.
- MALAGUTI, Manoel Luiz. **Crítica a Razão Informal.** São Paulo: Boitempo, 2001.
- MARICATTO, Erminia. **Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência.** São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MARICATTO, Erminia. **Metrópole, legislação e desigualdade.** Estudos Avançados, São Paulo, n.17, 2003.
- MARX, Karl. **A Ideologia Alemã.** Trad. Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** Trad. Florestan Fernandes. São Paulo: Expressão Popular, 2008. 43
- MARX, Karl. **Introdução à Contribuição da Crítica da Economia Política.** Trad. José Arthur Giannotti e Edgar Malagodi. São Paulo: Abril Cultural, 1974. Coleção Os Pensadores.
- MARX, Karl. **Manuscritos Econômico - Filosóficos.** Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MARX, Karl. **Miséria da Filosofia: resposta a Filosofia da Miséria, do Sr. Proudhon.** Trad. José Paulo Netto. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Vol. VI. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro II. Vol. VI. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política. Livro III. Vol. VI. Trad. Reginaldo Sant'Anna. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. Boitempo Editorial, 2004.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da Economia Política: Livro I, V.2 – O processo de produção do capital. 17. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

MATTEI, Lauro. Teoria do valor-trabalho: do ideário clássico aos postulados marxistas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 271-294, 2003

MEDEIROS JUNIOR, Hélcio. Desconcentração econômica e atratividade regional no estado do Rio de Janeiro entre 2000 e 2010. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 1, fev. 2013.

MEDEIROS JUNIOR, Hélcio. Desenvolvimento regional e desigualdade socioespacial fluminense nos anos 2010. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, Rio de Janeiro, n. 6, 2015.

MEDEIROS JUNIOR, Helcio; SOUZA, Laumar Neves de; SPINOLA, Tatiane. Criação de emprego formal em um contexto de implantação de agenda do trabalho decente: Uma análise para os territórios de identidade baianos. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, ano 18, v. 2, n. 34, ago. 2016.

MENEGIM, Fernando; BUGARIM, Mauricio. **A Informalidade no Mercado de trabalho e o Impacto das Instituições**: uma análise sob a ótica da teoria dos jogos, Universidade de Brasília – 2003.

MESQUITA, Augusto Sávio; OLIVEIRA, José Mário Carvalhal de. A cultura do fumo na Bahia, da excelência a decadência. **Bahia Agríc.** v.6, n.1, nov. 2003.

MONTAGNER, Paula; HAGA, Atsukohaga. Pesquisa de emprego e desemprego sua importância como metodologia de pesquisa. **São Paulo em Perspectiva**, v.17, n.3-4, p.135-141, 2003.

MOREIRA, Vicente. **Projeto memória da feira livre de Feira de Santana**: a feira está morta. viva a feira! Feira de Santana: UEFS, 1986.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. **Sistema de Consulta de Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda**. Disponível em http://portal.mte.gov.br/dados_estatisticos/anuario-do-sistema-publico-de-emprego-trabalho-e-renda.htm. Acesso em: 12 jan. 2012.

NEXO. **Emprego no Brasil**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/especial/2019/03/17/Os-n%C3%BAmeros-que-explicam-a-crise-do-emprego-no-Brasil> Acesso em: 13 maio 2019.

NOGUEIRA, Mauro Oddo. **A problemática do dimensionamento da informalidade na economia brasileira**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2016.

O GLOBO. **Jair Bolsonaro, já provocaram cortes de mais de 40% nas verbas destinadas ao ensino superior e à pesquisa**. São Paulo: [s.n.], 2019.

- OCDE. **Relatórios Econômicos OCDE Brasil**. São Paulo: OCDE, fev. 2018
- OIT. **A OIT e a Economia Informal**. Lisboa, 2006.
- OIT. **O trabalho digno e a economia informal**. Geneva: ILO, 2002.
- OIT. **Perfil do trabalho decente no Brasil**. Brasília e Genebra: OIT, 2009.
- OIT. **Women and men in the informal economy: a statistical picture (third edition)**/ International Labour Office – Geneva: ILO, 2018.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia Brasileira: crítica à razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A Era da Indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista o ornitorrinco**. Disponível em http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/011020180010_6_O_ornitorrinco_parte_1.pdf Acesso em: 12 nov. 2018.
- OLIVEIRA, Francisco de. **Entrevista ao programa RODA VIVA**. São Paulo: TV Cultura, 30 dez 2013.
- OLIVEIRA, Terezinha. Considerações sobre o trabalho na idade média: Intelectuais medievais e historiografia. **Revista de História**, São Paulo, n. 166, p. 109-128, jan./jun. 2012
- OLIVEIRA, Tiago. **Trabalho e Padrão de Desenvolvimento: uma reflexão sobre a reconfiguração do mercado de trabalho brasileiro**. São Paulo, [s.n.], 2015.
- PAMPLONA, João. **A atividade informal do comércio de rua e a região central de São Paulo**. Empresa Municipal de Urbanização (EMURB). São Paulo: PMSP/EMURB/CEBRAP, 2004.
- PARK, Robert Ezra. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento. **O fenômeno urbano**, n.2, p. 60-67, 1979.
- PASTORE, José. **A flexibilidade do trabalho**. São Paulo: LTr, 1994.
- PASTORE, José. **Perspectivas e problemas do Emprego no Brasil**. Disponível em: http://www.cebri.com.br/cebri/arquivos/232_pdf.pdf Acesso em: 12 jun. 2018.
- PASTORE, José. Tempo, Perseverança e reformas institucionais. **Jornal O Estado de São Paulo**, 23 out. 1999.
- PESSOTI, Gustavo Casseb; PESSOTI, Fernanda Calasans Costa Lacerda. Tendências recentes e perspectivas para a economia baiana. In: ENCONTRO DE ECONOMIA BAIANA, 11., 2015, Salvador. Anais [...] Salvador: Corecon, 2015.
- PNAD; **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios 2018**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- PNUD, **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento**. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/home/> Acesso em: 12 jun. 2019.
- PNUD. **Desenvolvimento humano para além das médias**. Desenvolvimento Humano para Além das Médias: 2017. Brasília: PNUD: IPEA: FJP, 2017.
- POCHMANN, Marcio. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Estudos Avançados**, v.29, n.85, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142015008500002> Acesso em: 12 jun. 2019.

POCHMANN, Marcio; ANTUNES, Ricardo. Alguns desafios do mundo do trabalho. **Estudos Avançados**, nov. 2018.

POCHMANN, Marcio. Brasil: segunda grande transformação no trabalho? **Estudos avançados**, v.28, n.81, 2014.

POCHMANN, Marcio. **Desenvolvimento, trabalho e renda no brasil**: Avanços recentes no emprego e na distribuição dos rendimentos. São Paulo Fundação Perseu Abramo, 2010.

POCHMANN, Marcio. **Economia global e a nova Divisão Internacional do Trabalho**. Disponível em: <http://decon.edu.uy/network/panama/POCHMANN.PDF> Acesso em: 12 jun. 2019.

POCHMANN, Marcio. Educação e trabalho: Como desenvolver uma relação virtuosa? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 383-399, maio/ago. 2004.

POCHMANN, Marcio. MORAES, Reginaldo. **Classe trabalhadora e luta política capitalismo, no início do século XXI**. São Paulo: [s.n.], jul. 2017.

POCHMANN, Marcio. **O Emprego no Desenvolvimento da Nação**. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2008.

POCHMANN, Márcio; SINGER, Paul. **Mapa do trabalho informal**: perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. Disponível em http://csbh.fpabramo.org.br/uploads/mapa_do_trabalho_informal.pdf. Acesso em: 12 jun. 2019.

QUEIROZ, Francisco Alves de. **A economia Informal e o Simples Nacional. 2012**. Dissertação. Salvador: UNEB, 2012.

QUINTANEIRO, Tania. **Um Toque de Clássicos**: Marx, Durkheim e Weber. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

RAMALHO, Jether Pereira (Org.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

RAMOS, Lauro; BRITO, Marcelo. O Funcionamento do Mercado de Trabalho Metropolitano Brasileiro no Período 1991-2002: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais. **Revista Mercado de Trabalho**, n. 22, p. 31-47, nov. 2003.

REZENDE, Maria José de. A análise dos Relatórios do Desenvolvimento Humano (RDHs/PNUD/ONU) e as aproximações com a perspectiva histórico-hermenêutica. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.48, n. 2, p. 220-255, jul./dez. 2017.

RFB. Receita Federal do Brasil. **Simples Nacional**. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br>. Acesso em: 12 jun. 2019.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. Modo de Produção Escravista e a Sua Influência na Percepção da Sociedade Judaica no Pós-Exílio. **Revista Mirabilia**, jun.-dez. 2005.

SANT'ANA, Raquel Santos. Trabalho e desenvolvimento: a realidade rural e a questão social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 120, p. 723-745, out./dez. 2014.

SANTOS, Claudio. **Shopping Popular Feiragui**: estudos sobre a produção de um espaço de comércio em Feira de Santana – BA. Rio Claro, SP: [s.n.], 2016.

SANTOS, Iasmin. **Reestruturação do centro comercial de feira de Santana**. Salvador: UFBA, 2017.

- SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido**: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora S.A., 1979.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra Globalização**. São Paulo: Record, 2000.
- SANTOS, Nilo Rosa dos. **Mercado Informal e Etnia**. Salvador: CRAES, 2001.
- SASAKI, Maria Amélia. **Trabalho Informal**: escolha ou escassez de emprego? Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/4822>. Acesso em: 12 jun. 2018.
- SEI - SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br/>. Acesso em: 10 ago. 2018.
- SEN, Amartya, **Pobreza e fomes**: um ensaio sobre direitos e privações. Lisboa: Terramar, 1999.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: CIA Letras, 2010.
- SICSÚ, João. CASTELAR, Armando. **Sociedade e economia**: estratégias de crescimento e desenvolvimento. Brasília: Ipea, 2009.
- SILVA, L. A. M. da. Trabalho Informal: teoria, realidade e atualidade. **Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 269, maio/jun.1993.
- SINGER, Paul. **Globalização e Desemprego**: diagnósticos e alternativas. São Paulo: Contexto, 1999.
- SIQUEIRA, Euler David de. Memórias póstumas de uma categoria em transformação: a formalização do trabalho informal. **Revista Organizações Rurais e Agroindustriais**, v. 6, n. 2, p. 75-90, jul./dez 2004.
- SIQUEIRA, Leonardo Moura Lima Calmon de. **A dimensão social do desenvolvimento sob a ótica do trabalho no Brasil do século XXI**. 2018. Dissertação (Mestrado)- UNIFACS, Salvador, 2018.
- SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**: Uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações. São Paulo: Masdras, 2009.
- SOTO, H. de. **Economia Subterrânea**: uma análise da realidade peruana. Rio de Janeiro: Globo, 1987.
- SOUTO, S. J. R. et al. Cidade, região, hierarquia de cidades e redes urbanas: Uma proposta de revisão teórica. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**, Ano 19, v. 2, n.37, p. 57 – 81, ago. 2017.
- SOUZA, Laumar Neves de. Emprego formal na Bahia na primeira década do século XXI: caminhou-se na direção do trabalho decente? **Revista brasileira de desenvolvimento regional**, Blumenau, v.1, n.2, p. 157-172, 2013.
- SOUZA, Laumar Neves de. **Dinâmica econômica e seus impactos nas estratégias de inserção feminina no mercado de trabalho da RMS**. Salvador: UFBA, 2007.
- SPINOLA, Noélio Dantaslé. **A trilha perdida**: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX. Salvador: Editora Unifacs, 2009.
- TAVARES, Maria Augusta. Trabalho Informal: os fios invisíveis da produção capitalista. **Revista Outubro**, n. 7. Maceió, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. Emprego e Desemprego. **Jornal A Folha de São Paulo**, São Paulo, ago.1998.

TCU. **Desempenho da Economia Brasileira**. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2014/fichas/2_Desempenho%20da%20Economia%20Brasileira.pdf Acesso em: 12 mar. 2019.

TEIXEIRA, Déa Lúcia Pimentel. SOUZA, Maria Carolina A.F. de. **Organização do processo de trabalho na evolução do capitalismo**. Rev. Adm. Empr. Rio de Janeiro, 25 (4): 65-72 out./dez 1985.

TEIXEIRA, F; GUERRA, O. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análises & Dados**, Salvador: SEI, n. 1, v. 10, p. 87-98, jul. 2000.

TELES, Alessandra Oliveira. **O comércio informal em Feira de Santana (BA) : permanências e mudanças**. São Cristóvão: UFS, 2017.

THEODORO, Mário Lisboa. **O Estado e os Diferentes: enfoques sobre o Informal**. Brasília: IPEA, 2002. Texto para Discussão, n.919.

THEODORO, Mário Lisboa. Os Programas de Apoio ao Setor Informal no Nordeste. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília: IPEA, n. 12, jul./dez. 1995.

THÉRY, Hervé; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **O sistema elétrico brasileiro**. 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/confins/10797> Acesso em: 12 jul. 2019.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Estatísticas de Eleitorado**. Disponível em: http://tse.gov.br/internet/eleicoes/distr_instr_blank.htm. Acesso em: 12 mar. 2010.

TRINDADE, Andrea. Shopping Popular abre comercialização de lojas para empresários de Feira e deve gerar mais de 6 mil empregos. **ACORDA CIDADE**. Feira de Santana, 10 jun. 2019. Disponível em <https://www.acordacidade.com.br/secoes/1/feira-de-santana/> Acesso em: 12 mar. 2010.

VARGAS, Juliano. **A informalidade no mercado de trabalho: Um desafio institucional permanente para a economia Brasileira**. Disponível em <http://repositorio.ufes.br/bitstream/10/1527/1/A%20informalidade%20do%20mercado%20de%20trabalho%20um%20desafio%20institucional%20permanente%20para%20a%20economia%20brasileira.pdf> Acesso em: 10 jan. 2019.

VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: 1967.

VILAR, José Wellington Carvalho. **O comércio nas cidades: uma visão geográfica**. Disponível em http://www.cesadufs.com.br/ORBI/public/upload/Catalago/15395516022012Geografia_da_Producao_Circulacao_e_Consumo_Aula_8.pdf Acesso em: 19 nov. 2018.

VILLEN, Patricia. Imigração e racismo na modernização dependente do mercado de trabalho. **Lutas Sociais**, São Paulo, v.19 n.34, p. 126-142, jan./jun. 2015.

WEBER, Max. Conceito e categorias da cidade In: VELHO, Otávio Guilherme. **O fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1967.

WOLFF, Francis. A invenção da política. In. NOVAES, Adauto (Org.). **A crise do Estado-Nação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 23-54. |

APÊNDICE A – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

Quadro 6 – Questionário da pesquisa de campo, 2018

<p>BLOCO 1: PERFIL SOCIOECONÔMICO DO TRABALHADOR DE RUA</p> <p>Questões extraídas e adaptadas do Relatório da Pesquisa DIEESE 2012, Perfil dos Trabalhadores por Conta Própria do Comércio de Porto Alegre. Tabela 17 - Perfil dos Participantes dos Grupos Focais Trabalhadores do comércio de rua. (DIEESE, 2012, P. 66)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Filho (a) • Outro
<p>1. SEXO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Masculino • Feminino 	<p>9. FILHOS E FILHAS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim • Não <p>8.1 QUANTOS/AS?</p>
<p>2. IDADE</p> <ul style="list-style-type: none"> • Abaixo de 13 anos • 14 a 17 anos • 18 a 24 anos • 25 a 31 anos • 32 a 38 anos • 39 a 44 anos • 45 a 65 anos • Acima de 65 anos 	<p>10. NÚMERO DE MORADORES NO DOMICÍLIO (contado com o senhor (a))</p> <ul style="list-style-type: none"> • De 1 a 2 pessoas • De 3 a 4 pessoas • De 5 a 6 pessoas • Acima de 6 pessoas
<p>3. EM RELAÇÃO A SUA COR DE PELE VOCÊ SE CONSIDERA?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Branca • Preta / Negra • Amarela • Parda • Indígena 	<p>11. QUAL O CEP DE SUA MORADIA?</p>
<p>4. GRAU DE INSTRUÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Nunca frequentou escola • Fundamental incompleto • Fundamental completo • Médio incompleto • Médio completo • Superior incompleto • Superior completo 	<p>12. SITUAÇÃO DE MORADIA – O SEU DOMICÍLIO É</p> <ul style="list-style-type: none"> • Próprio - já pago • Próprio - ainda pagando • Alugado • Cedido • Ocupado
<p>5. QUAL A SUA NATURALIDADE.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Feira de Santana • Outro (Citar) 	<p>13. ACESSO A SERVIÇOS (Sim/Não)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Convênio Médico • Convênio Odontológico • Conta em banco • Cheque Especial • Cartão de crédito • Internet
<p>6. RELIGIÃO.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Católica • Protestante/Evangélica • Espírita/Kardecista • Candomblé/Umbanda • Outra • Não tem religião 	<p>14. RENDA PESSOAL MENSAL?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até R\$ 500 reais/mês • De 500 a 954 reais/mês • De 954 a R\$ 1.908 reais/ mês • De 1.909 a R\$ 2.812 reais/mês • De 2813 a R\$ 4.770 reais/mês • De 4.771 a R\$ 9.540 reais/mês • Acima de R\$ 9.540 reais
<p>7. SITUAÇÃO CONJUGAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Solteiro (a) • Casado (a) / União consensual • Separado (a) / Desquitado (a) / Divorciado (a) • Viúvo (a) 	<p>15. RENDA FAMILIAR MENSAL?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Até R\$ 500 reais/mês • De 500 a 954 reais/mês • De 954 a R\$ 1.908 reais/ mês • De 1.909 a R\$ 2.812 reais/mês • De 2813 a R\$ 4.770 reais/mês • De 4.771 a R\$ 9.540 reais/mês • Acima de R\$ 9.540 reais
<p>8. POSIÇÃO NO DOMICÍLIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Chefe • Cônjuge 	

BLOCO 2 - EXPERIÊNCIA NO TRABALHO DOS TRABALHADORES DE RUA DA CIDADE DE FEIRA DE SANTANA	
<p>Bloco de questões para atender objetivo dois desta pesquisa: Apresentar as experiências no trabalho dos trabalhadores do comércio de rua na cidade de Feira de Santana.</p> <p>Questões extraídas e adaptadas do Relatório da Pesquisa DIEESE 2012, Perfil dos Trabalhadores por Conta Própria do Comércio de Porto Alegre. Tabela 18. (DIEESE, 2012, p. 73)</p>	
<p>1. PESSOAS QUE TRABALHAM NO NEGÓCIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • 1 • 2 • 3 • 4 • > 4 	<p>8. TEMPO NA OCUPAÇÃO ATUAL?</p>
<p>2. FAMILIARES TRABALHAM/AJUDAM NO NEGÓCIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim • Não 	<p>9. PRINCIPAIS MERCADORIAS/SERVIÇOS VENDIDOS</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lanches / doces • Utensílios • Roupas • Bebidas • Alimentos (mercado) • Cosméticos • Roupas • Cds/brinquedos/acessórios • Eletrônicos • Outros...
<p>3. REGIÃO DO LOCAL DE TRABALHO (Identificação)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Região da Marechal Deodoro / Conselheiro Franco • Região da Sales Barbosa/Senhor dos Passos • Região do Centro de Abastecimento • Região do Feiraquai • Região da Getúlio Vargas • Região ao entorno de Faculdades e Escolas 	<p>10. Dias/turnos de trabalho</p> <ul style="list-style-type: none"> • Segunda-feira (M/T/N) • Terça-feira (M/T/N) • Quarta-feira (M/T/N) • Quinta-feira (M/T/N) • Sexta-feira (M/T/N) • Sábado (M/T/N) • Domingo (M/T/N)
<p>4. DESENVOLVE ESTA ATIVIDADE EM OUTRO LOCAL DA CIDADE</p> <p>Sim – Qual? _____</p> <p>Não</p>	<p>11. Opção QUE LEVARAM A SER DONO DO PRÓPRIO NEGÓCIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desemprego • Possibilidade de não ter patrão • Salário baixo • Dar continuidade a empreendimento da família • Falta de qualificação / estudos • Outros
<p>5. REGISTRO NA PREFEITURA (ALVARÁ) PARA FUNCIONAMENTO DO NEGÓCIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possui • Não possui 	<p>12. CONHECIMENTO DOS PROGRAMAS DE FORMALIZAÇÃO (MEI/SIMPLES NACIONAL)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim. • Não.
<p>6. TEMPO DE FUNCIONAMENTO DO NEGÓCIO NO COMÉRCIO DE RUA</p>	<p>13. (SE A 13 FOR SIM) ADERIU AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL OU AO SIMPLES NACIONAL</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim • Não
<p>7. APOIO PARA INICIAR O NEGÓCIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Postos públicos de atendimento ao trabalhador • Agências públicas de apoio - Banco do Povo (PAT/SINE) - SEBRAE • Sindicato / associações de classe • Organizações comunitárias • Amigos/parentes/conhecidos • Não teve apoio • Outros • Não respondeu 	<p>14. (SE A 14 FOR NÃO) INTERESSE EM FORMALIZAÇÃO / REGULARIZAÇÃO DO NEGÓCIO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim • Não
	<p>15. SETOR DE ATIVIDADE DA OCUPAÇÃO ANTERIOR</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indústria em geral • Construção civil • Comércio • Serviços • Agricultura • Outro • Estava desempregado • Nunca trabalhou

<p>16. POSSUI OUTRA OCUPAÇÃO?</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim • Não
<p>17. SETOR DE ATIVIDADE DA SEGUNDA OCUPAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> • Indústria em geral • Construção civil • Comércio • Serviços • Agricultura • Outro
<p>18. PARTICIPAÇÃO EM ASSOCIAÇÃO, SINDICATO OU COOPERATIVA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Participa • Não Participa
<p>19. DEIXARIA DE TRABALHAR EM SUA ATIVIDADE DE RUA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim • Não

<ul style="list-style-type: none"> • Carro próprio • Transporte público • Transporte alternativo • Outros
<p>6. TELEFONE DO ENTREVISTADO</p>

Fonte: Adaptado Dieese (2012).

Elaboração própria.

<p>BLOCO 3 - TRABALHADORES E DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO</p> <p>QUESTÕES COMPLEMENTARES AO RELATÓRIO DO DIEESE</p>
<p>1. CONTRIBUI MENSALMENTE PARA ALGUM PARA ALGUM TIPO DE SEGURIDADE SOCIAL (MEI/INSS/PREVIDENCIA PRIVADA)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim • Não
<p>2. CONTRIBUI PARA O SUSTENTO DE SUA FAMÍLIA</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sim • Não
<p>3. NO SEU DOMICÍLIO POSSUI.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aparelho de som • TV • Geladeira • Máquina de lavar • Computadores (PC/NOTE.) • Telefone fixo • Celulares / Tabletes • TV por assinatura • Automóvel • Motocicleta • Microondas • Internet
<p>4. SEUS FILHOS ESTUDAM EM ESCOLA:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Pública • Particular • Não estão em idade escolar • Não estão estudando
<p>5. DESLOCAMENTO PARA O TRABALHO</p> <ul style="list-style-type: none"> • A pé • Bicicleta

ANEXO A – QUADRO CONCEITUAL DOS INDICADORES DE TRABALHO

Quadro 7 – Conceitos e definições dos indicadores de trabalho

Pessoas em idade de trabalhar

Definem-se como em idade de trabalhar as pessoas de 14 anos ou mais de idade na data de referência.

Condição de ocupação

As pessoas em idade de trabalhar são classificadas, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupadas e desocupadas.

Pessoas ocupadas

São classificadas como ocupadas na semana de referência às pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.) ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou, ainda, as pessoas que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana.

Consideram-se como ocupadas temporariamente afastadas de trabalho remunerado as pessoas que não trabalharam durante pelo menos uma hora completa na semana de referência por motivo de: férias, folga, jornada de trabalho variável, licença maternidade e fatores ocasionais. Assim, também foram consideradas as pessoas que, na data de referência, estavam, por período inferior a quatro meses: afastadas do trabalho em licença remunerada por motivo de doença ou acidente da própria pessoa ou outro tipo de licença remunerada; afastadas do próprio empreendimento sem serem remuneradas por instituto de previdência; em greve ou paralisação. Além disso, também, foram consideradas ocupadas às pessoas afastadas por motivos diferentes dos já citados, desde que tivessem continuado a receber ao menos uma parte do pagamento e o período transcorrido do afastamento fosse inferior a quatro meses.

Pessoas desocupadas

São classificadas como desocupadas na semana de referência as pessoas sem trabalho nessa semana, que tomaram alguma providência efetiva para consegui-lo no período de referência de 30 dias e que estavam disponíveis para assumi-lo na semana de referência. [...]

Condição em relação à força de trabalho

As pessoas são classificadas, quanto à condição em relação à força de trabalho na semana de referência, como: na força de trabalho e fora da força de trabalho.

Pessoas na força de trabalho

As pessoas na força de trabalho na semana de referência compreendem as pessoas ocupadas e as pessoas desocupadas nesse período.

Pessoas fora da força de trabalho

São classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana.

Taxa de participação na força de trabalho

É o percentual de pessoas na força de trabalho na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar: $[\text{força de trabalho}/\text{pessoas em idade de trabalhar}] \times 100$

Nível da ocupação

É o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas em idade de trabalhar: $[\text{ocupados}/\text{pessoas em idade de trabalhar}] \times 100$

Taxa de ocupação

É o percentual de pessoas ocupadas na semana de referência em relação às pessoas na força de trabalho: $[\text{ocupados} / \text{força de trabalho}] \times 100$

Nível da desocupação

É o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar: $[\text{desocupados} / \text{pessoas em idade de trabalhar}] \times 100$

Taxa de desocupação

É o percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas na força de trabalho: $[\text{desocupados}/\text{força de trabalho}] \times 100$

Fonte: IBGE/PNAD Contínua(2019)

ANEXO B – TABELAS DO IBGE CONSULTADAS

Tabela 36 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (exclusive trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), por posição na ocupação, sexo e local do estabelecimento do trabalho principal

Variável - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência - exclusive trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso (Mil pessoas)												
Local de estabelecimento do trabalho principal - Total												
Sexo - Total												
Ano	Posição na ocupação no trabalho principal x Brasil e Unidade da Federação											
	Total		Empregado		Trabalhador doméstico		Empregador		Conta própria		Não remunerado	
	Brasil	Bahia	Brasil	Bahia	Brasil	Bahia	Brasil	Bahia	Brasil	Bahia	Brasil	Bahia
2001	73852	5665	41741	2713	6011	358	3244	179	17165	1641	5687	774
2002	76403	5943	43233	2781	6171	391	3380	196	17747	1686	5869	888
2003	77271	5914	43906	2809	6203	366	3385	175	18058	1692	5720	871
2004	81710	6140	46969	2962	6515	380	3500	178	18740	1709	5986	911
2005	83618	6198	48209	3084	6694	424	3705	185	18980	1723	6030	782
2006	85403	6134	50102	3216	6795	446	3983	193	19018	1651	5505	627
2007	86765	6206	51984	3215	6723	471	3403	182	19256	1679	5399	658
2008	89201	6361	54721	3420	6688	476	4190	217	18912	1657	4690	591
2009	89848	3176	54914	1718	7295	236	4035	107	19209	823	4395	292
2011	90850	6332	57728	3576	6742	493	3223	216	19917	1690	3240	355
2012	92278	6255	59403	3646	6511	472	3620	214	19832	1627	2912	295
2013	92317	6371	59901	3617	6474	491	3623	217	19924	1820	2395	226
2014	94899	6627	60651	3788	6491	472	3729	208	21171	1868	2856	291
2015	91534	6262	57565	3504	6309	471	3551	189	21823	1877	2287	222

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2015). Tabela 1904.

Tabela 37 – Posição na ocupação no trabalho principal - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência (exclusive trabalhadores na produção para o próprio consumo e trabalhadores na construção para o próprio uso), por posição na ocupação, sexo e local do estabelecimento do trabalho principal, 2015

Posição na ocupação no trabalho principal - Total				
Ano - 2015				
Sexo - Total				
Local de estabelecimento do trabalho principal	Brasil e Unidade da Federação x Variável			
	Brasil		Bahia	
	Valores	%	Valores	%
Total	91534	100	6262	100
Loja, oficina, fábrica, escola, escritório, repartição pública, galpão, etc	59084	64,55	3388	54,1
Fazenda, sítio, chácara, granja, etc	9095	9,94	1106	17,67
No domicílio em que moravam	4534	4,95	295	4,71
Em domicílio de empregador, patrão, sócio ou freguês	6566	7,17	481	7,68
Em local designado pelo cliente, empregador ou freguês	8361	9,13	628	10,03
Em veículo automotor	1998	2,18	130	2,08
Em via ou área pública	1743	1,9	213	3,41
Outro	153	0,17	21	0,33

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2016)

Tabela 38 – Empregados de 10 anos ou mais de idade, no trabalho principal da semana de referência, por categoria do emprego, sexo e grupos de idade

	Brasil				Bahia			
	Total	Com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos estatutários	Outros sem carteira de trabalho assinada	Total	Com carteira de trabalho assinada	Militares e funcionários públicos estatutários	Outros sem carteira de trabalho assinada
2001	41.741	22.611	4.968	14.156	2.713	1.054	239	1.419
2002	43.233	23.367	5.092	14.770	2.781	1.049	289	1.443
2003	43.906	24.140	5.334	14.430	2.809	1.119	301	1.390
2004	46.969	25.800	5.606	15.563	2.962	1.164	313	1.485
2005	48.209	27.126	5.516	15.567	3.084	1.233	319	1.532
2006	50.102	28.313	5.908	15.881	3.216	1.321	360	1.535
2007	51.984	30.075	6.186	15.722	3.215	1.362	355	1.499
2008	54.721	32.219	6.469	16.033	3.420	1.487	337	1.596
2009	54.914	32.742	6.697	15.475	3.527	1.547	403	1.577
2011	57.728	36.750	6.772	14.206	3.576	1.725	421	1.430
2012	59.403	37.781	7.070	14.552	3.646	1.757	444	1.445
2013	59.901	38.513	7.138	14.250	3.617	1.798	467	1.352
2014	60.651	38.913	7.169	14.569	3.788	1.879	480	1.428
2015	57.565	36.825	7.328	13.411	3.504	1.742	465	1.297

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Tabela 1916 (2018).

Tabela 39 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, sexo e grupos de idade, Brasil e Bahia, 2001-2015

	Brasil									Bahia								
	Total	Empregado	Outros sem carteira de trabalho assinada	Trabalhador doméstico	Empregador	Conta própria	Trabalhador na produção para o próprio consumo	Grau de informalidade	Não remunerado	Total	Empregado	Trabalhador doméstico	Empregador	Sem carteira de trabalho assinada	Conta própria	Trabalhador na produção para o próprio consumo	Grau de informalidade	Não remunerado
2001	76.936	41.741	14.156	6.011	3.244	17.165	3.084	44,72%	5.687	5.867	2.713	358	179	1.419	1.641	202	55,60%	774
2002	79.709	43.233	14.770	6.171	3.380	17.747	3.306	44,94%	5.869	6.200	2.781	391	196	1.443	1.686	257	54,61%	888
2003	80.775	43.906	14.430	6.203	3.385	18.058	3.504	44,56%	5.720	6.217	2.809	366	175	1.390	1.692	303	54,45%	871
2004	85.246	46.969	15.563	6.515	3.500	18.740	3.536	44,39%	5.986	6.411	2.962	380	178	1.485	1.709	271	54,05%	911
2005	87.695	48.209	15.567	6.694	3.705	18.980	4.077	44,04%	6.030	6.602	3.084	424	185	1.532	1.723	404	55,42%	782
2006	89.637	50.102	15.881	6.795	3.983	19.018	4.234	43,66%	5.505	6.616	3.216	446	193	1.535	1.651	482	55,44%	627
2007	90.855	51.984	15.722	6.723	3.403	19.256	4.090	43,00%	5.399	6.657	3.215	471	182	1.499	1.679	451	54,51%	658
2008	93.420	54.721	16.033	6.688	4.190	18.912	4.220	41,92%	4.690	6.973	3.420	476	217	1.596	1.657	612	55,43%	591
2009	93.784	54.914	15.475	7.295	4.035	19.209	3.936	41,18%	4.395	7.071	3.527	492	219	1.577	1.690	541	53,85%	602
2011	94.763	57.728	14.206	6.742	3.223	19.917	3.914	40,14%	3.240	6.913	3.576	493	216	1.430	1.690	582	53,55%	355
2012	96.100	59.403	14.552	6.511	3.620	19.832	3.822	39,76%	2.912	6.759	3.646	472	214	1.445	1.627	504	52,91%	295
2013	96.659	59.901	14.250	6.474	3.623	19.924	4.342	39,85%	2.395	6.886	3.617	491	217	1.352	1.820	515	53,54%	226
2014	99.448	60.651	14.569	6.491	3.729	21.171	4.549	40,51%	2.856	7.189	3.788	472	208	1.428	1.868	562	53,67%	291
2015	95.380	57.565	13.411	6.309	3.551	21.823	3.847	40,97%	2.287	6.742	3.504	471	189	1.297	1.877	480	54,20%	222

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Tabela 1962 (2018).

Tabela 40 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por condição de aposentada ou pensionista de instituto de previdência oficial no mês de referência e o sexo, segundo a situação de ocupação na semana de referência e os grupos de idade, Feira de Santana, 2010

Situação de ocupação na semana de referência	Condição de aposentada ou pensionista de instituto de previdência oficial no mês de referência	
Total	Total	471446
	Aposentadas ou pensionistas	53120
	Não eram aposentadas nem pensionistas	418000
	Sem declaração	327
Ocupadas	Total	261614
	Aposentadas ou pensionistas	14693
	Não eram aposentadas nem pensionistas	246744
	Sem declaração	177
Não ocupadas	Total	209833
	Aposentadas ou pensionistas	38427
	Não eram aposentadas nem pensionistas	171256
	Sem declaração	150

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010). Tabela 3580.

Tabela 41 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por seção de atividade (antiga classificação) do trabalho principal, segundo o sexo e a seção de atividade do trabalho principal, Feira de Santana, 2010

Seção de atividade (antiga classificação) do trabalho principal	Sexo		
	Total	Homens	Mulheres
Total	261614	146768	114845
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	18852	9507	9345
Pesca	194	136	59
Indústria extrativa	468	449	19
Indústria de transformação	31558	19592	11966
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	1272	891	381
Construção	23396	22577	819
Comércio, reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos	65924	41399	24525
Alojamento e alimentação	9583	3492	6091
Transporte, armazenagem e comunicação	14224	12807	1416
Intermediação financeira	3259	1388	1872
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	13876	8917	4959
Administração pública, defesa e seguridade social	10370	5899	4471
Educação	13123	2911	10213
Saúde e serviços sociais	10607	2287	8320
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	10613	3866	6747
Serviços domésticos	18631	874	17756
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-	-	-
Atividades mal especificadas	15663	9776	5887

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010). Tabela 3593.

Tabela 42 – Pessoas de 10 anos ou mais de idade por cor ou raça, condição de atividade na semana de referência e grupos de idade, Brasil, Bahia e Feira de Santana, 2000-2010

Cor ou raça	Condição de atividade na semana de referência	Ano x Brasil, Unidade da Federação e Município					
		2000			2010		
		Brasil	Bahia	Feira de Santana	Brasil	Bahia	Feira de Santana
Total	Total	136910358	10389119	386212	161981299	11764109	471446
	Economicamente ativas	77467473	5613079	228681	93504659	6555397	292296
	Não economicamente ativas	59442884	4776040	157531	68476640	5208712	179150
Branca	Total	74149482	2604472	89600	77416302	2550764	92829
	Economicamente ativas	42305718	1368887	52834	46018934	1416231	57556
	Não economicamente ativas	31843764	1235585	36766	31397369	1134532	35273
Preta	Total	8965594	1431106	63193	12832886	2091750	111535
	Economicamente ativas	5318129	827535	39342	7764533	1257376	73431
	Não economicamente ativas	3647465	603572	23851	5068354	834374	38105
Amarela	Total	675292	18657	398	1845466	134518	3880
	Economicamente ativas	374447	9688	224	1072443	78033	2606
	Não economicamente ativas	300845	8968	174	773022	56484	1274
Parda	Total	51658035	6188254	229758	69232715	6935839	262237
	Economicamente ativas	28706774	3329264	134448	38335331	3777089	158210
	Não economicamente ativas	22951260	2858989	95310	30897384	3158749	104027
Indígena	Total	572945	54484	1860	621381	46671	919
	Economicamente ativas	306489	31074	1025	313142	26666	494
	Não economicamente ativas	266456	23410	835	308239	20005	425
Sem declaração	Total	889010	92146	1402	32548	4567	46
	Economicamente ativas	455916	46631	807	276	-	-
	Não economicamente ativas	433094	45516	596	32272	4567	46

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010). Tabela 2098.

Tabela 43 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência, por contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho, Bahia e Brasil, 2018

Brasil e Unidade da Federação	Contribuição para instituto de previdência em qualquer trabalho		
	Total	Contribuintes	Não contribuintes
Brasil	93002	58733	34269
Bahia	5982	2945	3037

Fonte: IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral (2019). Tabela 5947.

Tabela 44 – Empregados admitidos no mercado formal, por sexo na indústria de transformação no município de Feira de Santana, 2015

Anos	Admitidos			Desligados			Saldo		
	Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo	
		Mascu- lino	Femi- nino		Mascu- -lino	Femi- nino		Mascu- lino	Femi- nino
2006	6.011	4.284	1.727	5.685	3.781	1.904	326	503	-177
2007	6.584	4.782	1.802	5.190	3.679	1.421	1.394	1.103	381
2008	6.767	4.981	1.786	6.564	4.742	1.822	203	239	-36
2009	7.455	5.434	2.021	6.117	4.271	1.846	1.338	1.163	1.175
2010	9.148	6.711	2.437	7.436	5.343	2.093	1.712	1.368	344
2011	8.434	6.187	2.247	8.299	6.232	2.067	135	-45	180
2012	7.718	5.459	2.259	7.208	5.227	1.981	510	232	278
2013	7.464	5.383	2.084	7.221	5.290	1.931	246	93	153
2014	7.316	5.577	1.739	8.631	6.074	2.557	-1.315	-497	-818
2015	5.174	3.839	1.335	6.633	4.697	1.936	-1.459	-858	-601

FONTE: CAGED/TEM (2016).

Tabela 45 – Empregados admitidos no mercado formal, por sexo no comércio no município de Feira de Santana, 2006-2015

Anos	Admitidos			Desligados			Saldo		
	Total	Sexo		Total	Sexo		Total	Sexo	
		Mascu- lino	Femi- nino		Mascu- -lino	Femi- nino		Mascu- lino	Femi- nino
2006	9.111	5.676	3.435	7.731	4.985	2.746	1.380	691	689
2007	11.103	6.921	4.182	6.327	4.204	2.123	4.776	2.717	2.059
2008	12.758	8.091	4.667	11.298	7.324	3.974	1.460	767	693
2009	11.839	7.489	4.350	10.853	6.862	3.991	986	627	359
2010	14.644	9.268	5.376	12.478	8.053	4.425	2.166	1.215	951
2011	15.895	9.845	6.050	14.273	8.896	5.377	1.622	949	673
2012	15.493	9.604	5.889	14.368	9.028	5.340	1.125	576	549
2013	16.582	10.364	6.218	15.008	9.251	5.757	1.574	1.113	461
2014	16.034	9.912	6.122	15.269	9.424	5.845	765	488	277
2015	13.611	8.353	5.258	14.384	8.753	5.631	-773	-400	-373

FONTE: CAGED/TEM, (2016).